

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
SAN TIAGO DANTAS –UNESP, UNICAMP E PUC-SP

DANIELLE AMARAL MAKIO

Estado afetivo, memória transcendente: reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na  
Transnístria

São Paulo

2022

DANIELLE AMARAL MAKIO

Estado afetivo, memória transcendente: reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na Transnístria

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, defesa e segurança internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”

Orientador: Luís Alexandre Fuccille

São Paulo  
2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Makio, Danielle Amaral.

M235 Estado afetivo, memória transcendente : reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na Transnístria / Danielle Amaral Makio. – São Paulo, 2022.

186 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2022.

1. História – Europa, Leste. 2. Nacionalismo – Europa, Leste. 3.  
Nacionalismo – Rússia (Federação). 4. Crimeia (Ucrânia). 5.  
Transnístria. I. Título.

CDD 947

DANIELLE AMARAL MAKIO

Estado afetivo, memória transcendente: reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na Transnístria

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, defesa e segurança internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”  
Orientador: Luís Alexandre Fuccille

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dra. Renata Summa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

São Paulo, 9 de dezembro de 2022

A todos e todas que sofrem com a guerra que volta a assombrar a todos nós

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à universidade pública brasileira, em especial ao PPGRJ San Tiago Dantas, pela oportunidade de realizar este mestrado. A qualidade dos estudos que pude conduzir ao longo deste programa é testemunha da excelência da Academia brasileira, a qual exalto incessantemente. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille, não somente pela necessária orientação, mas também pela generosidade e pela compreensão ao longo dos mais de dois anos em que esta pesquisa esteve em desenvolvimento. Inúmeros desafios surgiram no caminho, empecilhos que por vezes impactaram severamente a condução dos meus estudos, e o professor mostrou-se sempre solícito e sensível às minhas necessidades. Da mesma maneira, agradeço ao Prof. Dr. Samuel Alves Soares pela irretocável orientação em estágio docência e às professoras Cristina Pecequillo e Renata Summa, sem as quais esta dissertação certamente não teria me feito caminhar por caminhos tão tortuosos e, ainda assim, tão frutíferos. Levarei sempre comigo as valiosas contribuições feitas durante a qualificação e a defesa deste trabalho. Agradeço, ainda, aos meus colegas de turma e de grupos de estudos – GEDES, NEAI e GECI – que provaram certo o clichê: o fardo é realmente mais leve quando temos boas pessoas com quem compartilhar.

Não poderia, ainda, deixar de agradecer à minha família por sempre me apoiar e me mostrar o caminho correto pelo qual seguir. Mais uma vez mostraram-se elementares na minha vida, a parte mais especial que carrego comigo não importa onde esteja. Não fossem pelos conselhos certos, os abraços nos momentos certos e a inigualável confiança que sempre depositaram em mim eu talvez não conseguisse concluir mais esta etapa da minha carreira. Obrigada por terem, mais uma vez, sido luz em um dos momentos mais tenebrosos da minha vida e por serem a mais pura felicidade quando chegou ao fim a empreitada. Igualmente importante foi o Hugo, com quem já divido a vida há tantos anos e que sempre me levanta quando não consigo seguir e me aconselha quando pareço me perder em pensamentos e inseguranças. Acreditar em nós mesmos fica muito mais fácil quando temos quem nos ame e nos exalte.

É imprescindível que eu agradeça também a Larissa, mais um dos muitos presentes que a universidade brasileira me deu. Pesquisadora incrível e amiga-irmã sem a qual esta pesquisa não seria possível. Obrigada por cada aula que se tornava desabafo, por cada abraço acolhedor e por cada mensagem de suporte. Agradeço, ainda, meus amigos do mundo, Abby, Sophie, Ebba, Tara, Emily, Alex, Elliot, Daniel, Henry, Dina, que me lembram a todo o momento do

meu valor e que me mostraram que é possível recuperar a esperança de um futuro melhor. Como fui feliz ao lado de vocês! E, falando em amizades, não poderiam faltar minhas comadres da pensão e Fernando e Natasha, que mesmo distantes continuam imprescindíveis na minha vida. Agradeço, por fim, à Universidade de Glasgow (Escócia), à KIMEP (Cazaquistão), à Universidade de Tartu (Estônia) e à União Europeia por me conferirem o privilégio de realizar um programa de mestrado que me permitiu mergulhar fundo na complexidade dos estudos sobre Rússia e todo o espaço pós-soviético.

A memória aniquila o tempo: conduz à unidade aquilo que parece ter  
acontecido em separado.

*L. Tolstoy*

## RESUMO

Este trabalho pretende compreender as razões que levaram a Rússia a tomar atitudes distintas em relação à Crimeia e à Transnístria em 2014. À época, a anexação da península fora justificada sob a égide do direito à autodeterminação após resultado de plebiscito em que mais de 90% da população se identificava como parte do mundo russo. A região separatista da Moldávia, contudo, há anos luta para ser integrada à Federação Russa e, apesar da semelhança entre seu contexto político e o da Crimeia, não recebeu o mesmo tratamento. Nosso argumento central é que, dada a narrativa que embasa a construção do nacionalismo promovido por Putin e por sua coalizão, a manutenção da influência de Moscou sobre a Ucrânia é uma questão de maior interesse do que a tomada de poder sobre a Transnístria. Baseada amplamente em memórias acerca da glória do passado russo e em experiências traumáticas de relações com o Ocidente, o Kremlin esboça um projeto político que pretende retomar o lugar da Rússia no tabuleiro internacional, seu lugar de direito dada a excepcionalidade de seu povo e Estado. Para tanto, o comportamento do Estado é dirigido por uma espécie própria de orientalismo que, a partir de uma amálgama de interesses estratégicos e discursivos, essencializa o externo a fim de legitimar seu domínio sobre ele. Esta essencialização se dá com base em características identitárias compartilhadas e serve ao propósito único da política de grande potência do Kremlin. Crimeia e Transnístria, nesse contexto, ocupam lugares distintos na narrativa de Moscou tanto do ponto de vista geopolítico quanto afetivo. O controle do berço do eslavismo, a Ucrânia moderna, assim, é um objetivo central do governo russo, o que justifica as diferentes posturas tomadas em relação aos casos aqui analisados a despeito das semelhanças partilhadas por ambos.

**Palavras-chave:** nacionalismo russo; Transnístria; Crimeia; orientalismo; Rússia.

## ABSTRACT

This work intends to understand the reasons that led Russia to take different attitudes towards Crimea and Transnistria in 2014. At the time, the annexation of the peninsula was justified under the aegis of the right to self-determination after the result of a plebiscite in which more than 90% of the population identified themselves as part of the Russian world. The breakaway Moldovan region, however, has struggled for years to be integrated into the Russian Federation and, despite the similarity between its political context and that of Crimea, it has not received the same treatment. Our central argument is that, given the narrative that underlies the construction of nationalism promoted by Putin, maintaining Moscow's influence over Ukraine is a matter of greater interest than taking power over Transnistria. Based largely on memories of the glory of the Russian past and on traumatic experiences of relations with the West, the Kremlin outlines a political project that intends to regain Russia's place on the international board, its rightful place given the exceptionality of its people and state. To this end, the behavior of the state is guided by its own kind of orientalism that, based on an amalgamation of strategic and discursive interests, essentializes the external in order to legitimize its dominion over it. This essentialization is based on shared identity characteristics and serves the unique purpose of the Kremlin's great power politics. Crimea and Transnistria, in this context, occupy distinct places in the Moscow narrative both from a geopolitical and affective point of view. The control of the cradle of Slavism, modern Ukraine, is thus a central objective of the Russian government, which justifies the different positions taken in relation to the cases analyzed here, despite the similarities shared by both.

**Key words:** Russian nationalism; Transnistria; Crimea; orientalism; Russia.

## RESUMEN

Este trabajo pretende comprender las razones que llevaron a Rusia a adoptar actitudes diferentes hacia Crimea y Transnistria en 2014. En ese momento, la anexión de la península se justificó bajo la égida del derecho a la autodeterminación tras el resultado de un plebiscito en el que más del 90% de la población se identificó como parte del mundo ruso. La región separatista de Moldavia, sin embargo, ha luchado durante años por integrarse en la Federación Rusa y, a pesar de la similitud entre su contexto político y el de Crimea, no ha recibido el mismo trato. Nuestro argumento central es que, dada la narrativa que subyace a la construcción del nacionalismo promovida por Putin, mantener la influencia de Moscú sobre Ucrania es un asunto de mayor interés que tomar el poder sobre Transnistria. Basado en gran parte en recuerdos de la gloria del pasado ruso y en experiencias traumáticas de las relaciones con Occidente, el Kremlin esboza un proyecto político que pretende recuperar el lugar de Rusia en el tablero internacional, el lugar que le corresponde dada la excepcionalidad de su pueblo y Estado. Para ello, el comportamiento del Estado se guía por un orientalismo propio que, a partir de una amalgama de intereses estratégicos y discursivos, esencializa lo externo para legitimar su dominio sobre él. Esta esencialización se basa en características de identidad compartidas y sirve al propósito único de la política de gran poder del Kremlin. Crimea y Transnistria, en este contexto, ocupan lugares distintos en la narrativa de Moscú tanto desde un punto de vista geopolítico como afectivo. El control de la cuna del eslavismo, la Ucrania moderna, es así un objetivo central del gobierno ruso, lo que justifica las distintas posiciones adoptadas en relación con los casos aquí analizados, a pesar de las similitudes compartidas por ambos.

**Palabras clave:** nacionalismo ruso; Transnistria; Crimea; orientalismo; Rusia.

## РЕЗЮМЕ

Цель этой работы - понять причины, побудившие Россию по-разному относиться к Крыму и Приднестровью в 2014 году. В то время аннексия полуострова была оправдана под эгидой права на самоопределение после результатов плебисцита, в ходе которого более 90% населения идентифицировали себя как часть русского мира. Однако отколовшийся молдавский регион в течение многих лет боролся за интеграцию в Российскую Федерацию, и, несмотря на сходство между его политическим контекстом и контекстом Крыма, он не получил такого же отношения. Наш главный аргумент заключается в том, что, учитывая нарратив, лежащий в основе построения национализма, продвигаемого Путиным, сохранение влияния Москвы на Украину представляет больший интерес, чем захват власти в Приднестровье. Основываясь в основном на воспоминаниях о славном прошлом России и травмирующем опыте отношений с Западом, Кремль намечает политический проект, который призван вернуть России место на международной арене, ее законное место, учитывая исключительность ее народа и государства. С этой целью поведение государства руководствуется своего рода ориентализмом, который, основанный на слиянии стратегических и дискурсивных интересов, эссенциализирует внешнее, чтобы узаконить свое господство над ним. Эта эссенциализация основана на общих характеристиках идентичности и служит уникальной цели великодержавной политики Кремля. Крым и Приднестровье в этом контексте занимают особое место в московском нарративе как с геополитической, так и с эмоциональной точки зрения. Таким образом, контроль над колыбелью славянства, современной Украиной, является центральной целью российского правительства, что оправдывает различные позиции, занятые в отношении анализируемых здесь случаев, несмотря на сходство, разделяемое обоими.

**Ключевые слова:** русский национализм; Приднестровье; Крым; ориентализм; Россия.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Mapa da Transnístria e da Crimeia.....	16
Ilustração 2 –	Mapa aproximado do território da Rus de Kievana.....	46
Ilustração 3 –	Mapa aproximado do avanço da extensão territorial da Comunidade Polaco-Lituana.....	49
Ilustração 4 –	Mapa dos territórios anexados pela Rússia durante o reinado de Catarina II (1762 – 1796).....	51
Ilustração 5 –	Mapa do território do Hetmanato.....	87
Ilustração 6 –	Mapa das expansões territoriais russas até Catarina, a Grande (1762 – 1796).....	89
Ilustração 7 –	Mapa dos territórios perdidos pela Rússia no Acordo de Brest-Litovsk	92
Ilustração 8 –	Mapa da RPUO e da RSS da Ucrânia em 1918.....	93
Ilustração 9 –	Mapa da Bessarábia.....	103
Ilustração 10 –	Mapa dos territórios moldavos perdidos pelo Império Russo entre 1856 e 1878.....	105
Ilustração 11 –	Mapa da Grande Romênia e da RSS autônoma da Moldávia.....	107
Ilustração 12 –	Brasão de Armas da Ucrânia.....	121
Ilustração 13 –	Mapa da divisão etnolinguística da Ucrânia.....	125
Ilustração 14 –	Mapa das regiões favoráveis às ações russas na Ucrânia em 2014.....	125
Ilustração 15 –	Mapa da distribuição das comunidades russófonas na Ucrânia.....	129
Ilustração 16 –	Divisão étnica da Moldávia em 2014.....	134
Ilustração 17 –	Mapa dos gasodutos russos que transitam pela Ucrânia.....	139
Ilustração 18 –	Destinos de exportação do gás russo em 2012.....	151
Ilustração 19 –	Mapa da fronteira de expansão da OTAN.....	151
Ilustração 20 –	Mapa da expansão da EU.....	153
Ilustração 21 –	Mapa da Ucrânia.....	154
Ilustração 22 –	Mapa dos gasodutos russos na Moldávia.....	154
Ilustração 23 –	Mapa da Transnístria.....	158
Ilustração 24 –	Mapa da Transnístria.....	161

## Lista de tabelas

Tabela 1 –	Comparativo entre orientalismo de Said e orientalismo russo.....	77
Tabela 2 –	Divisão étnica da Moldávia em 1989.....	112
Tabela 3 –	Divisão étnica da Transnístria.....	112
Tabela 4 –	Síntese da identidade ucraniana.....	127
Tabela 5 –	Votos do parlamento ucraniano contra a concessão de estatalidade à República Autônoma da Crimeia.....	131
Tabela 6 –	Votos a favor da submissão do governo da Crimeia ao governo a Ucrânia em 1995.....	132
Tabela 7 –	Síntese da identidade da Crimeia às vésperas da anexação.....	135
Tabela 8 –	Síntese da identidade moldava.....	140
Tabela 9 –	Síntese da identidade da Transnístria.....	143
Tabela 10 –	Comparativo do grau de russianidade de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria.....	144
Tabela 11 –	Importância estratégica da Ucrânia para a Rússia.....	155
Tabela 12 –	Importância estratégica da Crimeia para a Rússia.....	157
Tabela 13 –	Importância estratégica da Moldávia para a Rússia.....	160
Tabela 14 –	Importância estratégica da Transnístria para a Rússia.....	162
Tabela 15 –	Comparativo do nível de importância estratégica de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria para a Rússia.....	163
Tabela 16 –	Comparativo do nível de relevância de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria para a Rússia.....	166

## Lista de abreviaturas e siglas

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
EUA	Estados Unidos da América
EUBAM	<i>European Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine</i>
GUAM	<i>Georgia-Ukraine-Azerbaijan-Moldova (Organization for Democracy and Economic Development)</i>
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PIB	Produto Interno Bruto
RPUO	República Popular da Ucrânia Ocidental
RSS	República Socialista Soviética
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. REPENSANDO O ESTADO: DA IDENTIDADE AO AFETO .....</b>	<b>22</b>
2.1 Identidade e alteridade: criando a narrativa do Estado .....	23
2.2 Estado ou pessoa? A antropomorfização como fonte de injustiça .....	26
2.3 Memória e trauma: a materialidade do afeto .....	29
2.4 Novo Estado? .....	33
2.5 Novas fronteiras para a dominação? .....	35
2.6 Conclusões do capítulo .....	41
<b>3. OS DETERMINANTES DA RUSSIANIDADE .....</b>	<b>46</b>
3.1 O lugar do Ocidente .....	46
3.2 (Re)Politizando a tradição: excepcionalismo e trauma .....	64
3.3 O mundo russo .....	69
3.4 Orientalismo à lá Rússia? .....	73
3.5 Conclusões do capítulo .....	79
<b>4. UCRÂNIA E MOLDÁVIA: UM BREVE HISTÓRICO DE RELAÇÕES COM A RÚSSIA.....</b>	<b>84</b>
4.1 Ucrânia .....	84
4.2 Moldávia .....	103
4.3 Conclusões do capítulo .....	115
<b>5. OS MEIOS JUSTIFICAM OS FINS: A RUSSIANIDADE COMO DETERMINANTE DA AÇÃO DO ORIENTALISMO RUSSO .....</b>	<b>117</b>
5.1 Ucrânia e Crimeia .....	121
5.2 Moldávia e Transnístria .....	136
5.3 Conclusões do capítulo .....	144
<b>6. GEOPOLÍTICA 101: ECONOMIA, SEGURANÇA E A POLÍTICA RUSSA DE GRANDE POTÊNCIA.....</b>	<b>148</b>
6.1 Ucrânia e Crimeia .....	151
6.2 Moldávia e Transnístria .....	158
6.3 Conclusões do capítulo .....	163
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Era novembro de 2013 quando algumas pessoas foram às ruas de Kiev protestar contra Viktor Yanukovich (2010-2014), então presidente democraticamente eleito à frente do país desde 2010. Os manifestantes criticavam a suspensão das negociações do Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que vinha sendo orquestrado desde 2012. O tratado ainda não havia sido ratificado pois o Parlamento Europeu havia imposto algumas condições que deveriam ser acatadas pela Ucrânia a fim de torná-la apta a se integrar ao bloco. As exigências incluíam reforma tributária, cortes no orçamento, entre outros exemplos. O presidente vinha cooperando com os europeus e lançou uma série de medidas voltadas ao cumprimento das determinações destes. No entanto, às vésperas do início dos protestos, Yanukovich abandonou as negociações relacionadas à entrada do país no bloco. Tendo em vista a orientação política do governante, que sabidamente era favorável a uma maior aproximação com a Rússia, especulou-se que a razão pela decisão tomada por ele era fruto de pressões vindas de Moscou (BEBLER, 2015).

De início, os protestos foram pacíficos e espontâneos e eram formados sobretudo por estudantes que se aglomeravam na Praça Maidan, na capital. Os manifestantes uniam-se em torno de críticas ao governo e pediam por uma maior aproximação da UE em detrimento do aprofundamento da já existente dependência em relação à Rússia. A adesão às manifestações cresceu espontaneamente até que, poucos dias após o início delas, estima-se que cerca de 400 mil pessoas estavam nas ruas. Nesse ínterim, em resposta ao tamanho do movimento, a polícia passou a reprimir os protestantes de forma violenta, o que apenas aumentou o número de pessoas nas ruas. Nesse momento, a iniciativa foi cooptada por diferentes setores da sociedade, inclusive grupos políticos ultranacionalistas altamente contrários à Rússia. Ao longo de dezembro e janeiro, os protestos continuaram de forma violenta. Prédios foram tomados, patrimônio público foi degradado e ocorreram inúmeras tentativas de ocupação de prédios do governo por parte dos manifestantes. Estes, inclusive, já clamavam pela saída de Yanukovich do poder (BEBLER, 2015).

Em fevereiro de 2014, há uma nova escalada na violência das manifestações e mortes começam a ser contabilizadas. Apesar das tentativas por parte do governo de amenizar a situação e das propostas de trégua, a multidão exigia a renúncia do presidente para que os protestos acabassem. Em 22 de fevereiro, Yanukovich anuncia sua saída do cargo e novas

eleições são marcadas para 25 de maio de 2014. Por ter início na Praça Maidan e ser motivada pelo desejo de aproximação à Europa, o episódio ficou conhecido como Euromaidan (BEBLER, 2015).

Para além da troca de governo em Kiev, os protestos que começaram em 2013 tiveram outras consequências para a Ucrânia. Logo após a deposição do presidente, tropas russas não identificadas tomaram a Crimeia, região na qual habitavam comunidades etnicamente russas favoráveis a uma maior cooperação com Moscou. Houve, ao longo de fevereiro e março, a ocupação de aeroportos, prédios oficiais e parlamento. Não houve qualquer impeditivo por parte das autoridades e população locais. Estes, contrários aos acontecimentos na capital, começaram então a se mobilizar pois temiam as consequências da renúncia do presidente e do protagonismo de setores ultranacionalistas nos recentes protestos. Dessa maneira, é feito um plebiscito sobre o estatuto da Crimeia em março de 2014 a fim de consultar a opinião da população local acerca dos recentes acontecimentos em Kiev e acerca dos seus desejos para o futuro da península. Entre os votantes, 97,47% declararam apoio à anexação do território à Federação Russa, fato que de imediato foi reconhecido pelo Kremlin. Até hoje, a independência da Crimeia é aceita apenas por 16 membros das Nações Unidas e 4 Estados *de facto*. Além disso, após o Euromaidan houve ainda a incitação do separatismo das repúblicas de Donetsk e Luhansk, na região do Donbas. Estas, na esteira dos acontecimentos do início de 2014, por também representarem locais na Ucrânia etnicamente próximos da Rússia e por defenderem uma maior aproximação desta, pedem por independência desde então. A situação na bacia do Donets, porém, evoluiu para uma guerra entre irredentistas e Kiev que até hoje se mantém ativa<sup>1</sup> (BEBLER, 2015).

À época, houve grande comoção internacional e foram levantadas inúmeras hipóteses acerca dos motivos por trás da decisão de Putin e de seus apoiadores e da possibilidade de haver novas anexações por parte da Rússia. Nesse contexto, cresceu o temor de que a Rússia pudesse seguir seu ímpeto expansionista e declarar posse também sobre a Transnístria, região separatista na Moldávia que luta por independência desde o fim da União Soviética, da qual fazia parte. À semelhança do ocorrido na Ucrânia, em 2006 Tiraspol realizou plebiscito parecido com o da Crimeia. Na consulta, mais de 90% da população pedia anexação à Rússia. Ademais, a

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, não iremos tratar dos separatismos do Donbas, nossa análise se limitará aos casos da Crimeia e da Transnístria.

Transnístria contava ainda com tropas russas posicionadas em seu território<sup>2</sup>. As preocupações da comunidade internacional pareciam plausíveis (GUINEA, 2014; KASHI, 2014).

### Ilustração 1 – Mapa da Transnístria e da Crimeia



Fonte: TAYLOR, 2014

Contrariando as expectativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e demais atores internacionais, o Kremlin não satisfaz o desejo dos irredentistas na Moldávia e se limitou à tomada da península ucraniana. Para além do receio gerado à época em relação às atitudes russas na região, alguns outros fatores tornam a questão ainda mais curiosa. O primeiro ponto já foi de certa forma apresentado e diz respeito ao contexto político-social de cada local aqui analisado. Tanto Transnístria quanto Crimeia compartilham o fato de que possuem uma população que se identifica com a ideia de nação russa e demonstram dinâmicas similares no que diz respeito à postura do governo central dos países que formalmente integravam às vésperas da anexação russa. Enquanto na primeira há presença militar da Rússia e houve apoio de Moscou no rompante do movimento independentista nos anos 1990, na segunda houve a reanexação conduzida por tropas enviadas pelo Kremlin. Tanto Kiev quanto Chisinau vinham,

<sup>2</sup> As tropas, que continuam posicionadas na Transnístria até hoje, encontram-se no local desde 1992, quando foram enviadas a fim de conter a escala de violência do conflito entre separatistas e Moldávia.

à época, demonstrando movimentos ocidentalizantes<sup>3</sup>: enquanto o poder ucraniano havia sido recentemente tirado de Viktor Yanukovytsch e entregue à coalizão pró-Occidente, Chisinau vinha se engajando em projeto de ocidentalização<sup>4</sup> desde o início dos anos 1990, quando se tornou independente. Outro fator que aproxima os casos da Transnístria e da Crimeia é o social. Ambos contam com populações que declaradamente se identificam mais com a Rússia do que com o Estado em que se inserem territorialmente, fruto de um histórico de ocupação e domínio que será melhor abordada doravante. Finalmente, uma outra característica é a questão geográfica: ambas as regiões são próximas e se localizam em uma zona de fronteira entre o Ocidente, a Rússia e o exterior próximo desta (GUINEA, 2014; KASHI, 2014).

Por outro lado, há diferenças interessantes entre Crimeia e Transnístria que parecem dar indícios acerca das razões que embasaram tratamentos tão diferentes por parte da Rússia. Uma distinção é a geopolítica/econômica. Ambos os territórios estão localizados em regiões geograficamente importantes uma vez que são pontos limítrofes entre o domínio russo e o mundo ocidental. Porém, a Transnístria, além de não apresentar território contíguo à Rússia, não goza de características economicamente muito interessantes para o Kremlin para além de contar com alguns gasodutos russos passando por seu território e representar a área mais industrializada da Moldávia, o que pode conferir a Moscou certa margem de manobra no sentido de instrumentalizar sua presença como forma de manter influência sobre Chisinau. Já a Crimeia tem alguns diferenciais importantes: (i) dá acesso ao Mar Negro e (ii) é onde se localiza a base militar russa de Sevastopol, na qual se localiza a Frota do Mar Negro, sendo de extrema relevância para o contexto militar de Moscou (MIROVALEV, 2021).

Em um primeiro instante, essas características da península ucraniana parecem ser potencialmente suficientes para que entendamos porque, a despeito das semelhanças já destacadas, a Crimeia foi anexada e a Transnístria não. Contudo, ao analisar os resultados da anexação somos confrontados com um cenário pouco favorável: estima-se que Moscou teve um prejuízo de aproximadamente 100 bilhões de dólares e 8% do produto interno bruto (PIB) comprometido, sem considerar o efeito que o evento surtiu sobre relações diplomáticas com

---

<sup>3</sup> Relativo à ocidentalização, processo aqui compreendido como um conjunto de práticas que um Estado promove a fim de se aproximar das normas, valores, pensamentos e instituições que formam o Ocidente civilizacional/geopolítico do globo e que por ele são promovidas. No que diz respeito à Moldávia, podemos destacar o desejo do país de adentrar a União Europeia, objetivo que, para ser atingido, demanda que o Estado demonstre adesão a certos comportamentos, como, por exemplo, ocorrência de eleições recorrentes e trocas de poder e demais determinantes da democracia liberal.

<sup>4</sup> O processo de ocidentalização moldavo é lento e irregular, mas, à época da invasão da Crimeia em 2014 vinha esboçando alguns avanços (KASHI, 2014).

outros países que não necessariamente aplicaram sanções contra a Rússia, mas que reduziram a abertura a novas negociações, como ocorrido no Cazaquistão. Se pensarmos, ainda, que a atitude do Kremlin ocorreu de forma imediata, apenas alguns poucos dias após a troca do governo de Kiev, sem que novas decisões importantes fossem tomadas no que diz respeito à relação com a Rússia, podemos ainda sugerir que as razões outrora apontadas, ainda que inegavelmente importantes, valem, por si só, o sabor amargo que resultou da anexação? (MIROVALEV, 2021).

Certamente essas questões de cunho estratégico/material tiveram um papel relevante na tomada de decisão de Putin e de seu grupo, porém, sozinhos, são elementos que não parecem suficientes para entendermos toda a complexidade do evento aqui abordado. Há, ainda, uma última diferença entre Transnístria e Crimeia que pode nos ajudar a suprir essa lacuna, a encontrar o outro elemento que, junto dos demais, levou à anexação da península e à continuação do cenário moldavo. Essa característica última é o papel que cada região tem no discurso de nação promovido pelo Kremlin. Desde sua chegada ao poder, e sobretudo a partir de 2008, quando a população passa a se protestar contra seu governo, Putin e suas elites têm promovido uma narrativa histórico-ideacional muito particular para definir a configuração da nação russa. As características selecionadas pelo presidente para delinear a identidade oficial da Rússia, aquela que se sustenta com apoio das elites que controlam o país, têm um teor altamente afetivo. A maneira com que o Kremlin retoma a grandeza da história russa para justificar o lugar do país entre as maiores potências do mundo diz muito a respeito do papel das memórias na construção do nacionalismo da Rússia contemporânea. Nesse contexto, alguns fatores são especialmente reforçados pelo discurso de Moscou, entre os quais se destacam a exaltação do povo eslavo, cuja origem histórica se deu na Ucrânia e em cuja formação a Crimeia teve papel fundamental (KOROLKOV, 2014).

Como afirma Gerar Toal (2017), o comportamento estatal é sim em certa medida informado pela geopolítica “clássica”, pelos interesses de ordem securitária e com forte viés geográfico. Contudo, para termos um entendimento mais profundo acerca da constituição de um Estado e de sua agenda, é preciso que consideremos outros elementos, entre os quais o autor destaca o afeto. “Falar de geopolítica afetiva, então, é ampliar e aprofundar nossa compreensão

da geopolítica como uma forma de pensar e agir que se apoia em fundamentos bioculturais<sup>5</sup>” (TOAL, 2017, p. 46, tradução nossa). Dessa maneira, o autor argumenta que a delimitação daquilo que chamaremos “interesses do Estado” se dá com base em necessidades materiais e a busca por maximização de poder e, também, pelas implicações práticas da maneira com que um país configura sua ideia de nação. Assim, importam as bases valorativas e morais do Estado, bem como suas memórias, medos e traumas.

Com base no exposto, este trabalho buscará responder à seguinte pergunta principal: *de que maneira a ideia de nação promovida por Putin explica as diferentes posturas adotadas pelo Kremlin nos casos da Crimeia e da Transnístria no contexto da crise política ucraniana de 2014?* O objetivo da pesquisa é, pois, compreender por quais razões a Rússia, ao anexar a Crimeia em 2014, não fez o mesmo com a Transnístria, região separatista da Moldávia que faz fronteira com a Ucrânia e cuja população há anos pede pela integração à Federação Russa.

Partimos da hipótese de que os elementos geopolíticos e até mesmo econômicos são, quando considerados de forma isolada, insuficientes, ainda que importantes, para a compreensão dos motivos que levaram o Kremlin a agir de forma distinta em cada uma das regiões a despeito das aparentes similaridades observadas entre elas. Sugerimos, assim, que a razão destes diferentes comportamentos de Moscou explica-se também pelo nacionalismo promovido por Putin (e sua coalizão política), que deve ser considerado em conjunto com características de cunho estratégico. O afeto envolvido na relação com a Ucrânia/Crimeia não se assemelha àquele que configura a dinâmica da interação russa com Moldávia/Transnístria. Logo, ainda que possa haver interesses de ordem material por parte de Moscou em relação aos enclaves, e ainda que as vantagens oferecidas por cada um deles possa também apresentar diferenças qualitativas e quantitativas, o fator afetivo/ideológico tem papel indispensável nos casos analisados. Esperamos, dessa forma, contribuir com os estudos acerca da política externa russa e do espaço pós-soviético no Brasil e da conexão entre afeto e relações internacionais.

A pesquisa, pois, será estruturada da seguinte maneira. O primeiro capítulo pretende analisar o Estado da arte do debate teórico entre memória, trauma, afetos e atuação/formação estatal para que sejam estabelecidas as bases que orientarão a compreensão dos elementos

---

<sup>5</sup> Do original: “To speak of affective geopolitics, then, is to broaden and deepen our understanding of geopolitics as a form of thinking and acting that rests on bio-cultural foundations”.

analisados. Dessa maneira, pretendemos demonstrar como esses elementos são relevantes e como eles se materializam no comportamento dos Estados, influenciando as formas de dominação e de organização destes. O segundo capítulo trata do nacionalismo russo liderado por Putin. Uma vez compreendidos os efeitos dos conceitos teóricos aqui mobilizados sobre o Estado, pretendemos observar como os mesmos orientam a construção da identidade nacional da Rússia de forma a fazê-la definir seu comportamento de acordo com esses elementos. O terceiro capítulo tratará da formação estatal da Ucrânia e da Moldávia. O objetivo é retomar o histórico de relações de ambos com a Rússia e demonstrar como se deu a construção político-social das regiões em disputa analisadas aqui – Crimeia e Transnístria. A ideia, assim, é demonstrar os processos que a resultaram na postura pró-Rússia destes locais e que efeitos isso tem sobre a dinâmica de relacionamento com o governo central (Kiev e Chisinau) e Moscou.

O capítulo quatro tratará da formação identitária de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria. O objetivo é desvelar o processo de construção das identidades de cada local a fim de analisar em que medida são estas alinhadas ao discurso político de Moscou. Assim, esperamos compreender de que maneira as bases do nacionalismo russo reverberam sobre cada um dos quatro objetos. Optou-se por conduzir uma análise mais ampla, considerando também Ucrânia e Moldávia, pois as regiões irredentistas que figuram no objetivo central deste trabalho estão inseridas no território de ambos os países. Dessa forma, partimos do pressuposto que há algum nível de relação entre as identidades nacionais oficiais (reforçadas por Kiev e Chisinau) e as separatistas (lideradas pela Crimeia e pela Transnístria). O capítulo cinco, à semelhança do que foi feito no capítulo anterior, analisará o grau de interesse geopolítico e econômica da Rússia em relação a cada uma das quatro regiões. Em ambas as partes [capítulos quatro e cinco] serão definidos indicadores que guiarão a análise e permitirão, ao final, uma comparação melhor sistematizada de todos os nossos objetos. Teremos, então, um capítulo final no qual sobreporemos as conclusões de cada capítulo a fim de responder à nossa pergunta de partida. Aqui, portanto, demonstraremos como os processos analisados em cada capítulo interagem com os efeitos do nacionalismo russo a fim de determinar se este é, de fato, um fator determinante na configuração das relações bilaterais entre o Kremlin e cada um dos casos estudados aqui.

## 2. REPENSANDO O ESTADO: DA IDENTIDADE AO AFETO

Ainda que constitua um campo de estudos plural, as Relações Internacionais formam uma disciplina amplamente estadocêntrica. Por mais diversas que possam ser as abordagens e os conceitos usados para promover novas análises, a centralidade do Estado nos debates acadêmicos tem sido uma constante por anos. Apesar das muitas críticas tecidas em relação ao entendimento de Estado, às relações por ele estabelecidas entre outros, o agente estatal permanece o eixo primeiro das análises realizadas no âmbito das RI.

Neste contexto, a identidade nacional emana como um elemento amplamente discutido e mobilizado como objeto de inúmeros estudos. A definição de uma identidade que permita ao Estado se inserir na seara internacional e estabelecer relações com demais agentes é um debate recorrente e do qual já surgiram frutíferas contribuições acerca de interesses nacionais, da formulação de política externa entre outras temáticas. A popularidade da própria noção de identidade e dos efeitos oriundos da sua utilização, contudo, não parecem ter a mesma expressão entre os pesquisadores de RI.

Toda sociedade é despótica, pelo menos se nada de fora sobrevém para conter seu despotismo. Ainda assim, eu não diria que há algo artificial nesse despotismo: é natural porque é necessário e também porque, em certas condições, as sociedades não podem sobreviver sem ele<sup>6</sup> (NEUMANN, 2004, p. 265, tradução nossa).

A provocação feita por Iver Neumann (2004) levanta uma série de reflexões acerca de possíveis consequências da excessiva mobilização da identidade como forma elementar de compreensão do Estado. Estas, por sua vez, levam-nos a questionamentos acerca da medida em que o uso isolado dos conceitos de identidade estatal permite analisar o ente estatal em sua totalidade. Pensando nestas questões, este trabalho argumenta que o uso raso da crítica pós-estruturalista é um entre muitos fatores que nos faz atentar mais ao Estado enquanto sujeito do que enquanto objeto, enquanto criação fluida e orientada por diversos fatores de ordem material, subjetiva e afetiva. A popularização dos debates sobre linguagem e alteridade promovidos no seio do pós-estruturalismo, contudo, podem nos aproximar de essencializações e nos afastar de

---

<sup>6</sup> Do original: “Every society is despotic, at least if nothing from without supervenes to restrain its despotism. Still, I would not say that there is anything artificial in this despotism: it is natural because it is necessary, and also because, in certain conditions, societies cannot endure without it”.

compreender em maior profundidade toda a complexidade de povos, comunidades e psiques que constituem aquilo que entendemos por Estado.

Pensando nessas limitações, entendemos que a inclusão de novos elementos à análise pode nos auxiliar a compreender o Estado de forma mais complexa, a acessar entendimentos que extrapolam a dualidade por vezes perpetuada por teorias que lidam com o discurso e a língua. Assim, a partir de uma crítica à centralidade das noções de identidade e alteridade promovida pelo estadocentrismo típico do campo, buscaremos demonstrar como os conceitos de afeto, memória e trauma possibilitam novos entendimentos que extrapolam aquilo que nos é apresentado pelo centralismo absoluto da identidade do Estado-nação como unidade analítica a fim de não somente demonstrar suas limitações, mas, também — e sobretudo —, oferecer vislumbres sobre os caminhos que podem nos orientar a novas realidades e agendas. Esta análise, portanto, terá início com uma breve discussão acerca da interação entre pós-estruturalismo, identidade e alteridade a fim de destacar aquilo que irá orientar as críticas que se seguirão. A seguir, promoveremos uma discussão acerca da antropomorfização do Estado perpetrada pela centralidade dos estudos de identidade e demonstraremos como estas abordagens parecem incorrer em violências contra grupos sociais que são silenciados ao longo do processo de identificação. A seletividade de memórias e a relevância política de eventos traumáticos, neste quadro, serão, pois, integrados ao debate a fim de desvelar mecanismos de poder que nos permitem vislumbrar novos horizontes que estão além do Estado-nação e que dizem respeito a um novo tipo de Estado, mais fluido e dinâmico.

## **2.1 Identidade e alteridade: criando a narrativa do Estado**

Identidade é algo que o Estado tem ou é o que ele é? Com esta indagação, Bartelson nos propõe a questionar não apenas em que consiste a identidade nacional, mas, também, em que medida pode ela de fato existir. Algumas tradições, como aquelas que provêm do Realismo (MORGENTHAU, 1948; WALTZ, 2004) e do Liberalismo (ANGELL, 2002; KEOHANE, 1988) não se preocupam efetivamente com uma conceituação de identidade nacional, e, quando invocam tal conceito, em geral o encaram como um elemento que surge juntamente do Estado e que assume características próprias e incontestes. A identidade, e mesmo a própria ideia de

nação, neste contexto, é dada e pretende representar na íntegra aquilo que é conhecido como Estado. Por outro lado, outras correntes de pensamento partem de diferentes entendimentos acerca da natureza deste elemento. Na esteira destas interpretações alternativas, o Construtivismo de Alexander Wendt (1992) é um marco à medida em que afirma que a identidade nacional nada mais é que uma amálgama de entendimentos e expectativas razoavelmente estáveis que identifica papéis. Ou seja, uma identidade não depende apenas daquilo que um indivíduo é, mas, também, daquilo que outros entendem acerca dele. Ainda que os contributos de Wendt nos apontem para um entendimento de identidade que nega o caráter imutável e perene — sugerido pelas abordagens anteriores — e nos alerte para o papel da intersubjetividade neste contexto, há ainda a permanência de alguma influência estruturalista que impõe certos limites ao debate.

De acordo com Iver Neumann (2004), uma característica marcante da obra de Wendt é seu caráter organicista segundo o qual tudo aquilo que conhecemos pode ser categorizado como interno ou externo. Ainda que o “dentro” e o “fora” sejam existências que estabelecem relações relevantes entre si, há uma cisão indelével entre estes dois contextos. A identidade, por conseguinte, deve também ser compreendida a partir desta diáde. Mesmo que o Construtivismo wendtiano, que viria ainda a influenciar uma série de outras obras enquadradas na mesma chave teórica, represente uma importante cisão às noções estáticas e/ou despreocupadas acerca da identidade, ele continua, em certa medida, limitado pela sua inerente dualidade. À medida em que a identidade nacional passa a ser compreendida apenas a partir do paradigma interno/externo, donde surgem os conceitos de identidade corporativa e de identidade coletiva, o universo de possibilidades que se encontra na sobreposição de ambos se perde.

Uma possibilidade de superação das limitações apontadas na obra de Wendt é a inclusão da linguagem, mais especificamente do discurso, como elemento central da análise, o que é usualmente feito por autores como David Campbell (1992), Laclau e Mouffe (1985) e Derrida (1995). Segundo estes, é por meio de mecanismos discursivos que formamos nossa identidade e nosso conhecimento. Tal conclusão resulta de uma conceituação que, influenciada por Michel Foucault, confere ao discurso a alcunha de ato político à medida em que é ele produto da articulação entre saber e poder, entre o local de fala do sujeito e a comunidade que o legitima ou não. Nas palavras de Claudemar Fernandes (2007), podemos encarar o discurso da seguinte maneira:

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de

elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2007, s/p).

O discurso, por conseguinte, ainda que dependa da linguagem, não se limita a ela nem em sua constituição nem em seus efeitos. Há um processo infindo de construção e reconstrução discursiva que determina os efeitos de sentido que o discurso produz, uma vez que o significado do mesmo depende tanto da realidade de quem “fala” quanto da de quem “ouve”. Estes efeitos de sentido, intimamente atrelados ao caráter socioideológico do discurso, estão, por sua vez, relacionados às narrativas que nos cercam e que nós mesmos produzimos e/ou reforçamos. Desta maneira, a identidade passa a ser compreendida para além da dicotomia entre interno e externo e nos oferece novas possibilidades de compreender sua natureza e sua lógica constitutiva (BAITELLO JUNIOR, 1997; DERRIDA, 1995).

Ainda que as diferentes conceituações de identidade aqui expostas apresentem inúmeras diferenças entre si, há ao menos um ponto de aproximação entre todas elas: a maneira com que são mobilizadas. Seja entendida como um elemento dado e que de certa forma antecede grande parte da história moderna à medida em que nasce com o Estado, seja entendida como uma construção que se apoia em diversos aspectos, mas que ainda assim se materializa a partir da cisão entre dois universos, ou seja entendida como consequência discursiva, a identidade é referenciada para que se entenda o Estado no contexto internacional. Neste sentido, independente da natureza filosófica da abordagem escolhida para se conceituar este objeto, é preciso que este seja capaz de demonstrar como um determinado Estado se pode denominar um ator em meio a um ambiente (dito) anárquico. A soberania<sup>7</sup>, assim, é um marco teórico elementar a qualquer discussão de identidade estatal (RINGMAR, 1996; WEBER, 1998).

---

<sup>7</sup> Aqui, partimos do conceito da soberania internacional legal estabelecido por Stephen Krasner (1999). Segundo o autor, esta é definida pelo reconhecimento de um Estado pelo outro. É, portanto, a partir deste reconhecimento mútuo que se estabelecem as interações entre os atores internacionais. É preciso que um agente seja reconhecido pelos demais para que possa ele ser concebido enquanto um ente único e particular cuja existência não se conteste e cujos limites sejam respeitados.

Para que haja a devida delimitação das fronteiras (sejam elas geográficas, sociais, políticas entre outras) que definem o Estado enquanto ator na seara global é preciso que sejam compreendidas as características que o singularizam e, para além disso, como elas se distanciam da caracterização que delimita os demais agentes, sejam eles estatais ou não. Neste contexto, a alteridade torna-se central no debate à medida em que trata justamente da relação antagônica, de diferenciação, que permite que sejam explicitados os limites que separam um Estado do outro. Desta maneira, há uma indução tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático de reforçar os discursos que corroboram esta cisão entre aqueles que compõem o cenário da política internacional (RINGMAR, 1996; WEBER, 1998).

À medida em que esta indispensabilidade da alteridade se coloca, a formação das ditas “identidades corporativas”<sup>8</sup> se torna indispensável para a sobrevivência e a prosperidade estatais e, assim, passa a ser perseguida. Nesta esteira de pensamento, podemos concluir, portanto, que a identidade estatal está ligada à busca pelos interesses do Estado, pois é graças a ela que este formulará as estratégias e práticas necessárias à concretização dos seus próprios objetivos. Se partirmos de uma abordagem positivista, esta identidade é a única da qual goza o agente e basta que as diferenças entre este e os demais sejam reforçadas. Contudo, se partirmos de tradições pós-positivistas, entenderemos que esta identidade que se pretende assumir deverá ser construída socialmente e deve mudar de acordo com o contexto em que se insere. Como diria David Campbell (1992), a identidade é um elemento performático e, por isso, necessita de movimentos constantes que a sustentem. Destes, destacam-se as narrativas que reforçam o embate entre o *Self* e o *Outro* (NEUMANN, 2004).

A alteridade, assim, é indispensável à compreensão e à definição da identidade nacional a despeito da abordagem teórica. Esta premissa, contudo, não ocorre sem a ocorrência de efeitos importantes.

## 2.2 Estado ou pessoa? A antropomorfização como fonte de injustiça

---

<sup>8</sup> Aqui compreendidas a partir das contribuições de Wendt, que sugere que a identidade corporativa é assumida pelo Estado como uma forma de perseguir os interesses nacionais deste. É, portanto, a identidade que é mobilizada para organizar o comportamento estatal necessário para que os objetivos sejam alcançados (1992).

Ao passo em que as relações de diferenciação entre um agente e os demais são cruciais para a definição de uma identidade, surge a necessidade igualmente relevante de forjar uma relativa homogeneidade interna que permita a um Estado assumir o papel de um ente suficientemente uno para que possa assumir uma identidade incontestável. Desta necessidade decorrem dois efeitos importantes: 1) a antropomorfização do Estado e 2) o silenciamento de grupos.

Tendo em vista a busca pela estabilização de uma unidade doméstica, é recorrente que os Estados sejam antropomorfizados à medida em que lhe são atribuídos comportamentos e características que têm, em última instância, a intenção de reduzi-los à imagem de um agente, de uma persona coerente que tem uma personalidade própria e estável. Assim como podemos identificar uma pessoa como um indivíduo cujo comportamento podemos prever com razoável precisão graças à excepcionalidade do conjunto de suas características próprias, também o Estado se pretende exclusivo e homogêneo o suficiente para que se porte como um agente inteligível. Nesse contexto, o opositor é um conceito central naquilo que entendemos como a identidade de um Estado. Tal qual uma pessoa se reconhece, em certa medida, por sua individualidade em relação ao outro que lhe é externo, o Estado e sua identidade passam a ser definidos, sobretudo, a partir de suas diferenças em relação aos demais agentes, e não precisamente a partir de sua própria realidade interna. Dada a primazia da anarquia e a necessidade de construção de limites, a alteridade se sobrepõe ao contexto doméstico cujas assimetrias e diversidade desafiam a construção de um *Self* coeso que permita ao Estado se comportar dentro da lógica estabelecida pelo orquestramento imposto pelo sistema de Estados (JACKSON, 2004; RINGMAR, 1996).

Assim, a realidade de um ator estatal nem sempre é, de fato, tão linear quanto se pretende performar. Na realidade, é esperado que haja uma infinidade de diferentes realidades sociais que encontram pouca, ou nenhuma, similaridade com a identidade que se definiu para certo Estado. Pensando na Rússia, por exemplo, isso se torna evidente: qual a aproximação entre a existência de indivíduos que habitam comunidades indígenas na região de Yakutia e eslavos que vivem em áreas ricas de grandes centros urbanos como Moscou e São Petersburgo? Ainda que uma identidade única para um Estado que acomoda ambos os grupos pareça impossível, é justamente esse o objetivo da criação de uma identidade estatal.

É evidente, porém, que esta ambição não se concretiza completamente. A identidade nacional, para que se enquadre nos moldes de estabilidade e homogeneidade aqui discutidos,

deve excluir algumas existências que são, em realidade<sup>9</sup>, constituintes do Estado que se pretende representar. O *status* de inquestionabilidade e de imparcialidade que envolve a narrativa oficial de identidade que prevalece nas sociedades, portanto, parece ser mais fruto de uma disputa por poder que de uma verossimilhança incontestada. Nesse sentido, é comum que haja a essencialização do que se entende por *Self*, ou seja, parte da diversidade, da complexidade do material humano que de fato forma certo Estado é escamoteado. Ignora-se toda uma pluralidade de existências em prol da formação de uma identidade em específico que parece mais determinada pelas diferenças desta com o *Outro* do que pelas próprias características do Estado que a mantém. Promove-se um entendimento raso do real contexto social que forma o corpo estatal. A fim de promover a identificação a partir da alteridade, são definidas as narrativas que serão apresentadas como constituintes da identidade do “indivíduo” estatal. O silenciamento de vozes e de memórias, assim, é prática fundamental para que o conceito atual de identidade estatal se materialize. Para além do caráter prático que o esquecimento produz na organização da sociedade, contudo, há, também, efeitos de caráter mais profundo na dimensão afetiva (JACKSON, 2004; RINGMAR, 1996).

O sistemático silenciamento produzido pela primazia da identidade nacional tem uma capacidade em potencial de dificultar processos reconciliatórios. Ao passo em que apartamos certa comunidade do seu direito à memória e à representação, a condenamos a manter suas vivências e sentimentos em círculos, via de regra, limitados e cuja legitimidade não se estende a todo o tecido social. As lutas, históricas ou recentes, afetividades, traumas e necessidades desses grupos, por conseguinte, não apresentam grande relevância perante a opinião da máquina estatal — e por vezes sequer são realidades cuja existência é reconhecida. Este silenciamento sistêmico, finalmente, tanto limita o horizonte de possibilidades de soluções práticas para problemas enfrentados endemicamente por grupos sociais, quanto corrobora comportamentos que podem violentar a existência dessas pessoas. O sentimento de unidade de uma nação pode, assim, ser comprometido à medida em que toda a sua diversidade populacional deixa de ser reconhecida e assistida (OLIVEIRA, 2019; SMITH, 2008).

Ao tratar de países tão vastos e diversos como a Rússia, ou ainda como a URSS, estas possíveis clivagens entre narrativas identitárias oficiais e ontologias alternativas sustentadas por comunidades específicas são extremadas. Quando pensamos, por exemplo, no discurso

---

<sup>9</sup> Considerando o caráter jurídico do conceito de Estado, que compreende como população todo o contingente humana que habita os limites fronteiriços do país.

defendido pelo Kremlin em relação à Ucrânia e aos povos eslavos<sup>10</sup>, podemos nos questionar por que razão são estes mais protagonistas da ideia de nação capitaneada por Putin do que, por exemplo, povos muçulmanos que se identifiquem com a cultura e com o povo do Tartaristão<sup>11</sup>. Segundo muitos dos habitantes desta região, haveria um esforço coordenado de Moscou para reprimir expressões culturais locais. A despeito da veracidade de tais afirmações, é correto afirmar que não há, do ponto de vista discursivo, uma posição equivalente entre o lugar das memórias e dos povos do Tartaristão e dos povos eslavos, muitos dos quais sequer fazem parte da Federação Russa. Esse breve exemplo parece não somente materializar os silenciamentos inerentes ao processo de formação de uma identidade nacional, mas, também, sugerir a luta discursiva que se trava dentro da Rússia (MAXIMOVA; BELYAEV, 2017).

### 2.3 Memória e trauma: a materialidade do afeto

Ao tratar da relação entre memória e política, Jenny Edkins (2006) argumenta que a memória, sobretudo a memória traumática, cria temporalidades. Por meio de mecanismos de *remembrance*, como celebrações de datas históricas e ritos de passagem, a memória altera a percepção de tempo que a envolve. O contributo de Edkins (2006) encontra eco no trabalho de Karin Fierke (2006), cuja obra sugere que a criação de uma memória coletiva sustentada por um grupo é fruto de mecanismos de recordação e esquecimento que levam em consideração as preocupações da comunidade. Assim, não somente o que lembramos, mas *como* lembramos é uma questão definida por mecanismos socioideológicos e materiais, o que torna a memória coletiva, em geral, um elemento ahistórico à medida em que evoca a memória não como um evento passado e superado, mas como o presente com o qual precisamos lidar diariamente. Cria-se, dessa maneira, uma temporalidade que não se baseia na veracidade cronológica e factual, mas na narrativa que se cria a partir de memórias e das relações de pertencimento e proximidade criadas por ela. Assim, como diria William Faulkner: “o passado nunca está morto. Nem sequer é passado” (FAULKNER *apud* RAHMAN, 2015, p. 67, tradução nossa).

---

<sup>10</sup>Segundo posição oficial do governo russo, é responsabilidade do país zelar e proteger os povos eslavos, estejam eles localizados ou não em território nacional. Este assunto será melhor discutido doravante.

<sup>11</sup>República russa de maioria muçulmana.

Quando encarada por um ponto de vista sistemático e mais ampliado, a temporalidade criada pela memória pode ser entendida como um elemento que guarda íntima relação com a criação e a sustentação de uma autoridade política. É graças aos laços de solidariedade criados pela memória e pela ahistoricidade da mesma que é organizada a forma de autoridade política que se encarregará da organização da sociedade em questão. Se aplicarmos este entendimento ao Estado, entenderemos que ao passo em que são legitimadas determinadas memórias, cria-se uma certa temporalidade narrativa a nível nacional e, por conseguinte, uma forma de autoridade política específica. Como demonstrará Peter Verovsek (2020) a partir da análise da obra de Hannah Arendt, o Estado se vale da capacidade de definir as narrativas de memória que sustentarão a identidade nacional, mas também a própria constituição da autoridade estatal é fruto da temporalidade sugerida pelas memórias enaltecidas. A Alemanha nazista, como bem salienta o autor, é representativa desta definição: ao passo em que foram promovidas políticas de retomada de memórias acerca da origem ariana alemã e da supremacia da mesma criou-se uma temporalidade tal que permitiu a organização de um tipo de autoridade política totalitária (EDKINS, 2006). Nas palavras de Hannah Arendt, “a política é um tipo de lembrança organizada” (ARENDRT *apud* VEROVSEK, 2018, p. 5, tradução nossa). Se pensarmos na Rússia gerida por Putin, cujas características serão mais bem tratadas no próximo capítulo, teremos um contexto semelhante: exaustivamente exaltando o lugar do país na política internacional durante os períodos imperial e soviético, o presidente cria uma noção compartilhada de que este mesmo prestígio internacional habita o horizonte político russo. Cria-se, a partir dessa narrativa, um Estado cujo principal objetivo é voltar a ser admitido pelos demais como uma grande potência.

A noção de memória aqui esboçada guarda, ainda, inúmeras relações com o conceito de trauma. Também segundo Edkins (2006), a memória traumática, em especial, tem uma particular capacidade de modelação da noção de tempo que influi sobre a definição da autoridade política que organizará uma sociedade. Ao passo em que o trauma afeta de forma intensa e indelével é esperado que a criação de uma temporalidade específica venha à tona de forma urgente. O evento traumático, assim, tem a ver com a noção de preservação e sobrevivência da comunidade e, por isso, mais que uma memória qualquer, exerce um peso especialmente grande sobre a organização política. Neste contexto, a constatação de Freud parece ganhar certo sentido quando tirada do âmbito individual para o coletivo. Segundo o psicanalista, o trauma é a todo momento reencenado como uma forma de constatação da vida. A partir da repetição de gestos, acontecimentos, sentimentos, entre outros elementos que

remontam ao evento a que se faz referência, “celebra-se” a vitória, a superação da ameaça, reitera-se a vida e o desejo de viver. Assim, tal como diz Edkins (2006), o passado, à medida em que é a todo momento reencenado, deixa de ser passado e se perpetua como presente, tendo impacto direto sobre a definição da temporalidade que moldará poder, política, autoridade e, em última instância, existência (CARUTH, 2001).

Um elemento importante acerca da persistência, ou ressignificação, do passado e da memória (sejam traumáticos ou não), é seu poder de perpetuação. Em muitas comunidades políticas é comum que a temporalidade criada por certa lembrança crie um ordenamento político que se mantém mesmo após a troca de gerações. Ainda que não haja mais indivíduos que tenham vivenciado de fato aquilo que agora se sustenta como memória viva, esta se perpetua entre os mais jovens, os quais a reproduzem muitas vezes com a mesma naturalidade daqueles que as viveram. Sobre essa questão é importante mencionar dois fatores. De início, é preciso que entendamos o papel da memória na definição de valores e, além disso, é importante salientar que, para que se possa falar em memória social, é preciso considerar a capacidade de transmissão da memória em questão. A perenidade dos efeitos da memória e do trauma, assim, são mais bem compreendidos quando percebemos que os comportamentos daqueles que vivenciaram os eventos que agora são tratados como uma memória são, em grande medida, moldados por esta. À medida em que a memória cria sua temporalidade, ela torna-se capaz de definir valores e atitudes transmissíveis que serão a base para a definição daquilo que consideramos a identidade de um grupo (FIERKE, 2006).

O Estado tem nas memórias um poderoso elemento para se organizar politicamente, e para tanto incorre em um projeto de lembrança e esquecimento que legitima determinados grupos ao passo em que silencia outros negando-lhes não somente representatividade, mas, de certa forma, o próprio direito ao passado. Se é o Estado nosso objeto central e hegemônico de estudos, portanto, debruçamo-nos muito mais sobre determinadas definições. Negamos, em alguma medida, a importância de outras existências, de outros comportamentos. Algumas noções de identidade estatal reforçam essa mecânica pois nos levam a encarar o Estado como um indivíduo, como uma pessoa limitada a um corpo (ou a um território). Assim, outras coletividades que não são representadas nas narrativas que constituem o sujeito estatal deixam de ser compreendidas em sua complexidade e em sua relevância política.

Por outro lado, se tomamos como objetos de investigação a memória e o trauma, temos maior capacidade de acessar realidades apartadas pela visão tradicional. Não que pensar o

Estado aos moldes tradicionais seja irrelevante, mas compreender outros elementos que extrapolam as visões clássicas nos permite uma apreensão diferenciada de outras formações sociais e políticas, trazendo maior complexidade a diversas discussões. Nesse sentido, é indispensável entender que memória, trauma e identidade são vértices de um mesmo triângulo à medida em que sustentam, juntos, a construção de uma organização comunitária que não necessariamente se resume ao Estado como o conhecemos. Se pensarmos na Grande Guerra Patriótica<sup>12</sup>, evento hoje deveras mobilizado pelo Kremlin como um marco da história russa, veremos como o conceito de memória nos ajuda a desvelar diferentes níveis de um discurso. Para Putin e seus aliados, que determinam em boa parte a identidade nacional da Rússia, o conflito é exemplo da superioridade do povo e do Estado russos. Trata-se de uma lembrança ainda latente que se liga a sentimentos de euforia e patriotismo. Para alguns grupos que estiveram no *front*, porém, a história parece mudar. Ela adquiriu tons de melancolia e luto pelas vidas perdidas a mando de Stalin. Cada uma dessas perspectivas embasa uma interpretação diferente da Rússia: de um lado temos o vigor da imagem de um Estado poderoso, do outro, temos o pesado retrato da realidade de um país conflituoso que valoriza mais as grandes batalhas do que a vida dos seus.

A plasticidade da memória, aqui representada por sua capacidade de criar uma temporalidade específica, determina a partir de que elementos uma coletividade irá estabelecer suas características definidoras, as quais vão desde valores até a própria arquitetura política que dita o funcionamento das instituições que a formam. O trauma, nesse contexto, pode ser compreendido como um elemento de agudização do ímpeto pela existência. É a partir das experiências traumáticas que uma sociedade, de certa forma, aprofunda sua busca pela afirmação e pelo reconhecimento. Não se trata exatamente de superar o trauma, mas de reencená-lo como forma de reiterar que ele não acabou com a existência daqueles indivíduos. A memória traumática, assim, une ambos os elementos: (i) cria uma nova temporalidade na qual o trauma não é um passado esquecido e (ii) impulsiona os indivíduos a buscarem, como sociedade, a organização política que lhes permitirá continuar sobrevivendo e eliminar a ocorrência de um novo evento traumático.

Ambos memória e trauma, assim, parecem contribuir com a expansão daquilo que entendemos a partir da identidade. Se esta é compreendida como um elemento discursivo que define papéis, então, certamente, os efeitos de lembrança, esquecimento e momentos

---

<sup>12</sup>Termo cunhado durante o período soviético e ainda hoje usado pelos russos para se referir às batalhas da Segunda Guerra Mundial conduzidas pelo *front* soviético.

traumáticos são essenciais para entender quais são os pilares que definem os elementos que irão “ancorar” uma identidade tanto do ponto de vista socioideológico quanto material/institucional. Ao passo em que o Estado passa a ser definido e se definir para além de mecanismos puramente legais, contudo, rompemos com o primado weberiano e entramos em outro contexto, um que se relaciona com a biopolítica, mas que, sobretudo, trata de afetos.

## 2.4 Novo Estado?

Fernanda Alves (2018) argumenta que a memória não se constitui apenas a partir de dispositivos imateriais. Segundo a autora, a memória, e os processos de memorização, têm materialidade. Assim, a dicotomia entre esquecer e recordar que constitui a base da ação da memória no presente e no futuro não se sustenta nem se define apenas por mecanismos retóricos, discursivos e cognitivos que surgem da consciente racional e sobre ele incidem. Há, para além disso, um componente material e afetivo que também dialoga diretamente com a psique e que, por conseguinte, influencia a construção da memória. O que Fernanda Alves nos propõe é encarar a memória como um processo que se dá através de encontros e desencontros de elementos ideacionais/narrativos, materiais e afetivos. As contribuições da autora nos permitem tratar da memória, seja ela traumática ou não, como uma arena de incertezas, como um objeto mutável e fluido que se constrói e se reconstrói a partir da interrelação de matéria, mente e afeto. Há, evidentemente, um componente discursivo ligado à formação da narrativa historiográfica que irá fundamentar a ordem cronológica em que ocorreram os fatos dos quais trata a memorização. Por exemplo, a evolução linear de um conflito e seus efeitos. Contudo, há também um componente material que, em geral, está intimamente ligado à territorialidade e ao afeto. Os elementos que constituem o universo físico no qual se deram os eventos do qual se pretende recordar e o teatro no qual são estes resgatados têm efeito sobre o processo de memorização, ou de (re)constituição memorativa, são fundamentais pois interagem com os afetos dos indivíduos, resgatam sensações que trazem outra dimensão às memórias.

A memória, portanto, como afirma a autora é uma “[...] fusão de corpos, lugares e práticas em encontros multissensoriais com materialidade semióticas<sup>13</sup>” (ALVES, 2018, p. 112). Portanto, se deve o Estado criar uma memória unificada para garantir estabilidade à sua identidade a à sua ideia de nação, então deve ele também se debruçar sobre o universo dos corpos e dos afetos envolvidos tanto nos eventos que constituirão a memorização quanto na psique das pessoas que devem partilhar deste mesmo projeto encabeçado pelo corpo estatal. O Estado, então, torna-se também um ente que, para além de normativo/institucional, é afetivo. O afeto, nesse sentido, deve ser compreendido com o um elemento fluido que se conecta com diversos níveis da nossa existência. Assim, ele se estende sobre o imaterial e também sobre a matéria. Como retrata a autora em uma breve passagem, ao contar ao um filho sobre a vida do falecido pai, uma mãe mobiliza seus afetos a partir do imaterial. Ao encarar o memorial de guerra que retrata o conflito que tirou a vida de seu pai, o filho se conecta aos seus afetos a partir da materialidade destes. O Estado, portanto, para legitimar e expandir seus próprios processos de memorização, preocupa-se, também, em expandir seu controle sobre os afetos daqueles que pretende manter sob a tutela das memórias que (re)cria. O Estado afetivo, portanto, define sua ação sobre os indivíduos para além da normativa territorialista e legalista que prevê que seu poder sobre o povo se limita às fronteiras de seu território; é o pertencimento a uma mesma rede de afetos e de memórias, ideacionais e localizadas espacialmente, que define a possibilidade da ação estatal.

Assim, à luz das dimensões da relação território/Estado aqui tratadas, a noção de violência também parece ser modificada. Se, segundo o conceito estatal clássico<sup>14</sup>, o uso da força é monopólio do Estado e é ele por este exercida por meio de mecanismos formais (polícia, exército etc.) sobre seu próprio território ou externamente em defesa própria, o que ocorre se o elemento território é alterado? Ora, se a limitação geográfica não é mais determinante do espaço sobre o qual o Estado pode exercer poder, então o uso da força também se dilui em novos horizontes. Se tratamos, de certa maneira, da dominação da vida material e imaterial, então os elementos de coerção e violência devem também atuar em níveis diversos, não restritos simplesmente ao cárcere e à morte. O próprio entendimento de força, portanto, deixa de ser

---

<sup>13</sup>Do original: “makes memory a fusion of bodies, places, and practices in multi-sensual encounters with semiotic-materialities”.

<sup>14</sup>Aqui compreendido a partir das contribuições de Weber e da escola contratualista segundo os quais, de forma breve, o Estado tem o monopólio da força, é responsável pela organização política e pela segurança da sociedade e o faz a partir do estabelecimento de instrumentos jurídicos que lhe conferem o direito e o poder de legislar sobre a população e sobre o território.

suficiente, pois o domínio e/ou a repressão ocorrem de maneiras diversas. Diferentes expressões de força se sobrepõem de forma a gerar uma confusão entre aquilo que é formal e informal, externo e interno. Uma propaganda homofóbica, por exemplo, pode vir a ser tão ou mais violenta e efetiva do que a aplicação estrita dos mecanismos institucionais. Não há, nesse sentido, um Leviatã à espreita daqueles que infrinjam as regras ou que desafiem os interesses do soberano. Há uma amálgama de micro e macro-expressões de força que, por várias frentes e empreendidas por diversos agentes, garantem a obediência ao Estado.

Nesse contexto, o horizonte de possibilidades de ação estatal é alargado pois passamos a considerar sua capacidade de ação sobre a formação de consensos e de obediência para além do típico léxico jurista. Dessa maneira, importarão as ideias, a criação de uma ideologia pró-Estado que sustente sua soberania, como já indica Robert Cox (1996) à luz das contribuições gramscianas. Além disso, importará também o controle sobre corpos e afetos. O poder, portanto, deixa de ser compreendido apenas por meio do uso da força bruta ou de instrumentos tradicionais de controle, como presídios e instâncias jurídicas. Ele é agora manifesto em diferentes níveis, passa a gozar de uma capilaridade que o permite se entremear nas mentes e na vida daqueles que estão sob seu domínio. Portanto, se o Estado era antes compreendido como uma estrutura político-burocrática que exercia sua função por meio sobretudo da coerção, agora, como dirá John Rigi (2007), a dominação dar-se-á por meio da “dominação caótica”, que combina coerção e biopolítica, aqui compreendida, à luz das contribuições de Fernanda Alves (2018), como a amálgama entre a dimensão civil, física e afetiva de um indivíduo. Há, assim, um transbordamento das limitações jurídicas, territoriais e sociais do ente estatal à medida em que este passa a exercer seu poder para além do horizonte de ação previsto na compreensão política clássica. Os mecanismos de dominação estatal não são mais restritos por fronteiras que definem povo e território nem tampouco são definidos unicamente pelo léxico jurídico. Surge, portanto, um Estado que vai além do Estado weberiano ou contratualista. É um Estado cuja capacidade de ação se dilui desde as instâncias mais tradicionais, como aquelas previstas pelas noções clássicas, até o cotidiano dos cidadãos, as microrelações, as pequenas decisões diárias.

## **2.5 Novas fronteiras para a dominação?**

Se temos um novo Estado baseado em uma nova forma de dominação, qual será, então, sua nova forma de comportamento? A resposta que buscaremos apresentar nesse trabalho está na mobilização de memórias e afetos, fato que se torna, nesse contexto, fundamental para a construção de uma narrativa que embase uma identidade nacional que não se restringe a um tipo específico de Estado, mas que pode apresentar efeitos distintos a depender do contexto em que são empregadas e da maneira com que são utilizadas.

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos, um oceano”. As exatas razões que levaram Isaac Newton a imortalizar sua declaração dificilmente — quiçá nunca — serão compreendidas, em sua totalidade, por qualquer pessoa que não o próprio. Talvez estivesse se referindo à infinidade de leis naturais que ainda haviam de ser descobertas pela Física e pela Matemática. Talvez tratasse da finitude de suas próprias contribuições. Debater as reais motivações de Newton, ainda que não seja o objetivo deste trabalho, muito nos serve como ponto de partida para importantes reflexões acerca da capacidade de conhecer. Podemos imaginar que, enquanto humanos, nossa percepção objetiva do mundo é limitada por nossos sentidos. Contudo, pura e simplesmente distinguir cheiros, sons, sabores, toques e formas parece não bastar para que possamos nos proclamar dotados de raciocínio. É preciso que haja algo para além da percepção física. Razão, moral, fé, intelecto e muitos outros podem ser entendidos como este “sexto elemento” que nos distingue, que nos permite, à nossa maneira, superar aquilo que captamos de forma mecânica a fim de criarmos uma consciência a partir da qual decodificamos o mundo e com ele interagimos (BORDIEU, 1990; FOUCAULT, 2000).

Este processo de formação do conhecimento, por sua vez, ancora-se em um arcabouço ideacional que necessita do universo externo e que é também influenciado pelas particularidades de cada pessoa. Logo, aquilo que julgamos conhecer como realidade está sujeito à incidência da amálgama formada pelo entrecruzamento das nossas constatações físicas (dos nossos cinco sentidos), da nossa própria psique e do contexto em que estamos inseridos. Este, em especial, é particularmente caro às humanidades pois é basicamente constituído pelas nossas interações sociais com o meio em que estamos. Cultura, política, religião e diversos fenômenos coletivos estão, pois, considerados nesse conglomerado que é o aspecto comunal do conhecimento (BOURDIEU, 1990; FOUCAULT, 2000).

Assim, podemos concluir que aquilo que entendemos como verdade, o mundo que julgamos conhecer, está sujeito às nossas intersubjetividades, às diferentes e moldáveis noções que construímos acerca do universo que nos cerca. Por conseguinte, nossos entendimentos

podem mudar à medida em que temos contato com diferentes estímulos. Ao tensionarmos esta percepção, podemos induzir que, então, o conhecimento é fruto de um processo de construção que não se dá dissociado do contexto em que vivemos. Portanto, retomando a colocação newtoniana: o que sabemos é uma gota pois apenas somos capazes de entender o mundo a partir do lugar<sup>15</sup> em que estamos, e os lugares em que podemos estar são tão infinitos quanto o oceano.

Ora, se aceitamos que nossa apreensão do universo se dá a partir da sobreposição de elementos materiais e subjetivos, coletivos e particulares, parece plausível considerarmos que aquilo que julgamos entender é na realidade um simulacro. Mas, afinal, quais seriam as ferramentas que nos permitem acessar o mundo para além dos nossos sentidos? Alguns dirão que esse papel é desempenhado pelo discurso (LACLAU; MOUFFE, 1985; DERRIDA, 1995; STRAVAKAKIS, 1999).

De acordo com a abordagem adotada pelos autores citados neste trabalho, é por meio de mecanismos discursivos que formamos nossa identidade e nosso conhecimento. Tal conclusão resulta de uma conceituação que, influenciada por Michel Foucault, confere ao discurso a alcunha de ato político à medida em que é produto da articulação entre saber e poder, entre o local de fala do sujeito e a comunidade que o legitima ou não. Neste contexto, a narrativa pode ser encarada como um processo social que nos permite transformar estímulos em símbolos revestidos de nexos, de sentido. Ou seja, são as narrativas que permitem a associação de signos e o desencadeamento deles; é por meio delas que sistematizamos os estímulos discursivos que recebemos e construímos nosso conhecimento. Assim, tal qual o discurso, a narrativa é também uma forma de constituição das nossas realidades, das nossas identidades e das nossas interações com o meio que habitamos (BAITELLO JUNIOR, 1997; DERRIDA, 1995).

Narrativas, assim como o discurso, estão em todo lugar já que são elementos indispensáveis para que possamos acessar o mundo. Considerando que ambos não possuem sentidos absolutos, ainda que diferentes pessoas possam ter entendimentos semelhantes, é de se esperar que a repetição ou a exclusividade de certos estímulos favoreça a construção de significados específicos para cada indivíduo. Dessa forma, é possível concluir que se um grupo de pessoas está sujeito à influência de uma(s) mesma(s) narrativa(s) o conhecimento de todas será semelhante. Os efeitos desta constatação, se levados a cabo em dimensões mais alargadas,

---

<sup>15</sup>Lugar aqui é considerado como o conjunto das particularidades individuais (como experiências de vida, escolaridade, saúde, valores morais etc), do momento histórico, do local geográfico e do contexto social/político/cultural/econômico em que está um indivíduo.

podem surtir efeitos particularmente profundos na vida de pessoas e até mesmo na organização de sociedades inteiras.

Neste contexto, a História pode ser entendida como uma arena de disputa potencialmente influente. Ao relatar um evento passado, um historiador também está sujeito às vicissitudes da relação intersubjetiva que orienta a formação do discurso e da narrativa, por isso, antes de aceitar uma produção historiográfica enquanto verdade absoluta, é preciso que nos atentemos a algumas questões. Primeiramente é preciso considerar o local de fala do historiador. Ainda que inconscientemente, é preciso que ele faça escolhas que surtem efeito sobre seu trabalho. É preciso que ele escolha, por exemplo, a partir de qual perspectiva irá analisar e retratar o momento histórico sobre o qual pretende estudar. Podemos entender a Grande Guerra Patriótica a partir da posição do Partido Comunista ou atualmente pelos pronunciamentos de Putin ou a partir das famílias que perderam entes queridos em batalha. Cada uma dessas ópticas levarão a diferentes conclusões e entendimentos acerca do Estado. Não queremos, com isso, atribuir juízos de valor à escolha — deliberada ou não — feita pelo estudioso de História. É precisamente esta a profundidade com que as narrativas nos afetam: após sermos influenciados por elas podemos naturalmente ignorar a existência de diferentes abordagens do mundo, e nosso local de fala está absolutamente relacionado à nossa capacidade de considerar todo o leque de possibilidades, de narrativas, a partir das quais podemos acessar uma realidade similar (BLANCO; DELGADO, 2019; MUÑOZ, 2015).

Também devemos considerar os interesses em jogo no fazer da História em um sentido mais amplo, e, para tanto é fundamental não perder de vista o debate sobre hegemonia e legitimidade. Já elucidamos os impactos do local de fala do sujeito para a construção do conhecimento, contudo, há também consequências que extrapolam o âmbito do indivíduo e se alastra para um universo maior. Se cada indivíduo é capaz de apreender a História à sua própria maneira por que, então, há narrativas que se sobrepõem a outras e, ainda que sofram mínimas “distorções” vindas de diferentes interpretações, galgam uma posição hegemônica destarte sua factualidade perante certas comunidades? Para melhor ilustrar o debate, pensemos por que a História do Brasil é narrada a partir da chegada dos portugueses. Ou ainda, por que aprendemos a História a partir de marcos temporais europeus (Feudalismo, Renascença, Iluminismo etc)? Será que essa versão de História é realmente aderente às histórias de negros e indígenas e seus descendentes? Será que esse modelo representa minimamente o Brasil ou a América Latina? Por que, mesmo que a resposta às perguntas anteriores pareça negativa, a narrativa da nossa História “oficial” é feita a partir da ótica das elites europeias? Transferindo a mesma lógica por

trás destas perguntas para nossa análise, podemos nos questionar por que Kremlin parte do pressuposto que o Estado russo nasceu da Rus Kievana enquanto a Ucrânia diz que esta é o marco de sua existência, não da Rússia? Por que durante a URSS foi essa a versão ensinada nas escolas apesar de não ser hegemonicamente aceita? (HANSEN, 2006; OLIVEIRA, 2019 A).

Para pensar os questionamentos levantados é preciso que entendamos a História e as narrativas que sustentam suas muitas versões possíveis como uma arena de disputa. Sendo uma narrativa um mecanismo socialmente e intersubjetivamente formado que nos permite acessar o mundo é certo supor que, então, a sustentação de narrativas específicas legitima, ou não, valores, atores e decisões. À medida em que uma narrativa sobre a História é tida como oficial e é reproduzida sistematicamente, portanto, é possível moldar a opinião da sociedade no sentido de legitimar os interesses em jogo por parte das elites que comandam a narrativa hegemônica (ÇAPAN, 2017). Podemos melhor elucidar essa questão a partir do conceito de *soft power* proposto por Joseph Nye (1990). Se o poder de controlar os elementos imateriais que orientam a relação dos indivíduos com o meio permite moldar consensos, então o controle da narrativa histórica hegemônica permite, também, legitimar valores como a liberal-democracia, eventos como a sustentação de laços de colonialidade entre sociedades e outros. Este controle sobre narrativas específicas, por sua vez, pode se dar por uma série de maneiras, que vão desde (i) a concessão de incentivos a pesquisadores que obedeçam, deliberadamente, os parâmetros determinados pela História “oficial”; a sustentação de (ii) um ciclo de retroalimentação segundo o qual os indivíduos, devida e inconscientemente embebidos na racionalidade da narrativa oficial a reproduzem naturalmente.

Destarte as claras deficiências apresentadas pelas narrativas ditas “oficiais”, sua centralidade segue inabalável graças não somente ao poder dos discursos que assim as rotulam, mas, também ao positivismo impregnado na Academia e na própria sociedade como um todo. Ainda influenciados pelas aspirações racionais iluministas, temos sido, ao longo de séculos, condicionados a acreditar na Razão em seu sentido mais absoluto: o da verdade. Desta maneira, esperamos que aquilo que nos diz a Ciência seja a mais pura representação da realidade, sendo a contestação da mesma uma impossibilidade e a justificativa da sua pureza uma tautologia. Somado esse positivismo à dimensão do poder que o discurso tem sobre nossa psique temos uma conjuntura que reforça sistematicamente o lugar de destaque ocupado pelas narrativas que nos são apresentadas (MUÑOZ, 2015; SMITH, 2008).

O *status* de inquestionabilidade e de imparcialidade que envolve a narrativa oficial de História que prevalece nas sociedades, portanto, é mais fruto de uma disputa por poder que de uma verossimilhança incontestada. Neste contexto, é também crucial que nos alertemos que, se é verdade que a historiografia “oficial” de uma nação é cunhada a partir de fontes de dados específicas, então estas fontes, conforme já discutimos, também devem ser questionadas. Documentos de Estado, relatórios de agências governamentais, depoimentos de atores “notáveis” (como políticos, generais, chefes de organizações entre outros), e demais fontes “oficiais” de pesquisa padecem de limitações que podem potencialmente enviesar um estudo e tolher sua acuracidade (POLLAK, 1989; SMITH, 2008). Em Estados comandados por regimes autoritários, por exemplo, é comum que haja consistentes mecanismos de censura como a manipulação de dados oficiais e a ocultação de acontecimentos em entrevistas. Claro que mesmo países que convivem com o mais democrático dos governos também não devem se contentar apenas com informações consideradas oficiais uma vez que são elas formadas por processos intersubjetivos. Ademais, sobre a evidência sistemática das vozes de “grandes homens” no fazer historiográfico, para além da clara limitação imposta pela não inclusão de diferentes pontos de vista, Jordão Horta Nunes (2016) nos alerta para o seguinte:

Os “grandes homens”, como reis, administradores, generais etc., têm menor liberdade para agir, pois seus papéis na estrutura social já são fixados, legitimados e culturalmente reconhecidos. A rede de expectativas sociais a respeito de suas ações, institucionalmente inscritas, limitaria o leque de escolhas, constringendo-os. Estes seriam, paradoxalmente, menos “agentes”, em menor grau responsáveis pelos resultados históricos efetivos, quando comparados, por exemplo, a soldados que, no final da cadeia causal, matam ou são atingidos, saqueiam ou desertam. Não se justificaria, portanto, uma história guiada pelos feitos de “notáveis” (NUNES, 2016, p. 37).

Dos efeitos que a hegemonia do uso da História produz um dos mais potencialmente violentos é o já mencionado silenciamento de indivíduos e/ou comunidades. À medida em que nenhum conhecimento é imparcial dado o seu próprio processo de construção é particularmente problemático nos termos apenas às narrativas “oficiais” pois iremos necessariamente excluir um universo de perspectivas da análise. Neste contexto, por “silenciamento” podemos entender: (i) o esquecimento, que está ligado às memórias, às vivências passadas e seus significados; e (ii) o silenciamento de fato, ou seja, a não inclusão de diferentes pontos de vista, de realidades vividas no presente. Ambos os significados são elementos que preservam claras relações entre si especialmente naquilo que diz respeito à negação à representatividade que grupos apartados

da História “oficial”, silenciados, enfrentam na criação de políticas públicas, na identidade nacional e/ou na formação da elites nacionais (OLIVEIRA, 2019 B; SMITH, 2008).

A somatória de forças que corrobora a construção de narrativas absolutistas que apartam vozes da própria realidade coletiva nada mais é que um processo de deliberada dominação que é mais facilmente institucionalizada por meio dos aparatos estatais. Uma vez que o Estado tem controle, mesmo que não integral, sobre a produção de conhecimento do país e baseia suas políticas, e sua identidade, sobre suas próprias concepções de História e sobre seus próprios afetos e memórias, podemos dizer que a coerção clássica serve à biopolítica nesse novo Estado “afetivo”. Esta afirmação fica particularmente clara quando nos damos conta de que muitas das narrativas que assumem lugar privilegiado no imaginário coletivo vem sendo constituídas há muito tempo e foram iniciadas no seio de regimes fechados, politicamente mais próximos dos autoritarismos. Uma destas muitas narrativas que aceitamos com naturalidade é o orientalismo. Seja na nossa concepção daquilo de que se trata do internacional, seja na concepção que temos acerca de outros países que não o nosso, há sempre um silenciamento de certos Estados que norteia nossa codificação do mundo. Nações são desprovidas de sua capacidade de agência e são, assim, concebidas sempre a partir do parâmetro de países ocidentais, seja em termos de *catch up* ou de afastamento dos mesmos. Há um referencial ético e moral, de superioridade, que ainda reveste o mundo ocidental. Há uma lógica niilista, de oposição, que embasa a comparação deste com o restante do mundo: avançado/atrasado, moderno/feudal (ÇAPAN, 2017).

## 2.6 Conclusões do capítulo

Para o Estado memórias são imprescindíveis para que possa ele se organizar politicamente. Para tanto, incorre, o agente estatal, em um projeto de lembrança e esquecimento que legitima determinadas narrativas ao passo em que silencia outras, negando a certos grupos não somente representatividade, mas, de certa forma, o próprio direito ao passado. Se é o Estado nosso objeto central de estudos, portanto, debruçamo-nos muito mais sobre determinadas cosmologias. Negamos, em alguma medida, a importância de outras existências. Algumas noções de identidade estatal reforçam essa mecânica pois nos levam a encarar o Estado nação como um indivíduo, como uma pessoa definida pela normativa jurídica. Assim, outras

possibilidades de interpretação de fenômenos políticos e sociais deixam de ser compreendidas em sua complexidade e em sua relevância. Por outro lado, se tomamos como objetos de investigação a memória e o trauma, temos maior capacidade de acessar realidades apartadas pela visão tradicional. Não que pensar o Estado nos termos weberianos seja irrelevante, mas compreender outros elementos nos permite uma apreensão diferenciada de outras formações sociais e políticas, trazendo maior complexidade a diversas discussões. Nesse sentido, é indispensável entender que memória, trauma e identidade se interrelacionam à medida em que sustentam, juntos, a construção de uma organização comunitária que não necessariamente se resume ao Estado como o conhecemos.

Essa primeira reflexão é central para o nosso trabalho pois trataremos em boa medida do embate entre formações identitárias. A Rússia, quando tenta justificar sua ação sobre a Crimeia, por exemplo, argumenta que as identidades de ambas é a mesma ou pelo menos parecida o suficiente para que possam ser entendidas como pertencentes a um mesmo corpo político. Kiev, no entanto, não compactua da narrativa usada pelo Kremlin. As memórias que são celebradas pelos russos são, em muitas ocasiões, lembradas com luto pelos ucranianos. Nesse sentido, não só a Ucrânia promove uma identidade com a qual a Crimeia não se identifica, mas também a Rússia tenta impor suas próprias narrativas sobre um povo sem considerar completamente os desejos e afetos deste. Antes de prosseguirmos para um novo ponto, é importante, porém fazer um esclarecimento. Apesar de reconhecermos os perigos da antropomorfização do Estado, iremos recorrer a um recurso que pode, se não conscientemente considerado, incorrer neste mesmo processo que criticamos há pouco. Ao nos referirmos à Rússia, a Moscou, ao Kremlin ou aos russos estaremos aqui falando das visões, ideias e discursos endossados pela elite no poder, ou seja, por Vladimir Putin e a coalizão da Rússia Unida, seu partido, e da elite econômica que corroboram das ideias do presidente. Por limitações diversas não é possível que consideremos mais de um setor da extensa população russa neste trabalho, portanto, optamos por selecionar um setor em específico sobre o qual nos debruçar. Entendemos, no entanto, e reforçaremos isso diversas vezes, que a visão oficial do Kremlin não representa toda a diversidade do país. As reflexões acerca da antropomorfização e da impossibilidade de representador todos os grupos sociais sob uma única identidade, contudo, mantém-se relevante pois é ela central para que entendamos as diferenças no cenário político da Ucrânia e da Moldávia.

Sigamos. A plasticidade da memória, aqui representada por sua capacidade de criar uma temporalidade específica, determina a partir de que elementos uma coletividade irá estabelecer

suas características definidoras, as quais vão desde valores até a própria arquitetura política que dita o funcionamento das instituições que a formam. O trauma, nesse contexto, pode ser compreendido como um elemento de agudização do ímpeto pela existência. É a partir das experiências traumáticas que uma sociedade, de certa forma, aprofunda sua busca pela afirmação e pelo reconhecimento. Não se trata exatamente de superar o trauma, mas de reencená-lo como forma de reiterar que o mesmo não acabou com a existência daqueles indivíduos. A memória traumática, assim, une ambos os elementos: (i) cria uma nova temporalidade na qual o trauma não é um passado esquecido e (ii) impulsiona os indivíduos a buscarem, como sociedade, a organização política que lhes permitirá continuar sobrevivendo e eliminar a ocorrência de um novo evento traumático.

Ambos memória e trauma, assim, parecem contribuir com a expansão daquilo que entendemos a partir da identidade. Se esta é compreendida como um elemento discursivo que define papéis, então, certamente, os efeitos de lembrança, esquecimento e momentos traumáticos são essenciais para entender quais são os pilares que definem os elementos que irão “ancorar” uma identidade tanto do ponto de vista socioideológico quanto material/institucional. E, ademais, se incluímos memória e trauma às análises, entendemos a limitação da visão clássica e ampliamos o universo de possíveis objetos de estudo que nos ajudam a analisar, de fato, não o Estado enquanto elemento juridicamente possível, mas o mundo e suas relações.

A compreensão do Estado e de sua identidade a partir do afeto e da memória sugere que o Estado, para além dos mecanismos clássicos de coerção e uso da força, pode também agir de outras formas, pode se entremear no imaginário da sociedade e controlar os corpos daqueles que formam a população. Esta, nesse sentido, é compreendida de forma alargada, não mais restrita às barreiras fronteiriças e aos determinantes legais. O Estado se constitui sobre novas bases e formas de dominação, ele se derrama no reino da memorização (e, portanto, da matéria, dos afetos, dos corpos e dos discursos). Noções de população, de território, de controle e obediência, entre outros, são, dessa maneira, reformuladas e adquirem uma liquidez que confere ao Estado e, por conseguinte, aos seus governantes, um sem-fim de novas formas de atuação.

Nesse contexto, dentre as muitas maneiras pelas quais o Estado pode estabelecer relações de domínio sobre povos destacamos seu protagonismo na determinação das narrativas historiográficas que embasarão não somente a produção científica nacional, mas, também, a identidade a ser performada pelo Estado. À medida em que o ente estatal goza da capacidade

de controlar o processo de formação discursiva essencial à elaboração identitária, ele tem maior poder de definir quais memórias serão lembradas ou esquecidas e quais existências celebradas ou escamoteadas. Da diversidade dos povos e das vivências que compõe uma nação, assim, alguns serão feitos protagonistas da narrativa estatal sustentada pelos dispositivos de poder oficiais. É essencial, ainda, que nos atentemos ao fato que a própria definição desta cronologia histórica que embasará o fluxo de construção identitária está também sujeita à ação dos dispositivos socioideológicos que informam a visão de mundo daqueles que detêm o poder. Tem-se, assim, um ciclo retroalimentado no qual uma identidade é formada a partir do estabelecimento de discursos e narrativas chave definidos por agentes específicos que, por outro lado, têm suas próprias psiques condicionadas pelos mesmos fatores sobre os quais se constrói a identidade em questão. Para o Estado que adentra o universo afetivo aqui tratado, portanto, controlar o conhecimento historiográfico é fundamental pois este está diretamente ligado à identidade que se pretende forjar, seja esta mais ou menos inclusiva.

O tipo de poder deste “novo Estado”, assim, conecta-se com a identidade nacional pois é a partir da definição desta e graças à sustentação da mesma que concede diferentes lugares a diferentes corpos. A alguns é dada posição privilegiada, como é o caso dos povos eslavos na Rússia atual. A outros, é concedida a vida nua, ou ainda alguma outra forma menos digna de representatividade, como os muçulmanos do Tartaristão. Há uma disputa de poder intrínseca não somente à constituição discursiva e narrativa do Estado, mas, também, à sua construção identitária. Quando falamos de identidade no contexto memorativo/afetivo aqui tratado, então, a assimetria é inescapável e controlada pelo Estado através de dispositivos diversos, os quais, tal qual o domínio dos meios de produção científico, necessariamente relacionam-se com o controle físico e afetivo dos corpos subjugados ao aparato estatal.

É interessante, ademais, atentar ao fato de que esse dispositivo discursivo que dita o processo de formação identitária à medida em que seleciona memórias e traumas para promover uma espécie de revisionismo histórico que favoreça os interesses estatais pode ser aplicado externamente. A identidade é um elemento essencialmente relacional. Portanto, para que um país crie a sua própria é preciso, entre outros pontos, que ele crie também suas próprias visões acerca dos Estados com os quais irá interagir. Nesta “alterização”, que como vimos não é suficiente para entender a identidade em sua totalidade, reside o potencial de externalização do processo de formação identitária: é preciso também criar uma narrativa acerca do Outro. A construção de uma historiografia oficial é feita não somente acerca da história do Estado em questão, mas também, em menor medida, do estrangeiro. Se pensarmos em dois países A e B

que em algum momento foram parte de uma mesma entidade estatal essa “historiozação” de B torna-se ainda mais fundamental pois é ela também parte da própria identidade nacional de A que se pretende criar. Se pensarmos, por exemplo, na Rússia e na Ucrânia temos exatamente este cenário.

Portanto, no que diz respeito ao caso russo, essa nova formulação estatal parece permitir que entendamos muito das dinâmicas que hoje envolvem o país. Do reiterado apoio a regiões separatistas cuja luta por autodeterminação data da dissolução da URSS (1991) à recente anexação da Crimeia em 2014, o comportamento russo em muito se afasta daquilo que é previsto pela narrativa clássica de Estado à medida em que o Kremlin mantém uma campanha de dominação sistemática sobre povos que escapam à territorialidade e, conseqüentemente, à soberania<sup>16</sup> russas. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre a excepcionalidade do Estado russo a fim de explicitar como, a partir da criação de uma identidade baseada em uma narrativa histórica deliberadamente construída pelo Kremlin pela mobilização de traumas e memórias, a Rússia usa dos processos de memorização e da dominação caótica para formular um novo Estado que se transnacionaliza e que se confere o direito de proteger corpos e territórios que escapam à sua própria constituição jurídica, mas que correspondem à sua nova estrutura enquanto entidade política.

---

<sup>16</sup>Aqui entendida nos termos clássicos a partir dos quais um Estado apenas pode exercer soberania plena sobre seu próprio território.

### 3. OS DETERMINANTES DA RUSSIANIDADE

O Ocidente sempre esteve no horizonte da política russa e desempenha, ainda hoje, um papel central na formação da narrativa identitária sustentada pelo Kremlin. Atualmente, o discurso que subjaz à formação da Rússia se baseia, em certa medida, na criação de uma narrativa histórica cuja seletividade traz à tona memórias e aspectos específicos que, juntos, determinam o lugar do Ocidente na formação da identidade russa contemporânea. Para compreender o papel atual deste e o peso que as memórias e traumas a ele vinculados desempenham na definição da identidade performada por Putin e seus apoiadores, faremos uma breve revisão histórica para determinar a origem da narrativa que hoje baseia o contexto político de Moscou.

#### 3.1 O lugar do Ocidente

A ausência de um período feudal aos moldes da experiência europeia, o peso da ortodoxia, a sustentação da servidão compulsória até o início do século XX e a dualidade entre terra e governante são alguns dos elementos que conduziram o Estado russo a um desenvolvimento que em muito contrasta com o exemplo do Ocidente. À luz dos contributos de Iver Neumann (2003), a ideia de Rússia, ou de “russianidade”, é um conceito historicamente atrelado à terra (*zemlya russkaya*). Considerar-se russo, parte do mundo eslavo inaugurado na *Rus Kievana*<sup>17</sup>, era relacionar-se com o solo habitado, com o terreno sobre o qual a civilização eslava se erguia. Assim, não importava o tipo de governo que pudesse vir a controlar a região: enquanto o povo eslavo habitasse aquele terreno, seriam eles parte da Rússia. Nesse contexto, o autor ressalta que mesmo à época do domínio mongol sobre a *Rus Kievana*, que se alonga de 1237 a 1390, a população local não minimizou sua identidade russo/eslava<sup>18</sup> em favor da lealdade aos seus governantes. De fato, a força do sentimento de pertencimento à civilização russo/eslava era tão expressiva que, em 1390, quando da expulsão dos mongóis, aquilo que

<sup>17</sup>Também conhecida como Rússia de Quieve, trata-se de uma formação político-social de tribos eslavas que, unidas por uma suposta ancestralidade em comum, uniram-se para formar um proto Estado-nação que viria a ser considerado o berço do Império Russo e de todo o mundo eslavo.

<sup>18</sup>Referimo-nos aqui, sobretudo, às etnias russa e eslava oriental. Esta corresponde aos povos eslavos que atualmente habitam Rússia, Bielorrússia e Ucrânia. Sua história está diretamente ligada à *Rus Kievana* e à Dinastia Rurikides.

antes era determinado pela terra passa a ser identificado, de fato, com o Estado. Se até o momento era o solo o elemento sobredeterminante de uma identidade russo/eslava compartilhada, agora era a lealdade e o pertencimento ao Estado russo que condicionava a identidade da nação que se formava. A inflexão apontada pelo autor traz à tona o amadurecimento da formação política que se formava e inaugurava uma nova fase do processo de *state-building* russo à medida em que garantia o estabelecimento de laços de lealdade e confiança da sociedade em relação ao ente estatal, não somente ao fator territorial.

### Ilustração 2 – Mapa aproximado do território da Rus Kievana



Fonte: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2016

Outra característica indispensável para entendermos a formação estatal da Rússia, e por conseguinte sua ideia atual de nação, é o lugar da ortodoxia na narrativa estatal do país. Ao longo do século XV, a cristandade viu-se ameaçada pela expansão do Império Otomano. Temendo pelo futuro da comunidade cristã, a Igreja Católica Apostólica Romana sugere unir forças com a Igreja Ortodoxa a fim de deter o perigo islâmico. O Grão-Principado de Moscou, sucessor da Rus Kievana, a despeito de sua ligação com o Império Bizantino, nega o chamado de reunificação sob a justificativa de que a cooperação contrariava os dogmas da ortodoxia. Dessa forma, a Rússia seria o único e legítimo bastião de sua Igreja, a real incorporação da verdade ortodoxa. À abnegação se seguiria, por fim, a queda de Bizâncio. Ainda que não seja o único responsável pela tomada de Constantinopla pelos otomanos, o Principado de Moscou foi culpabilizado pela cristandade, fato que inseriu uma carga negativa indelével sobre o Estado nascente. Este, por conseguinte, passa a ser codificado pelo Ocidente, em certa medida, sob a influência da persistente memória da rejeição, a qual, por sua própria natureza, invoca a ideia de barbárie, de inferioridade moral. Anos após o episódio, em 1472, Ivan III, grão-príncipe de Moscou, casa-se com Sofia Paleologue, herdeira do último imperador do Império Bizantino. O matrimônio representara, no imaginário moscovita, a oficialização de que a Rússia é não somente a real detentora dos valores ortodoxos, mas também a legítima herdeira do legado de Constantinopla. Surge, assim, o mito da Terceira Roma, segundo o qual Moscou é, na realidade, a sucessora natural da glória do Império Romano (NEUMANN, 2003).

À medida em que se apresenta por meio dessa nova imagem, a Rússia a um só tempo favoreceu um avanço no desenvolvimento no senso de unidade interna e polarizou ainda mais sua existência em relação ao mundo externo. Ao passo em que clama o lugar de herdeira da verdadeira vontade divina, das graças do Deus cristão, a Rússia alimenta um crescente sentimento de orgulho que se estende a diversos níveis do tecido social, corroborando a formação da *comunidade imaginada*<sup>19</sup> do local. Já se levarmos em consideração o âmbito interestatal, nota-se que o discurso inaugurado com a narrativa da Terceira Roma explicita o distanciamento da Rússia para com o restante do mundo. Se é esta o grande bastião da cristandade, é ela moralmente superior às demais regiões cristãs. Moscou, assim, é elevada ao patamar de liderança outrora ocupado por Roma e Constantinopla. Aliás, é a Rússia apresentada de forma ainda mais superior uma vez que é ela representada tanto como o local de uma igreja

---

<sup>19</sup>O termo faz referência à obra de Benedict Anderson (2008), segundo a qual um país necessita da formação de mecanismos internos que gerem coesão social entre povo e Estado, contexto em que a lealdade e os afetos do primeiro são depositados sobre o segundo. O orgulho advindo do sentimento de pertencimento, assim, é apresentado como um elemento basilar na criação estatal.

viva no presente quanto como a última capital do império cristão. É na Rússia que se reúnem Roma e Bizâncio e é nela que o mundo cristão se congrega em torno de uma existência superior e revestida pelas verdades e vontades divinas, noção que ficaria imortalizada nas palavras do grão-duque Bazil III: “E agora te digo: guarda-te e guarda-te, piedoso czar; todos os impérios da cristandade estão unidos no teu, as duas Roma caíram e a terceira existe e não haverá uma quarta<sup>20</sup>” (STREMOOUKHOFF, 1953, p. 94, tradução nossa). Há, assim, a reiteração de um discurso identitário que polariza ainda mais o abismo existente entre Rússia e Ocidente.

O próprio termo *czar* advém da doutrina da Terceira Roma em referência ao termo *césar* e inaugura a era czarista do Estado russo. O início do período conta com mudanças significativas na ideia de nação promovida por Moscou. Em virtude do intervalo de instabilidade que se segue à morte de Teodoro Ivanovich, último czar da dinastia Rurikides<sup>21</sup>, a parte mais a oeste da Rússia, que vinha se expandindo desde o início do domínio tuaregue, é tomada por uma aliança liderada pela Comunidade Polaco-Lituana e apoiada por grupos de russos contrários ao regime que se instaurava no país. A ameaça ocidental, temida sobretudo em vista do extremismo católico polonês, que se alastrava pelo império czarista, logo leva à organização de movimentos de resistência pró-império, entre os quais se destaca a ação dos cossacos. De fé ortodoxa, estes habitavam as bordas do Estado moscovita e, a despeito de sua localização geográfica não se adequar estritamente aos limites do território russo, eram considerados parte do país. Este pertencimento fora mobilizado, no período de interregno aqui analisado, como elemento que favoreceria o uso da força cossaca em prol de Moscou. Nesse ínterim, assim, a ideia de nação russa passa por uma mudança interessante: ela deixa de ser atrelada de forma tão evidente ao Estado e passa a ser determinada como uma extensão do próprio czar. A Rússia, dessa forma, passa a ser compreendida como fruto do casamento entre o “paizinho”<sup>22</sup> e a pátria-mãe (*motherland*) (CHERNIAVSKY, 1958).

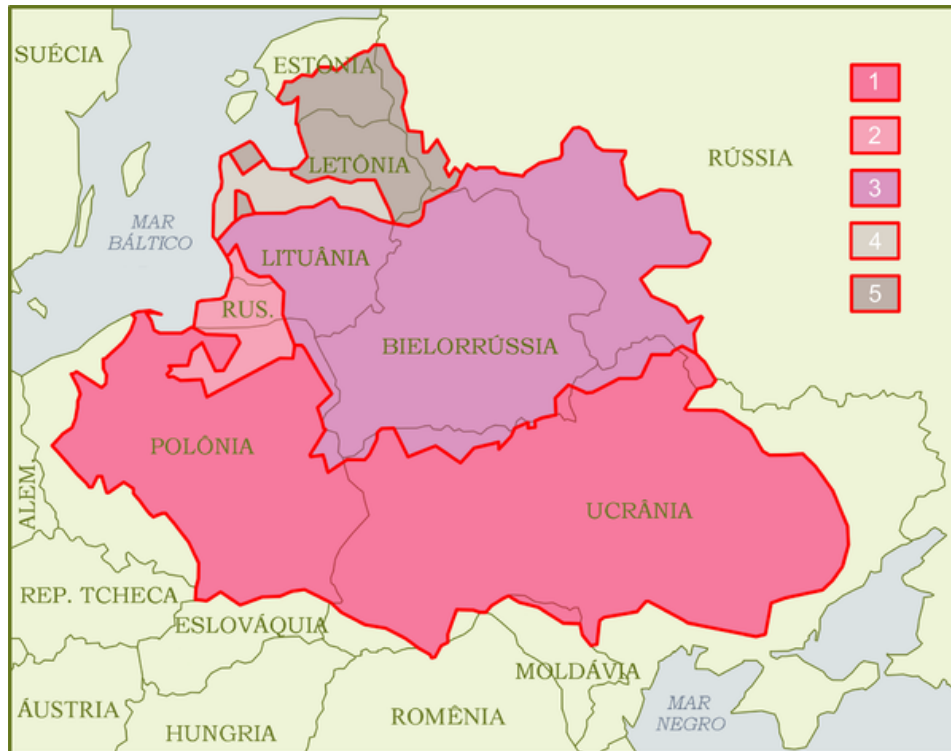
---

<sup>20</sup> Do original: “And now, I say unto thee: take care and take heed, pious tsar; all the empires of Christendom are united in thine, the two Romes have fallen and the third exists and there will not be a fourth”

<sup>21</sup> Primeira dinastia do período czarista russo, advém dos tuaregues, povo de origem *viking* que chega à região de *Kievan Rus* e chega ao poder de forma pacífica. São eles que promovem o fortalecimento do nascente Estado russo após anos de domínio mongol e iniciam a expansão territorial russa a oeste.

<sup>22</sup> Na Rússia czarista, em razão das relações de poder estabelecidas entre governo e sociedade e da personificação do poder no monarca, era comum que o povo se referisse ao czar como o “paizinho”, como a figura paterna responsável por zelar e cuidar de toda a pátria. O uso do diminutivo (paizinho ao invés de pai) é decorrente de declinações do idioma russo no qual, à semelhança do português, altera-se o final das palavras para conferir sentido de carinho, de intimidade entre outros.

### Ilustração 3 – Mapa aproximado do avanço da extensão territorial da Comunidade Polaco-Lituana



Fonte: BONÁS, 2006

O período de instabilidade sucessória aqui retratado é findado em 1613 com o início da dinastia Romanov. A restauração do czarismo, contudo, não se deu sem que o ambiente político russo fosse alterado. À época da presença lituano-polonesa, os grupos favoráveis à presença ocidental, em contraste àqueles que defendiam a doutrina da Terceira Roma e apoiavam o papel do “paizinho” como representação do Estado, defendiam uma aproximação do Ocidente. Esses indivíduos compreendiam que uma relação mais estreita com os Estados ocidentais traria avanços importantes a Moscou. Essas forças ocidentalizantes não gozavam de grande expressividade quando da subida ao poder dos Romanov, cenário que seria rompido com o reinado de Pedro I (1689-1725). Este, cuja alcunha “O Grande” remonta aos feitos e projeto por ele sustentados, adotou uma postura reconciliatória com o Ocidente sem desprezar o peso da civilização de seu Estado. O hemisfério oposto, nesse ínterim, era compreendido como uma fonte de aprendizados, os quais deveriam passar pelos devidos ajustes a fim de que pudessem ser aplicados ao contexto russo. Durante seu reinado, a Rússia expandiu consideravelmente seu poder a oeste, construindo São Petersburgo e conquistando o Mar Báltico, assim aumentando

sua expressividade no concerto europeu. Além disso, é durante o governo de Pedro que é formada a marinha russa e que são conquistados entrepostos nos mares de Azov e Negro, ainda que parte deste último deixe de ser dominado pela Rússia em 1710. O império, assim, passava a ser reconhecido, não sem limites, por seu peso e por sua grandeza e ganhava força a tentativa do czar de fazer com que fosse a Rússia aceita como parte da Europa (GREENFELD, 1993; NEUMANN, 2003).

As medidas adotadas por Pedro seriam também sustentadas por Catarina II (1761-1796). Durante o reinado da czarina a Rússia continua sua expansão, anexando parte do território polonês, a Crimeia e regiões na Ucrânia, como parte do extremo oeste até então comandado pelos Habsburgos e *Novorrossya*<sup>23</sup>, porção leste do território. O expansionismo russo rumo ao Ocidente, porém, não seria reproduzido pelos governos vindouros. O abandono da virada à oeste adotada pelos monarcas aqui citados, contudo, não se deu de forma abrupta. Dado o avanço do dito projeto ocidentalizante e o lugar que a Europa vinha cristalizando no sistema de Estados, uma antagonização exacerbada entre Rússia e Ocidente não parecia servir aos interesses dos czares. O aparente consenso que parecia sustentar a nascente postura russa, contudo, esfacelar-se-ia em 1825 com a Revolta de Dezembro, evento em que oficiais do exército russo se rebelaram contra o czar. Os rebeldes exigiam o estabelecimento de uma monarquia constitucional e o fim do campesinato. A revolta ocorreu alguns anos após a Revolução Francesa (1789-1799) e pode ser compreendida como uma consequência da influência revolucionária vinda do Ocidente. A afronta à autocracia logo gerou uma reação na elite política, que tentou abafar a dispersão de ideias que contradiziam a lógica de poder que, à época, sustentava todo o sistema russo<sup>24</sup>. Em 1833, o então ministro da educação, Sergei Uvarov, criou a conhecida fórmula "Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade", a qual, acreditava-se, reforçaria aquelas que eram consideradas pela elite governante as características mais elementares do povo russo (GREENFELD, 1993; LAURELLE, 2016).

---

<sup>23</sup>Com exceção da Crimeia, que é dominada em 1783, as demais anexações acontecem graças a partilhas de territórios realizadas após a vitória russa na Guerra Russo-Otomana, que se estende de 1768 a 1774. A Comunidade Polaco-Lituana, apoiadora dos otomanos, é, nesse ínterim, penalizada com a distribuição de partes do seu território.

<sup>24</sup>O poder personificado na figura do czar, o uso sistemático da servidão (modo de trabalho compulsório), os valores ortodoxos, a relação com a terra e com o czar.

**Ilustração 4 – Mapa dos territórios anexados pela Rússia durante o reinado de Catarina II (1762 – 1796)**



Fonte: THAROOR; THORP, 2015

Em relação à nova doutrina, é interessante atentar ao conceito de nacionalidade escolhido por Uvarov. O vernáculo escolhido, *narodnost*, etnologicamente nega a ideia liberal de nação promovida pelos ocidentais à medida em que atrela ideia de “nação” à terra e à memória, não ao institucionalismo do conceito ocidental. Assim, há uma ênfase ao fato que o caminho de desenvolvimento civilizacional da Rússia não foi o mesmo que aquele observado no Ocidente. Além disso, em 1860, o então Ministro do Interior, Conde Petr Valuev, sugeriu a adoção do termo *natsionalnost*. Com essa nova definição, Valuev esperava trazer à tona um conceito genuinamente russo, que adicionava elementos como cultura e folclore como determinantes de um povo. À medida que as questões culturais passaram a incluir o imaginário

coletivo no que diz respeito à caracterização do povo russo, foram lançadas as bases para o que viria a ser entendido como uma identidade essencialmente étnica (LAURELLE, 2016).

Há indícios, na iniciativa de Uvarov, de que o Ocidente começava a ser codificado pela Rússia não apenas como uma diferença, mas como uma ameaça. À medida que a ideia ocidental de nação começou a representar um perigo real para a manutenção do sistema de governo da Rússia, o Ocidente passou a ser interpretado como uma fonte de instabilidade para o poder russo. Manter o czarismo em meio às revoluções burguesas da Europa Ocidental era, para a elite, uma fonte de orgulho, prova do valor do império. Essa ideia foi a base das contribuições de Uvarov, e é graças à sua fórmula que, entre 1890 e 1900, surge o movimento eslavófilo. Com base na concepção da singularidade russa cunhada pelo então ministro, os integrantes dessa nova expressão da nação russa criaram uma imagem genérica de como seria a mentalidade ocidental e polarizaram a superioridade do "caminho" de civilização oferecido por Moscou. Assim, à medida que o Ocidente desenvolvia suas noções de democracia, Estado-nação e nacionalismo, os eslavófilos reiteravam o poder imperial e a autocracia (LAURELLE, 2016).

A instituição do governo revolucionário e a consequente formação da URSS suprimiu os eslavófilos e estruturou um Estado que, baseado nos ideais marxistas, foi concebido como uma alternativa ao imperialismo ocidental. Entendido como uma forma avançada do capitalismo, o império enfrentado pelos soviéticos era a expressão do liberalismo burguês, tido como a base para a construção dos perversos nacionalismos que tomariam a Europa nas primeiras décadas do século XX. O Estado soviético, desta forma, organizou-se a partir de uma concepção de povo, nação e nacionalidade que refutava o ideal de identidade cívica, explicitando o lugar do Ocidente como o Outro antagônico, a externalidade que ameaçava as bases da URSS. Formavam-se, assim, as chamadas nacionalidades, denominação adotada pelo Politburo para tratar das muitas formações político-sociais que compunham o Estado soviético. A etnia, assim, fora elevada a um elemento definidor das micro-identidades que faziam parte do corpo da URSS e de sua maior expressão: o *homo sovieticus*, a identidade máxima que conglomerava a diversidade da União e a acomodava sob um guarda-chuva identitário ainda mais amplo. Foi a partir desta concepção de nacionalidade que o comando central pôde dar seguimento a muitas de suas políticas e organizar a implementação de políticas públicas voltadas à população (SMITH, 2002; SVETLANA, 2016).

A conceitualização de nacionalidade, assim, é elemento fundamental para que entendamos a complexidade da identidade soviética. Ainda que os diferentes líderes da União

tenham imprimido suas próprias nuances sobre a definição das políticas de nacionalidades desempenhadas pelo governo central, a busca pelo equilíbrio entre a liberdade absoluta à expressão nacional e a desintegração do bloco foi a tônica que permeou a URSS ao longo de toda sua existência. Neste contexto, havia uma atenção especial voltada ao estabelecimento de mecanismos locais que pudessem conciliar os desejos nacionais à autodeterminação e à consciência nacional mais ampla que deveria aglutinar todos os povos sob o signo de uma mesma identidade soviética a despeito de qualquer diferença. O direito ao ensino de línguas locais (desde que o russo fosse ainda o idioma principal a ser adotado), a liberdade à expressão da religião islâmica<sup>25</sup> e demais fatores podem ser citados como exemplos de concessões do governo central que expressam o caráter concessivo que ele cedia a certos grupos nacionais que compunham a União. A construção de uma identidade genuinamente soviética, porém, não se sustentava unicamente sobre as políticas conciliatórias e mecanismos burocráticos, como a “passaportização” com base étnica. Outro marcador indispensável à criação do *homo sovieticus* tem também a ver com o contexto retórico, estético e afetivo. Gozando de amplo domínio sobre canais midiáticos, a URSS veiculava seus avanços à população de forma eufórica. A superioridade soviética era representada em filmes e propagandas empolgantes cuja narrativa exaltava o orgulho da nação em oposição ao retrocesso do Ocidente (à época representado, sobretudo, pelos Estados Unidos da América — EUA). Por muitos anos o caminho oferecido pela União, assim, foi motivo de orgulho para aqueles que dela fizeram parte: foi o Exército Vermelho que derrotou o nazismo, foi a tecnologia soviética que levou o homem à lua, foi a educação soviética que garantiu altos níveis de alfabetização à população (BRUBAKER, 1994; SMITH, 2002; SVETLANA, 2016).

Ironicamente, contudo, o cuidado cedido à delimitação dos limites dentre os quais cada comunidade poderia promover seus próprios “nacionalismos” não se deu no mesmo nível em uma república: a Rússia. Diferentemente daquilo que se podia observar em toda a extensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela ausência de políticas específicas relativas a nacionalidades, a população russa não contava com grandes níveis de consciência nacional. Ainda que Moscou fosse o centro político do bloco, a unidade federativa por ele representada era, à época, formada por diferentes grupos nacionais que coexistiam sem que houvesse qualquer direcionamento acerca de questões como representatividade política nos

---

<sup>25</sup>Por conta do viés ideológico sobre o qual se deu a própria construção da URSS, a religião foi, de certa forma, desencorajada. Contudo, sobretudo em vista das nações da Ásia Central, o Politburo optou pela estatização de mesquitas a fim de que os povos muçulmanos pudessem manter seus rituais de fé e, assim, conter possíveis levantes contra a União.

órgãos governamentais russos, movimentos coordenados de políticas linguísticas nacionais entre outros. Conforme caracteriza Yuri Slezkine (1994), a URSS pode ser entendida como um grande apartamento comunal no qual cada república representaria um cômodo específico, de certa forma apartado dos demais, enquanto a Rússia seriam os espaços compartilhados, dos quais todos podem desfrutar, mas que não se pode delimitar com precisão.

O fim da União Soviética, assim, ainda que tenha sido um período complicado para todos que dela faziam parte, representou um desafio em particular para a Rússia, cuja identidade, cuja ideia de nação, esteve por anos mais ancorada na própria URSS que em si mesma. Somada à débil definição de nacionalidade, ademais, a queda do bloco comunista trouxe ainda outras consequências complexas para a Rússia nos âmbitos econômico e político. Durante a década de 1990, o governo de Boris Yeltsin (1991-1999) tentaria superar os impasses gerados pela dissolução da União. Neste ínterim, seu mandato seria marcado pela abertura de mercado, pelas privatizações, pela aproximação dos EUA e mais uma série de medidas que pareciam apontar para uma Rússia que se lançava em uma campanha de ocidentalização buscando performar uma identidade mais ocidentalizada do que aquela vista durante a URSS (SEGRILLO, 2015).

Nesse cenário, inicia-se também um período complexo de reconfiguração do tabuleiro da política internacional. Tendo seu principal antagonista “derrotado”, os EUA, nos anos 1990, adentram um momento de hegemonia incontestável no qual seu projeto político-econômico encontrou um cenário propício à expansão. Nesse contexto, destacamos a entrada de capital estadunidense em muitas das ex-repúblicas soviéticas e o alargamento da OTAN em direção a leste. Criada em 1949 como uma aliança militar de cunho defensivo cujo principal objetivo era fazer frente à ameaça do expansionismo soviético, a organização, mesmo após a dissolução do Pacto de Varsóvia (1991), não somente continua ativa como também passa a aumentar suas fronteiras. Até o momento, foram cinco grandes ondas expansionistas. Este comportamento chama a atenção pois ocorre a despeito do (i) esfacelamento daquela que era a razão de ser da organização e do (ii) compromisso assumido quando da queda do muro de Berlim<sup>26</sup> (1989), momento em que as lideranças do pacto militar declaram que não promoveriam expansões para

---

<sup>26</sup> Apesar do popularmente chamado Tratado 2 + 4 (1989), acordo que regimenta a reunificação alemã, não tratar especificamente de limites ao expansionismo da OTAN, sabe-se que, ao longo das negociações, foram feitas menções à não movimentação de tropas e à não expansão da aliança em direção a territórios soviéticos. Nesse sentido, a própria inclusão da Alemanha na organização quando da queda do muro de Berlim, apesar de resguardar o direito de presença militar nos territórios a leste apenas às forças alemãs, pode ser interpretada como uma afronta aos compromissos assumidos pelo então Secretário Geral Jens Stoltenberg (EMTSEVA; EMTSEV, 2022).

além de suas fronteiras<sup>27</sup>. Ao aceitar a República Tcheca (1999), Bálticos (2004) e demais países que, apesar de não terem composto a URSS localizam-se às margens do exterior próximo russo, como a Romênia e a Bulgária, a OTAN quebra com esse acordo tácito, provocando Moscou e elevando as preocupações do Kremlin em relação à sua segurança<sup>28</sup>. No seio do ocidentalismo de Yeltsin, há uma tentativa russa de acomodação a este novo cenário, o que é continuado até o início dos anos 2000, momento em que a Rússia chega a se aproximar da aliança em virtude da criação do Conselho OTAN – Rússia, iniciativa que se propunha a melhor acomodar os interesses de ambas as partes. A expansão do bloco em direção ao leste europeu somado ao reiterado desinteresse de conceder a Moscou um lugar na membresia da aliança, porém, junto de outros fatores que serão melhor detalhados a seguir, parece ter desgastado as relações entre Rússia e Ocidente e levado a uma quebra completa entre ambos. A OTAN e seu expansionismo, assim, consagram-se como o grande antagonista do Kremlin, o que em muito orienta as ações deste em relação à preservação de seus interesses para com seu exterior próximo (DEREVECKI, 2002; TSYGANKOV, 2010).

Durante seus primeiros anos à frente do Kremlin pós-soviético, Boris Yeltsin tentou contornar os problemas enfrentados pelo país com uma política de liberalização que acenava para uma reaproximação com o Ocidente e indicava um afastamento do passado soviético em prol da acomodação de uma normativa socioideológica que passava a acomodar vieses neoliberais. Se até então a Rússia contava com um nacionalismo incipiente que carecia de substância, agora a quase-subserviência ao Ocidente revestia a memória soviética de um ranço de atraso ao passo em que sugeria que a direção à grandeza estaria à Oeste. No pacote adotado por Moscou, podemos destacar a abertura do mercado e a inclusão de políticas públicas orientadas por uma noção de identidade cívica que destoava do conceito de nacionalidade outrora instituído pela URSS. Assim, é criado um cenário propício à entrada de capital estrangeiro e à organização política de grupos étnicos que viriam a reivindicar direito por autodeterminação. Dessa maneira, após colher resultados econômicos inexpressivos, lidar com ameaças à integridade territorial do país (como visto na Chechênia), desagradar parte da população que não aderiu aos ideais ocidentais e continuar a ser sistematicamente desprezado pelo Ocidente (como podemos ver na expansão da OTAN em direção ao espaço pós-soviético

---

<sup>27</sup> Aqui entendidas como a região limítrofe entre os territórios do bloco ocidental/capitalista e da URSS.

<sup>28</sup> É importante lembrar que, para entrar na OTAN, os membros devem cumprir uma série de exigências relativas à compra de armamentos e demais ferramentas militares. Somando-se a isso o artigo 5 da organização, que prevê a segurança coletiva dos seus países, temos um cenário em que o Ocidente expande consideravelmente sua (potencial) ofensiva militar em direção à Rússia.

somada à persistente recusa de inclusão de Moscou ao bloco), a Rússia abandona a estratégia inicial do presidente em meados dos anos 1990 e passa a estimular, ainda que timidamente, a retomada de seu lugar como grande potência não alinhada ao Ocidente. A troca de Kozyrev por Primakov à frente do Ministério de Relações Exteriores é elemento fundamental desta reorientação política pela qual passa o país (SEGRILLO, 2015; SLEZKINE, 1994; TOLZ, 1998).

Durante o mandato de Kozyrev, que se estende até 1996, há um isolamento internacional russo acompanhado de uma maior orientação à alternativa ocidental como forma de superar os desafios econômicos, políticos e sociais que se colocam após o fim do bloco soviético. Ainda que a Rússia nutrisse expectativas de que seria bem recebida pelo Ocidente, o histórico de expansionismo do país parece ter representado um grande empecilho à normalização das relações. Com o intuito de acenar uma mudança de postura internacional, então, Kozyrev opta por um certo isolamento em relação ao Ocidente, preferindo privilegiar a tentativa de aproximação com EUA e Europa em detrimento de uma maior diversificação de parcerias. Esta decisão, porém, contribuiu ainda mais para o fracasso do período. Tendo sua integração ao “concerto ocidental” negada, a Rússia viu-se completamente isolada, sem outras vias a serem exploradas com o intuito de reconstruir o Estado. Uma vez que aos problemas estruturais vindos de 1991 não somente não haviam sido resolvidos como também piorados, se levarmos em conta os efeitos negativos da maneira com que a liberalização foi conduzida, podemos dizer que, em 1996, a Rússia passava por um período de agravamento considerável do cenário do início da década. É então nesse ínterim que Primakov assume a pasta de relações exteriores e passa a implementar uma mudança central na condução das relações internacionais russas: a ruptura com a postura isolacionista de seu antecessor (TSYGANKOV, 2010).

O novo ministro entendia que, dada a interdependência do mundo e a situação interna da russa, cuja economia carecia de um mercado consumidor que suprisse a perda de territórios vinda da queda da URSS, era preciso diversificar parcerias internacionais. Em um primeiro momento, pois, e aproveitando-se de laços históricos já bem estabelecidos e de infraestrutura existente, Primakov reconhece a importância do chamado “exterior próximo russo” e se lança em uma empreitada dupla: (i) a de retomar a presença russa no espaço pós-soviético; e (ii) a de estabelecer parcerias com China e Índia. Tal empreitada, contudo, não tarda em esbarrar em um desafio de proporções imensas: a expansão do Ocidente a leste, tanto do ponto de vista do alargamento da OTAN quanto do crescente interesse da União Europeia em estabelecer tratados de amizade com países da região. Não é de surpreender, portanto, que a mudança de Kozyrev

por Primakov veio acompanhada de uma nova maneira de encarar o Ocidente, que agora deixa de ocupar o lugar de amigo em potencial e passa a representar possíveis limitações às ambições russas no âmbito regional, tornando-se um ator a ser contido. Da experiência russa dos anos 1990, portanto, podemos concluir que: (i) o fim da Guerra Fria impôs uma derrota traumática para a Rússia; (ii) a tentativa de liberalizar o país reiterou suas diferenças em relação ao Ocidente; e (iii) as novas diretrizes de política externa adotadas na segunda metade da década, ainda que não criem grande antagonização de fato, iniciam um processo de mudança do lugar do Ocidente na política russa (TSYGANKOV, 2010).

É importante enfatizar a reprodução constante, senão um aprofundamento, do trauma da derrota ao longo de toda a década de 1990. Como se o sentimento gerado no imediato pós-Guerra Fria não bastasse, a Rússia também foi submetida a uma espécie de repetida humilhação ao ter que ceder à adoção de medidas que não guardavam semelhança com as bases ideacionais e civilizacionais que até então haviam condicionado a política nacional. Entre as muitas novidades inseridas no país no período analisado podemos destacar a abertura do mercado. Durante o período soviético, as importações eram rigidamente controladas pelo governo e os cidadãos estavam proibidos de empreender de forma particular. A abertura repentina da economia russa e a entrada maciça de produtos estrangeiros não só levou muitas indústrias domésticas a fecharem as portas como também teve impacto direto na qualidade de vida da população. Esta, dividida entre o desejo de empreender<sup>29</sup> e a euforia pelo acesso facilitado a bens que outrora eram raros, logo viu crescer suas dívidas e, por conseguinte, também os níveis de violência, agravados em especial pela expansão de grupos mafiosos. Ainda que tenha pagado um alto preço pela liberalização que deveria salvá-la da ruína, porém, a Rússia continuou a ser tratada como pária pelo mesmo Ocidente que lhe vendera o mito do liberalismo. No início do século XXI, portanto, temos uma Rússia traumatizada que quer voltar à glória do passado, ser respeitada e reconhecida novamente como uma grande potência. Uma Rússia que, em certa medida, não persegue mais o Ocidente como objetivo, como alternativa às suas crises, mas, definitivamente, como o Outro, como o polo oposto que sustenta as próprias bases de uma identidade singularmente russa (PAIN, 2016).

O sabor amargo dos anos 1990 se expressa, ainda que não de forma absoluta, nos desejos da elite política russa e no imaginário de parte da população do país. A mudança repentina

---

<sup>29</sup>Como havia muito pouco conhecimento em relação a investimentos e administração de negócios, um fato muito comum nos primeiros anos da década de 1990 era a falência de novos empreendedores que se fascinavam com esquemas de pirâmide e logo perdiam todo o capital investido (CHEVTCHENKO, 2018).

gerou um grande impacto na vida dos habitantes, que se dividiram, basicamente, em dois grupos: (i) aqueles que repudiavam a nova realidade do país e (ii) aqueles que celebravam a “nova Rússia”, que acreditavam que as reformas permitiriam a criação de uma nação forte. Para o primeiro grupo, o projeto ocidentalizante da Era Yeltsin representou uma quebra traumática com o passado. Essas comunidades, portanto, usualmente apegavam-se às memórias da URSS e passaram a viver em um Estado de nostalgia que contava com sua própria temporalidade. No livro *Secondhand Time: The Last of the Soviets*, de 2016, a jornalista Svetlana Aleksievich promove um relato sensível do olhar dessa Rússia que se sentira violentada pelo projeto ocidental dos anos 1990 (SEGRILLO, 2015; TOLZ, 1998).

Sáimos das nossas cozinhas para as ruas, onde logo descobrimos que não tínhamos ideias, afinal, estávamos apenas conversando. Pessoas completamente novas apareceram, esses jovens em anéis de ouro e blazers magenta. Havia novas regras: se você tem dinheiro, você conta — sem dinheiro, você não é nada. Quem se importa se você leu toda a obra de Hegel? As ‘Humanidades’ começaram a soar como uma doença.<sup>30</sup> (SVETLANA, 2016, p. 27, tradução nossa).

Nós saímos do regime soviético na poeira. E então o que temos em seu lugar? O ringue, a selva...ladrões governando o país... Eles agarraram furiosamente, competindo pelo maior pedaço do bolo. Meu Deus! Chubais<sup>31</sup>, “o capataz da perestroika” ... Agora ele sai por aí se gabando, dando palestras sobre o mundo, dizendo que em outros países levou séculos para construir o capitalismo, enquanto aqui fizemos isso em três anos. Eles esculpiram com cirúrgica precisão... E se alguém era um ladrão, Deus os abençoe, talvez seus netos serão decentes. ECA! E esses são os democratas... [Silêncio.] Eles vestiram ternos americanos e fizeram o que seu Tio Sam disse a eles. Mas os ternos americanos não combinam com eles. Eles se sentam tortos. Isso é o que você ganha! Não era a liberdade que eles buscavam, era o jeans azul, supermercados... Eles foram enganados pelas embalagens brilhantes... Agora nossas lojas estão cheias de todos os tipos de coisas. Uma abundância. Mas montes de salame não têm nada a ver com felicidade. Ou glória. Éramos uma grande nação! Agora não somos nada além de mascates e saqueadores... comerciantes e administradores de grãos...<sup>32</sup> (SVETLANA, 2016, p. 54, tradução nossa).

<sup>30</sup>Do original: “We stepped out of our kitchens and onto the streets, where we soon discovered that we hadn’t had any ideas after all — that whole time, we’d just been talking. Completely new people appeared, these young guys in gold rings and magenta blazers. There were new rules: If you have money, you count — no money, you’re nothing. Who cares if you’ve read all of Hegel? ‘Humanities’ started sounding like a disease.”

<sup>31</sup>Anatoly Chubais foi um dos principais responsáveis pela privatização da Rússia durante o governo de Yeltsin. Ele é, ainda hoje, um dos homens mais ricos do país (SVETLANA, 2016).

<sup>32</sup>Do original: “We’ve left the Soviet regime in the dust. And so what do we have in its place? The boxing ring, the jungle...Thieves running the country...They grabbed furiously, racing for the biggest piece of the pie. My God! Chubais,\*4 “the foreman of perestroika”...Now he goes around bragging, giving lectures around the world, saying that in other countries, it took centuries to build capitalism, while here we did it in three years. They carved it up with surgical precision...And if anyone was a thief, God bless them, maybe their grandchildren will turn out decent. Ugh! And these are the democrats... [Silence.] They put on American suits and did what their Uncle Sam told them to do. But American suits don’t fit them right. They sit crooked. That’s what you get! It wasn’t freedom they were after, it was blue jeans, supermarkets... They were fooled by the shiny wrappers...Now

Ambos os excertos são passagens de depoimentos dados por cidadãos russos acerca do regime que começou a ser construído no país após a queda da URSS. Da sensibilidade das falas, é evidente o pesar no tom dos relatos, que sugerem o trauma que representa a substituição de uma vida “à la soviética” por um novo cotidiano ocidentalizado. A memória traumática sobre a qual se verbaliza a saudade de um passado glorioso expressa a narrativa que viria a sustentar a construção discursiva materializada pelo Kremlin desde o início dos anos 2000 e agravada a partir da década de 2010.

Para melhor compreender o lugar do Ocidente e o papel da atual reencenação desta memória traumática na política russa contemporânea, é importante darmos um passo atrás para analisar a tradição de política externa da Rússia e identificar os atores sobre os quais nos debruçaremos. Como sugerem autores como Tsygankov (2010), a condução das relações internacionais russas pode ser fragmentada em três principais vertentes: (i) os ocidentalistas, que defendem uma aproximação do Ocidente e a formação de uma identidade que defina a russa enquanto um ator europeu e ocidental; (ii) os estatistas, que, pragmáticos, prezam sempre pela sobrevivência e fortalecimento do Estado sem que para isso estejam alinhados a um discurso essencialmente pró ou anti-ocidental; (iii) os “civilizacionistas”, que partem da visão de que a Rússia é um Estado *sui generis* graças à sua história e formação e que, por isso, está destinada a ocupar um lugar de destaque no sistema de Estados. Ainda que estas definições não sejam absolutas e que nenhum grupo ou indivíduo analisado se encaixe perfeitamente em uma vertente apenas, esta segmentação nos ajuda a visualizar de forma mais didática quais os condutores da política do país. Dessa forma, podemos identificar em Kozyrev diversos aspectos que nos levam a enquadrá-lo como um ocidentalista. Primakov, dada sua visão pragmática e seu objetivo maior de recuperar o país sem que para isso dependa de um ator em específico, é provavelmente um estatista cujas ambições e formulações políticas se estendem para além de seu mandato. No início dos anos 2000, Vladimir Putin assume a presidência da Rússia e muitas de suas decisões ao longo dos dois primeiros mandatos à frente do Kremlin podem ser compreendidos à luz da escola estatista e do legado deixado por Primakov.

Ao longo de seus primeiros anos como presidente, de 2000 a 2008, Putin se distanciou das intenções liberalizantes dos anos 1990 e se concentrou em aprofundar sua busca pela

---

our stores are filled with all sorts of stuff. An abundance. But heaps of salami have nothing to do with happiness. Or glory. We used to be a great nation! Now we're nothing but peddlers and looters...grain merchants and managers...”

retomada do poder russo. O caminho escolhido pelo ex-agente da KGB para atingir este objetivo, contudo, não foi estável nem tampouco pode ser compreendido apenas como uma continuação da política de Primakov. Como este, Putin também buscou aumentar seu controle sobre grandes corporações e atores chave do cenário produtivo russo, o que fez com razoável sucesso. Diferente do antigo ministro, porém, o presidente deu início, também, a um processo de cooptação de todo o aparato jurídico, midiático e partidário da Rússia, garantindo a si amplo respaldo político entre as principais elites do país e reduzindo a capacidade de articulação de opositores. O Kremlin, assim, ainda que ainda conte com disputas internas entre grupos “rivais”, é controlado de forma razoavelmente fácil por Putin, garantindo a este amplo espaço de manobra até hoje, momento em que governa Moscou desde 2012 (TSYGANKOV, 2010).

Outro ponto de distanciamento entre as diretrizes de política externas desenhadas por Primakov e Putin é justamente a relação com o Ocidente. Enquanto o primeiro sustentava uma visão incipiente de que os atores ocidentais, sobretudo os EUA, deveriam ser contidos a fim de evitar a expansão de seus mecanismos até os limites do território russo, Putin, em um primeiro momento, tenta estabelecer relações bilaterais com países de sua periferia e parcerias estratégicas com os europeus e com Washington. O apoio russo à guerra ao terror estadunidense é talvez um dos mais emblemáticos exemplos deste debate. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a Rússia foi o primeiro Estado a declarar apoio à Casa Branca na luta contra o terrorismo. Seria um equívoco afirmar que isso basta para classificar Putin como um ocidentalista. Como Tsygankov (2010) bem define, Putin é essencialmente um estatista que privilegia a força do Estado sem que para isso, se alinhe irrestritamente a qualquer um. O enfrentamento a movimentos terroristas, nesse sentido, era do interesse russo pois havia um temor de que eventos similares desestabilizassem a política regional, sobretudo considerando o contexto do Cáucaso, da Ásia Central e da Chechênia (TSYGANKOV, 2010).

Nesse ínterim, é ainda interessante que nos concentremos brevemente na narrativa mitológica mobilizada por Putin. Durante o governo Yeltsin houve uma tentativa de dissociar o passado russo do stalinismo soviético através, entre outras ferramentas, de uma ressignificação da Grande Guerra Patriótica. Se durante a URSS a disputa fora celebrada como a vitória da irmandade comunista, nos anos 1990 foi apresentada como a vitória dos homens sobre o mal. Há, assim, uma mudança clara no tom da mensagem: o triunfo contra o nazismo já não é mais triunfo de Stálin e de seu regime, mas de cidadãos, de destacamentos militares separados de uma visão política específica e aliados ao Ocidente na luta contra o Eixo. Esta nova interpretação da participação soviética na Segunda Guerra Mundial serviu aos objetivos

de Yeltsin pois, a um só tempo, distancia a memória da União Soviética e aproxima o país dos Aliados. Quando assume o poder, Putin também elenca a memória da Grande Guerra Patriótica como o elemento primeiro de seu discurso político acerca do lugar da Rússia no jogo de poder internacional. A fim de se afastar da ideia de anti-sovietismo e de liberalização iniciadas por Yeltsin, o novo presidente dá início a uma sistemática retomada de elementos da URSS para estruturar uma nova historiografia. Assim, como demonstra Olga Malinova (2017), os anos 2000 marcam o início de esforços estatais organizados voltados à política da memória na Rússia. Dessa maneira, uma série de elementos demonstram o objetivo do Kremlin de se apoiar, sobretudo, na ressignificação da Grande Guerra para fins políticos: o uso de recursos financeiros para a produção historiográfica, a retomada do hino nacional da URSS (com devidas alterações na letra, mas com melodia inalterada) como hino oficial da Rússia, a declaração do presidente de que o fim da União Soviética foi a maior catástrofe da história. Essas e outras decisões têm como efeito não somente lembrar o mundo e os russos da grandeza da milenar Rússia, mas, também, de promover uma reconciliação com o passado soviético em oposição à postura anterior de negar o período comunista. A narrativa fortemente orientada à celebração da Segunda Guerra Mundial, assim, é um fator central e recorrente no discurso ideológico que embasa a presidência de Putin. Ainda que possamos afirmar que é este um elemento de continuidade ao longo de todos os mandatos do político, porém, há outros fatores que sofreram e sofrem alterações.

Uma primeira mudança na condução política de Putin pode ser identificada a partir de 2004, quando, devido às chamadas revoluções coloridas<sup>33</sup> e à ameaça ocidental/liberalizante representada pelas mesmas, o presidente se dedicou à construção de uma ideologia russa que compensasse o avanço liberal no exterior próximo e passou a fortalecer e disseminar sua concepção de que a Rússia é um país europeu, mas não ocidental. É importante, ainda, salientar que boa parte das manobras de Putin, que são também determinadas por sua coalizão, encontraram grande respaldo entre a população sobretudo graças aos bons resultados econômicos oriundos da alta do preço das *commodities*. A bonança doméstica, assim, era compreendida pela sociedade como fruto da boa condução do país (PAIN, 2016).

---

<sup>33</sup>Denominação dada a movimentos populares que, usualmente inspirados por ideais liberais ocidentais, contestavam o governo em prol da adoção de reformas democratizantes. Os revoltosos, em geral, não se filiavam explicitamente a nenhum ator internacional, porém a retórica adotada, que flertava com critérios liberal democráticos de desenvolvimento ameaçava o Kremlin. Países como Geórgia e Quirguistão foram palco de movimentos do tipo.

Há uma certa inflexão em 2008, momento em que a população começa a se mostrar insatisfeita com algumas decisões do governo. Muito desta postura, porém, é fruto dos efeitos da crise global sobre a economia russa. O ano [2008] marca também a declaração da OTAN, em uma reunião de cúpula em Bucareste, de acordo com a qual a Ucrânia iria sim integrar o bloco no futuro. A afirmação soa como uma ameaça aos interesses do Kremlin, o que leva o então primeiro-ministro Vladimir Putin a começar a articular uma abordagem mais agressiva em relação ao Ocidente. É ainda nesse ínterim em que acontece a Guerra na Geórgia (2008), a qual consegue promover um aumento nos índices de aprovação do governo russo que vinham caindo junto do PIB do país. Acerca deste conflito é interessante, ainda, atentar-nos também à escalada na tomada de atitude por parte da Rússia, o que acontece, entre outras razões, por conta da virada nas relações com o Ocidente e a maior ameaça que este passa a representar para Moscou e seus interesses. Tal atitude se destaca pois parece marcar a inauguração de fato de novo momento na interação entre ambos os polos, período esse caracterizado por um crescente medo por parte do Kremlin de ter seus objetivos frustrados em virtude do avanço ocidental. Apesar das oscilações do contexto, as iniciativas representadas por Putin foram razoavelmente mantidas até 2011, ano de protestos massivos contra ele e a favor da modernização do país. As revoltas alertaram para uma perigosa disseminação de iniciativas liberais dentro da Rússia, o que levou o Kremlin a asseverar o tom e conduzir a identidade do país, cada vez mais, ao conservadorismo. Assim, em 2012, quando assume a presidência novamente, e no intuito de reverter algumas decisões feitas por Medvedev (2008 – 2012)<sup>34</sup>, o governo de Putin, então, dá início a um novo projeto político, um que se apega ainda mais a traumas passados e que antagoniza ainda mais com o Ocidente (LAURELLE, 2016; PAIN, 2016).

Entendemos o que está acontecendo; entendemos que essas ações tinham como alvo a Ucrânia e a Rússia e a integração euroasiática. E tudo isso enquanto a Rússia tentava um diálogo com nossos colegas no ocidente. Estamos continuamente propondo a cooperação em todos os assuntos-chave; queremos fortalecer nosso nível de confiança e que nossas relações sejam igualitárias, abertas e justas. Mas vemos que a recíproca não é verdadeira. Pelo contrário, mentiram para nós diversas vezes, tomaram decisões pelas nossas costas, fizeram com que aceitássemos algo que já estava decidido. Isso aconteceu com a expansão da OTAN no Oriente, assim como a preparação de infraestrutura militar em nossas fronteiras. Eles ficavam repetindo a mesma

---

<sup>34</sup>Classificado por Tsygankov (2010) como um ocidentalista, Medvedev dá início a uma tentativa de normalização das relações com os EUA e aponta uma possível aproximação entre ambos, o que foi também um objetivo inicial do governo Barack Obama e, entre outras iniciativas, pode ser exemplificado pela assinatura do acordo New START (New Strategic Arms Reduction Treaty) em 2008.

coisa: “Bem, isso não lhe diz respeito.” Isso é fácil de dizer<sup>35</sup> (PUTIN *apud* THE KREMLIN, 2014, n.p, tradução nossa).

### 3.2 (Re)Politizando a tradição: excepcionalismo e trauma

Os protestos de 2011 ameaçaram a manutenção de Putin no poder e trouxeram à tona traumas e memórias sobre a relação da Rússia com o Ocidente. Considerando a típica personificação do poder característica do Estado russo, o levante contra Putin foi visto como uma afronta aos valores fundadores do país, um questionamento da capacidade da Rússia de se afirmar novamente como uma grande potência seguindo seu próprio caminho civilizacional. A resposta do governo foi imediata: (re)politizar a tradição russa, fortalecendo os valores e ideais que tornaram a Rússia única, que a distanciam do Ocidente e que outrora fizeram do país uma grande civilização. A partir desse momento, o governo passou a adotar várias medidas conservadoras: a família “tradicional” passou a ser sistematicamente celebrada como fonte da moralidade russa; a homofobia é explicitamente adotada no discurso oficial do Kremlin e assim por diante (AGADJANIAN, 2017).

A nova postura em relação à identidade russa se justifica como uma reiteração dos objetivos do Kremlin de retomar a grandeza do país. A ameaça do Ocidente, neste contexto, aumenta, aos olhos de Putin e seu círculo, a necessidade de reforçar o caminho superior oferecido ao mundo pela Rússia nos períodos imperial e soviético. Na busca por glória e reconhecimento, a dolorosa memória de humilhação impressa pelo Ocidente é central para a articulação do discurso que fundamenta a nova identidade perseguida por Moscou. Assim, com a narrativa de que a Rússia é um país europeu, mas não faz parte do Ocidente, Putin espera não apenas traçar uma fronteira clara entre a Federação Russa e o bloco ocidental, mas, acima de tudo, definir o lugar de seu país no jogo do poder mundial e reiterar sua grandeza

---

<sup>35</sup>Do original: “We understand what is happening; we understand that these actions were aimed against Ukraine and Russia and against Eurasian integration. And all this while Russia strived to engage in dialogue with our colleagues in the West. We are constantly proposing cooperation on all key issues; we want to strengthen our level of trust and for our relations to be equal, open and fair. But we saw no reciprocal steps. On the contrary, they have lied to us many times, made decisions behind our backs, placed us before an accomplished fact. This happened with NATO’s expansion to the East, as well as the deployment of military infrastructure at our borders. They kept telling us the same thing: “Well, this does not concern you.” That’s easy to say.”

(AGADJANIAN, 2017; PAIN, 2016). As declarações a seguir demonstram como esses temas são articulados:

Enquanto isso, hoje a Rússia está experimentando não apenas a pressão objetiva da globalização sobre sua identidade nacional, mas também as consequências das *catástrofes* nacionais do século XX, quando experimentamos o colapso de nosso Estado duas vezes. Como resultado, receberam um *golpe devastador no código cultural e espiritual da nação, diante da ruptura das tradições e da unidade da história, da desmoralização da sociedade, da falta de confiança e responsabilidade mútuas*. É aqui que residem muitas das raízes dos problemas agudos que enfrentamos. Afinal, a questão da responsabilidade consigo mesmo, com a sociedade e com o direito é uma das fundamentais não só no direito, mas também na vida cotidiana<sup>36</sup> (PUTIN, 2013, n.p, tradução e grifos nossos).

Devemos nos orgulhar de nossa história e temos algo do que nos orgulhar. [...]Podemos ver quantos dos países euro-atlânticos estão realmente *rejeitando as suas raízes*, incluindo os valores cristãos que constituem a base da civilização ocidental. Eles estão *negando os princípios morais* e todas as identidades tradicionais: nacional, cultural, religiosa e até sexual<sup>37</sup> (PUTIN, 2013, n.p, tradução e grifos nossos).

O Ocidente e sua civilização corrompida são, nesse ínterim, o Outro absolutamente oposto ao *Self* russo. Isso, por sua vez, reitera toda a estrutura ideacional que distingue o último e realça de onde vem sua singularidade. A reaproximação à Igreja Ortodoxa, neste sentido, faz-se central para construção da identidade contemporânea da Rússia. Como fica claro pelas posições de Putin, a Rússia é parte da Europa, mas uma parte gloriosa, que não foi pervertida pelo liberalismo irrestrito. O pano de fundo dessa narrativa remonta ao Grande Cisma de 1054. Embora ambas Igreja Ortodoxa e Igreja Católica Romana tenham seguido caminhos diferentes, existe um local de nascimento comum. A Igreja da Rússia, neste sentido, é entendida como o braço do Cristianismo que foi ao Oriente para combater o avanço do paganismo oriental e que

---

<sup>36</sup>Do original: “Между тем сегодня Россия испытывает не только объективное давление глобализации на свою национальную идентичность, но и последствия национальных катастроф XX века, когда мы дважды пережили распад нашей государственности. В результате получили разрушительный удар по культурному и духовному коду нации, столкнулись с разрывом традиций и единства истории, с деморализацией общества, с дефицитом взаимного доверия и ответственности. Именно в этом многие корни острых проблем, с которыми мы сталкиваемся. Ведь вопрос ответственности перед самим собой, обществом и законом - один из основополагающих не только в праве, но и в повседневной жизни.”

<sup>37</sup>Do original: “Мы должны гордиться своей историей, и нам есть, чем гордиться. Еще один серьезный вызов российской идентичности связан с событиями, которые происходят в мире. Здесь есть и внешнеполитические, и моральные аспекты. Мы видим, как многие евроатлантические страны фактически пошли по пути отказа от своих корней, в том числе и от христианских ценностей, составляющих основу западной цивилизации. Отрицаются нравственные начала и любая традиционная идентичность: национальная, культурная, религиозная или даже половая.

lá zelou pela verdade do cristianismo. Foram os ortodoxos, nessa visão, que valentemente protegeram a Europa da expansão islâmica, que já havia tomado Constantinopla, e foi na Rússia que surgiu a sua civilização. A Rússia, portanto, é descendente dessa grandeza, o que uma só vez a torna um país europeu, a distancia do Ocidente e a envolve em um manto sagrado de superioridade moral (AGADJANIAN, 2017; PAIN, 2016).

A escolha do denominador cristão como elemento de uma identidade russa que pretende retomar a glória de períodos passados parece contradizer a postura explicitamente não religiosa da URSS, porém, há dois fatores que nos ajudam a compreender de que maneira o conservadorismo ortodoxo atual não nega certa continuidade com o passado soviético. Em primeiro lugar, é preciso que compreendamos que, sobretudo sob a égide do socialismo, o discurso oficial do Estado não correspondia na íntegra àquilo que era de fato praticado pela população. Ainda que o Politburo defendesse uma retórica revolucionária que em muito contradizia algumas estruturas fundamentais da religião cristã, a adesão dessa nova construção discursiva esbarrava em anos de sistemática disseminação ortodoxa. Há, assim, um distanciamento entre público, aquilo que era incentivado e aceito a nível estatal, e privado, aquilo que era realmente colocado em prática por indivíduos e suas famílias. Esse mecanismo, chamado de *pensamento duplo* (*double thinking*) por Yuri Levada (2003), não se resume a pura hipocrisia, mas, sim, ao resultado de uma lacuna entre o sistema normativo do Estado e o sistema normativo psíquico-privado. Por mais que a União embasasse suas políticas sobre bases não religiosas, a moralidade da igreja exercia um papel enorme sobre a psique da população, levando-a a adaptar as normas oficiais ao aparato socioideológico sobre o qual o povo construía suas próprias noções de comportamento e identidade. Esse distanciamento entre a esfera estatal e familiar no que diz respeito a premissas morais é timidamente reduzido a partir da contracultura dos anos 1960, momento em que a URSS entra em um período mais ensimesmado, mais fechado ao restante do mundo. Nesse ínterim, há um esforço interno de aderir a um novo programa moral, o qual é, então, concebido com certa inspiração na tradição ortodoxa sobretudo no que diz respeito à importância da “família tradicional” aos moldes do que era pregado pelos ortodoxos (GADJANIAN, 2017).

Outra questão que chama a atenção na recente “reconciliação” entre soviétismo e ortodoxia é o lugar do Ocidente na construção de ambos. Se a URSS explicitamente refutava o Ocidente como meio de se afirmar e garantir sua existência, a Igreja Ortodoxa Russa também tem o mundo ocidental como antagonista. A negação da Rússia em se unir à Igreja Católica Romana à época da tomada de Constantinopla e o conseqüente surgimento do mito da Terceira

Roma é retomado atualmente pelo Patriarca Kirill, atual líder da fé russa, como maneira de asseverar o lugar de Moscou como detentora legítima dos valores da cristandade e, também, de explicitar a superioridade do conservadorismo ortodoxo. A crítica ao liberalismo ocidental, dessa maneira, é o elemento chave que concilia o período soviético com a abordagem tradicionalista, e conservadora, da igreja ortodoxa, conforme explicita o próprio líder desta:

Junto com a secularização, os elevados princípios dos direitos inalienáveis perderam seu vínculo com a dimensão sagrada da vida, e a proteção da liberdade pessoal se transformou na proteção da vontade própria, abrindo portas para a imoralidade, permissividade, anarquia e tirania. Não aprovamos a abordagem liberal-secular relativista da liberdade, onde não existem valores e critérios absolutos e onde o bem-estar material é a única coisa pela qual devemos lutar<sup>38</sup> (INTERRELIGIOUS COUNCIL, 2015, tradução nossa).

A aliança entre o Kremlin e a Ortodoxia, portanto, retoma o passado divino da Terceira Roma, a grandeza estatal do império e a justiça soviética para, enfim, celebrar a moralidade russa em oposição à depravação ocidental e defender seu lugar de direito no período pós-soviético. De certa forma, há uma reprodução quase absoluta do que os eslavófilos defendiam no final do século XIX: Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade. A (re)politização dos pilares do Estado russo torna-se, assim, novamente a base para a definição da identidade do país. A persistência do trauma recente cria, pois, uma temporalidade tal que permite promover a convivência de diferentes horizontes temporais sob a égide de uma mesma persona, de um mesmo *Self*. Não somente o trauma, mas sua reiterada relação com o Ocidente, narrada sistemática e deliberadamente pelo Kremlin, condicionam a Rússia e seu atual conceito oficial de nação de modo a corroborar o enfrentamento sistemático ao universo político e ideacional que lhes impuseram sofrimento e rejeição.

Nesse sentido, vemos a construção de uma ideia de nação que revela uma espécie de excepcionalidade russa. À medida em que são retomados definidores históricos que aludem diretamente a uma ideia de superioridade, de direito natural à glória — vide a retórica da Terceira Roma, a superioridade do período soviético entre os demais exemplos supracitados —

---

<sup>38</sup>Do original: “По мере секуляризации высокие принципы неотчуждаемых прав человека стали осмысливаться вне связи с сакральным измерением жизни, а охрана свободы личности трансформировалась в защиту своеволия, открывая путь аморальности, вседозволенности, анархии и тирании. Мы не одобряем либерально-секулярный, релятивистский подход к осмыслению свободы, согласно которому не существует абсолютных ценностей и критериев, а благосостояние — это единственное, к чему имеет смысл стремиться”.

entre outros, cria-se a base ideacional que permite a reprodução de um sentimento, ou ideia, de que a Rússia é naturalmente única e legitimamente grande (tanto no sentido geográfico quanto no sentido de poder, de lugar no jogo da política internacional). Esse excepcionalismo, assim, é justificado: (i) pela História do país, que se distingue de demais Estados pela lugar tomado após a clivagem cristã, pela URSS, pelo Estado czarista, que se distingue de demais absolutismos, entre outros; (ii) pelo sentido quase messiânico atribuído à própria existência e ao futuro da Rússia, fato que se explicita no discurso político que, em diferentes situações, retrata a grandeza e a liderança do Estado russo, tal qual vemos na formação do eslavismo, na ideologia soviética e em demais momentos; e (iii) pela narrativa promovida por Putin, que a todo momento se refere à Rússia como um universo singular. O ano de 2012, portanto, marca uma transição de um Putin essencialmente estatista, a um novo político, cujos objetivos primeiros nos permitem ainda o classificar como tal, mas cujo discurso já flerta com algumas das bases da tradição civilizacionista. Um Putin Estado-civilizacionista talvez. A aclamação da excepcionalidade russa, nesse ínterim, é mobilizada como ferramenta fundamental da materialização de um projeto central: a retomada do lugar do Estado russo na política internacional.

A vitoriosa candidatura de Putin em 2011 foi, do ponto de vista ideológico, fortemente orientada pela narrativa conservadora apresentada. Já do ponto de vista prático, para além das reformas ligadas à educação e à aproximação com a Igreja, o recém-eleito presidente tinha também um discurso bastante embasado por promessas de sustentação de garantias sociais por parte do Estado. Nesse ínterim, propostas ligadas à manutenção e ao não esvaziamento de políticas previdenciárias compunham um importante trunfo para o político. O não cumprimento destas promessas, contudo, somado à dificuldade de alavancar a economia e à continuação dos escândalos ligados a censura e prisões políticas que ganhavam grande audiência desde 2011<sup>39</sup>, impôs grandes desafios ao início do novo mandato de Putin. As dificuldades se mantiveram e afetaram de forma contundente a aprovação do presidente, que chegou a perigosos 61% em 2013. O início do Euromaidan no mesmo ano representou, nesse ínterim, uma ameaça particularmente perigosa à manutenção do regime político russo, que já contava com uma reprovação histórica. À luz do ocorrido na Geórgia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014, porém, parece reverter muito desse cenário: imediatamente após o reconhecimento dos plebiscitos na península, a aprovação de Putin atingiu o patamar dos 80%. Essa recuperação

---

<sup>39</sup>Eventos personificados sobretudo na figura de Alexei Navalny, cujo ativismo político em prol de uma maior ocidentalização da Rússia gerou contrapartidas autoritárias da parte de Putin.

extraordinária pode, nesse contexto, ser compreendida através do prisma da instrumentalização de posturas assertivas no âmbito internacional como instrumento de promoção da coesão do tecido social. Tal comportamento é explicado por Derek Hutcheson e Bo Petersson (2016), que afirmam que a legitimidade da liderança de Putin tem três pilares principais: (i) ordem doméstica; (ii) prosperidade econômica; e (iii) demonstrações de política de grande potência no âmbito internacional. Além da reversão da opinião pública russa em relação ao governo, a opção pela anexação coroa o discurso conservador que vinha sendo promovido pelo Kremlin desde 2012 à medida em que lhe confere materialidade e prova sua validade perante a população, que se une em torno dos resultados práticos da mudança discursiva imposta por Moscou. Portanto, à luz das contribuições dos autores, parece-nos que a incursão russa sobre a Ucrânia em 2014 está intimamente conectada à manutenção da legitimidade do governo à frente do Kremlin (HUTCHESON; PETERSSON, 2016).

### 3.3 O mundo russo

Os pilares que sustentam o projeto político encabeçado por Putin, como demonstrado, dependem amplamente das memórias gloriosas do passado russo e da experiência traumática da relação com o Ocidente. Para além dos determinantes valorativos que advém dessa diáde, como o tradicionalismo conservador e a valorização das raízes ortodoxas do país, há ainda uma série de comportamentos que, na prática, expressam a nova proposta de nação que vem sendo articulada no seio do excepcionalismo promovido por Moscou. Um desses elementos é a relação entre o Kremlin e o povo russo. Um importante sustentáculo da russofobia que a elite do país alega ser alimentada pelo Ocidente é a noção de que a Rússia é um Estado autocrático que pouco se preocupa com os direitos humanos e a qualidade de vida da sua população. Em uma tentativa de desvincular-se dessa imagem e promover uma nova ideia do país, Putin vem reforçando a narrativa de que a Rússia é um país multicultural no qual diferentes povos convivem em harmonia. Nesse contexto, a acomodação de repúblicas de diferentes etnias, como o Tartaristão e o Daguestão, redutos islâmicos que integram a Federação, é convenientemente usado como indicador de que o país, ao contrário daquilo que é usualmente afirmado por atores ocidentais, não pode ser devidamente caracterizado como um regime autoritário que nega o direito à diversidade aos seus. Nas palavras de Putin quando da inauguração de uma nova mesquita na capital: “A Rússia é um país multiconfessional no qual, insisto, o Islã é uma das

religiões tradicionais [...] é um grande acontecimento para os muçulmanos da Rússia. Uma das mesquitas mais antigas de Moscou foi reconstruída em seu contexto histórico” (PUTIN ELOGIA O ISLÃ AO INAUGURAR..., 2015).

A narrativa da diversidade, ademais, tem sido reforçada por Putin publicamente como forma não somente de refutar o título de autoritarismo cravado pelo Ocidente, mas, também, como forma de reiterar, mais uma vez, quão distante este está da Rússia, como podemos ver na seguinte declaração feita em outubro de 2021:

A nova cultura de cancelamento resulta em discriminação reversa, é racismo, mas o contrário. A ênfase do tópico racial divide as pessoas, e aqueles que realmente queriam lutar pelos direitos civis queriam remover a distinção de raça, de cor, eles realmente queriam remover essa distinção. Martin Luther King disse que gostaria que chegasse o dia em que seus quatro filhos vivessem em um país onde seriam julgados não pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Esse é o verdadeiro valor. Mas o que vemos lá no Ocidente é o contrário. Na verdade, na Rússia, a maioria dos russos não se importa com a cor da pele, se você está lidando com um homem ou uma mulher, cada um de nós é um ser humano individual. Isso é o que importa. Em algumas partes do mundo ocidental, a discussão sobre homens e mulheres se tornou algo completamente maluco<sup>40</sup> (RT, 2021, tradução nossa).

A celebração da multiculturalidade, contudo, não parece ser sustentada na realidade nem pelas atitudes do Kremlin, que tem tido uma postura altamente tolerante no trato com grupos xenófobos; nem pela mídia, que reiteradamente atíça a visão do migrante não-eslavo como um perigo para a nação; nem pelas minorias étnicas que compõem a Rússia, que vêm se mobilizando contra o governo; nem pela própria sociedade civil, que vem demonstrando níveis crescentes de desconforto com a entrada de indivíduos de etnias diferentes no país<sup>41</sup> (O’LOUGHLIN; TOAL; KOLOSOV, 2017).

---

<sup>40</sup>Do áudio original: “The new cancel culture results in reverse discrimination, it's racism, but the other way around. The emphasizing of the racial topic divides people, and those who really wanted to fight for civil rights wanted to remove the distinction of race, of color, they truly wanted to remove that distinction. Martin Luther King said that he wished that the day to come when his four children would live in a country where they would be judged not by the color their skin, but by their character. That's the true value. But what we see there in the West is the other way around. In fact, in Russia, the majority of Russians do not care what color your skin is, whether you are facing a man or a woman, each of us is a human individual. That's what's important. In some of the western world, the discussion regarding the rights of men and women has become something that is completely bonkers.”.

<sup>41</sup>Segundo pesquisa conduzida pelo Levada Center (2017), 67% dos entrevistados, todos cidadãos russos, acreditam que o governo deveria limitar a entrada de migrantes. Na mesma entrevista, 19% daqueles que responderam vêm como ruim a entrada de migrantes ucranianos, enquanto 41% e 38% dos mesmos entrevistados vêm como ruim a presença de migrantes do Cáucaso e da Ásia Central.

Atrelado à narrativa da multiculturalidade/multiétnicidade está a noção expandida de territorialidade sustentada atualmente. Ao articular a língua russa, a ortodoxia e retomar marcos históricos do império e do período soviético como base valorativa da ideia de nação que se pretende construir, Putin recupera elementos que, em última instância, não se restringem às fronteiras da Federação Russa. Pelo contrário, todas essas características são, em certa medida, comuns a todos os povos e regiões que um dia compuseram o corpo político das estruturas de poder que formam o cerne do discurso nacionalista do Kremlin. Ao tratar do chamado “mundo russo”, Moscou se refere, de certa forma, a todo um escopo social que extrapola os limites oficiais da Rússia, tornando ambígua sua postura acerca da extensão do direito ao pertencimento a esse universo. Ao articular seus discursos acerca da natureza do chamado povo russo, Putin tem adotado o termo *Russkii mir*, que em uma tradução livre pode ser compreendido como “mundo russo”, mas cujo léxico tem uma carga simbólica crucial para nosso entendimento acerca do projeto político perseguido por Moscou. Ao contrário do termo *rossiiskii*, que também pode ser traduzido como russo no que se refere à nacionalidade, mas que retoma a ideia de uma identidade cívica, o termo *russkii* tem raízes étnicas. Ao se referir ao mundo russo como *russkii* e não como *rossiiskii*, como fez em alguns momentos no início do seu governo, Putin se dirige a uma comunidade que é formada por aqueles que compartilham da etnia russo/eslava e se identificam com as raízes da russianidade, não necessariamente apenas com aqueles que têm cidadania russa. Trata-se, pois, de uma rede formada por nacionais que habitam o país e pela diáspora russa, por aqueles que deixaram a Federação, mas ainda assim se identificam com ela. Temos, assim, uma ideia de nação que não se limita à esfera jurídica da territorialidade, mas que se transborda (O’LOUGHLIN; TOAL; KOLOSOV, 2017).

Acima de tudo, devemos reconhecer que o colapso da União Soviética representou o maior desastre geopolítico do século. Para a nação russa, isto foi um verdadeiro drama. Dezenas de milhões de nossos cidadãos e compatriotas encontraram-se, de repente, fora do território russo<sup>42</sup> (PUTIN, 2005, tradução nossa).

Ainda que a estratégia discursiva adotada por Putin pareça ter um amplo apelo, revivendo de certa maneira a magnitude territorial da época soviética, e soe inclusiva, é importante que nos atentemos às ambiguidades que circundam a postura do Kremlin. Por um lado, a diversidade étnica e cultural é apresentada como uma característica de destaque do

---

<sup>42</sup>Do original: “Above all, we should acknowledge that the collapse of the Soviet Union was a major geopolitical disaster of the century. As for the Russian nation, it became a genuine drama. Tens of millions of our co-citizens and compatriots found themselves outside Russian territory”.

contexto interno da Rússia, uma imagem usualmente mobilizada por Moscou para celebrar a excepcionalidade do seu povo e evidenciar a capacidade do Estado de acomodar, pacificamente, tantas comunidades diferentes. Por outro lado, contudo, temos a disseminação de uma retórica etnocêntrica incorporada na ideia de *Russkii mir*, que, na realidade, convida apenas os povos eslavos a integrar o mundo russo. Aliás, nem mesmo os povos eslavos estão livres para integrar o Estado proposto pelo atual presidente. Se em alguns momentos Putin se refere aos povos eslavos como irmãos e, portanto, integrantes de um mesmo corpo político, em outros, limita o convite a integrar sua Rússia aos russos étnicos, o que se evidencia nas diversas menções feitas diretamente à diáspora russa. Os limites do pertencimento étnico ao *Russkii mir*, que ora engloba os povos eslavos em sua totalidade, ora se restringe aos povos russos, parecem incertos e são moldados de acordo com os objetivos do Kremlin. Ao centrar esta narrativa nos pilares da religião, da língua e da história civilizacional, o termo dialoga, de fato, apenas com comunidades eslavas, as quais não são exclusividade sequer dentro dos limites geográficos do próprio país. Entretanto, os termos são levemente alterados quando se pretende atingir apenas a chamada diáspora, uma parcela específica da etnia eslava. Nestes casos, há uma clara delimitação étnica que não mais se aplica a todos os eslavos, mas apenas a alguns. Se nos referirmos aos eventos de 2014 e à anexação da Crimeia, concluímos que a etnia à qual se refere Putin, nesse episódio, foi a russa. A ideia de salvar sua diáspora da russofobia de Kiev for um argumento amplamente repetido pelo Kremlin.

O atual contexto de migrantes em território russo exemplifica muito bem o etnocentrismo do Kremlin. O governo tem sistematicamente apoiado, ao menos retoricamente, a entrada de migrantes da Ásia Central, sobretudo do Tajiquistão, sob a justificativa de que o país carece de mão de obra, uma necessidade que os trabalhadores da região felizmente suprem. Contudo, dificuldades de acesso a documentos oficiais e xenofobia são algumas das barreiras que negam a esses povos a aceitação prometida, aceitação esta prontamente concedida a migrantes eslavos vindos da Ucrânia ou da Bielorrússia. Há, assim, um certo grau de incerteza acerca da real natureza da ideia de nação proposta por Putin e por sua coalizão: afinal, é a Rússia a nação da multiculturalidade, da diversidade de etnias harmoniosamente acomodadas na sociedade, ou é a Rússia o mundo russo/eslavo?

### 3.4 Orientalismo à lá Rússia?

A obra seminal de Edward Said (1990) lança luz sobre as relações de poder que se articulam no âmbito da cultura e da criação de conhecimento. Em resumo, na visão do autor, o Ocidente, a partir da formação de consensos acerca do entendimento do Oriente, perpetua e legitima a dominação deste. Said (1990) sugere que um pilar fundamental deste projeto de dominação é a capacidade da máquina imperialista de introjetar seus objetivos à produção científica e de propagar seus valores e ideais perante a sociedade civil. Controlando o sistema científico-educacional-literário, é fácil criar as bases que permitirão a legitimação do projeto. O orientalismo, assim, depende da produção de obras que apresentam o Oriente de uma maneira específica, que essencializa a existência deste, revestindo-o de uma aura de mistério e exotismo que a um só tempo atrai e cria uma ideia de inferioridade. O Oriente, nesse sentido, ainda que se trate de uma região extensa e diversa, é completamente aplainado, é apresentado como uma realidade una que silencia o real contexto. Mais, é retratado como um reino de prazeres desprovido de moralidade, o que não somente o torna passível de ser dominado, mas que torna necessária a dominação. Esta, pois, é vista como a salvação de um povo que tem muito a aprender com o Ocidente e que a este deve ser grato, que a este deve, por fim, servir.

Nesse sentido, é importante atentar à maneira com que Said (1990) mobiliza conceitos gramscinianos. O autor baseia sua argumentação na diferença entre sociedade civil e sociedade política. A primeira representa as estruturas privadas, a família, as relações particulares; a segunda diz respeito aos mecanismos públicos, o Estado e suas burocracias. A sociedade política, assim, possui controle sobre os mecanismos que permitem a criação e a disseminação de valores que, expressos por exemplo nas narrativas históricas adotadas pelo sistema educacional, no conhecimento científico que embasa a tomada de decisões políticas ou mesmo nos instrumentos de concessão de cidadania, legitimam os valores e normas do Estado ao ponto de torná-los um consenso entre a sociedade civil. A sociedade política, portanto, é responsável pela dominação, pela coerção, enquanto a sociedade civil é o lugar em que se constrói e se expressa o consenso, o compartilhamento de ideias que organizam comportamentos. Podemos, portanto, concluir que o orientalismo, de certa maneira, pode ser descrito como um projeto que: (i) essencializa o outro, nega-lhe densidade, diminui-lhe o valor e o faz passível de dominação; e (ii) é possibilitado pelo domínio sobre a produção de conhecimento científico/técnico e de consumo generalizado, como romances literários. Logo, podemos também assumir que o aparato estatal usa de diversas dimensões da sociedade civil para expressar suas vontades e sua

ideologia ao ponto de politizar com suas pretensões as mais diversas arenas. O corpo estatal, como vimos, é superado e o poder passa a se expressar no cotidiano, no particular.

Tendo em mente essa conceitualização básica acerca do orientalismo, convém retomar a questão: *afinal, é a Rússia a nação da multiculturalidade, da diversidade de etnias harmoniosamente acomodadas na sociedade, ou é a Rússia o mundo eslavo?* A segunda proposta parece-nos, neste momento, mais factível: a Rússia liderada por Putin é para os eslavos. Mais, a Rússia liderada por Putin só é, de fato, para os russos étnicos. Os demais povos eslavos são mais prontamente aceitos, mas há momentos em que seu protagonismo dá lugar à centralidade russa. Do ponto de vista do presidente, porém, a primeira imagem, de uma Rússia mais afeita à ideia de uma identidade civil, não é totalmente descartada, ela é, na realidade, apresentada em contextos específicos como instrumento político. A ideia da Rússia étnica está alinhada com as ambições do Kremlin à medida em que se baseia nos mesmos marcadores valorativos que determinam a atual orientação política russa. Se a rivalidade com o Ocidente e a sobreposição de memória e trauma levaram Moscou a se valer de uma narrativa histórica deliberadamente construída e de um arcabouço de tradições que bebe dos mitos e da religião da época do *Kievan Rus*, então é razoável concluir que a exaltação do eslavismo é, em última instância, um dos efeitos do atual contexto do país.

Nesse cenário, fica muito claro que a Rússia goza de ampla capacidade de criar e legitimar sua própria narrativa histórica e, por conseguinte, seu próprio desejo de Estado. Esse poder de criação normativa se dá conforme proposto por Said (1990): a cooptação dos instrumentos da sociedade política pelos interesses do Estado e a extensão destes sobre a sociedade civil<sup>43</sup>. Dessa maneira, os contributos de Vera Tolz (2005) auxiliam a compreensão da Rússia a partir da teoria proposta por Said (1990). Segundo a autora, que estuda o orientalismo russo no período final do czarismo, na Rússia, assim como em outros locais, ocorre um fenômeno importante ao estabelecimento dos mecanismos orientalistas do Estado: a influência dos processos de *nation-building* sobre a Academia nacional. Tolz (2005) argumenta que, ainda que haja um claro diálogo que parte do universo acadêmico e informa a construção de políticas de Estado, há também um movimento fundamental que parte deste em direção àquele. As noções de nação, Estado e povo perpetradas pelos governantes, portanto, moldam a

---

<sup>43</sup>É importante ressaltar que ambas as sociedades previstas por Gramsci não existem desatreladas, há um nível e sobreposição e de retroalimentação de uma sobre a outra. A sociedade política ao mesmo tempo em que molda a sociedade civil é por esta influenciada também e vice-versa. Não se trata de funcionamentos independentes que funcionam a partir de uma lógica hierárquica clara, tampouco se trata de um fenômeno absoluto, que tem a capacidade de criar consensos que são aceitos por todos os indivíduos que compõem a sociedade como um todo.

produção acadêmica, criando um mecanismo em que a Academia produz as bases teóricas e literárias que irão promover a disseminação e legitimação do projeto estatal. Tratando-se da Rússia, assim, a própria base ideológica do orientalismo conforme proposto por Said, portanto, é apresentada a um só momento como consequência do nacionalismo e como fim dele (a confirmação da superioridade e a concessão do direito à dominação). Tolz demonstra, por exemplo, como é graças aos esforços eslavófilos do Estado que os historiadores criam narrativas que centram na Rússia o nascimento e o desenvolvimento da Ortodoxia e do eslavismo, o que, mais tarde, viria a embasar o expansionismo de Moscou.

Nesse sentido, destaca-se também o trabalho de Nathaniel Knight (2000) acerca do orientalismo de Said. Segundo o autor, cujas contribuições restringem-se também à Rússia imperial, a obra do palestino deve ser compreendida não como uma proposta teórica absoluta e imutável, mas como uma proposta de entendimento do mundo que pode, e deve, ser moldada à análise de casos particulares. A Rússia, nesse contexto, emana, para Knight (2000), como interessante objeto à medida em que se configura como um Estado não-europeu que, apesar de não integrar o universo de poder colonial inicialmente analisado por Said (1990), incorre em atitudes que parecem remeter a instrumentos de dominação e formação hegemônica que dialogam com aqueles estudados por este. Assim, iremos propor, agora, nossa versão do conceito de orientalismo russo contemporâneo que se inicia com o segundo mandato de Putin e que se baseia nos contributos das obras aqui referenciadas.

No orientalismo, o poder de controle sobre a formação de ideias servia a um projeto de poder, a um desejo de dominação baseado em um entendimento raso do outro. Na Rússia contemporânea, não é diferente. A construção discursiva perpetrada por Putin promove uma série de essencializações. A primeira diz respeito ao Ocidente. Como já demonstramos, a antagonização em relação ao Outro opositor ocidental é elemento fundamental do cenário político contemporâneo russo. Nesse contexto, porém, ainda que o antagonista seja encarado de forma altamente plana e enviesada, não há exatamente uma tentativa de dominação da Rússia sobre o Ocidente, mas, sim, uma “rivalização”. A segunda essencialização fomentada pelo Kremlin é o próprio mundo russo. Ao se referir à diáspora russa, aos Estados e povos russo/eslavos como integrantes de um mesmo corpo civilizacional, o *Russkii mir*, Putin em geral ignora, ou diminui, quaisquer outros traços identitários dessas comunidades, o que se aprofunda ainda mais quando vai além e se refere apenas à etnia russa. Dessa forma, todos esses grupos são compreendidos a partir de uma perspectiva que os essencializa à medida em que se parte do pressuposto que cada indivíduo se sente parte integrante do mundo russo proposto pelo

Kremlin. Ainda que isso não corresponda à realidade, todos esses corpos são codificados sob a égide de uma narrativa única que, agora sim, é sustentada por um desejo de dominação. Esta, aqui, dar-se-á de forma caótica: ela pode se expressar desde a dominação coercitiva de fato, como ocorrido no caso da Crimeia, até a persistente influência de meios de comunicação russos em locais como a Transnístria (O’LOUGHLIN; TOAL; KOLOSOV, 2017).

No contexto da essencialização do mundo russo podemos, ainda, sugerir um outro nível desta: o da própria Rússia. Ambas as imagens do país usadas por Putin, aquela mais afeita à diversidade e a outra, mais próxima da etnia como marco nacional, subtraem muitas camadas da complexa realidade do país. Se considerarmos a narrativa da nação *rossiiskii*, a grande essencialização tem a ver com a harmonia entre as muitas culturas e etnias que compõem o povo em questão. Ao se valer dessa identidade, o Kremlin em geral apresenta um país formado por povos reconciliados com suas diferenças, uma população tolerante e um governo democrático que sabe acomodar as muitas pautas levantadas pelas diferentes comunidades que o constituem. Qualquer análise mais cautelosa da realidade de regiões não-eslavas explicita a frágil sustentação dessa narrativa. Na república do Tartaristão, por exemplo, os cidadãos não têm sequer permissão para celebrar livremente feriados importantes para sua história, como a tomada de Kazan pelas tropas russas em 1552. Na esteira desse pensamento, a grande essencialização da outra proposta de nação sustentada por Putin, a noção de povo *ruskii*, também ocorre. Ao adotar essa imagem para o país, Moscou nega a existência de toda uma diversidade étnica a fim de performar uma identidade una que, em última instância, silencia comunidades inteiras a fim de perseguir uma unidade inexistente (IN TATARSTAN ALLOWED TO..., 2021).

Podemos, assim, fazer algumas afirmações acerca da relação estabelecida entre os conceitos de nação russa promovidos pelo Kremlin e o projeto político da Rússia a nível interno e externo. O emprego do termo *Russkii mir*, que vem se popularizando no léxico oficial, retoma uma identidade baseada na etnia russo/eslava. Nesse contexto, povos e Estados eslavos são considerados de forma a ocultar qualquer característica que esteja além dos marcadores do eslavismo. Essa comunidade é, pois, encarada como um corpo que tem um desejo comum de união. Há, porém, uma distinção única e essencial entre todos esses corpos: apenas um controla o discurso que resulta nesse entendimento. A Rússia, mais especificamente suas elites governantes, ainda que seja também parte desse mundo russo/eslavo, à medida em que monopoliza o poder de criação de consenso e dominação, destaca-se do todo para assumir o papel de liderança. Ela é parte do todo orientalizado, porém ela é sobretudo o “orientalizador”.

O processo de essencialização por meio da relação entre sociedade civil e sociedade política é engendrado pelo Kremlin como forma de legitimar a dominação sobre os demais redutos eslavos a fim de retomar a grandeza do país. A orientalização eslava serve ao propósito exclusivo da Rússia.

Há, porém, uma primeira diferença fundamental entre o orientalismo promovido pela Rússia em relação ao seu exterior próximo e o orientalismo teorizado por Said (1990): o segundo parte, necessariamente, da construção de níveis de moralidade e civilização, de uma diferenciação extrema seguida da hierarquização entre o povo que se pretende dominar e o dominador; já o primeiro, ainda que também tenha como base uma noção de hierarquia que daria à Rússia o poder legítimo de intervenção, não afasta irreconciliavelmente as partes envolvidas. A empreitada russa, como vimos, parte do princípio de que todos esses povos passíveis de dominação são, na realidade, parte de um mesmo todo, logo, não podem ser retratados como bárbaros, animais. A dominação, nesses termos, está mais próxima da ideia de retorno, trazer de volta o que foi separado, do que da noção clássica de apropriar-se do novo. Por trás de cada um desses mecanismos políticos, contudo, há um elemento em comum: a salvação. Se os impérios ocidentais justificavam suas cruzadas civilizatórias sob a retórica de levar aos selvagens a salvação (seja a salvação divina, científica, econômica entre outras), a Rússia propõe a salvação pelo resgate. (Re)unir o povo responsável pela grandeza de outrora. Congregar mais uma vez a nação que, por direito, sucede a própria Roma.

Tabela 1 – Comparativo entre orientalismo de Said e orientalismo russo

	<b>Orientalismo clássico (Said)</b>	<b>Orientalismo russo contemporâneo</b>
<b>Modo de ação</b>	Controle de produção e disseminação de conhecimento	Controle de produção e disseminação de conhecimento
<b>Modo de dominação</b>	Serve primordialmente à dominação clássica: invasão e conquista de territórios/indivíduos. Porém, não se limita a esse objetivo apenas. Pode apresentar formas distintas de dominação.	Serve primordialmente à dominação caótica. Pode ser usado para outras formas de dominação.
<b>Justificativa de ação</b>	Salvação de povos bárbaros, considerados inferiores.	Salvação de povos que foram separados de um mesmo corpo político.

Fonte: elaboração própria, 2021 a partir das obras de RIGI, 2007; SAID, 1990; TOLZ, 2005

Podemos, portanto, dizer que o *Russkii mir* é, enquanto discurso, fruto de um orientalismo à lá Rússia que serve aos interesses políticos da elite que atualmente comanda o Kremlin. É essa construção que, articulando memória e controle sobre a produção e a disseminação de conhecimentos, lança as bases que legitimam o comportamento do país em relação aos povos eslavos. Ademais, é também essa mesma construção que norteia como esses mesmos corpos irão se comportar em relação a Moscou: aqueles que vêm com bons olhos um “retorno à pátria mãe” aceitarão de bom grado a proposta russa e se mobilizarão em favor do cumprimento do desejo de reunificação; aqueles contrários ao mundo russo proposto nos termos de Putin serão cautelosos para que os desejos deste não se concretizem.

É importante, aqui, fazer uma breve ressalva: como já afirmado, o modo de dominação perpetrado pela Rússia se dá nos termos da dominação caótica conforme proposta por Rigi

(2007), portanto, quando tratamos da (re)construção do *Russkii mir*, do retorno da unidade russo/eslava, não estamos necessariamente tratando de uma reunificação física. Não se trata necessária e exclusivamente da criação de um Estado-nação habitado unicamente por comunidades russo/eslavas, trata-se do Estado afetivo, que consiste na formação de um corpo que, mesmo espacialmente separado, compartilha crenças e expectativas. Falamos, portanto, de grupos (bio)políticos que se congregam do ponto de vista subjetivo e que, por conseguinte, partilham práticas similares, cooperam entre si, apoiam-se no âmbito institucional. A Transnístria é, nesse sentido, um caso exemplar, pois se trata de uma região da Moldávia que, ainda que não seja oficialmente parte da Federação Russa, organiza todo seu comportamento político em torno da noção de pertencimento ao mundo russo. É um território dominado ainda que não tenha sido juridicamente reivindicado por Moscou.

### 3.5 Conclusões do capítulo

Ao formular seu grande projeto para recuperar a grandeza e o status da Rússia como ator europeu, Putin e sua coalizão se baseiam em uma polarização explícita em relação ao Ocidente. É dessa polarização que surge a necessidade de reiterar quais são as características que fazem da Rússia uma civilização gloriosa, as quais são selecionadas pelo presidente e pela elite política russa por meio de uma cronologia histórica que celebra momentos gloriosos. Há, nessa construção narrativa, uma seletividade clara e um certo grau de reenquadramento que permite, por exemplo, que não haja um confronto explícito entre a Rússia imperial e a Rússia soviética. Embora diferentes em aspectos distintos, os dois períodos são retomados como que para demonstrar a superioridade do país; são silenciados os possíveis conflitos que poderiam advir da diferença ideológica que pautava o Estado a cada momento. Assim, o alto escalão da política russa consegue forjar uma narrativa que torna explícito o lugar de direito da Rússia entre as grandes potências dada sua superioridade moral e sua distinção enquanto civilização. Nesse ínterim, voltam à consciência coletiva marcos como a força do Estado czarista, as conquistas da máquina soviética e, claro, o poder do *Kievan Rus*, do berço esplêndido da russianidade.

Essa narrativa é a base para a formação do discurso que sustenta a identidade atual do país. A exaltação explícita dos momentos de grandeza da Rússia pode ser entendida como uma resposta aos traumas por que passou o país. Com base em Edkins (2006) e Fierke (2006), a memória traumática cria sua própria temporalidade e induz uma resposta imediata e forte por parte do país para que proteja sua própria existência. Os recorrentes traumas impostos pelo Ocidente, que questiona a civilização russa e a humilha em diferentes momentos da narrativa histórica apoiada pelo Kremlin, criam, assim, uma temporalidade em que a Rússia deve responder à ocasião para se defender como Estado soberano. Não basta sobreviver a esses momentos de dificuldade, Moscou deve superá-los por completo, provando seu valor. Como as grandes ameaças à própria existência de Moscou como tal são perpetradas pelo Ocidente, é natural que este seja sistematicamente apresentado como o Outro que se opõe ao *Self* russo, permitindo-lhe definir-se como um Estado e ditar, também, o tipo de autoridade política que será legitimada.

Ademais, a (re)politização do conservadorismo incorporado na (re)aproximação com a Igreja Ortodoxa, é o elemento que dá forma e sustenta uma identidade que se constrói a partir de uma narrativa que se estrutura no resgate de memórias de glória, trauma e afastamento do Ocidente. É graças aos valores, à moral e à tradição que emanam do singular conservadorismo ortodoxo que o grupo de Putin define o fundamento ideológico que sustenta a ideia da civilização russa como uma oposição à alternativa ocidental. É por meio dessa estrutura socioideológica que a Rússia justifica sua superioridade, seu direito à grandeza. Se a narrativa histórica permeada por memórias e traumas cria a necessidade urgente de construir uma identidade que se afaste absolutamente do Ocidente e defina que tipo de autoridade política será legítima na Rússia, é a tradição (re)politizada que define quais valores ideais devem ser seguidos pelo país. A identidade russa, portanto, é definida como um amálgama de trauma, antagonismo e conservadorismo.

Um último elemento da identidade russa que vem sendo moldada pelo governo é o próprio conceito de nação que embasa toda a construção discursiva por trás da ideia de Estado apoiada por Putin. Ao adotar o *Russkii mir* de forma muito mais contundente e corriqueira, o Kremlin atrela todos os esforços de retomada do excepcionalismo russo ao fator étnico. Mais especificamente, atrela-se todo o sentido de glória e grandeza do país ao eslavismo e ao eslavismo exclusivamente russo. Esse marco na empreitada russa está de acordo com a narrativa histórica promovida pelo governo uma vez que o mito da Terceira Roma é apresentado como o fator primordial de toda a existência grandiosa da Rússia. À medida em que encoraja um

realinhamento político entre todos os povos e nações eslavos, dentro ou fora dos limites territoriais russos, Putin reafirma, por fim, a dominação caótica como meio de ação de um Estado que não mais se adequa à normativa jurídica clássica e que cada vez mais se vale da memorização, dos afetos e de suas expressões para exercer domínio sobre os corpos daqueles que, segundo o Kremlin, compõem a nação russa.

A capacidade de criação de consenso da qual goza o comando central de Moscou é, nesse contexto, crucial ao funcionamento do Estado russo aos moldes atuais. Apoiado por seu amplo controle sobre os mecanismos de produção de conhecimentos e sobre os meios de transmissão dessas formulações, Putin e seus apoiadores colocam em prática seu projeto político de forma quase desimpedida. Nesse cenário, é importante ressaltar que, desde que retorna à presidência em 2012, o ensino de história nas escolas tornou-se um tema central do governo. Criticando a falta de eficácia do sistema de educação básica em difundir os valores nacionais e promover o patriotismo entre os jovens, cujos ideias em muito começavam a ser influenciados pelas redes sociais, o governante coopta o ensino e o torna matéria de interesse estatal. Nesse contexto, é interessante, ainda, atentar ao fato de que as críticas são direcionadas exclusivamente a matérias ligadas à história e à filosofia. Nas palavras de Putin:

Amigos, devemos reconhecer que a influência da escola na formação de crianças e adolescentes tem diminuído nos últimos anos. Eles agora têm alguns concorrentes poderosos: a Internet e a mídia eletrônica. Os próprios pais e alunos são agora muito mais exigentes e uma escola não deve ficar atrás dos seus alunos, do desenvolvimento da sociedade ou do fluxo de informação; em vez disso, deve estar bem à frente de todos eles. As escolas devem recuperar seu valor absoluto. Isso significa renovar o conteúdo educacional, mantendo, é claro, nossas tradições e vantagens, como nossa educação matemática fundamental, sem esquecer o enorme significado da educação de alta qualidade na língua russa, história, literatura, fundamentos da ética secular e religiões tradicionais. Esses temas têm um papel especial: formam uma personalidade, um indivíduo<sup>44</sup> (PUTIN *apud* THE KREMLIN, 2014, n.p, tradução nossa).

---

<sup>44</sup>Do original: “Friends, we must acknowledge that schools’ influence on shaping children and adolescents has grown weaker in recent years. They now have some powerful competitors: the Internet and the electronic media. The parents and students themselves are now much more demanding and a school must not fall behind its students, the development of society, or the flow of information; instead, it should be well ahead of them all. Schools must regain their absolute value. This means renewing educational content, while of course maintaining our traditions and advantages, such as our fundamental mathematical education, without forgetting the enormous significance of high-quality education in the Russian language, history, literature, the foundations of secular ethics and traditional religions. These subjects have a special role: they form a personality, an individual”.

A fala explicita bem a correlação entre a formação da identidade nacional, as políticas de memória e a disputa de poder pela construção da narrativa histórica de uma nação. Como o presidente bem demonstra, há uma causalidade absoluta entre os valores e os discursos disseminados pelo Estado e a formação de um senso de unidade nacional. Quando reconhece a necessidade de fazer com que as escolas retomem as tradições e as vantagens russas, o chefe do Kremlin deixa claro que é preciso lançar mão de diversos tipos de instrumentos para garantir a hegemonia do discurso oficial do Estado. É preciso garantir um alinhamento, até mesmo a obediência do povo, em relação à identidade performada pelo governo. Esta, evidentemente, é formada por inúmeros fatores, mas tem como eixo definidor os afetos mobilizados pelas memórias, sejam elas boas ou traumáticas. E diz mais: caso este projeto falhe, a sociedade será cooptada por forças externas, representadas aqui como a internet, o que, em última instância, enfraquece a legitimidade das autoridades no poder e inviabiliza que as mesmas atinjam seus objetivos (tornar a Rússia novamente uma grande potência). Nesse contexto, temos o início de um projeto político que promove uma reforma não somente nos componentes curriculares das escolas, mas, sobretudo, na forma com que algumas matérias são ensinadas e vivenciadas.

Os altos níveis de introjeção das narrativas oficiais acerca da origem da nação e da necessidade de retomada da unidade eslava, mérito, entre outros, dos mecanismos de produção científica e da prática educacional, permitem, no limite, a legitimação: (i) da imagem do mundo russo como continuação do mundo russo/eslavo; (ii) da necessidade de reunificação/realinhamento entre esses povos; (iii) da essencialização de toda a comunidade russo/eslava, que é compreendida de forma rasa, sem considerar possíveis diferenças internas que influenciem o sentimento de pertencimento a um corpo político único liderado por Moscou; (iv) da liderança da Rússia, que se coroa com o direito natural de conduzir a reestruturação do *Russkii mir*. Como explicita o próprio Putin em seu primeiro discurso ao retornar à presidência em 2012:

A Rússia deve ser um país soberano e influente. Não devemos apenas nos desenvolver com confiança, mas também preservar nossa identidade nacional e espiritual, não perder nosso senso de unidade nacional. Devemos ser e permanecer a Rússia<sup>45</sup> (THE KREMLIN, 2012, n.p, tradução nossa).

Para que a Rússia seja uma nação soberana e forte, deve haver mais de nós e devemos ser melhores em nossa moralidade, competências, trabalho e esforços criativos [...] Peço [à Duma] que desenvolva um procedimento simplificado para conceder a cidadania russa aos nossos compatriotas,

---

<sup>45</sup>Do original: “Russia must be a sovereign and influential country. We should not just develop with confidence, but also preserve our national and spiritual identity, not lose our sense of national unity. We must be and remain Russia”

portadores da língua e cultura russas, descendentes diretos daqueles que nasceram no Império Russo e na União Soviética.<sup>46</sup> (THE KREMLIN, 2012, n.p, tradução nossa).

O Estado russo, dessa maneira, se comporta como um ator político “caótico”, afetivo, e não conformado com os padrões clássicos do Estado-nação. Temos, portanto, um ator estatal cujo território não mais limita sua extensão e cuja ação não mais se restringe ao uso dos mecanismos tradicionais de força e coerção.

Por fim, convém ressaltar que a memória, além de temporalidade, tem também espacialidade. A história de um povo em geral está atrelada a um local tido como berço de sua civilização, um local sagrado revestido de significado, como Jerusalém para cristãos, muçulmanos e judeus. Estes locais, em geral, têm uma capacidade de mobilização ímpar pois estão diretamente atrelados a afetos, a sentimentos que têm a ver com a herança histórica de toda uma sociedade. A posse e/ou dominação, estrita ou ideológica, de regiões como essas são, portanto, indispensáveis a organizações cuja identidade tem como pilar central a relação com suas origens, com um passado territorialmente localizado. A Rússia, sendo uma dessas formações políticas cuja configuração depende muito diretamente de uma narrativa de enaltecimento do período originário, apresenta esse comportamento, esse zelo exacerbado para com seu local de nascimento. Nesse caso, é a Ucrânia, mais especificamente o território ucraniano, que assume o papel de reduto sagrado a ser protegido em vista da configuração espacial da Rus Kievana. Garantir que o país se mantenha como um reduto de domínio russo, assim, é indispensável na narrativa identitária atual do Kremlin (EDKINS, 2006; EGGERT, 2021).

Aquilo que aqui chamamos de “russianidade”, portanto, é um conceito que se refere à noção de excepcionalismo russo, à etnicidade e à distinção, e superioridade, em relação ao Ocidente. A partir desta tríade de elementos que, de alguma maneira, sobrepõem-se entre si, é que se constrói o discurso político atualmente promovido por Putin e, em última instância, cria o próprio Estado russo atual. Um Estado que é afetivo pois se vale de memórias, traumas e afetos para elaborar sua ideologia e que usa desta forma de política para se expandir sobre os corpos que pretende dominar.

---

<sup>46</sup> Do original: “For Russia to be a sovereign and strong nation there must be more of us and we must be better in our morality, competences, work and creative endeavours [...] I ask you to develop a simplified procedure for granting Russian citizenship to our compatriots, the bearers of the Russian language and Russian culture, the direct descendants of those who were born in the Russian Empire and the Soviet Union”.

## 4. UCRÂNIA E MOLDÁVIA: UM BREVE HISTÓRICO DE RELAÇÕES COM A RÚSSIA

Feitas as devidas considerações acerca da formação estatal e nacional russas, é preciso que agora nos debruçemos sobre Ucrânia e Moldávia a fim de responder à nossa pergunta de partida: “*de que maneira a ideia de nação promovida por Putin explica as diferentes posturas adotadas pelo Kremlin nos casos da Crimeia e da Transnístria no contexto da crise política ucraniana de 2014?*”. Assim, neste capítulo, faremos uma breve retomada histórica da formação estatal destes dois países para, em seguida, seguir com a análise do histórico de suas relações com a Rússia.

### 4.1 Ucrânia

#### 4.1.1 Formação do Estado e império

Estima-se que, assim como a Rússia, o nascimento da Ucrânia data de 862 quando da construção da *Kievan Rus*, ou Rus Kievana. Esta formação política se estendia pela atual Belarus, parte norte da Ucrânia e regiões mais ocidentais da Rússia e teve início graças à aglomeração e posterior organização política de uma comunidade étnica específica: os eslavos. É importante salientar que este agrupamento não existia, nesse momento, aos moldes de um Estado nacional. Trata-se, aqui, de uma vida comunal na qual os habitantes compartilhavam de um arcabouço religioso, mitológico e linguístico razoavelmente estável que lhes permitia certo grau de organização, por exemplo, em momentos de ameaças externas. Destas, merece destaque a Horda Dourada. No século XI, o exército mongol vivia um período de pleno expansionismo sobre a Eurásia e, logo, suas tropas chegaram à Rus Kievana. A versão historiográfica mais bem aceita atualmente acredita que é, pois, nesse momento que os eslavos dão um passo importantíssimo para a formação daquele que viria a ser seu primeiro Estado. Dizem as lendas<sup>47</sup>,

---

<sup>47</sup>A formação da Rus Kievana é rodeada de lendas e mitos. A mais famosa entre estas estórias é a chamada Crônica Primária Russa, que conta que três irmãos varegues teriam sido convidados a governar pois as tribos eslavas que habitavam a região se envolviam em diversas brigas entre si.

e afirmam os historiadores, como Paul Kubicek (2008) e Paul Bushkovitch (2014), que, incapazes de se protegerem contra a ameaça externa, os eslavos teriam feito um acordo com o varegue<sup>48</sup> Rurik e seus dois irmãos para que eles governassem Rus e a defendesse dos possíveis invasores (KUBICEK, 2008).

É assim, então, que nasce o primeiro Estado eslavo<sup>49</sup> cuja principal cidade era a cidade comercial Novgorod. De início, a Rus era um aglomerado de cidades-estado descentralizadas e ligadas por relações de vassalagem. Eventualmente, os irmãos de Rurik morrem em 864 e este centraliza o poder, tendo início a chamada Dinastia Rurikides. Anos mais tarde, Oleg, sucessor de Rurik, dá início um vasto processo de expansão e toma a cidade de Kiev, que passa a ser o centro de poder do Estado. O continuado aumento do território, fruto do expansionismo corrente iniciado sobretudo por Oleg, trouxe maior relevância regional à Rus de Kiev, porém, junto das benesses do crescimento, vieram também algumas vulnerabilidades. Conforme crescia o Estado, crescia também o número de principados, cujo poder, somado à característica descentralização política, ameaçava a posição de Kiev e, por conseguinte, do Grande Príncipe. Ademais, a ausência de uma unidade estatal clara, e as crescentes disputas por poder entre as cidades-estado, deixavam a Rus de Kiev também particularmente vulnerável a ameaças externas. É nesse cenário que ocorre a queda de Kiev em 1240 em razão da invasão mongol (BUSHKOVITCH, 2014).

O avanço dos mongóis trouxe perdas territoriais para Rus, que teve sua terra dividida entre os invasores, a Polônia, a Lituânia, a Hungria e Moscou, para onde os eslavos, ainda sob comando Rurikide, transferiram a capital daquilo que restara de seu Estado. Esse episódio é de suma importância pois marca uma divisão da Rus Kievana em duas: a ocidental (que inclui quase todo o território da atual Ucrânia) dominada por Lituânia, Polônia e mongóis; e a oriental, governada pelos mongóis e na qual se encontrava Moscou. É, pois, nesse momento que Ucrânia e Rússia são definitivamente divididas e passam a viver trajetórias de formação nacional distintas, ainda que voltem a se aproximar e/ou reunir em momentos que serão mais bem analisados à frente (BUSHKOVITCH, 2014).

---

<sup>48</sup>Como eram chamados vikings e escandinavos em Bizâncio.

<sup>49</sup>Considerando a extensão da Rus Kievana e sua composição étnica (majoritariamente habitada por eslavos orientais, a mesma origem étnica de russos, ucranianos e bielorrussos), há diversas disputas entre Rússia, Ucrânia e Belarus acerca da origem de cada país. Russos dirão que a Rus marca o nascimento do Estado russo e assim por diante (WARD; THOMPSON, 2021).

Ainda que Moscou tenha se tornado a nova capital do Estado de Rus, a cidade, à época bastante provinciana, não contava com altos níveis de desenvolvimento e tampouco tinha grande relevância política<sup>50</sup>. É, portanto, graças à invasão mongol e a consequente mudança do centro de poder que Moscou passa por um período de fortalecimento e vem a florescer como a principal cidade eslava. Este processo de construção da hegemonia moscovita, que ocorre ao longo dos anos 1300, coincide com outro evento de grande relevância: o enfraquecimento da Horda Dourada. Como todo grande império, a administração do reino mongol somava grandes custos de dominação e inúmeras ameaças internas e externas, o que, eventualmente, tornou o poder imperial menos capaz de manter a ordem em locais específicos. Um destes foi justamente o antigo território da Rus Kievana. Aproveitando-se do momento de fraqueza dos mongóis, e já gozando de maior concentração de poder, Moscou, em 1380, desafia o domínio da Horda, que com o tempo tem boa parte de seu poderio militar desintegrado e recua paulatinamente até ser reduzida, no século XV, a pequenos canatos, como os de Kazan e da Crimeia. O ano de 1480 marca a expulsão definitiva do império mongol do território da Rus Kievana, ainda que alguns redutos do Estado tenham permanecido majoritariamente habitados por povos de etnia mongol (ainda que agora não sob o comando da Horda), como a Crimeia, que permaneceu habitada pelos tártaros por muitos anos (GLEASON, 2009).

Nesse ínterim de ocupação dos mongóis, é fundamental atentar para o fato de que, ainda que estes tivessem domínio estrito sob toda a extensão do território de Rus, em algumas regiões o poder *de facto* ainda era exercido por principados locais ou por alguns dos Estados entre os quais a região havia sido partilhada. No momento de enfraquecimento da Horda, portanto, não somente Moscou, mas estes outros atores locais também aproveitaram o momento para expandir seu domínio sobre o território deixado pelos mongóis. Este fato é de fundamental importância para a história dos países locais pois nos ajuda a compreender de onde vem a formação de comunidades que, ainda que próximas fisicamente, defendem diferentes posições político-sociais. Ao longo deste período de expansionismo que se inicia juntamente do declínio da Horda e se estendem até o século XVI e XVII, Lituânia e Polônia conquistam muitos territórios e povos da porção oeste do antigo território da Rus Kievana, locais que hoje correspondem a boa parte do oeste da Ucrânia e alguns fragmentos da Rússia ocidental. Ademais, boa parte dessa tomada de terreno, dirá Kubicek (2008), deu-se de forma amigável:

---

<sup>50</sup>Apesar da realidade pouco promissora, acredita-se que Moscou tenha sido escolhida como nova capital sobretudo por conta de sua localização. Protegida por florestas, a cidade permitiria certo grau de segurança contra intervenções mongóis recorrentes, permitindo maior autonomia (WARD; THOMPSON, 2021).

querendo se livrar dos mongóis, as populações locais de bom grado se uniram a poloneses e, principalmente, lituanos.

A preferência pelos lituanos não se deu sem motivo. A Polônia era um reino em que sabidamente se praticava uma versão extremada do catolicismo. Dessa forma, era comum que os eslavos que buscavam findar a presença mongol temessem que uma aliança com os poloneses viesse acompanhada de uma forte repressão religiosa e de um processo de “polonização”, de imposição da fé e dos costumes destes últimos. Temendo a concretização destes medos, algumas comunidades eslavas do território de Rus que haviam sido então ocupadas pela Polônia, voltam-se a Moscou para pedir por proteção contra possíveis retaliações polonesas. Esta espécie de aliança é o prelúdio de uma série de embates que viriam a ocorrer entre Rússia e Polônia e, também, Lituânia (KUBICEK, 2008).

No contexto do espaço de poder oriundo da retirada compulsória da Horda, os expansionismos russo, polonês e lituano eventualmente colidiram, levando a disputas por influência e territórios. Enquanto os europeus se movem em direção a leste, a Rússia conduz sua jornada em busca de uma aproximação com a Europa e se lança a oeste de Moscou, entrando em rota de colisão mais direta com os interesses da Polônia e da Lituânia. Após se apossar de parte do terreno destas, a ameaça russa se concretiza como a principal força a ser temida pelos demais atores regionais. Entre os muitos efeitos da construção dessa arquitetura de poder, destacamos a união das coroas lituana e polaca na Comunidade Polaco-Lituana, que é formalmente fundada em 1569 e tem como princípio basilar conter o avanço moscovita. A fusão dos reinos conferiu maior capacidade de enfrentamento à Rússia e contribuiu para que a expansão da Comunidade se desse de forma mais consistente. No ápice de sua extensão territorial (ver ilustração 3), a união conquistou territórios da Rússia e dominou um espaço que englobava grande parte da Polônia atual, quase todos os Bálticos, Belarus, parte do oeste russo e a maioria do terreno da Ucrânia moderna, com exceção da Crimeia e de regiões mais a leste, que permaneciam próxima dos russos (KUBICEK, 2008).

O expansionismo da Comunidade sobre territórios habitados por grupos eslavos/ortodoxos, contudo, não se deu sem resistência. Temendo a imposição de processos de “polonização”, um grupo de ucranianos, apoiados por boa parte do restante da população, rebelou-se contra a chegada da união. Nesse contexto, a atuação dos cossacos foi fundamental. Anticatólicos, esses dissidentes da Comunidade Polaco-Lituana logo se organizaram e deram início à chamada rebelião cossaca de 1648, evento no qual os rebeldes conquistaram Kiev e

demais terrenos a oeste. Ademais, com o apoio de Moscou, há a fundação do Hetmanato, uma espécie de Estado cossaco que há um só tempo satisfazia as pretensões dos rebeldes e favorecia os interesses russos de enfraquecer a Polônia, defender a ortodoxia e o povo eslavo e se expandir a oeste em direção à Europa. Somadas as vantagens de ambos os lados envolvidos, e considerando a pequena margem de manobra cossaca, em 1654 é celebrado o Tratado de Pereiaslav, segundo o qual o Hetmanato aceita se submeter a Moscou sob a condição de que teria uma autonomia especial garantida pelos russos (BRIK, 2017; KUBICEK, 2008).

**Ilustração 5 – Mapa do território do Hetmanato**



Fonte: BRIK, 2017

Em 1667, a Ucrânia sofre novas repartições territoriais. Dessa vez, através do Tratado de Andrusovo, Rússia e Polônia concordam em estabelecer o rio Dniepre como a fronteira natural do território ucraniano: a oeste ficariam os terrenos sob posse dos poloneses, a leste, dos russos. Como podemos notar no mapa da ilustração 5, o rio passava pela superfície do

Hetmanato, o que demonstra uma clara desconsideração por parte da Rússia em relação aos cossacos e seu Estado. Pouco tempo depois, em 1708, o Tratado de Pereiaslav é então formalmente rompido por Pedro I (1682 – 1725), que se recusa a defender os aliados ucranianos contra avanços militares poloneses e suecos e, mais tarde, estabelece controle absoluto da Rússia desde o terreno do Estado cossaco até o Mar Báltico. O poder do Hetmanato é suprimido por Moscou até sua total dissolução em 1785 (KUBICEK, 2008).

Ainda que o reinado de Pedro, o Grande (1682 – 1725), tenha expandido o domínio russo sobre terreno ucraniano consideravelmente, foi com Catarina, a Grande (1762 – 1796), que a Rússia atingiu o auge de sua presença sobre a Ucrânia em termos territoriais. A vitória russa na Guerra Russo-Otomana (1768 – 1774) é acompanhada da queda da Comunidade Polaco-Lituana e por duas importantes expansões de Moscou: (i) uma sobre Novorossya, extremo leste ucraniano até então sem domínio específico; e (ii) a partilha da margem oeste da Ucrânia entre Rússia, Áustria e Prússia, divisão na qual a porção ocidental fica sob domínio Habsburgo e a parte oriental é cedida aos russos. Para além destas importantes anexações territoriais, Catarina conquista, ainda, a Crimeia. Até então sob domínio otomano e controlada pelos tártaros, a península é tomada em 1783.

**Ilustração 6 – Mapa das expansões territoriais russas até Catarina, a Grande (1762 – 1796)**



Fonte: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2022

Antes de avançarmos, é importante que ressaltemos alguns fatos apreendidos a partir desta retomada histórica acerca da origem da Ucrânia e de suas relações com a Rússia. A primeira ponderação a se fazer diz respeito ao mito fundador da Ucrânia. Como já fora comentado em outros momentos neste mesmo trabalho, e como se evidencia após a análise historiográfica, o nascimento dos Estados russo e ucraniano dividem um mesmo mito fundador e há, nos primeiros séculos desde o surgimento da Rus Kievana, alguma dificuldade de dissociação entre a história específica de cada um. Podemos concluir, com base em algumas tradições da História, como aquela defendida por Bushkovitch (2014), que a Rússia surge efetivamente em 1480 sob o reinado de Ivan III da Dinastia Rurikides. Nesse ínterim, a anexação de Novgorod e a unificação dos centros político (Moscou) e eclesiástico (Novgorod) sob comando moscovita justificaria o surgimento do Estado russo. Este, como vimos, logo

configura seu imperialismo e adentra uma grande onda expansionista que tem início com a expulsão dos mongóis. A formação da Ucrânia, porém, parece não se dar de forma tão evidente. Ao passo em que a troca de capital de Kiev para Moscou favorece a organização e o surgimento de fato da Rússia, a queda da Rus Kievana deixa o que hoje conhecemos como Ucrânia à mercê de pretensões expansionistas de poloneses, lituanos, russos e mongóis.

O Hetmanato, nesse sentido, é talvez a primeira expressão de uma formação estatal genuinamente ucraniana, porém, como vimos, sua vida é curta e sua soberania é mais uma vez ameaçada por expansões externas. Podemos, portanto, concluir que havia, por conta da ancestralidade de Rus e pelo compartilhamento de traços étnicos em comum, um certo sentimento de unidade entre os ucranianos que se aguçava em momentos de ameaça (como aquela representada pelo perigo da “polonização”). Essa “quase-comunidade-imaginada”, no entanto, sofria para se traduzir em corpo político estatal. Mais que isso, é importante lembrar, ainda, que essa unicidade não era irrestrita: os anos de divisão territorial e política levaram à construção de (proto)identidades nacionais que não se assemelhavam em absoluto e dificultavam a unificação do povo. No extremo leste temos comunidades que por muito tempo não tiveram um domínio específico, na Crimeia temos os tártaros, a oeste, predominava o poder dos poloneses e lituanos, no norte predominam os russos e os mongóis por muito tempo permaneceram em toda a porção leste. A formação da Ucrânia, dessa maneira, não conta com uma narrativa tão linear quanto à da Rússia, com quem divide os primórdios de sua história e com quem estabelece relações instáveis: entendem sua proximidade, ora se unem, ora há quebras de acordos e dominação por parte de Moscou.

#### 4.1.2 A experiência soviética

A experiência soviética é fundamental não somente para compreender muito da tônica das relações entre Rússia e Ucrânia ao longo do século XXI, mas, também, para melhor informar nosso entendimento acerca da formação estatal desta. Para começarmos a tratar deste vasto e complexo período, é preciso retomar uma questão fundamental: (i) as políticas bolcheviques de nacionalidades que marcaram as revoluções de 1917 e o início da URSS e (ii) a formação da Rada e suas conexões com a Alemanha em plena Primeira Guerra Mundial. De

forma geral, a queda do czarismo fomentou uma série de movimentos independentistas em diferentes regiões que até então compunham o império russo. A queda das estruturas de poder que impediam uma maior autonomia dos povos governados pelo “paizinho” foi certamente um fator de grande relevância para que essa “primavera” generalizada ocorresse, mas não cabe a ela todo o crédito. Os discursos de Lênin, bem como a maneira com que o mesmo conduziu o Politburo pelos seus primeiros anos, não podem ser ignorados. O líder dos bolcheviques acreditava que para construir um Estado forte e unido em torno de um propósito em comum a despeito da multietnicidade dos povos que o compunham, era preciso garantir que cada república se unisse ao bloco soviético de forma espontânea. Em outras palavras, a proposta leninista era a de que era necessário conceder certa liberdade para expressões étnicas e culturais aos diferentes povos que viriam a compor o *homo sovieticus*. É verdade que todos estes estariam, em última instância, sob o julgo soviético, de forma que o pertencimento à URSS fosse priorizado em detrimento do pertencimento a demais nacionalidades, mas acreditava Lênin que esta arquitetura estatal prescindia de uma política de sufocamento de expressões de identidades locais. Assim, somados fim do império e a abordagem adotada pelos bolcheviques no comando em relação às liberdades nacionais, tem-se uma onda de nacionalismos nascentes (BRUBAKER, 1994).

Na Ucrânia, o efeito dessa sobreposição de fatores foi especialmente incendiário. Ainda às vésperas das revoluções de 1917, já começavam a se mobilizar algumas células nacionalistas, as quais, instigadas pelo cenário que se coloca, organizam-se e formam, em março de 1917, uma instituição própria, a chamada Rada, símbolo do movimento independentista ucraniano. Já no ano seguinte, é declarada a independência da República Popular da Ucrânia, a qual conta com o apoio alemão<sup>51</sup>. À época, a Rússia já havia se retirado da Primeira Guerra Mundial com a assinatura do Decreto Sobre a Paz de outubro de 1917. A Alemanha, contudo, não reconhecera a saída do país do conflito, o que justifica a sua busca por aumento de influência sobre a Ucrânia (que garante através do apoio à Rada) e sua continuada expansão sobre território russo. Nesse ínterim, há ainda a formação de outra entidade política no território ucraniano, a República Popular Ucraniana, que englobava as porções leste e central do país atual. A fim de consolidar a revolução, Lênin entendia que era preciso primeiro findar essa disputa com os alemães, o que faz com a assinatura do Acordo de Brest-Litovsk em março de 1918. Por determinação deste, a Rússia cedeu territórios e pagou indenizações à Alemanha e a demais Estados. Entre as perdas,

---

<sup>51</sup>A Alemanha não somente expulsou os russos da Ucrânia junto do Império Austro-Húngaro como também auxiliou na implementação de todo o governo do novo país.

estima-se que os russos perderam cerca de 34% de sua população e 54% de sua capacidade industrial, além de ter tido exército e marinha desmobilizados e terem sido forçados a reconhecer a autonomia da Ucrânia (GLEASON, 2009).

### Ilustração 7 – Mapa dos territórios perdidos pela Rússia no Acordo de Brest-Litovsk



Fonte: MOTTA; LOPES, 2016

Como ilustra o mapa, entre os territórios perdidos pela Rússia à época, destacam-se os Bálticos, parte do Cáucaso e de Belarus e, sobretudo, grande parte do terreno da Ucrânia com exceção das regiões localizadas no extremo leste do país, que permanecem sob comando da Rússia e, posteriormente, da URSS.

Logo após o reconhecimento da autonomia ucraniana, a Alemanha, em abril de 1918, usa de sua influência local para promover uma espécie de retomada do Hetmanato como forma de sinalizar o surgimento de uma Ucrânia independente. Essa manobra, contudo, não passou de um meio usado pelos alemães para instituírem um governo fantoche no país, que se colocou, então, à mercê dos interesses de Berlim. Com a celebração do Tratado de Versalhes, que põe fim à Primeira Guerra Mundial, porém, a Alemanha se retira da Ucrânia, que é retomada à administração russa em 1919 e posteriormente transformada em República Socialista Soviética (RSS) da Ucrânia. Nesse ínterim, os nacionalistas ucranianos se deslocam para as margens ocidentais do país<sup>52</sup> em uma tentativa de fugir do controle bolchevique e lá formam a República Popular da Ucrânia Ocidental (RPUO) (KUBICEK, 2008).

### Ilustração 8 – Mapa da RPUO e da RSS da Ucrânia em 1918



Fonte: TORA, 2011

Na figura, o território da RPUO corresponde à região com o tom mais claro de verde, na qual vemos a cidade de Lviv (Львів). A vida do novo Estado formado pelos nacionalistas,

<sup>52</sup>A queda do Império Austro-Húngaro em novembro de 1918 cessou o controle Habsburgo sobre antigos territórios ucranianos a oeste. É sobretudo nessa região que surge o RPUO.

contudo, também seria curta. Tão logo a RPUO é estabelecida, torna-se alvo da Polônia, cujas investidas com intuito expansionista levam os líderes da nova república a pedir ajuda à RSS da Ucrânia a fim de resistir à ameaça polonesa. Assim, em janeiro de 1919, a Ucrânia é reunificada. Nesse contexto, algumas considerações são importantes. A primeira delas diz respeito à divisão administrativa da Ucrânia. Ainda que o restante do território do país fosse parte de uma mesma RSS, à Crimeia foi concedido o título de RSS autônoma após um episódio de tentativa de independência da península liderado por tártaros (maioria étnica local) de inclinação anti-russa. Segundo o comando central do Partido, a fim de garantir maior controle sobre os habitantes da região, era preciso mantê-la sob comando direto de Moscou. Uma segunda consideração relevante diz respeito à distribuição geográfica da população ucraniana ao longo da RSS. Com a incorporação do território da RPUO, boa parte dos nacionalistas da época ficaram concentrados na região mais ocidental da república, como ilustrado no mapa (DAVYDOV, 2008; KUBICEK, 2008).

Reunificada a Ucrânia, tem início, nos anos 1920, um processo de “ucranização” incentivado pelas políticas de nacionalidade promovidas por Lênin (1917-1924). Esse foi um período de retomada e florescimento da cultura e língua ucranianas, de crescimento econômico e, claro, de fortalecimento dos sentimentos nacionalistas latentes da nação. Apesar do incentivo ao nacionalismo, não houve, nesse ínterim, nenhuma tentativa de independência que representasse um perigo real à integridade territorial soviética ou que de fato tivesse se aproximado da obtenção de uma Ucrânia independente. Podemos dizer, resumidamente, que se tratou de uma década em que se desenhava uma ideia mais generalizada de Estado-nação ucraniano, processo que, devido a turbulenta história do país, ainda não pudera ocorrer de maneira organizada. A morte de Lênin e a subsequente chegada de Stalin (1924-1953) ao poder, porém, põe fim a esse processo de forma traumática (DAVYDOV, 2008; KUBICEK, 2008)

Os anos 1930 marcam o início das políticas de russificação típicas do stalinismo, as quais vêm acompanhadas de um conseqüente combate ao nacionalismo ucraniano por parte do Politburo. Uma das maneiras que o novo líder encontra para acabar com os anseios nacionalistas da região foi uma implementação especialmente ferrenha da coletivização dos campos sobre a Ucrânia. Nesta, os camponeses representavam um importante setor dentro do movimento nacionalista, então, ao desmobilizá-los, Stalin garantiu a aplicação de um passo fundamental de seu grande plano econômico e ainda esvaziou boa parte do ativismo do nacionalismo local. Entre os catastróficos efeitos colaterais desta decisão estão a deportação e a morte de milhares

de ucranianos que padeceram de fome em um episódio cuja indelével marca ainda assombra a memória do país: o Holodomor (KUBICEK, 2008).

No final dos anos 1930 ocorre, ainda, a celebração do Pacto Ribbentrop-Molotov, acordo que se insere no contexto mais alargado que leva à entrada da URSS na Segunda Guerra Mundial. O tratado, assinado entre Alemanha e URSS, trata da acomodação de interesses soviéticos e alemães no leste europeu. A União Soviética, nesse contexto, poderia avançar suas fronteiras sobre os Bálticos e sobre o leste da Polônia, território que havia sido tomado da Ucrânia anos atrás, sem que houvesse ataque por parte das tropas de Hitler. Pouco tempo depois, em 1941, o tratado é então quebrado pela Alemanha, que invade território soviético por meio da Operação Barbarossa. Esta teve como objetivo principal ocupar regiões na Ucrânia. Alguns grupos de ucranianos chegaram a colaborar com os nazistas como forma de enfrentar o stalinismo. Em algumas porções do espaço ucraniano, como na Crimeia, a cooperação com locais garantiu certo sucesso da operação alemã. O avanço do exército vermelho, contudo, logo expulsa a Alemanha de toda a Ucrânia e acaba por impor a derrota a Hitler. O desfecho do conflito tem resultados importantes para os ucranianos. Primeiramente, há a deportação dos tártaros da Crimeia para a Ásia Central como forma de punição por sua colaboração com os nazistas. A península é então repovoada majoritariamente por russos étnicos, os quais vinham sobretudo de regiões que sustentavam relações amigáveis com Moscou. Além disso, é estabelecida a Frota do Mar Negro, importante destacamento russo que contribui para o repovoamento da Crimeia (BUSHKOVITCH, 2014; DAVYDOV, 2008).

Outro resultado importante é a expansão territorial ucraniana. Vitoriosa na guerra, a URSS expande seu território, anexando regiões nas margens ocidentais da Ucrânia. A questão, porém, é que esses novos terrenos não haviam sido parte do Império Russo. Trata-se de áreas que haviam sido conquistadas por outros reinos na época da dissolução da Rus Kievana e desde então haviam pertencido a outros Estados que não a Rússia ou a Ucrânia de fato. Estes povos, que agora passam a viver sob domínio do Politburo, não aceitam as imposições política e cultural feitas por Moscou. A adesão destes territórios à RSS ucraniana, assim, causa uma espécie de clivagem identitária no país: enquanto na porção ocidental, que já contava com um sentimento nacionalista mais exacerbado, o contato com povos ocidentalizados exacerba o sentimento de ocupação [pela URSS/Rússia] e de “ucraneidade”, a leste, é fortalecido o sentimento de “sovietismo” e pertencimento ao bloco (KUBICEK, 2008).

A morte de Stalin em 1953 marca o início do período em que Krushchev (1953-1964) fica à frente do Partido. Tentando reverter os efeitos negativos das repressões conduzidas pelo stalinismo<sup>53</sup>, o novo líder confere maior incentivo a expressões culturais locais e volta a conceder maior liberdade política às nacionalidades que compunham a URSS. Na esteira dos esforços reconciliatórios promovidos por Krushchev, destacamos a concessão da Crimeia à RSS da Ucrânia, que acontece em 1954<sup>54</sup>. Apesar das tentativas de normalizar as relações com as repúblicas, a resposta destas à atuação de Moscou foi negativamente influenciada por um período de desaceleração econômica que acontece nos anos 1960. Incapaz de manter os níveis de bem-estar social outrora observados, o Politburo passa a lidar com diversos descontentamentos entre os muitos povos que compunham a URSS. Ainda que as queixas tivessem motivação essencialmente econômica de início, não tardou até que sentimentos independentistas voltassem a povoar o imaginário de muitas das repúblicas do bloco comunista (SEGRILLO, 2012).

A necessidade de retomada do pleno controle de Moscou sobre o bloco foi reconhecida por Brejnev (1964-1982), que promove um caráter mais corporativista nas relações estabelecidas entre comando central e repúblicas, permitindo a criação de estruturas de administração *de facto* que começam a dar corpo às burocracias dos países que viriam a se tornar independentes no início dos anos 1990. As crescentes pressões por reformas políticas e econômicas, e o próprio desgaste que o regime vinha demonstrando no cenário internacional, só seriam, contudo, endereçadas de fato por Gorbachev (1985-1991) e suas famosas *glasnost* e *perestroika*. Ainda que o objetivo das propostas de reforma não fosse agravar os impasses da URSS, o efeito de ambas foi, de facto, o estabelecimento de um contexto político no qual já não era mais plausível controlar a desintegração iminente do Estado soviético. As propostas de abertura política e reestruturação econômica, contudo, não foram as únicas que resultaram em

---

<sup>53</sup>A entrada de Krushchev à frente do comando da URSS é marcado por uma quebra com a narrativa de culto a Stalin e a seu governo. Durante o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, o novo líder denunciou os crimes cometidos pelo Estado sob o stalinismo. Krushchev teceu duras críticas a muitas das políticas empreendidas por seu antecessor, como as coletivizações forçadas, e às consequências das mesmas, que levaram à morte e ao empobrecimento de muitos cidadãos. O discurso marca o início de um novo período de desestalinização e gera uma série de questionamentos generalizados acerca da opinião positiva que então predominava em relação ao governo de Stalin (MUNHOZ; ROLLO, 2015).

<sup>54</sup>Para além disso, outra característica do governo Krushchev é uma diminuição dos embates com o bloco ocidental na esteira dos arranjos estabelecidos pela *détente*, momento em que ocorre uma erosão no monolitismo característico da Guerra Fria até então. O período, que se inicia no final dos anos 1960 e se estende até o final dos anos 1970, marca o estabelecimento de uma certa cooperação entre URSS e EUA no que diz respeito à regulamentação do uso de armamentos nucleares. É nesse contexto, ainda, que a rivalidade direta entre as duas potências arrefece e crescem os embates por procuração na Ásia, na África e no Oriente Médio (MUNHOZ; ROLLO, 2015).

efeitos negativos. Em 1986 acontece o acidente nuclear de Chernobyl na Ucrânia. Nesse ínterim, o sentimento generalizado de incapacidade de lidar com a situação e o descaso do Partido em relação ao povo que fora afetado causaram impressões especialmente fortes entre os ucranianos, cujos anseios por independência, por se afastar de um domínio que não atende toda sua população, crescem. Assim, em 1988, os nacionalistas da Ucrânia voltam a se mobilizar e passam a desafiar o Politburo. No ano seguinte, o idioma ucraniano é reconhecido como língua oficial da república e são implementadas leis voltadas à redução da russificação local. Entre estas, destacamos, por exemplo, aquela que torna o ucraniano a língua usada no sistema de ensino, substituindo o russo e ameaçando a hegemonia do uso deste (BUSHKOVITCH, 2014; SMITH, 1996).

#### 4.1.3 Ucrânia independente

O avanço das políticas nacionalistas aliado ao enfraquecimento e eventual queda da URSS permitiram que a Ucrânia declarasse sua independência em 1991, em um episódio ao qual a Rússia não se opôs e que contou com o reconhecimento de todos os grupos da sociedade com exceção dos habitantes da Crimeia, que não foram consultados. Tal reconhecimento, contudo, não significava uma unidade entre as visões políticas de todos os setores da população. Frente aos desafios comuns à independência das ex-repúblicas soviéticas, como a necessidade de reconstrução econômica e identitária, os ucranianos se dividiram em dois principais lados: os nacionalistas, que acreditavam que era preciso um certo afastamento da Rússia e da memória soviética, e os pró-Rússia, que acreditavam que era importante manter um alinhamento a Moscou. Essa divisão política do país é um retrato do longo histórico de alterações territoriais pelo qual passou a Ucrânia. Como já comentado em momentos anteriores, nem toda a população ucraniana se identificava com a cultura russa e, para além disso, as insatisfações em relação ao domínio do Kremlin eram uma questão que vinha fomentando um nacionalismo há séculos (NYGREN, 2007).

Especialistas como Maria Raquel Freire (2011) afirmam que o mandato do primeiro presidente, Leonid Kravchenko (1991 – 1994), foi essencialmente pró-Occidente, o que não teria contribuído para o apaziguamento entre os diferentes grupos políticos do país e teria, em certa

medida, desgastado as relações com a Rússia. Os programas para o desenvolvimento e fomentação da língua ucraniana, que foi inclusive regulamentada em 1993 como idioma oficial a ser usado em meios de comunicação no país, seriam, nesse sentido, políticas vistas como essencialmente anti-Rússia à medida em que promoviam certo preconceito com o idioma russo. Por outro lado, a Ucrânia também: (i) reivindicou posse sobre a Frota do Mar Negro (pedido que seria negado por Moscou); (ii) foi o primeiro membro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a assinar a Parceria para a Paz com a OTAN; (iii) demonstrou intenções de entrar na União Europeia, com a assinatura do Acordo de Parceria, e na OTAN, com a qual assina também outros acordos que tratavam da entrada futura do país no bloco.

Há, no entanto, mais acerca do governo Kravchenko que precisa ser dissecado antes que o tomemos como um período irrestritamente ocidentalista. O presidente entendia a delicadeza do momento e decerto esperava que uma inclinação muito abertamente ocidentalizante poderia causar ruídos nas relações com a Rússia, a qual continuava muito importante para a Ucrânia sobretudo do ponto de vista econômico e geopolítico. Não havia, assim, espaço para romper tão repentinamente com o então aliado. Dessa maneira, outras atitudes do presidente buscaram sinalizar a Moscou que havia, sim, um grande interesse ucraniano em continuar a ter boas relações com o vizinho. Assim, Kravchenko: (i) se une à Rússia como um dos membros fundadores da CEI; (ii) cede seu armamento nuclear à Rússia em 1994 sob a condição de que esta não o usaria contra a Ucrânia no futuro; entre outras atitudes que demonstram uma continuidade de uma relação amistosa entre ambos os países. É importante, ainda, ressaltar que muitas das atitudes pró-Occidente adotadas pelo então presidente ucraniano deram-se em um momento em que a Rússia adentrava seu período de isolacionismo e liberalização. Assim, Moscou contava com pouca margem de manobra para agir de forma mais contundente em relação a o que ocorria em Kiev (NYGREN, 2007).

O mandato do primeiro presidente da Ucrânia independente, portanto, é marcado por uma política que tem nuances mais ocidentalizadoras mas que ainda se preocupa em manter uma relação próxima e amigável com a Rússia. Não há, dessa maneira, uma fratura explícita entre Kiev e Moscou, ainda que a primeira tenha aproveitado o momento para tomar decisões que, em outro momento, poderiam ter gerado respostas mais incisivas por parte do Kremlin. Nesse ínterim, os únicos episódios nos quais houve certo desentendimento entre os países são aqueles que tratam da Crimeia. Quando da dissolução da URSS em 1991, Yeltsin tenta garantir que a península seja parte do território da Federação Russa. No ano seguinte, sem o consentimento de Kiev, o Supremo Soviete da Crimeia passa a se chamar República da Crimeia,

a qual chega a proclamar sua independência no mesmo ano. A decisão é logo convertida após pressão realizada pelo governo da Ucrânia, porém boa parte dos habitantes da península continuaram a pedir por maior autonomia. Alguns setores desta população chegavam a falar de reanexação à Rússia. Outro episódio que causou ruídos nas relações russo-ucranianas foi a reivindicação da Frota do Mar Negro por parte de Kiev, impasse que foi de início repreendido por Yeltsin e que levaria anos para se resolver (BEBLER, 2015).

Ao governo de Kravchenko seguiu-se o período de Leonid Kuchma (1994 – 2005). O novo presidente manteve certa continuidade das políticas implementadas por seu antecessor, no entanto, há, agora, uma movimentação um pouco mais robusta em direção à construção de uma Ucrânia que, apesar de prezar por boas relações com a Rússia, tenta desvincular seu presente do passado compartilhado com esta e que busca integrar-se à Europa. Nesse sentido, Kuchma opta pela entrada na Organização para a Democracia e Desenvolvimento Econômico, também conhecido como grupo GUAM<sup>55</sup>, iniciativa formada também por Azerbaijão, Geórgia e Moldávia e aperta as políticas linguísticas, tornando o ucraniano a única língua admitida no sistema de educação<sup>56</sup>. As tendências pró-Occidente e a discriminação contra os russos étnicos do país geraram algumas tensões com Moscou, as quais foram ainda mais agravadas em vista do crescimento de pretensões separatistas na Crimeia. Apesar dos desentendimentos, porém, as relações são normalizadas e em 1997 a Rússia reconhece a posse ucraniana sobre a Crimeia em troca da base naval de Sevastopol, acordo que seria concretizado plenamente apenas em 1999. A normalização das relações é seguida por uma iniciativa de Putin de aprofundar os laços entre os países. Dessa forma, a Ucrânia é feita “parceira estratégica” de Moscou e diversos acordos de cooperação são assinados por ambos (NYGREN, 2007).

Não devemos, porém, ignorar o fato de que, a despeito dos esforços mútuos em direção à construção de uma relação amigável, certas tensões continuavam no pano de fundo da interação russo-ucraniana. Muitos destes desentendimentos estavam ligados ou à insatisfação de Moscou em relação às políticas de “ucranização” ou à Crimeia. Ainda que um consenso tenha sido atingido acerca da posse da península, pequenas desavenças se mantinham acerca de questões de ordem burocrática e administrativa, como a definição dos direitos de permanência

---

<sup>55</sup>A Rússia via o GUAM com apreensão pois entendia que era uma maneira de aproximar os valores democrático-liberais do Ocidente em sua região.

<sup>56</sup>Até o início dos anos 2000, as regiões de Luhansk e Donetsk e a Crimeia apresentam baixa adesão à nova regulação.

de frota no Mar Negro, a quantidade e o status de militares russos que poderiam ou não permanecer no local entre outras questões (BEBLER, 2015).

Em 2004, com o mandato de Kuchma acabando, novas eleições foram realizadas, cujo resultado, porém, seria o estopim de um episódio que daria um novo tom às relações entre Rússia e Ucrânia: a Revolução Laranja. Concorreram ao pleito Viktor Yanukovych, primeiro-ministro de Kuchma favorável a uma aproximação com Moscou e apoiado por Putin, e Viktor Yushchenko, ex-primeiro ministro que defendia uma posição contrária à do seu adversário: era favorável a um alinhamento mais profundo com o Ocidente. Após um primeiro turno acirrado, a segunda rodada de votações concedeu a vitória a Yanukovych. Quase que de imediato, porém, o resultado foi contestado e declarado fraudulento, o que incitou a população, levando cerca de 100 mil pessoas à praça Maidan, em Kiev, para pedir pela anulação do pleito e protestar contra a manipulação da política do país. À época, muito falou-se sobre uma possível ação russa e/ou das províncias do leste e sul do país, redutos tradicionalmente pró-Rússia. Diversos líderes ocidentais apoiaram a revolução, o que desagradou Putin e reforçou sua hipótese de que a incitação popular teria sido uma manobra externa para garantir que o Ocidente ganhasse maior influência sobre a região. Aproximadamente doze dias de protestos contínuos se passaram até que o resultado fosse de fato anulado. Novas eleições foram realizadas em dezembro de 2004 e Yushchenko foi eleito presidente (NYGREN, 2007).

Não consenso em relação às razões por trás da ocorrência de uma revolução colorida. A parte ocidental defende a narrativa de que este tipo de conflito é uma consequência do amadurecimento da sociedade civil local. Assim, o episódio seria uma reação de um povo desprendido das limitações ideológicas impostas pelo regime que busca por mudanças, em geral, representadas por uma maior liberalização do país. Por outro lado, há versões, como aquela sustentada pela Rússia, que vão no sentido oposto e entendem que uma revolução colorida é, na realidade, causada pela infiltração de células estrangeiras que têm como objetivo desestabilizar o cenário doméstico e regional que facilitar a concretização de suas intenções no local. Estes grupos estrangeiros seriam, via de regra, sustentados por regimes liberal-democráticos do Ocidente. Definir exatamente qual das duas versões melhor explica as causas da Revolução Laranja não é nosso interesse. O que nos importa, neste momento, é compreender que, a despeito de qual versão é a “correta”, as consequências do evento são indelévels.

Ecoaram em Kiev os nacionalismos do oeste do país e o desejo por criar uma nação autônoma, detentora de história e cultura próprias, forças que há tempos vinham se articulando

na Ucrânia. A eleição de Yushchenko, assim, marca um novo período na história do Estado não necessariamente porque trouxe grandes inovações políticas<sup>57</sup>, mas porque aconteceu graças a um movimento social intimamente ligado à psique política da sociedade. A partir da Revolução Laranja, as relações com a Rússia e com o Ocidente tornam-se assuntos muito mais delicados do ponto de vista da opinião pública. As interações com Moscou, em especial, ganham novos ares não somente para Kiev, mas também para o Kremlin, a quem o episódio não agradou e que agora via-se na necessidade de proteger o que restou de sua presença na Ucrânia e planejar a retomada da influência perdida. Já em relação ao Ocidente, a revolta manda uma mensagem clara de um país cuja maioria da população não deseja uma aproximação aos russos.

O governo de Yushchenko (2005 – 2010) começa com um grande desafio: normalizar as relações com a Rússia a fim de evitar efeitos negativos vindos de um possível afastamento do vizinho. O candidato recém-eleito entendia, assim como seus antecessores, que Moscou representava um parceiro indispensável, e após uma demonstração tão evidente de aversão a este, era preciso garantir a boa convivência. Nesse ínterim, Yushchenko garante a Putin que os interesses estratégicos russos na Ucrânia não seriam afetados por sua eleição e se comprometeu em promover relações mais transparentes e fáceis com o Kremlin. Por outro lado, o presidente precisava, também, garantir a confiança dos países ocidentais dos quais queria se aproximar. Após um escândalo de fraude eleitoral e depois de viver uma revolução, era necessário sinalizar um futuro de estabilidade e transparência (NYGREN, 2007).

Apesar das promessas feitas a Putin, as relações com a Rússia não sofreram grande melhorias. Entre 2005 e 2006, o Kremlin ameaçou, diversas vezes, aumentar o preço do gás vendido à Ucrânia. As oscilações no valor do metro cúbico e os efeitos que as próprias ameaças tinham sobre o mercado só tiveram fim após a Gazprom chegar a um acordo com os ucranianos. Por sua vez, Kiev também contribuiu para o desgaste das relações. Uma atitude que causou grande descontentamento, foi a tentativa da Ucrânia de aumentar o valor do aluguel que era pago pelos russos para manter sua base naval na Crimeia. Apesar destes e outras atritos pontuais, a relação entre os países manteve-se razoavelmente cordial ao longo de todo o mandato de Yushchenko. Do ponto de vista doméstico, o presidente “da revolução” não atingiu as expectativas que nele foram depositadas. Apesar de ter feito promessas de modernização e ocidentalização, durante seu tempo à frente de Kiev a Ucrânia passou por uma grave crise

---

<sup>57</sup>Em 2006, o partido de Yanukovich viria a ganhar a maioria no Legislativo através de voto popular, sugerindo que, de facto, não houve uma ruptura tão severa com o cenário político anterior e que os grupos pró-Rússia tinham também poder de mobilização e influência.

econômica e teve seus índices de liberdade de expressão reduzidos graças a censuras e perseguições (NYGREN, 2008).

Vide os resultados entregues por Yushchenko não surpreende o resultado das eleições seguintes, que elegem Yanukovich e dão início a um período de maior aproximação de Moscou. Ainda que o pleito tenha ocorrido de forma legal, a decisão das urnas não agradou setores da população que criticavam o retorno de um possível alinhamento ao Kremlin, o que gerou o cenário no qual os eventos de 2014, dos quais trataremos com mais detalhe adiante, viriam a ocorrer.

## **4.2 Moldávia**

### **4.2.1 Formação do Estado e períodos imperiais**

O Principado da Moldávia foi fundado por romenos em 1359. Antes que fosse transformado num Estado, porém, esse território era parte de uma região chamada Bessarábia. Esta, governada também pelos romenos, descendentes dos povos dácio-romanos, era dividida em três grandes regiões: a Moldávia, a Valáquia e a Transilvânia. As duas primeiras, dada sua localização próxima ao Danúbio e em meio a importantes rotas comerciais, ganharam maior relevância econômica e, claro, política. Dessa maneira, a organização estatal da Moldávia deu-se de forma “natural” em vista de seu desenvolvimento. Vale ressaltar aqui que a região hoje conhecida como Transnístria não era parte do Principado de início pois, nesse ínterim, era ela parte da Rus Kievana (KING, 2000).

### Ilustração 9 – Mapa da Bessarábia



Fonte: HAUSWEDELL, 2014

Em 1538, o Principado da Moldávia é derrotado pelos otomanos, que instauram seu domínio sobre a região. Durante este período, ainda que formalmente a Bessarábia estivesse sob controle do sultão, os moldavos contavam com certa autonomia. Estes, enquanto vassalos do Império Turco-Otomano, pagavam tributos e mantinham seu exército à disposição dos governantes, porém, era lhes concedido, entre outros, o direito de eleger seus príncipes. Com o enfraquecimento, e posterior queda, do Império no século XVIII, tem início um período de inúmeras guerras entre as principais potências regionais, que se enfrentam em disputas pelos territórios deixados pelos otomanos. Assim, toda a Bessarábia sofre perdas territoriais. No que diz respeito ao Principado da Moldávia, em especial, destacam-se os resultados da Guerra Russo-Otomana (1768 – 1774): parte do norte deste é cedido aos Habsburgos logo após o cessar-fogo e o trecho que se estende entre os rios Dniepre e Dniestre (onde se situa a Transnístria) é dado à Rússia em 1791 graças à Paz de Sistov. Contudo, a totalidade do território moldavo seria entregue aos russos em 1812 através da Paz de Bucareste, acordo que finda as negociações de paz entre os lados que se enfrentaram na segunda Guerra Russo-Otomana (1806 – 1812)<sup>58</sup> (KING, 2000).

<sup>58</sup>Conflito iniciado no seio do processo de militarização russo do reinado de Alexandre I (1801 – 1825), período marcado por um forte nacionalismo e continuidade do expansionismo de Catarina.

O estabelecimento do poder russo sobre a Moldávia se deu de forma atípica. Ao longo da primeira década que se seguiu à incorporação do Principado ao império, os moldavos gozaram de ampla autonomia, fenômeno típica nas *guberniias*, classificação de entidade administrativas do império russo que foi designada à Moldávia. Suas leis continuaram a ser utilizadas, a elite continuava a gozar de seus antigos privilégios e o governo permaneceu, *de facto*, sob as mãos dos locais. A dominação do czar, contudo, não se fez desapercebida. A fim de findar os aspectos culturais e linguísticos romenos que até então dominavam o processo de formação identitária na Bessarábia, teve início um processo de russificação que se intensificaria até que, em 1871, a língua, a fé e a administração russas já eram elementos bem estabelecidos em todos os setores sociais. Tentou-se, assim, construir um senso de lealdade e de pertencimento a Moscou a partir não de uma imposição imediata e completa da administração e da cultura russas, mas de um processo gradual, ainda que não de todo pacífico, de implementação de elementos linguísticos, religiosos e administrativos tipicamente russo/eslavos. A estes esforços unem-se, ainda, correntes migratórias que visavam aumentar a população etnicamente russa na região. A combinação de todas estas estratégias, porém, não foi bem-sucedida, sobretudo, por conta de um fator em especial. Como destaca Marcel Mitrasca (2002), as ferramentas de dominação russas se limitaram sobremaneira às áreas urbanas, tendo pouca aderência nas porções rurais da Moldávia. Segundo o autor, nos anos de 1856, 1897 e 1918 estimava-se que a porcentagem etnicamente romena da população moldava era, respectivamente, 74%, 56% e 66,5%. Além disso, além de representarem a maioria da sociedade, os moldavos/romenos se concentravam em vilas e comunidades rurais, enquanto os russos e demais etnias tinham como principal morada as cidades e a margem leste do rio Dniestre, na região transnístria (onde havia alguns resquícios da cultura eslava em função do período em que a região foi parte da Rus Kievana). O direcionamento das políticas de russificação para estas áreas urbanizadas e a dificuldade de implementação dos instrumentos de unificação cultural e linguística sobre as demais áreas da Moldávia dificultaram o estabelecimento de amplas noções de lealdade ao czar e de pertencimento ao império, objetivos principais de Moscou à época.

O controle russo sobre a Moldávia foi ameaçado em 1856, quando, conforme determinado pelos tratados de paz assinados após o fim da Guerra na Crimeia (1853), o czar teve de ceder territórios do sul da Bessarábia à Romênia. Bucareste, com quem os moldavos compartilhavam não somente a etnia, mas sua própria história de formação estatal, logo inicia uma série de políticas que visavam reverter os avanços obtidos pelo processo de russificação

de Moscou. Inicia-se, assim, um período de romenização que se prolonga até 1878, quando os territórios voltam ao controle czarista. Apesar do curto período em que estiveram sob domínio da Romênia, as regiões moldavas do sul tiveram grande influência das política de Bucareste, fato que se justifica, sobretudo, pela proximidade linguística e cultural dos povos de ambos os lugares (KING, 2000).

**Ilustração 10 – Mapa dos territórios moldavos perdidos pelo Império Russo entre 1856 e 1878**



Fonte: ANDERSEN, 2005

Em 1878, no contexto de independência da Romênia, os russos eventualmente recuperaram os territórios moldavos perdidos em 1856 e iniciam, no local, um período de grande russificação e supressão da autonomia outrora concedida a estes distritos. Esta atitude, de certa maneira, aumenta a aversão local ao domínio russo, sentimento que também é fomentado pelo movimento independentista romeno. Na busca por sua independência dos otomanos, a

Romênia, buscando garantir uma grande adesão à luta irredentista, dirigiu-se também à Bessarábia. Reforçando os laços compartilhados por romenos e moldavos, os independentistas fomentaram uma narrativa segundo a qual, por terem um mesmo mito fundador e por dividirem uma mesma etnia, Romênia e Moldávia deviam unir-se e formar um único Estado. Essa noção de etnogênese compartilhada deu início a um processo de aproximação entre ambas as regiões, nas quais setores da sociedade passam a desejar uma integração romeno-moldava (IGLESIAS, 2015; KING, 2000).

#### 4.2.2 Período soviético

As reverberações das revoluções de 1917 na Rússia também se fizeram sentir na Moldávia. O desmantelamento do aparato administrativo e burocrático do império, bem como o incentivo ao desenvolvimento de nacionalidades contribuíram para a formação da República Democrática da Moldávia em 1917. Após o estabelecimento de uma Assembleia Nacional, a Bessarábia tomou a decisão de se estabelecer como uma república autônoma da Rússia, fato que foi imediatamente aceito pelos soviets. Se na antiga Bessarábia o período soviético teve início sem grandes rupturas com Moscou, na vizinha Romênia o cenário foi outro. Os romenos planejavam aproveitar-se da agitação causada pelo contexto revolucionário para retomar a Bessarábia, que havia sido perdida para a Rússia em 1812 após a celebração da Paz de Bucareste. Outra motivação de Bucareste era impedir um avanço ucraniano sobre sua região de interesse. À época da queda do Império Russo, crescia, em Kiev, um discurso segundo o qual era a Moldávia parte da Ucrânia. Dessa maneira, em 1918, a Romênia marcha sobre Chisinau e declara a independência da República Democrática Moldava da Bessarábia, fato ao qual se sucedeu um longo processo de unificação de Romênia e Moldávia. Após votação no Congresso, aprovou-se a união, que, ratificada pelo rei romeno Ferdinando, dá origem à Grande Romênia. A região localizada a leste do Rio Dniestre, contudo, continuou sob jurisdição da URSS e nela formou-se a RSS autônoma da Moldávia, administrada pela RSS da Ucrânia (KING 2000; MITRASCA, 2002).

### Ilustração 11 – Mapa da Grande Romênia e da RSS autônoma da Moldávia



Fonte: ROMANIA PLANS TO ADD NEW NATIONAL..., 2017

A RSS autônoma da Moldávia foi criada em resposta à (re)anexação da região da Bessarábia por parte da Romênia, a qual não fora aprovada ou reconhecida por nenhum tratado internacional. A perda da Moldávia, assim, era vista pelo Politburo como uma grande agressão tanto à sua soberania nacional quanto ao próprio direito à autodeterminação da população local, que havia se autodeclarado uma república autônoma russa. Após várias negociações malsucedidas, a URSS optou, então, pela formação da RSS localizada na região hoje conhecida como Transnistria. O intuito era promover uma espécie de propaganda que fizesse com que os moldavos desejassem a integração ao Estado soviético. Demonstrações da modernidade tecnológica e política soviética, como a construção de grandes obras e o uso excessivo de energia são alguns exemplos dos artifícios usados pelos Partido para promover na região o desejo pela “sovietização” e a formação de uma identidade entoacional diferente da romena (KING, 2000; VAN MEURS, 1998).

Após décadas de esforços voltados à recuperação da Moldávia, o objetivo soviético de reaver o território só seria concretizado na década de 1940 graças à Segunda Guerra Mundial. No seio do expansionismo iniciado pela URSS após a quebra do Pacto de Não Agressão com a Alemanha, os soviéticos deram um ultimato a Bucareste exigindo a retirada das tropas e a

desocupação do território. A exigência foi acatada e a Moldávia passou a ser parte da União Soviética em 1941 após algumas alterações em seu território, entre as quais destacamos: (i) a transferência da Transnístria da Ucrânia para a Moldávia, mudança feita por conta da composição étnica da região, na época majoritariamente habitada por moldavos; (ii) e a transferência de terras ao norte e ao sul do território moldavo para a RSS ucraniana, locais que continham entradas para o rio Danúbio e para o Mar Negro. A importância econômica e geopolítica destas duas regiões era tão grande que o Politburo julgou ser mais seguro mantê-las sob a administração de uma república cuja lealdade ao Partido já era muito bem estabelecida (KING, 2000).

A reunificação territorial da Moldávia sob o governo soviético, ainda que tenha reunido sob um mesmo Estado regiões outrora separadas, não foi capaz de promover, de imediato, uma reunificação identitária entre os povos que habitavam as diferentes localidades que compunham o país. Após anos separados entre duas esferas de influência, os redutos moldavos que compuseram a Romênia não compartilhavam da mesma concepção de nacionalidade defendida pelos grupos que habitavam as regiões que há mais tempo estavam sob mando ucraniano/soviético. O movimento nacionalista moldavo que acreditava na integração com os romenos, bem como os setores da Romênia que apoiavam uma aproximação da Moldávia, representavam desafios relevantes à unificação “espiritual” e identitária da antiga Bessarábia. Ao longo do século XX, nesse sentido, houve diversos desentendimentos entre ambos os grupos: de um lado, os pró-URSS permaneceram no poder por muitos anos e aproveitaram de seu lugar social para instituir políticas russificadoras<sup>59</sup> que fomentavam uma identidade com a qual os pró-Romênia não se identificavam. Estes, por outro lado, lutavam pelo direito de expressar livremente sua cultura, língua, religião e visão política. Esta cisão da sociedade moldava se agravou ao longo do período soviético também por conta das deportações de moldavos e a chegada de imigrantes eslavos que se mudavam para trabalhar nas indústrias. Estima-se que em 1979, 63,9% dos habitantes eram etnicamente moldavos, sendo os demais eram majoritariamente russos ou ucranianos (IGLESIAS, 2015; KING, 2000).

No seio das reformas de Gorbachev (1985 – 1991) uma mudança importante ocorre no comando da Moldávia: as elites no poder, que até então eram compostas por maioria de russos étnicos ou por moldavos pró-URSS, passaram a ser majoritariamente vindas de grupos que defendiam nacionalistas. Estes, não eram necessariamente independentistas, mas não

---

<sup>59</sup> Segundo King (2000), em 1989, a Moldávia uma das nacionalidades mais russificadas da URSS.

compactuavam com a sustentação de uma identidade tão atrelada ao componente eslavo, eles essencialmente pediam por mais protagonismo da cultura moldava. Buscando concretizar seus objetivos, e cedendo a crescentes pressões sociais, as novas autoridades implementaram inúmeras políticas de fomento à adoção de elementos mais moldavos, políticas de “moldavização”, ligados ao ensino de língua e história, à organização étnica entre outros. Em 1989, contudo, são aprovadas leis que estabeleciam o moldavo como língua oficial do Estado e determinavam a substituição do alfabeto cirílico pelo latino. O moldavo escrito no alfabeto cirílico é praticamente idêntico ao romeno, assim, as novas decisões do Soviete Supremo Moldavo, em última instância, reconheciam o idioma da Romênia como a língua oficial da Moldávia, o que explicitamente favorece uma aproximação entre ambos os países e um distanciamento da URSS (VAN MEURS, 1998).

Mesmo antes de serem oficialmente adotadas, as novas leis idiomáticas causaram fortes reações de grupos eslavos e/ou mais favoráveis a uma identidade eslavizada, em especial aqueles localizados na Transnístria e na Gagaúzia. Estes, temendo uma possível extinção do idioma russo e demais formas de discriminação étnica logo organizaram-se e passaram a demandar garantias de que teriam suas etnias respeitadas e de que as leis não seriam implementadas. Entre manifestações públicas e greves realizadas nas principais cidades de maioria russa, como Tiraspol, os efeitos dos recentes desdobramentos se espalharam por toda a Moldávia. Em algumas regiões, como redutos do sul habitados por gagauzes, começava-se até a falar de autonomia. Por outro lado, setores favoráveis às políticas propostas também começaram a pressionar pela efetiva implementação das mesmas. Estes eram liderados especialmente por uma elite moldava jovem que apoiavam reformas culturais e linguísticas e que compartilhavam o desejo por unificação com a Romênia (KING, 2000; VAN MEURS, 1998).

Temendo o levante do nacionalismo pró-Romênia no país, a Transnístria organiza um referendo em 1990, no qual 96% dos votantes declararam-se favoráveis à independência seguida da criação de um governo autônomo na região. Mais tarde, no mesmo ano, é declarada a República Transnístria da Moldávia, ou República Moldava da Pridnestróvia, cujo objetivo era se manter na União Soviética. Com a independência moldava da URSS, que acontece em 1991, o conflito entre a recém declarada República Transnístria escala. Tentando reunificar seu território e silenciar movimentos pró-Rússia, a Moldávia invade militarmente a região irredentista. Em 1992, o conflito se agrava mais ainda pois, com o reconhecimento do Estado moldavo pelas Nações Unidas, os transnístrios tomam o controle de todas as instituições

burocráticas situadas a leste do rio Dniestre. Em resposta, Chisinau reforça a investida contra os transnístrios, ação à qual a Rússia revida enviando o 14º Batalhão Soviético para intervir em Tiraspol. Estima-se que, além da incursão militar de fato, os russos tenham ainda armado a população irredentista e treinado a chamada “Guarda Republicana”, grupo que sustentava o líder independentista Igor Smirnov. Após uma série de negociações foram assinados acordos de cessar-fogo e decidiu-se pelo estabelecimento de tropas russas de manutenção da paz no local. Ainda que o teor militarizado do conflito tenha sido controlado, o desejo por irredentismo e autodeterminação da Transnístria não se abalaram (BOLGOVA; ISTOMIN, 2016; VAN MEURS, 1998).

#### 4.2.3 Moldávia independente

A independência moldava acontece em um cenário de grandes turbulências dados os eventos com a Transnístria irredentista. Por isso, e pelo desejo de recuperação territorial, o combate do irredentismo da região separatista é tido, quando da ruptura com a URSS, como um dos três principais objetivos da Moldávia independente. Os dois outros grandes orientadores da política do país são a aproximação de Estados ocidentais e a consolidação da independência. Apesar do desejo por se ocidentalizar, contudo, as autoridades entendem que é preciso cuidado para não romper completamente com Moscou tendo em vista a atual dependência econômica por parte da Moldávia e o grande fluxo de migrantes que deixam o país em direção à Rússia sobretudo buscando por emprego<sup>60</sup>. Por isso, optaram por aderir à CEI e vêm estreitando laços de cooperação com os russos com o intuito de garantir a importação de importantes produtos e prevenir possíveis intenções expansionistas de demais países (IGLESIAS, 2015).

Por outro lado, contrariando os interesses dos Kremlin, a assinatura de tratados de cooperação comercial com a União Europeia, bem como o conhecido desejo do país de se unir ao bloco no futuro são exemplos de medidas usadas como forma de concretizar a aproximação do país das potências ocidentais. Nesse contexto, destaca-se: a adesão da Moldávia ao GUAM em 1997; (ii) à Política Europeia de Vizinhança (PEV) em 2003, decisão que vem atrelada a

---

<sup>60</sup>Uma das razões pelas quais o idioma russo ainda é amplamente usado e estudado na Moldávia se deve à importância do fluxo migratório em direção à Rússia.

uma série de reformas políticas e econômicas em direção à democratização e à liberalização do país segundo recomendações de Bruxelas; (iii) ao *European Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine* (EUBAM), que passa a ser o principal instrumento europeu de ingerência sobre o conflito na Transnístria desde 2005; (iv) e a assinatura da Parceria para a Paz com a OTAN, que coloca a Moldávia na lista de países que demonstram intenção de pleitear uma vaga como membro do bloco. Mais tarde, em 2014, a UE viria a revogar a necessidade de visto de turismo para os moldavos, o que facilitou o trânsito de pessoas e incomodou Putin. Acerca do processo de liberalização moldavo, que se assevera em vista das exigências feitas pela UE quando da instituição do PEV, é interessante notar que, ao passo em que há uma busca por uma maior integração com a economia e com *players* ocidentais, há também uma maior entrada russa na economia do país. Os russos, temendo perder influência na região se mobilizam para aumentar sua presença em setores como indústria pesada, agronegócio, energia e infraestrutura. A compra de companhias como a *Moldova Cable Industry* e a *Calaras* pelas russas *Saint Petersburg's ServCable* e *Moscow Inter-Republican Wine-Making Factory*, respectivamente, são alguns exemplos desse fenômeno (IGLESIAS, 2015; SECRIERU, 2006).

Uma característica interessante da Moldávia independente é a maneira com que lida com sua diversidade étnica. Apesar de ter passado por um processo de independência que potencialmente privilegiou a etnia moldava/romena em detrimento das demais, o discurso oficial do governo é de celebrar sua multietnicidade. Na constituição de 1994, há inclusive o uso do termo “povos da República” ao invés do típico jargão “Estado nacional”. Apesar desta posição oficial de Chisinau, contudo, desafios de cunho étnico não deixaram de se impor à Moldávia. Entre estes, destacam-se os separatismos da Transnístria e da Gagaúzia e o movimento pan-romeno que clamava por reunificação com o vizinho. A romenização, assim, é um fator recorrente ao lidarmos com grupos nacionalistas que apoiam a união dos países. O governo, portanto, tem buscado enfrentar essas forças a partir do incentivo à “moldovização”, ou seja, à disseminação de um discurso segundo qual a Moldávia é um país distinto da Romênia. Políticas voltadas ao estudo e disseminação da língua moldava (aqui diferenciada do romeno, idioma ao qual o moldavo é usualmente identificado) e à elaboração de uma historiografia que demonstre a singularidade da história moldava são exemplos de mecanismos adotados por Chisinau desde o início dos anos 2000 (KALJURAND, 2008).

Tabela 2 – Divisão étnica da Moldávia em 1989

<b>Etnia</b>	<b>Total da população</b>	<b>% da população total</b>
<b>Moldavos</b>	2.794,75	64%
<b>Ucranianos</b>	600.366,00	14%
<b>Russos</b>	562,07	13%
<b>Gagauzes</b>	153,46	4%
<b>Búlgaros</b>	88,42	2%
<b>Outros grupos minoritários</b>	77,24	1,78%
<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	4.335,36	100%

Fonte: KING, 2000 *apud* RIBEIRO, 2015

Tabela 3 – Divisão étnica da Transnístria

<b>Ethnicity</b>	<b>1926 census</b>	<b>1936 census</b>	<b>1989 census</b>	<b>2004 census</b>
Moldovans	44.1	41.8	39.9	31.9
Ukrainians	27.2	28.7	28.3	28.8
Russians	13.7	14.2	25.5	30.4
Others	15.0	15.3	6.3	8.9

Fonte: BLAKKISRUD; KOLSTO, 2010

No que diz respeito ao cenário na Transnístria, apesar do cessar-fogo no início da década de 1990, o conflito não chegou a ser de fato resolvido. Nesse ínterim, em 1997, é assinado um memorando entre as autoridades de Chisinau, de Tiraspol, da Rússia, da Ucrânia e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). O documento estabelece os princípios que deveriam ser seguidos por todas as partes ao longo do processo de negociações que objetivavam resolver a disputa. Mais tarde, em 2005, diante da ineficácia do processo de

resolução conduzido até então, é proposto um novo formato do processo negocial, que então passava a funcionar em um modelo 5+2 com a presença de todos os atores anteriores e também da União Europeia e dos Estados Unidos, que entram como observadores. O conflito, porém, continua congelado até o presente momento (DIAS, 2013).

É preciso, também, fazer algumas considerações do atual contexto político da Transnístria. Primeiramente, cabe salientar que, desde a declaração de independência de 1990, o Estado *de facto* conta com um regime híbrido presidencialista no qual se mesclam aspectos de uma democracia típica, como a ocorrência de eleições periódicas, e de uma autocracia, como a ausência de oposição política organizada a reeleição sistemática de candidatos (Igor Smirnov foi eleito presidente diversas vezes e se manteve no poder de 1991 até 2011). A região ainda hoje conta com presença de tropas de manutenção da paz russas. É também à Rússia que Tiraspol deve grande parte de sua capacidade de sobrevivência econômica: Moscou envia gás gratuito ou subsidiado ao local e garante o abastecimento de produtos de primeira necessidade caso preciso. Além disso, a presença russa se faz demasiado presente na psique local: os principais canais midiáticos são de certa maneira controlados pela Rússia; o russo ainda é o primeiro idioma local; a manutenção de obras e demais elementos soviéticos é a base da estética da Transnístria; e a própria narrativa histórica sustentada na região é extremamente atrelada à russo-soviética. Como demonstra Natalia Cojocar (2006) a maior parte dos jovens que habitam o local entendem que a história compartilhada com a Rússia e a URSS são sobredeterminantes na formação da Transnístria, enquanto a história compartilhada com a Moldávia é irrisória (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2010; PROTSYK, 2012).

Já a relação com a Moldávia não apresenta, por razões óbvias, um tom tão positivo. A recusa de Chisinau de reconhecer a independência da Transnístria, bem como o conflito armado dos anos 1990, são o principal desafio na condução das relações entre Moldávia e Tiraspol. Apesar do evidente impasse, contudo, há alguns avanços que devem ser mencionados. Em 1996, a Moldávia concede à Transnístria o direito para usar a seus certificados internacionais e infraestrutura para realizar trocas comerciais com demais atores localizados além do território irredentista (entre os quais se destaca a Rússia, com quem Tiraspol mantém relações comerciais mais próximas). Após esta concessão, o Estado *de facto* teve um aumento de aproximadamente 10,6% em seu PIB no período que vai de 2001, ano em que a medida é implementada, a 2007. Além disso, desde os anos 2000, Chisinau não tem lidado com o irredentismo do leste do rio Dniestre de forma coercitiva ou violenta. Segundo afirmam alguns especialistas, a estratégia das autoridades moldavas teria se concentrado em desenvolver o país a fim de torná-lo mais

atrativo aos transnístrios do que a sustentação da busca por independência. Tais esforços, contudo, não parecem ter surtido efeitos positivos. Segundo referendo feito pelo parlamento da Transnístria em 2006, aproximadamente 98% daqueles que responderam apoiaram a independência da região seguida por sua associação à Rússia<sup>61</sup> (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011; KOSIENKOWSKI, 2021).

### 4.3 Conclusões do capítulo

Como fica evidente a partir de uma comparação livre entre as histórias da Ucrânia e da Moldávia e seus respectivos históricos de relações com a Rússia, os Estados têm diferentes lógicas de interação com Moscou. A Ucrânia, apesar de suas sucessivas repartições territoriais, sempre teve parte de seu terreno sob comando russo desde o nascimento compartilhado de ambos na época da Rus Kievana. Além disso, a proximidade étnica entre os povos dos países é outro ponto de ligação entre eles, o que favoreceu a manutenção de relações ativamente desenhadas por Moscou a despeito da existência de uma aceitação unânime da influência russa por parte dos ucranianos. Quando da independência conquistada por Kiev no início da década de 1990, temos o surgimento de uma Ucrânia soberana marcada por divisões políticas que promoveram a construção de diferentes identidades subnacionais e de diferentes opiniões em relação à proximidade do Kremlin. Tal arquitetura estatal, que não conta com uma fratura institucional *de facto*, garantiu a prática de uma política externa única da Ucrânia em relação à Rússia.

A Moldávia, por outro lado, não somente conta com uma história muito mais distante dos russos como também vê a formação de um contexto político distinto quando da sua independência. Assim, a primeira divergência em relação ao caso ucraniano que nos chama a atenção é justamente o papel do fator russo para a formação estatal moldava. Esta não compartilha mitos de fundação com a Rússia e só é integrada a ela aproximadamente no século

---

<sup>61</sup>O referendo, que não foi reconhecido internacionalmente, questionou os cidadãos acerca do futuro da Transnístria. Basicamente, duas opções foram propostas: (i) uma reintegração à Moldávia ou (ii) independência seguida de associação à Rússia. É importante salientar, contudo, que há controvérsias acerca da interpretação do termo “associação” pois a palavra usada, *prisoyedineniye*, pode ser traduzida tanto como associação quanto integração, o que teria consequências políticas ainda mais profundas.

XIX, depois que o Principado da Moldávia já havia se formado. A formação de uma consciência estatal moldava, portanto, não se atrela a Moscou. Esta só passa a ser um elemento determinante da política do país após anos do início da formação de processos de identificação locais. No século XXI, portanto são o legado soviético e o irredentismo da Transnístria que conferem à Rússia influência sobre a Moldávia. Diferente daquilo que ocorre na Ucrânia, a independência da antiga Bessarábia vem atrelada a uma fratura na institucionalidade de seu território e de sua jurisdição: o separatismo do leste.

Vemos, assim, dois diferentes cenários. Um diz respeito a um país com o qual a Rússia não somente divide uma história ancestral, mas com o qual compartilha sua própria formação estatal e sobre o qual projeta interesses de diversas naturezas, os quais serão mais bem detalhados no próximo capítulo. Já o outro cenário trata de um país cuja relação atual com Moscou data de poucos séculos e se sustenta sobretudo por resquícios dos tempos soviéticos, por um conflito separatista congelado e por alguns interesses de ordem econômica e militar. Se retomarmos nossa discussão prévia acerca dos pilares do nacionalismo de Putin e de sua política externa para o mundo russo veremos uma distinção muito clara dos lugares de Moldávia e Ucrânia no discurso do presidente. Se a primeira não parece oferecer muitos elementos que a aproximem da própria estatalidade da Rússia (o que talvez possamos argumentar se restringir timidamente à Transnístria), a segunda compartilha inúmeras das fontes de toda a russianidade. O papel de cada país aqui analisado para a política de Putin serão melhor detalhados a seguir.

## 5. OS MEIOS JUSTIFICAM OS FINS: A RUSSIANIDADE COMO DETERMINANTE DA AÇÃO DO ORIENTALISMO RUSSO

Conforme discutido anteriormente, a política externa de Vladimir Putin é fortemente orientada por um discurso sustentado, essencialmente, pelos seguintes determinantes, os quais chamamos das origens da russianidade: a noção de excepcionalismo russo, o fator Ocidente e o conceito de mundo russo. No presente capítulo, retornaremos a estes mesmos conceitos a fim de analisar em que medida a identidade de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria têm traços de russianidade, fato que os colocaria mais próximo de uma possível intervenção por parte Rússia. Com isso, esperamos compreender a relevância de cada um destes objetos na agenda política do Kremlin do ponto de vista discursivo. Esta análise, mais a frente, permitir-nos-á estimar se há relação entre a formação identitária de uma região e a probabilidade de ocorrência de uma intervenção russa sobre o local. Dessa maneira, esperamos demonstrar como operam os mecanismos pelos quais o “orientalismo russo” justifica sua ação (ver tabela 1). O estudo será conduzido através da caracterização das quatro identidades aqui elencadas<sup>62</sup>. Estas serão, então, analisadas através de três indicadores que derivam de cada um dos três determinantes da russianidade já apresentados. Por fim, a cada um destes parâmetros de análise serão atribuídos pesos que nos permitirão conduzir uma análise comparada ao final do capítulo.

O primeiro indicador, ao qual iremos nos referir como *compartilhamento de memórias*, diz respeito à noção de excepcionalismo russo. Esta pode ser entendida como uma amálgama formada por memórias de grandeza, pela convicção russa de sua superioridade moral e por uma espécie de vocação a um lugar de destaque na comunidade internacional. Nesse sentido, temos a celebração de glórias passadas que são revividas de maneira a constituir uma temporalidade própria. Os avanços científicos e militares do período soviético, a pujança imperial, o mito da Terceira Roma e outros fatores são, assim, tratados não como eventos passados, mas como evidências do local de direito da Rússia atual entre as grandes potências mundiais. A partir da retomada de episódios do passado, portanto, é construída uma ideia de que a Rússia é excepcionalmente poderosa e, por isso, tem direito a um lugar de destaque na política internacional. Aqui é interessante destacar que não estamos tratando de qualquer lembrança de

---

<sup>62</sup>Optamos por considerar cada região uma unidade de análise distinta apesar do controverso *status* da Crimeia e do oficial pertencimento da Transnístria à Moldávia. Nossa escolha se dá pois acreditamos que cada região conta com características razoavelmente únicas que as leva a apresentar identidades diferentes e a estabelecer relações específicas com a Rússia. Assim, a fim de garantir um maior detalhamento na caracterização de cada unidade e para garantir uma melhor visualização de suas semelhanças e diferenças optamos pela segmentação.

períodos anteriores. Há, sim, uma exaltação generalista que faz referência a uma ideia etérea de grandeza que se refere ao tamanho e ao poder do império e da URSS, mas há, também, a mobilização de momentos específicos da história. Trata-se da seleção de eventos chave que são (re)interpretados no âmbito da narrativa oficial do Estado e que figuram mais frequentemente no léxico do Kremlin. Dessa maneira, ganham destaque fatos como a Grande Guerra Patriótica, a união com Bizâncio, os expansionismos de Pedro I e Catarina II, entre outros (MALINOVA, 2017).

Com o indicador de *memórias compartilhadas*, portanto, fazemos referência a essas memórias que têm um lugar privilegiado no discurso de Putin. Procuraremos, assim, demonstrar se há ou não o compartilhamento destas memórias entre Rússia e a região sob análise. É preciso reconhecer que, como mencionado nos capítulos dois e três, pode haver inconsistências entre duas versões de uma mesma história. Toda produção de conhecimento é decerto enviesada e, quando cooptada por setores do governo, passa a servir a construção de uma narrativa histórica que, em certa medida, preocupa-se mais com os objetivos políticos das autoridades do que com a veracidade dos fatos. Dessa maneira, em alguns casos há diferenças entre as interpretações que Moscou e outra região fazem de um mesmo episódio. A despeito dessas possíveis assimetrias, que serão caracterizadas ao longo da análise, nosso objetivo é, em última instância, detectar a presença e o papel de cada região em memórias chave do discurso político russo. Por exemplo, a Grande Guerra Patriótica é um evento do qual participam Rússia, Crimeia e Ucrânia. Segundo a primeira, a batalha é uma grande vitória do Exército Vermelho e deve ser celebrada. Há uma representação positiva e eufórica dos fatos. Já de acordo com a última, esse momento é representado com pesar. São interpretações conflitantes, mas o que mais nos interessa é que ambos os países compartilham dessa memória. A primazia da ocorrência do evento sobre o teor deste se dá por um motivo simples: para a Rússia, basta que uma comunidade ou território faça parte de sua própria versão para que seu interesse sobre a região seja justificado. Portanto, para compreender a ação de Moscou, nosso grande objetivo neste trabalho, é preciso identificar se há ou não memórias compartilhadas. Iremos, para tanto, apoiar-nos na retomada da narrativa oficial russa a fim de identificar quais eventos históricos são basilares na formação de sua noção de Estado para, assim, observar se há ou não participação de cada região na retórica de Moscou. O sentido destas para cada ator analisado é sem dúvida importante para a definição de sua identidade e será considerado, mas com outro objetivo, o de compreender a dinâmica de suas relações com o Kremlin.

O segundo indicador a ser considerado é o *Ocidente*. O fator ocidental que determina a russianidade diz respeito à maneira com que a rivalização Rússia/Ocidente, que se aprofunda ao longo dos anos sobretudo no imaginário do Kremlin, informa a construção da identidade russa sustentada pelas autoridades. Aqui, dois elementos se sobrepõem na articulação política de Moscou. De um lado, temos a lembrança de traumas relacionados a momentos da história russa em que, por conta da ação de atores ocidentais, o país teria sido fortemente prejudicado. Os efeitos negativos das políticas liberalizantes da era Yeltsin são um exemplo disso. Do outro lado, temos o desrespeito sistemático do Ocidente em relação à Rússia e aos seus objetivos. A expansão da OTAN em direção ao exterior próximo russo no período pós-soviético, processo que se deu sem que Moscou tenha sequer sido consultada ou convidada a participar, é um exemplo claro do desrespeito sentido pela Rússia. Portanto, quando tratamos do fator ocidental na definição da russianidade, falamos do processo em que o Kremlin revive memórias traumáticas cujo protagonista é o Ocidente para construir uma agenda política que externamente rivaliza com as potências ocidentais e internamente reforça a diferença moral e valorativa da Rússia em relação ao seu Outro. Nesse sentido, questões como a agudização da homofobia e a politização do conceito de família são exemplos de como Moscou mobiliza elementos “biopolíticos” para aprofundar seu distanciamento moral do Ocidente.

O indicador *Ocidente* busca, portanto, avaliar se a concepção que as regiões aqui estudadas têm do antagonista da Rússia seguem a narrativa desta ou não. Ou seja, iremos analisar se nossos objetos de estudo deste capítulo têm uma agenda política alinhada a Moscou no que diz respeito ao Ocidente. Acreditamos que, caso haja um alinhamento com agentes ocidentais, a Rússia se sentiria mais disposta a intervir de alguma forma a fim de impedir a perda de sua influência regional para o seu grande rival, o que significaria mais um trauma, mais uma humilhação para os russos. O nível de disposição de Moscou para agir e a maneira com que se daria tal ação, contudo, não parecem ser os mesmos para todas as regiões aqui estudadas, como fica evidente na anexação da Crimeia em 2014. Esperamos, portanto, tentar entender qual o papel deste indicador na tomada de decisão russa.

Finalmente, nosso terceiro indicador, o *pertencimento ao mundo russo*, tem a ver com o último dos determinantes da russianidade, que se relaciona ao mito fundador do Estado e às características do povo russo/eslavo do ponto de vista etnicolinguístico, religioso e cultural. Há dois grandes elementos que determinam se uma região pode ou não ser considerada parte do mundo russo: (i) um diz respeito à sua origem estatal e o outro (ii) trata de características étnicas e expressões culturais daquele povo. Dessa maneira, a Rus Kievana volta a integrar o discurso

do Kremlin. Nesse contexto, porém, ela é usada sobretudo como um marco temporal e geográfico que define as origens do Estado. Caso estas sejam semelhantes àquelas que, diz Putin, marcam o nascimento da estatalidade russa, há uma proximidade com a Rússia. Se, além disso, a população que habita a região analisada compartilha das características etnicolinguísticas e religiosas típicas dos povos eslavos, então há elementos que legitimam o pertencimento do local ao mundo russo. Portanto, com o indicador *pertencimento ao mundo russo*, esperamos avaliar se uma região tem todas as características necessárias para integrar a Rússia de Putin. Nesse sentido, compartilhamento do mito fundador do Estado, ortodoxia, e russofonia<sup>63</sup> serão os elementos analisados por este indicador. O último fator respeitará o seguinte critério: o local só será considerado parte do mundo russo se a cada característica corresponder a mais de 30%<sup>64</sup> ou mais da população total do país/território.

O atual “expansionismo” da Rússia, portanto, não deve ser compreendido como fruto de ações precipitadas ou de um desejo irrestrito por aumento de poder e território. Ele deve, por outro lado, ser entendido através de uma estratégia política que, de um lado, depende de uma elaborada sobreposição de fatores ideológicos e afetivos e, do outro, da delimitação de quais locais estão inclusos no rol de povos e espaços sobre os quais Moscou tem o dever legítimo de agir. Assim, antes de compreender as razões materiais e estratégicas que orientam as decisões internacionais de Putin sobre Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria, é preciso que analisemos qual o lugar ocupado por cada uma dessas regiões no discurso russo aqui exposto. Assim, poderemos, mais tarde, concluir em que medida os eventos estudados por esse trabalho podem ser explicados pelo fenômeno aqui discutido.

O objetivo deste capítulo, portanto, não é esgotar a caracterização de cada identidade aqui estudada, mas, sim, promover uma análise mais geral com foco nos fatores aqui descritos para então contrapô-los às determinantes da identidade russa e, daí, demonstrar como opera o orientalismo da Rússia. Após feita a análise da presença e atuação dos indicadores em cada região de interesse, analisaremos a ocorrência ou não ocorrência de cada um destes nos locais considerados. A quantidade de características observadas em cada um dos quatro lugares será então somada a fim de que possamos melhor visualizar quantos indicadores ocorrem em cada

---

<sup>63</sup>Optou-se pela restrição do critério a povos etnicamente russos, apenas, porque há inconsistências no discurso de Putin, que ora parece englobar todos os povos eslavos, ora se refere apenas aos russos étnicos. Como estes são o único denominador em comum em ambos os casos, será mantido como parâmetro da nossa análise.

<sup>64</sup>O critério de 30% da população foi estabelecido à luz dos pressupostos do Teorema do Limite Central, que sugere que o tamanho de amostras necessárias para a condução de uma pesquisa deve ser, em geral, maior ou igual a 30% do universo total (GLEN, 2022).

objeto analisado. Quando maior o número de “sim”, maior o grau de russianidade. Não é nosso objetivo neste trabalho identificar se há pesos diferentes para cada indicador, ou seja, determinar se cada variável impacta os objetos em diferentes níveis de intensidade. Ao final deste capítulo, destacaremos as principais conclusões iniciais que serão mais aprofundadas no capítulo 6, no qual nos debruçaremos sobre uma análise qualitativa mais extensa dos efeitos dos indicadores aqui analisados sobre a elaboração da agenda política de Moscou.

## 5.1 Ucrânia e Crimeia

Como vimos no capítulo anterior, a Ucrânia compartilha o mesmo mito fundador da Rússia: a Rus de Kiev. Ao analisarmos este episódio mais a fundo, porém, o consenso acerca da fundação estatal em comum de ambos começa a ruir. Se os russos partem deste pressuposto para argumentar que, junto dos ucranianos, formam praticamente um mesmo povo, em Kiev corre uma versão diferente. Segundo a historiografia mais bem aceita na Ucrânia, a Rus Kievana, como o próprio nome indica, marca na verdade a origem do Estado ucraniano, não russo. A localização geográfica da Rus, que corresponde quase que integralmente a territórios que hoje compõem a Ucrânia moderna (ver ilustração 2), e a centralidade de Kiev, primeira capital do Estado, são dois dos principais fatos que corroboram esta narrativa. É importante, ainda, salientar que, na Ucrânia, esta interpretação dos fatos históricos é sobretudo sustentada por grupos nacionalistas, grupos que prezam por uma maior autonomia do país e importantes setores da elite política nacional, como os grupos representados por Kuchma e Yushchenko. É graças a esta historiografia que a Ucrânia adota o tridente como seu símbolo nacional, uma imagem que data do reinado do primeiro príncipe de Kiev, Volodymyr, o Grande (KUZIO, 2001).

### Ilustração 12 – Brasão de armas da Ucrânia



Fonte: UKRAINIAN TRIDENT, 2022

Se, de acordo com a narrativa histórica aqui analisada, a Rus Kievana fora o princípio da formação do Estado e da nação da Ucrânia, o Hetmanato marca a primeira vez em que um Estado ucraniano independente surge de fato. Segundo os historiadores, é graças à iniciativa cossaca que a Ucrânia aparece como um agente de direito internacional, ou seja, como um Estado independente de fato. Nesse contexto, a subordinação a Moscou, celebrada no Tratado de Pereiaslav, não pode, como querem os russos, ser compreendida como uma unificação de dois corpos políticos em um uno, homogêneo. À época, dizem os historiadores ucranianos, a única semelhança étnica e cultural que poderia justificar uma unificação estatal entre Rússia e Ucrânia era a ortodoxia, presente em ambos. Com a queda do Hetmanato, dirá a narrativa histórica oficial de Kiev, o próximo vislumbre de independência só ocorreria no breve intervalo de 1917 a 1921, quando do surgimento da República Popular da Ucrânia Ocidental e da República Popular Ucraniana. O período que separa ambos os episódios, porém, não se dá sem luta. Como afirmou o ex-presidente Kuchma no aniversário de quatro anos de independência ucraniana: “[a criação de uma Ucrânia independente] é o resultado natural de uma luta secular

para que nosso povo ficasse no poder de nossa casa<sup>65</sup>” (KUCHMA *apud* KUZIO, 2001, p. 32-33, tradução nossa).

A fala do político resume bem um dos pilares principais da narrativa histórica sustentada por Kiev: a de que o povo ucraniano sempre lutou por sua independência a despeito das sucessivas dominações imperiais e, posteriormente, soviética, que foram impostas sobre a Ucrânia. Nesse contexto, é importante salientar uma diferença crucial. Enquanto o discurso oficial tece severas críticas aos períodos tsarista e soviético, ressaltando a maneira com que estes desmobilizaram a elite local e suprimiram expressões culturais típicas dos povos ucranianos, não demonstra tanta aversão à época em que foi parte do Império Austro-Húngaro. Este, dirão, contava com um sistema de direito a minorias extremamente avançado, o que permitiu a manutenção, ainda que não completa, de elementos etnolinguísticos e culturais importantes para os ucranianos subordinados aos Habsburgo e deu espaço a certa organização política. Não nos esqueçamos, contudo, que nem toda a Ucrânia esteve sob domínio austríaco. Este foi restrito a porções da margem oeste do país, o que, de certa maneira, explica a divisão política ucraniana à medida em que nos permite concluir que, nesta região, foi possível um certo avanço em processos de *nation-building*, corroborando a formação de uma consciência nacional distinta (KUZIO, 2001).

Ao atingir sua independência em 1991, a Ucrânia, portanto, finda anos de domínio externo e finalmente pode dar início à construção de um país e uma nação próprios. Tem início, assim, uma sucessão de presidentes que se esforçam para consolidar uma identidade nacional, para superar os desafios impostos pela divisão política do país e para se aproximar do Ocidente. Ainda que a redução das relações com a Rússia não tenha sido um objetivo claro da agenda de política externa de Kiev desde 1991, há uma busca pela construção de uma interação mais equânime e menos assertiva por parte de Moscou. Esta caracterização fica explícita quando analisamos a Revolução Laranja de 2004 e seus desdobramentos. Se por um lado os ucranianos protestam contra a ingerência do Kremlin, aceitam a maioria no Legislativo ganha pela coalizão de Yanukovych e a própria posterior eleição do mesmo. Vemos, assim, que há certa tolerância em relação à proximidade com a Rússia, o que se expressa nas eleições que elegeram o Parlamento, mas que há uma total aversão à influência expansionista e predatória da vizinha sobre a política local. Apesar da aparente ação parcimoniosa de Kiev, porém, a constante ocidentalização ucraniana somada ao fortalecimento de visões críticas a Moscou e à evolução

---

<sup>65</sup> Do original: “the natural result o centuries-old striving for our people to be in charge of their household.”

da própria política do Kremlin levam, enfim, a uma degradação das relações entre ambos os países. Assim, esta se dá, também, por conta da postura adotada pelos russos a partir dos anos 2000, momento que inaugura a formação de uma nova orientação do Kremlin em relação ao seu exterior próximo (KUBICEK, 2008; KUZIO, 2001).

Outra postura adotada pelas autoridades da Ucrânia que desagradaram a Rússia é justamente a narrativa histórica que embasa o conceito de nação de Kiev. Nesse sentido, as discordâncias em relação à Rus Kievana e as críticas aos períodos de dominação russa, fundamentais para a construção da identidade ucraniana moderna, são elementos chave no endurecimento do tom por parte do Kremlin. Ademais, as interpretações divergentes acerca de outros momentos importantes para a narrativa estatal russa são outro exemplo das razões do desgaste das relações entre Moscou e Kiev. Entre estes episódios interpretados de maneira diferente podemos destacar a Grande Guerra Patriótica. Se por um lado a Rússia se apega às memórias da batalha e as usa para demonstrar a superioridade russa, a Ucrânia lamenta suas perdas e discorda da versão russa segundo a qual teria Moscou salvado os ucranianos. Como diz Putin acerca da parceria russo/ucraniana na Segunda Guerra: “Teríamos vencido de qualquer maneira, porque somos um país de vencedores”<sup>66</sup> (PUTIN *apud* MALINOVA, 2017, tradução nossa). Além disso, há também um insistente argumento entre os russos de que há, na Ucrânia, grupos fascistas que têm ganhado expressão na política e precisam ser combatidos. Kiev rejeita a insinuação de que seu povo tenha tendência a flertar com o fascismo, o que reforça o tom crítico e pesaroso com o qual os ucranianos se referem à Segunda Guerra Mundial (KUZIO, 2001; MALINOVA, 2017).

A seguinte fala de Putin (2014), feita à época da anexação da Crimeia, faz alusão à ideia de unidade estatal entre Estados e povos russos e ucranianos: “Na época, era impossível imaginar que Ucrânia e Rússia pudessem se dividir e se tornar dois Estados separados” (PUTIN *apud* THE KREMLIN, 2014)

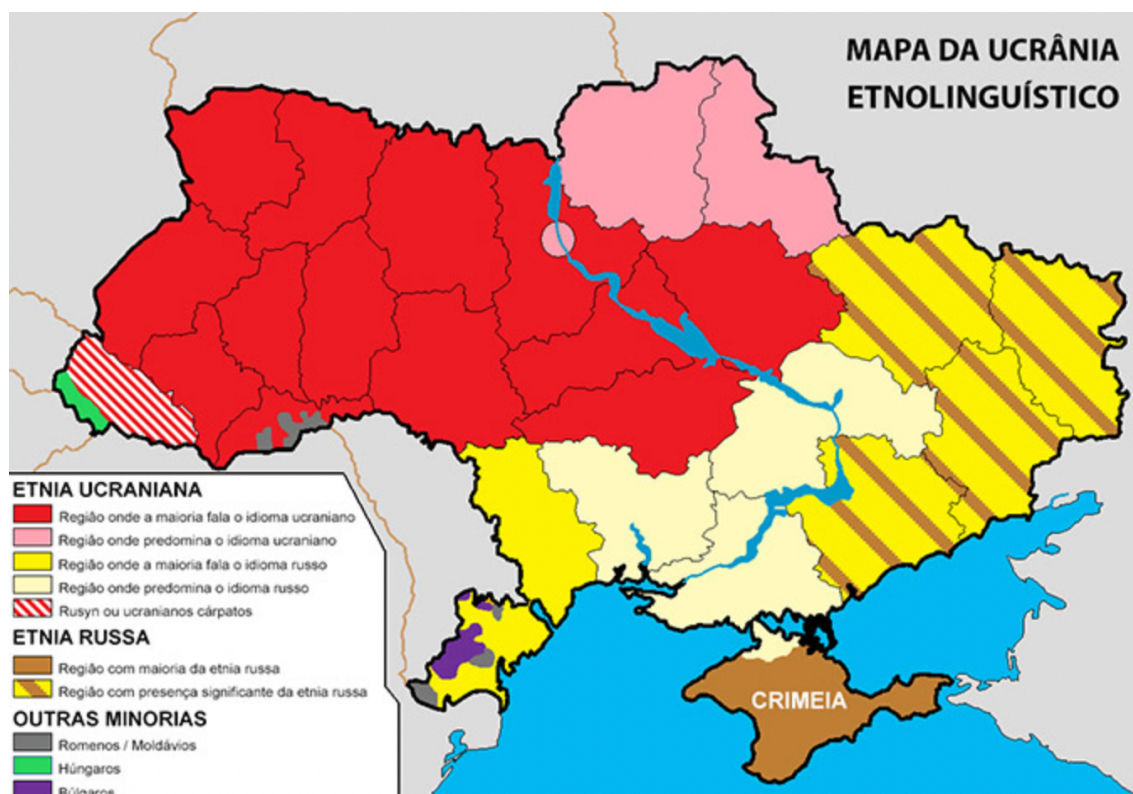
É importante atentar ao fato de que a narrativa exposta até aqui é hegemônica entre as autoridades e entre setores da sociedade que se concentram nas regiões oeste e central. Entre as comunidades que se colocaram a favor da ação russa não só nos eventos de 2014, mas ao longo de toda a história da Ucrânia independente, não predomina esta versão, ainda que haja regiões que mantêm certa neutralidade no debate. Nesse contexto, o limite da legitimidade desta

---

<sup>66</sup> Do original: “Teríamos vencido de qualquer maneira, porque somos um país de vencedores”.

historiografia adotada por Kiev coincide razoavelmente com a distribuição geográfica da composição etnolinguística da Ucrânia.

**Ilustração 13 – Mapa da divisão etnolinguística da Ucrânia<sup>67</sup>**



Fonte: MAPA DA UCRÂNIA ETNOLINGUÍSTICO, 2022

<sup>67</sup> A distribuição etnolinguística da população ucraniana se manteve razoavelmente estável desde sua independência.

### Ilustração 14 – Mapa das regiões favoráveis às ações russas na Ucrânia em 2014



Fonte: ARAUJO, 2019

De forma geral, ucranianos étnicos correspondem a aproximadamente 77,8% da população da Ucrânia, enquanto russos étnicos contabilizam 17,3%. Como podemos ver nos mapas acima, porém, há uma discrepância muito evidente na concentração destes povos ao longo do território. Se no leste e no sul temos maior presença da minoria russa, no restante do país, onde se encontram regiões densamente povoadas, como a própria cidade de Kiev, concentra-se a etnia ucraniana. Se consultarmos as figuras 6 e 7, veremos que essa divisão, que se traduz também em uma clara cisão política no país, mantém razoavelmente os limites dos territórios dominados por demais Estados, nomeadamente os impérios Russo e Austro-Húngaro e a URSS. Esta divisão territorial, étnica e política se estende também sobre cultura e religião. Nas regiões oeste e central onde predominam a etnia ucraniana e a narrativa histórica que se afasta da Rússia em direção a uma maior autonomia alinhada ao Ocidente, temos uma maior presença de religiões típicas da Europa Ocidental, como a Igreja Apostólica Romana. Já nos demais locais, nota-se uma maior concentração da Igreja Ortodoxa filiada ao Patriarcado de

Moscou. A ortodoxia, porém, também encontra em demais locais da Ucrânia. A vertente que se alinha ao Patriarcado de Kiev corresponde a aproximadamente 51% da população que se declara praticante de alguma religião (ADAM, 2008; UKRAINE'S SHARP DIVISION, 2014).

A partir daquilo que foi aqui exposto, podemos caracterizar a identidade oficial do Estado ucraniano como uma construção discursiva que se apoia em uma narrativa histórica que critica os períodos de dominação russa e nega a interpretação de Moscou acerca de eventos históricos importantes compartilhados entre ambos. Esta versão dos fatos, contudo, não compactua com aquela defendida pelo Kremlin:

Gostaria de enfatizar novamente que a Ucrânia não é apenas um país vizinho para nós. É uma parte inalienável de nossa própria história, cultura e espaço espiritual. Estes são nossos camaradas, aqueles que nos são mais queridos – não apenas colegas, amigos e pessoas que serviram juntos, mas também parentes, pessoas ligadas pelo sangue, por laços familiares. Desde tempos imemoriais, as pessoas que vivem no sudoeste do que historicamente tem sido terra russa se autodenominam russos e cristãos ortodoxos. Este foi o caso antes do século 17, quando uma parte desse território voltou ao Estado russo, e depois. (PUTIN *apud* DISCURSO VLADIMIR PUTIN, 2022).

Além disso, há um predomínio de ucranianos étnicos concentrados a oeste, localização que também corresponde aos limites da ortodoxia moscovita, da etnia russa e da hegemonia da historiografia sustentada por Kiev e demais grupos nacionalistas. Expressões culturais e religiosas são predominantemente influenciadas pela busca do país por se aproximar do Ocidente do ponto de vista político-econômico e, também, ideacional. A Ucrânia é, pois, um país altamente dividido do ponto de vista político, o que dificulta a análise de sua identidade como um todo. Neste trabalho, bem como na tabela 4 abaixo, centraremos nossa análise no discurso promovido pelo Estado, o qual tem alcançado, também, maior expressividade internacional.

Ainda que em Kiev predomine uma narrativa historiográfica que busque definir uma história genuinamente ucraniana e, assim afastar o país da Rússia em termos de consciência de unidade estatal e étnica, em Moscou, como vimos, a Ucrânia é ator indispensável no discurso político do Kremlin. Sempre retratada como uma espécie de extensão do Estado russo, ou ainda como uma irmã deste, a nação ucraniana protagoniza eventos como (i) a própria origem russa na Rus Kievana; (ii) a vitória sobre os mongóis e a expansão moscovita sobre territórios outrora sob o domínio da Horda Dourada; e (iii) a superioridade russo/soviética sobre o nazismo. Juntos, esses marcos falam não somente do nascimento do eslavismo e de seus grandes

símbolos, como a ortodoxia, mas, também, da grandeza e da força da Rússia, elementos fundamentais à noção de excepcionalidade do país. Do ponto de vista do Kremlin, portanto, memórias fundamentais são compartilhadas por ambos os Estados a despeito da posição oficial de Kiev em relação a isso. Aliás, outra divergência importante entre os governos russo e ucraniano tem a ver com o papel do Ocidente. Se o primeiro há algum tempo vem progressivamente aprofundado uma noção de rivalização e afastamento em relação das grandes potências ocidentais, o segundo tem demonstrado o oposto: busca nestes seu futuro. Por fim, é importante destacar o processo de ucranização que vem sendo sistematicamente promovido pelas autoridades da Ucrânia. Esta, a despeito de ainda ter redutos essencialmente russófonos e ser predominantemente ortodoxa, tem maioria étnica ucraniana e vê um aumento do uso do idioma local, que atualmente é usado institucionalmente e representa a língua mãe de aproximadamente 68% da população. Dessa maneira, as características etnicolinguísticas da Ucrânia nos impedem de classificá-la como parte do mundo russo. Sendo assim, podemos resumir a identidade do país nos seguintes termos:

**Tabela 4 – Síntese da identidade ucraniana**

<b>INDICADORES</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Memórias compartilhadas</b>	Sim
<b>Relações com Ocidente</b>	Não
<b>Pertencimento ao mundo russo</b>	Não
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 1; Não: 2</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

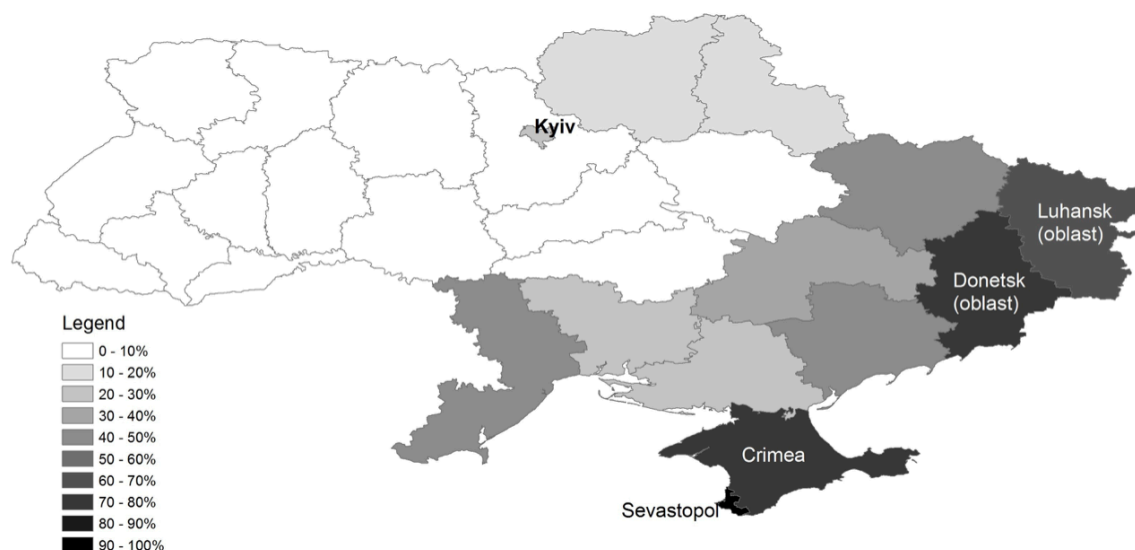
À época da Rus Kievana, a Crimeia passou pelo domínio de diversos povos, dos quais se destacam os mongóis, que controlaram a região, na qual fora instituído o Canato da Crimeia, do século XV até o XVIII. Apesar da cidade de Sevastopol ter ligações antigas com a Rússia, que já a controlava no final do século XVII, os russos viriam a anexar o local na íntegra apenas

em 1783. À época, contudo, a população era majoritariamente formada por turcomanos. Estes, confrontados com políticas de russificação forçada e pela sistemática proibição de expressões culturais e religiosas típicas dos tártaros, logo desenvolveram um sentimento de aversão ao domínio de Moscou. Com o estabelecimento da URSS, é criada a RSS autônoma da Crimeia. O Politburo acreditava que, considerando a divisão política da Ucrânia e os sentimentos anti-russos que ainda dominavam a península de maioria tártara, era preciso manter um controle mais duro sobre a região e evitar juntá-la ao território ucraniano. A opinião política da população local levou a Crimeia a cooperar com os nazistas na Operação Barbarossa durante a Segunda Guerra Mundial. A decisão foi uma tentativa de enfraquecer o poder soviético e colaborar com a autonomia da península em relação à União. Com a vitória do Exército Vermelho, Stálin deporta os habitantes locais para a Ásia Central como forma de punição e dá início a uma série de políticas de repovoamento, as quais reordenaram a composição étnica e a orientação política da região (KUBICEK, 2008).

Ainda que por séculos a Crimeia tenha sido habitada por uma população não-eslava que avaliava o domínio russo/soviético de forma negativa, sentimentos independentistas nunca ganharam força na península. Havia um desejo de se livrar do controle da Rússia, mas ele nunca foi traduzido em um movimento político devidamente organizado que lutasse por uma independência estrita, ou seja, pela saída do Estado russo/soviético seguida da constituição de um novo país ou reino. Houve, como exemplifica o episódio da colaboração com a Alemanha nazista, tentativas de se aliar com demais atores a fim de reunir a capacidade necessária para se livrar dos czares e, mais tarde, dos bolcheviques (KUBICEK, 2008).

Com os esforços orientados ao repovoamento da Crimeia no pós-Segunda Guerra, a região ganha novos traços étnicos, linguísticos, culturais e políticos. Graças às ações de Stalin, segundo dados do censo de 2001, último realizado na Ucrânia antes da anexação de 2014, russos étnicos correspondem a aproximadamente 58,3% da população da península, enquanto ucranianos e tártaros correspondem a 24,3% e 8%, respectivamente (ver ilustração 13). Além disso, 97% dos habitantes usam o russo como idioma principal, o que é corroborado pela mídia e pelo sistema de ensino locais, os quais, a despeito das tentativas de Kiev para alterar esse cenário, continuam a adotar a língua russa. A ortodoxia também se consolidou na península, onde 42,7% da população se declara adeptos do Cristianismo Ortodoxo (KNOTT, 2015; RELIGIOUS MAP OF CRIMEA, 2014).

### Ilustração 15 – Mapa da distribuição das comunidades russófonas na Ucrânia



Fonte: KNOTT, 2015

As alterações populacionais promovidas na Crimeia foram seguidas por mudanças no posicionamento político da região, que agora se identifica com o governo soviético. A integração com a RSS da Ucrânia em 1954, evento lamentado por Putin, assim, corrobora a divisão política da república ao inserir uma nova região cuja identidade não compactua com aquela vista nas porções ocidentais e centrais da Ucrânia. Com a independência ucraniana em 1991, foi concedida certa autonomia à Crimeia, onde forças separatistas pró-integração à Rússia começavam a se organizar e ganhar força. Em 1994, Yuriy Meshkov, líder do movimento, é eleito chefe da península. Após uma tentativa de independência fracassada, o episódio inaugura uma sucessão de governos que concentram cada vez mais poder nas mãos de uma elite etnicamente russa, ou que compactua das ideias deste grupo. Assim, tem-se uma sistemática redução da presença de minorias étnicas em cargos do governo e em demais posições de destaque, o que corrobora o distanciamento político entre Crimeia e Kiev (KUZIO, 2014).

Em 1997, 70% da população da Rússia apoiava uma possível anexação da cidade de Sevastopol. Nesse ínterim, aprofunda-se o alinhamento discursivo entre a península e Moscou.

Um exemplo importante deste compartilhamento de ideais é a narrativa histórica acerca do início das relações entre Rússia e Crimeia. Ambos, contrariando a versão oficial da Ucrânia, argumentam que compartilham uma ligação ancestral e que, por isso, é natural que sejam próximos do ponto de vista estatal e socioideológico. Sevastopol é, nesse contexto, um elemento central. Como disse Boris Nemtsov, governador de Nizhny Novgorod de 1991 a 1997, a cidade fora conquistada e mantida com sangue russo em tempos longínquos, daí a proximidade desta com a Rússia. Mais que a mitológica terra da Frota do Mar Negro, a Crimeia é, como um todo, central para a concepção do excepcionalismo russo por conta de sua relevância para a ortodoxia (KUZIO, 2014). Como disse Putin em seu discurso que fez em 2014 justificando a anexação, península é o lugar em que o Príncipe Volodomyr adota a Ortodoxia, o que “predeterminou a base geral da cultura, civilização e valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Belarus”<sup>68</sup> (PUTIN *apud* THE KREMLIN, 2014, n.p).

Tudo na Crimeia testemunha nossa história e orgulho partilhados. Esta é a origem dos antigos Khersones, a terra onde o príncipe Vladimir foi batizado [...] a adoção da fé ortodoxa determinou a base da cultura, da civilização e dos valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. Os túmulos dos soldados russos cuja coragem trouxe a Crimeia para o Império Russo também se encontram na Crimeia. Aqui está também Sebastopol - uma cidade lendária com uma historia excepcional, a fortaleza que serve de base à frota russa do Mar Negro. A Crimeia é Balaklava e Kerch, os sistemas montanhosos de Malakhov-Kurgan e Sapun. Cada um destes lugares está em nossos corações, simbolizando a glória militar e o excepcional valor russo<sup>69</sup> (PUTIN *apud* THE KREMLIN, 2014, n.p, tradução nossa).

A Crimeia, assim, foi fonte de inúmeras desavenças entre Moscou e Kiev ao longo dos anos 1990. De um lado, temos a Ucrânia defendendo sua integridade territorial e concedendo, não sem ressalvas, *status* especial à península, gesto que pode ser interpretado como uma forma de apaziguar possíveis reações russas e respeitar a política local. Do outro, a Rússia incentivando as forças separatistas da região e buscando garantir sua presença na Crimeia. Em uma decisão que vai ao encontro do resultado de referendo realizado pela população da

---

<sup>68</sup>Do original: “predetermined the overall basis of the culture, civilization and human values that unite the peoples of Russia, Ukraine, and Belarus”.

<sup>69</sup>Do original: “Everything in Crimea speaks of our shared history and pride. This is the location of ancient Khersones, where Prince Vladimir was baptised. His spiritual feat of adopting Orthodoxy predetermined the overall basis of the culture, civilisation and human values that unite the peoples of Russia, Ukraine and Belarus. The graves of Russian soldiers whose bravery brought Crimea into the Russian empire are also in Crimea. This is also Sevastopol – a legendary city with an outstanding history, a fortress that serves as the birthplace of Russia’s Black Sea Fleet. Crimea is Balaklava and Kerch, Malakhov Kurgan and Sapun Ridge. Each one of these places is dear to our hearts, symbolising Russian military glory and outstanding valour”.

península<sup>70</sup>, a Ucrânia reitera a autonomia da península no texto da Constituição de 1996. Ainda que tenha sinalizado o que pode ser entendido como uma intenção de reduzir as tensões envolvidas nas disputas com o Kremlin, Kiev, por outro lado, também apertava suas políticas que podiam, e foram, entendidas como agressivas pela Rússia e pelas autoridades da Crimeia. Entre estas atitudes podemos elencar as políticas nacionais de incentivo à adoção do ucraniano ao invés do russo como idioma oficial e demais medidas que buscavam garantir que o governo crimeio não tivesse relevância nas decisões políticas do país para além dos limites da península. Estas, por sua vez, representavam o receio de que o latente sentimento independentista da Crimeia pudesse vir a comprometer a soberania ucraniana (KUZIO, 2014).

**Tabela 5 – Votos do parlamento ucraniano contra a concessão de estatalidade à República Autônoma da Crimeia**

<i>Faction</i>	Yes	No	Ab- stain- ed	Not voting	Ab- sent	Per cent in favour
Communist	31	23	7	1	22	37
Socialist	16	1	6	-	2	64
Agrarians	22	1	3	2	8	78
Inter-Regional Reforms	15	1	1	-	4	71
Unity	18	4	2	1	1	69
Centre	22	-	1	1	11	79
Reform	23	-	-	1	5	96
Statehood	24	-	-	-	1	93
Rukh	25	-	-	-	2	62
Independent	15	1	1	-	4	71
<u>Total</u>	<u>211</u>	<u>31</u>	<u>21</u>	<u>6</u>	<u>60</u>	<u>62</u>

Fonte: KUZIO, 2014

Os esforços de Kiev para enfraquecer as forças independentistas na Ucrânia, que sob o governo de Meshkov viu crescer uma identidade que concebia a independência e a aproximação da Rússia como o grande objetivo da Crimeia, provaram-se efetivos a partir de meados dos anos

<sup>70</sup>Um referendo havia sido feito acerca da opinião pública da Crimeia em 1991 acerca da criação de uma república autônoma pertencente à Ucrânia. 93,26% dos votantes concordaram em construir uma república aos moldes da RSS da Crimeia.

1990. Com a saída do líder irredentista do poder, cresce o número de cadeiras do parlamento crimeio ocupadas por partidos mais alinhados à visão de que era preciso manter lealdade a Kiev e garantir certo grau de autonomia. A mudança na formação da política regional, contudo, não foi seguida por uma mudança igualmente significativa da opinião popular. Como a tabela abaixo demonstra, a população da Crimeia (aqui representada pela cidade de Simferopol, segunda maior da península) ainda parece estar razoavelmente bem dividida no que diz respeito ao grau de autonomia em relação a Kiev.

**Tabela 6 – Votos a favor da submissão do governo da Crimeia ao governo da Ucrânia em 1995**

<i>Attitude</i>	<b>Lviv</b>	<b>Kyiv</b>	<b>Donetsk</b>	<b>Simferopol</b>
Yes	66.6	55.6	44.1	16.0
No	9.3	7.7	20.0	51.1
Don't Know	20.1	21.3	27.9	26.8
What Decision?	4.0	15.4	8.0	6.0

Fonte: KUZIO, 2014

O nacionalismo crimeio permaneceu latente na população até os anos que antecedem a eleição de Viktor Yanukovych em 2010. Para garantir vantagem nas eleições, o político lançou um amplo projeto sobre a Crimeia. O objetivo era mobilizar a população etnicamente russa e pró-Rússia que habitava a região e não tinha suas pautas políticas contempladas pelo governo há anos. Assim, através de uma complexa combinação de instrumentos midiáticos, acordos políticos e uso de demais ferramentas capazes de influencia a opinião pública, o então candidato (re)mobilizou setores políticos da sociedade da Crimeia que haviam tido seu protagonismo reduzido ainda nos anos 1990. Quando da vitória de Yanukovytch, portanto, os ânimos dos habitantes da península já não eram mais os mesmos. Com o início do novo governo e a adoção de uma postura que aproximou novamente a Ucrânia da Rússia e a afastou do Ocidente, fato emblematicamente representado pela quebra do acordo de parceria com a UE em 2013, o cenário político da Crimeia sofre uma alteração profunda. À semelhança daquilo que vimos acontecer em Moscou, na península também é reforçado o culto ao eslavismo russo e às suas expressões e cresce o desejo por união à Federação Rússia. A identidade da região passa a se

pautar mais em determinantes russo/eslavas e em uma orientação ao discurso do Kremlin e se distancia progressivamente da identidade ucraniana analisada há pouco (KUZIO, 2014; MATSUZATO, 2016). Os anos de silenciamento dos grupos separatistas, nesse contexto, podem ser compreendidos como um acelerador dos acontecimentos de 2014. Os anos de repressão, nesse sentido, teriam catapultado a Crimeia a organizar um referendo<sup>71</sup> a fim de garantir que novas retaliações não seriam impostas por Kiev.

Com base naquilo foi aqui discutido, por conseguinte, é possível notar que, assim como a Ucrânia, a Crimeia compartilha também de memórias importantes com a Rússia. No caso da península, sobressaem marcos históricos como (i) o batismo do príncipe Volodymyr e a adoção da Ortodoxia; (ii) a vitória na Guerra da Crimeia do século XIX; e (iii) a criação da Frota do Mar Negro por Pedro, o Grande. Juntos, esses eventos são a grande representação da superioridade do expansionismo imperial do período tsarista. Ao localizar o maior destacamento da Marinha russa no porto de Sevastopol, Moscou deu início à mitologia da cidade, que até hoje é referida pelos russos como a “cidade da glória”, o local onde estavam os responsáveis pela força militar russa (PLOKHY, 2000). É também na história que residem as razões pelas quais a Crimeia é parte do mundo russo: o repovoamento promovido por Stálin mudou em definitivo a constituição etnicolinguística da região, que ainda hoje é predominantemente russa. É também graças a essa composição social que o governo e a população locais sempre demonstraram laços estreitos com Moscou. Apesar das políticas de ucranização de Kiev, a Crimeia, e também as regiões russófonas do Donbas, sempre resistiu às iniciativas que buscavam reduzir a influência russa e se aproximar do Ocidente.

Acerca do lugar da península na memória e na historiografia russas, é interessante notar ainda que, como demonstra Olga Malinova (2017), na Crimeia, pouco antes da anexação, começa a haver a promoção de eventos populares, como comemorações de datas ligadas à Grande Guerra Patriótica, que causaram grande comoção. Imediatamente após a anexação, esses eventos crescem ainda mais na península, bem como crescem também o número de monumentos acerca dos grandes heróis russos, acerca da amizade e da proximidade histórica dos povos da Federação Russa e da Crimeia entre outros exemplos. Há, inclusive, a produção de um documentário, o “*Crimea: the Way Home*”, que retrata com altas doses de dramaticidade

---

<sup>71</sup>Há especialistas e políticos que questionam o resultado da pesquisa, que aponta um apoio de mais de 96% da população à anexação. Independente da veracidade dos números apresentados, é preciso considerar a ação de anos de propaganda política somada a descontentamento de boa parte dos habitantes locais em relação às políticas ucranizantes cada vez mais assertivas de Kiev.

todo o contexto que levou à anexação, reforçando o caráter benéfico desta, que salvou os crimeios de um governo (Kiev) que os ameaçava. Assim, vemos que o aprofundamento de políticas de memória extrapola o contexto russo e se direciona também à Crimeia, território no qual se concentravam os esforços de anexação por parte de Moscou. Os mecanismos de legitimação da ação política da Rússia, assim, são também observados para além dos limites territoriais da Federação.

**Ilustração 16 – Monumento “*Polite People*”, em Simferopol, Crimeia<sup>72</sup>**



Fonte: TOAL, 2017

<sup>72</sup>O monumento representa um “soldado verde”, como ficaram conhecidos os soldados russos sem bandeira na farda que ocuparam a Crimeia à época da anexação, e uma garotinha que caracteriza os habitantes locais e dá a ele um buquê de flores. Entre os dois está um gato, que parece se esfregar nas pernas do militar, representando familiaridade ou apreço por este. A obra está presente pois é muito representativa da narrativa que Moscou tenta emplacar acerca de sua história compartilhada com a Crimeia e acerca da própria anexação. O soldado, que em geral representa relações violentas entre pessoas e Estados, aqui aparece imbuído de outro significado: sua presença evoca harmonia e paz, o que fica evidente pela maneira com que se comporta o felino e pelo gesto da menina, que parece representar gratidão. O povo da Crimeia agradece a presença do soldado e a celebra. O monumento como a representação material da maneira com que Putin legitima sua ação e espera que ela seja memorizada.

Há, portanto, maior alinhamento político a Moscou, o que nos permite resumir a identidade da península da seguinte maneira:

**Tabela 7 – Síntese da identidade da Crimeia às vésperas da anexação**

<b>INDICADORES</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Memórias compartilhadas</b>	Sim
<b>Relações com Ocidente</b>	Sim
<b>Pertencimento ao mundo russo</b>	Sim
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 3; Não: 0</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

## **5.2 Moldávia e Transnístria**

Ao longo de todo o período em que esteve sob domínio russo, primeiro de 1812 até 1918, e depois de 1941 até a independência em 1991, a Moldávia, com exceção da região da Transnístria que será devidamente analisada a frente, teve relações conturbadas com o Kremlin. De maioria étnica moldava falante de romeno, o país, fundado pela Romênia no século XIV nunca se identificou com a Rússia em aspecto algum e recorrentemente sofreu com políticas de russificação e demais formas de discriminação. Assim, não é surpresa que, uma vez independentes, os moldavos passam a construir uma agenda de política externa menos alinhada a Moscou construção e uma identidade nacional que celebrasse suas origens. Nesse contexto, a população se dividiu em dois grandes grupos: aquele que defendia uma reaproximação com a Romênia chegando inclusive a falar de reintegração, e aquele que advogava pelo fortalecimento

de um país autônomo. O discurso pró-romeno ficou restrito a certos setores da sociedade e não teve sucesso em fazer valer suas pautas nos centros de comando do país. Dessa maneira, a Moldávia inicia sua história como Estado soberano direcionando esforços para a elaboração de uma identidade que buscava diferenciá-la da Romênia ao passo em que não deixava de reconhecer a importância desta para a história nacional. Para além disso, outro objetivo moldavo era solucionar o conflito com a Transnístria (KING, 2000).

Nesse contexto, o primeiro presidente moldavo, Mircea Snegur (1990 – 1997), começa a (re)modelar o recém-criado país. Muitas de suas decisões se dividiam em três grandes frentes: (i) a implementação de políticas de “moldovização como forma de reverter os efeitos dos anos de russificação e impedir uma anexação à Romênia<sup>73</sup>; (ii) a intensificação das relações com o Ocidente; e (iii) negociações para a resolução do irredentismo transnístrio e a saída das tropas russas da margem direita do Dniestre. Assim, temos um período no qual a Moldávia assina acordos comerciais com agentes ocidentais, incentiva a retomada do uso do idioma romeno/moldavo e participa de inúmeras rodadas de reuniões a fim de solucionar o conflito na Transnístria. A Rússia, por sua vez, mantém uma postura assertiva em relação a Chisinau. O Kremlin, à época governado por Yeltsin, contava com diversos parlamentares que, por razões diversas, como interesses econômicos e identificação moral, eram favoráveis ao regime de Tiraspol, o que forçou o então presidente a responder de forma mais dura à postura moldava. Os insistentes pedidos para que as tropas russas fossem retiradas do enclave foram sistematicamente negadas por Moscou (KING, 2000).

A eleição de Petru Lucinschi (1997 – 2001) pelos moldavos e a entrada de Primakov à frente do Ministério das Relações Exteriores da Rússia trouxeram novos contornos para as relações entre os países e para a política moldava. Tem início um período de maior cooperação russo-moldava no que diz respeito à Transnístria, o que fica evidente no compromisso assumido pela Rússia em 1999 de que retiraria suas tropas do enclave de forma gradual até o final de 2002. Para além deste avanço em um dos principais objetivos de Chisinau desde a independência, a postura não tão contrária ao Kremlin promovida por Lucinschi trouxe ainda outros pequenos ganhos. Entre estes, destacamos o Tratado de Cooperação e Amizade assinado por ambos os países em 1997. No acordo, Moscou se comprometia a resolver o conflito separatista sem desrespeitar a integridade territorial moldava. Ainda que as relações com a

---

<sup>73</sup>Durante os primeiros anos da Moldávia independente, houve algum grau de aproximação do governo ao projeto pan-romeno, mas este desejo por reunificação perde forças ainda na presidência de Snegur.

Rússia demonstrassem uma clara evolução, Lucinschi deu continuidade às reformas iniciadas por seu antecessor. No que diz respeito à aproximação do Ocidente, entra para o GUAM e estreita laços com a UE (ROGSTAD, 2018).

O período seguinte conta com a liderança de Vladimir Voronin (2001 – 2009), que assume a presidência em um contexto no qual Vladimir Putin já se encontrava à frente do Kremlin. Nesse ínterim, a Rússia muda o tom no trato com a Moldávia. No seio das aspirações de política externa do início dos anos 2000, Moscou buscava garantir sua influência nos países de seu exterior próximo, o que tentou fazer de duas formas: (i) aumentando sua presença na economia moldava comprando empresas locais; e (ii) solucionando o conflito na Transnístria. Assim, em 2003, a Rússia propõe a assinatura do Memorando Kozak, acordo que findaria a disputa sob os seguintes termos: a Moldávia seria transformada em uma federação da qual a região separatista seria um ente federado com poder de veto sobre as decisões de Chisinau. Putin acreditava que, dessa maneira, conseguiria controlar a política moldava através do uso dos poderes atribuídos à Transnístria. A proposta é inicialmente aceita, mas Voronin declina da decisão às vésperas da assinatura por conta de pressões ocidentais. A decisão do então presidente moldavo põe fim ao período de maior cooperação entre Moscou e Chisinau (ROGSTAD, 2018).

O período que se segue à proposta do Memorando é marcado por um grande avanço nas políticas ocidentalizantes da Moldávia. É nesse ínterim que temos a adesão à PEV e a assinatura da Parceria para a Paz com a OTAN, eventos que ocorrem quase que simultaneamente à entrada da Romênia na OTAN em 2007 e na UE em 2004. Além disso, há também uma maior rivalização com a Transnístria, à qual são impostas novas regras comerciais que dificultam as vendas de produtos para fora do enclave. Do lado russo, há um endurecimento do tom. Moscou adota uma série de sanções econômicas, como o banimento de importação de produtos moldavos e a suspensão de exportação de gás para Chisinau. Ameaças em relação a aumentos dos preços dos produtos comercializados pela Gazprom também foram recorrentes nesse período. O Kremlin anuncia, ainda, que não irá retirar suas tropas do território transnístrio, contrariando o acordo estabelecido no fim dos anos 1990. Nesse ínterim, a mudança da postura de Moscou deve ser entendida, também, como uma resposta à entrada romena na OTAN e na UE, o que aproximaria o Ocidente da zona de interesse russo. Com as dificuldades impostas pelas medidas econômicas adotadas pela Rússia, Voronin aceita voltar à mesa de negociações, fato que inaugurou um breve período de normalização das relações que se inicia em 2007 e

acaba em 2008 graças à eleição de uma coalizão pró-União Europeia na Moldávia (ROGSTAD, 2018).

As eleições de 2009, porém, são acusadas de fraude, o que gera comoção entre a população e leva protestantes às ruas. O episódio cria um período de grande instabilidade no qual Chisinau não consegue eleger e manter um novo presidente por anos até que é eleito Nicolae Timofti (2012 – 2016). Ainda que a Rússia tenha tentado se aproveitar do momento para eleger uma coalizão pró-russa na Moldávia, o intervalo é marcado por relações mais conciliatórias entre os países. Nesse ínterim, a aproximação do Ocidente promovida pelo governo de Medvedev (2008 – 2012) ressoa na maneira com que as autoridades russas lidam com Chisinau. A Moldávia, nesse contexto, encontra menos desafios ao seu processo de ocidentalização, que continua a guiar a inserção internacional do país, e segue com seu projeto de nação. Nesse período, avanços são feitos em relação à construção da identidade moldava, que segue sua jornada para conter forças pró-Romênia e elaborar um arcabouço cultural e político essencialmente moldavo. Há, também, a adoção de medidas de liberalização e democratização elaboradas à luz das exigências da UE no âmbito da PEV. Com o retorno de Vladimir Putin ao poder em 2012, novos desafios são impostos a Chisinau, cuja ocidentalização passa a ser respondida com respostas assertivas vindas de Moscou. A despeito das reiteradas tentativas do Kremlin de frear a busca moldava pelo Ocidente, um Acordo de Associação é iniciado por Moldávia e UE em 2013 e finalizado em 2014. (KING, 2000; ROGSTAD, 2018).

No âmbito do conflito na Transnístria, a volta de Putin ao poder também reverbera de forma negativa. Apesar de a Rússia nunca ter reconhecido a independência do enclave a despeito da ajuda política e econômica prestada por ela desde o início da disputa, o desgaste das relações russo-moldavas em 2012 leva também à deterioração da postura de Moscou em relação ao separatismo:

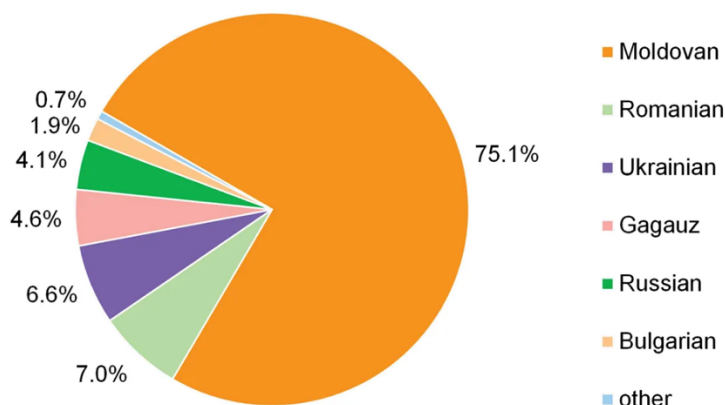
[...] Não apenas a Moldávia, a UE e os Estados Unidos, mas também a Rússia insistem agora que a Transnístria não tem direito ao reconhecimento internacional. O vice-ministro das Relações Exteriores, Sergei Gubarev, anunciou que, se a Transnístria quer a independência, deve voar para a lua. O ministro russo das Relações Exteriores, Lavrov, também emitiu uma declaração notável: “A verdade está em algum lugar no meio. Mas é claro que nenhuma instituição internacional apoia a ideia da independência da Transnístria ou da Moldávia como um Estado unitário. Devemos tentar encontrar um *status* especial (DEVYATKOV, 2012, p. 57, tradução nossa)<sup>74</sup>.

<sup>74</sup>Do original: “[...] Not only Moldova, the EU, and the United States but Russia as well now insist that Transnistria has no right to international recognition. Deputy Minister of Foreign Affairs Sergei Gubarev announced that if

Após os reiterados esforços de Chisinau para reverter os efeitos dos anos de russificação, a etnia moldava voltou a predominar no território, bem como o uso do idioma moldavo, que hoje é usado por mais de 90% da população. O russo continua a ser muito estudado. Cultural e etnicamente falando, o único indicador que remonta ao domínio russo que ainda se destaca na Moldávia é a religião: a ortodoxia ainda hoje é a fé professada por mais de 90% da população (HITCHINS; LATHAM; SUKHOPARA *et al*, 2022).

### Ilustração 17 – Divisão étnica da Moldávia em 2014

Moldova ethnic composition (2014)\*



Fonte: HITCHINS; LATHAM; SUKHOPARA *et al*, 2022

A Moldávia, com exceção de sua região separatista ao leste do território nacional, foi parte do Estado russo por um período razoavelmente mais curto quando comparada a demais Estados. Quando anexado por Moscou no início do século XIX, o país estabelece uma rivalidade em relação à Rússia que se justifica por conta da insistente iniciativa de russificação do local por parte dos tzares. Além disso, entre 1812 e 1918, a Moldávia não foi palco de momentos marcantes da história russa, quadro que se mantém após a reanexação do local pela

---

Transnistria wants independence, it should fly to the moon. Russian Minister of Foreign Affairs Lavrov also issued a noteworthy statement: “The truth lies somewhere in the middle. But it is crystal clear that no international institution supports the idea of Transnistrian independence or Moldova as a unitary state. We should try to find a special status”.

URSS, que se dá apenas na década de 1940. Graças a esta mesma trajetória histórica, que sempre esteve mais alinhada à Romênia do que à Rússia, o Estado moldavo é ainda hoje essencialmente moldavo do ponto de vista étnico e linguístico. Ainda que haja grande influência de aspectos russos, não são eles as principais bases identitárias da sociedade, fazendo com que a Moldávia não seja parte do chamado mundo russo. Outra distinção entre Chisinau e Moscou, por fim, é o alinhamento de cada um ao Ocidente. Como vimos, as autoridades moldavas já há algum tempo buscam por uma orientalização, o que contraria os objetivos políticos do Kremlin.

**Tabela 8 – Síntese da identidade moldava**

INDICADORES	OCORRÊNCIA
Memórias compartilhadas	Não
Relações com Ocidente	Não
Pertencimento ao mundo russo	Não
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 0; Não: 3</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

O Estado *de facto* da Transnístria, ao contrário do restante da Moldávia, nunca foi parte da Romênia e esteve sob domínio russo por um período mais extenso, que inclui décadas anteriores a 1812 e toda a extensão temporal da URSS. A região foi ainda parte da Rus Kievana, o que, junto da sua localização, explica a maior presença das etnias eslavas russa e ucraniana. Os anos de domínio russo promoveram uma ampla disseminação de aspectos étnicos, linguísticos e religiosos. O russo e a ortodoxia são amplamente disseminados. Do ponto de vista da etnicidade da região, moldavos, russos e ucranianos representam 31,9%, 30,4% e 28,8% da população local, respectivamente. A presença de ucranianos se justifica pela histórica união de ambos Transnístria e Ucrânia. Em momentos do período czarista, o enclave foi acomodado na mesma unidade administrativa que os ucranianos, o que ocorre também durante décadas de domínio soviético, quando a região separatista foi parte da RSS da Ucrânia até ser redirecionada

à república moldava. Apesar da distribuição étnica do território separatista, há uma predominância de povos não-moldavos ocupando cargos no parlamento local, dado que permite vislumbrar uma certa assimetria de poder entre os setores da sociedade (KING, 2000).

Uma característica interessante da política da Transnístria é a maneira com que as memórias são tratadas e materializadas. Apesar de ter pertencido à Rússia em diversos momentos, são as lembranças da URSS que compõem o núcleo duro da narrativa estatal que embasa a identidade local. A manutenção de elementos tipicamente soviéticos nos símbolos nacionais, a arquitetura do período, as muitas estátuas de Lênin e outros heróis da URSS espalhadas pelas cidades, tanques de guerra do Exército Vermelho. Esses e outros elementos permanecem intactos. Um museu a céu aberto que a todo o momento lembra visitantes e habitantes de um tempo que, naquele lugar, parece ainda existir. É, porém, preciso fazer uma distinção importante; a reencenação das memórias do período soviético que vemos ao longo de todo o enclave se referem ao período como um todo. Não há, por exemplo, lembranças de episódios específicos da história da URSS como vemos na Ucrânia e na Crimeia, que protagonizaram momentos chave. Esse é um detalhe que nos ajuda a traçar uma diferença elementar entre o enclave moldavo e a Crimeia. Esta foi protagonista de eventos centrais na narrativa política atual do Kremlin. Sob a égide do poder soviético, foi palco da Grande Guerra Patriótica; durante os tempos imemoriais de formação do Estado russo, foi o cenário escolhido por Volodymyr para abraçar a ortodoxia. A Transnístria, nesse sentido, pode contar com elementos tipicamente russo/eslavos e pode também construir sua identidade sobre uma estética e uma narrativa que celebrem um tempo no qual foi ela parte da Rússia, mas seu lugar no discurso de Moscou não é de destaque. As memórias compartilhadas com os russos, assim, existem, mas não são fundamentais para o Estado construído por Putin e sua coalizão (PROTSYK, 2009; ROGSTAD, 2018).

A identidade nacional da Transnístria, segundo Stefan Troebst (2003), tem cinco pilares principais. O primeiro diz respeito justamente à estética das memórias, uma singularidade do enclave, que se destaca de outras construções identitárias do espaço pós-soviético em grande parte pela persistência do soviétismo como âncora do simbolismo local. O segundo trata do aparelho estatal da Transnístria, no qual há o estabelecimento de um regime híbrido apoiado principalmente pela Rússia. O terceiro, por sua vez, diz respeito à característica multiétnica da região, que conta com grupos praticamente equânimes de moldavos, ucranianos e russos. Nesse âmbito, a narrativa do *Estado de facto* é similar àquela que vemos na Moldávia, que se baseia na celebração da diversidade de seu povo. O quarto diz respeito ao vetor ortodoxo, que

determina o conteúdo cultural, civil e religioso, fomentando o sentimento de pertencimento a uma sociedade transnístria una, porém, diversificada. Finalmente, o último pilar da identidade da Transnístria diz respeito ao Moldovanismo. Aqui, esse conceito assume uma carga ideológica ligeiramente diferente do termo cunhado em 1924. De acordo com Troebst (2003), o Moldavismo que apoia o *Self* da Transnístria está relacionado com a percepção que a sociedade irredentista tem da Moldávia. De acordo com a população secessionista, o discurso de Chisinau já não representa totalmente o povo moldavo por conta de sua aproximação com Ocidente e Romênia. Conseqüentemente, esta representação seria melhor realizada por Tiraspol, cujos esforços em direção à construção de uma identidade que distinga o enclave da Moldávia e o aproxime da Rússia parece apresentar sinais de sucesso como explicitado pelo referendo de 2006.

Por ter sido parte da Rus Kievana e por apresentar amplo uso do idioma russo, a Transnístria é considerada parte do chamado mundo russo. Contudo, apesar de ter constituído o Estado russo e soviético por mais tempo que a Moldávia, o enclave não protagoniza grandes marcos históricos que são hoje lembrados e celebrados como memórias quase mitológicas por Moscou. A região não foi o teatro de grandes batalhas e tampouco foi palco de mitos ligados à formação do Estado russo e/ou à sua identidade. Apesar deste distanciamento histórico e narrativo, porém, a Transnístria apresenta um grande alinhamento ao Kremlin e um imenso apego às suas próprias lembranças do período soviético. Por isso, apesar de não ser um ente estatal reconhecido internacionalmente, podemos dizer que reproduz, sim, a agenda de política externa russa. Portanto, com base no discutido, podemos resumir a identidade do local da seguinte maneira:

**Tabela 9 – Síntese da identidade da Transnístria**

<b>INDICADORES</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Memórias compartilhadas</b>	Não
<b>Relações com Ocidente</b>	Sim
<b>Pertencimento ao mundo russo</b>	Sim
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 2; Não: 1</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

### 5.3 Conclusões do capítulo

Como fica evidente nas análises aqui conduzidas, há uma primeira distinção muito clara entre as quatro regiões: a presença de memórias compartilhadas com a Rússia. Enquanto Ucrânia e Crimeia dividem momentos históricos importantes com Moscou, a Moldávia e a Transnístria não figuram entre as regiões que protagonizam a narrativa historiográfica de Putin. Outra diferença diz respeito ao pertencimento ao mundo russo, indicador presente apenas na Crimeia. Quanto às relações com o Ocidente, Ucrânia e Moldávia se assemelham enquanto os enclaves apresentam agendas parecidas.

**Tabela 10 – Comparativo do grau de russianidade de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria**

	<b>Ucrânia</b>	<b>Crimeia</b>	<b>Moldávia</b>	<b>Transnístria</b>
<b>Grau de russianidade</b>	<b>Sim: 1</b>	<b>Sim: 3</b>	<b>Sim: 0</b>	<b>Sim: 2</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

Como indica a tabela acima, a Crimeia é a única entre as quatro regiões que apresenta todos os determinantes da russianidade, o que justifica sua posição privilegiada no discurso e objetivos políticos do Kremlin. Tendo em vista a anexação da península em 2014, portanto, parece haver, de fato, alguma relação entre a probabilidade de interferência russa e a identificação da presença de elementos que dialogam diretamente com as bases do comportamento estatal da Rússia. Nesse sentido, quanto mais “russianizado”, quanto mais elementos de russianidade houver em um lugar, maiores parecem ser as chances de que o Kremlin estenda seus meios de dominação sobre ele. A Transnístria, por outro lado, apresenta dois de três fatores analisados, o que justificaria, em certa medida, a não intervenção de Moscou em 2014 aos moldes do ocorrido na Crimeia.

A diferença entre os graus de russianidade de cada enclave, porém, não é suficiente para concluir que não há intenção de interferência por parte da Rússia em um dos locais. Apesar de não ter anexado a região separatista da Moldávia como fez com a península da Ucrânia, a Rússia há anos mantém uma forte presença nas margens orientais do rio Dniestre. Desde o início dos anos 1990, Moscou não somente tem tropas na Transnístria como também garante sua ingerência através de mecanismos econômicos, políticos e midiáticos. Essa tutela, aliás, foi também aprofundada com o retorno de Putin à presidência. O tratamento menos conciliatório em relação à Moldávia, cuja crescente ocidentalização desagradava Moscou, veio seguido da retirada da Rússia e da Transnístria das mesas de negociação da OSCE, o que, em última instância, aumentou o poder russo sobre a realidade e o futuro do enclave. Há, portanto, não um desinteresse de Moscou em relação a Tiraspol, mas uma assimetria na sua centralidade no discurso e na agenda política do Kremlin quando comparada à Crimeia. Esta disparidade é bem representada pelos diferentes graus de russianidade vistos em cada uma das duas regiões. Se na

primeira ela é máxima, também são máximas sua importância para a construção da identidade da Rússia e a probabilidade de ação por parte desta. Por outro lado, se na Transnístria existem apenas alguns traços de russianidade, sua relevância para o discurso político do Kremlin não será tão evidente, fazendo com que uma intervenção russa, para talvez acontecer aos moldes do que vimos ocorrer na Crimeia, precise de outros elementos. Portanto, concluímos aqui que o grau de russianidade parece influenciar não somente a probabilidade de intervenção russa, mas, também, a profundidade de uma possível ação. Esta pode ocorrer de diversas formas até atingir seu nível mais alto: a anexação estrita.

Falemos agora da Moldávia. A ausência de traços de russianidade parece, em um primeiro momento, indicar a inexistência de interesses russos sobre o país. Como demonstrado pela análise feita neste capítulo, esta percepção não é verdadeira. Há interesse da Rússia em Chisinau. Contudo, os objetivos do Kremlin na Moldávia e a maneira pela qual Moscou interage com o país se distinguem das demais três regiões. Quando tratamos de Ucrânia, Crimeia e Transnístria, notamos a presença clara de um discurso mais politizado, que retoma as discussões identitárias feitas aqui. Por outro lado, quando analisamos a maneira com que o Kremlin se relaciona com a Moldávia, veremos que há um teor muito mais estratégico e reativo da parte russa. A não ser em casos de negociações que envolvem a Transnístria, as demais decisões de Moscou acerca da Moldávia acontecem usualmente em resposta a algum evento, sobretudo como contrapartida à assinatura de acordos com a UE e a OTAN.

Há, por outro lado, iniciativas voltadas a uma maior presença em termos econômicos, sugerindo que, para a Rússia, a Moldávia tenha outro tipo de relevância, uma que se concentra mais em aspectos materiais e estratégicos do que em questões discursivas ligadas a identidades e a projetos civilizacionais (ROGSTAD, 2018). A ausência de qualquer traço de russianidade no país limita o escopo das intenções russas nele e dificulta a legitimação de uma possível intervenção independente da natureza desta. Por isso agir de forma reativa. É muito simples justificar uma resposta que é dada a um estímulo externo. Não há, porém, a possibilidade, e talvez nem o interesse, de construção de um plano de ação política de longo prazo que traga o Estado moldavo para o mundo russo. Não há na Moldávia, portanto, uma empreitada que trate da salvação de povos e de corpos que pertencem à Rússia, que são parte de um Estado afetivo que reclama direito sobre territórios e governos para além dos seus próprios. A Moldávia não apresenta características que a incluam no rol de possíveis destinos deste orientalismo e de seus mecanismos de ação. Logo, podemos concluir que o interesse de ação russa sobre uma região não é definido exclusivamente pela russianidade desta. Porém, quando esta é detectada, vemos

a configuração de uma ação russa distinta e de um interesse mais profundo da parte de Moscou. Daí as diferentes abordagens vistas na Moldávia e nas demais regiões.

Assim, fica clara a necessidade da russianidade não somente para a definição da própria identidade russa, mas, também, do aspecto orientalizante de seu comportamento. Entre a busca pela retomada do seu lugar na política internacional e a definição de como e onde irá atuar para atingir seu objetivo, portando, a Rússia lança mão de estratégias discursivas e afetivas que a permitem não somente definir o que deve fazer, mas que, sobretudo, legitimam seu direito de fazê-lo. Os meios justificam os fins.

## 6. GEOPOLÍTICA 101: ECONOMIA, SEGURANÇA E A POLÍTICA RUSSA DE GRANDE POTÊNCIA

Uma enorme extensão de terra plana que a França napoleônica, a Alemanha imperial e a Alemanha nazista cruzaram para atacar a própria Rússia, a Ucrânia serve como um Estado-tampão de enorme importância estratégica para a Rússia. Nenhum líder russo toleraria uma aliança militar que era inimiga mortal de Moscou até recentemente se mudar para a Ucrânia. Tampouco qualquer líder russo ficaria de braços cruzados enquanto o Ocidente ajudava a instalar ali um governo determinado a integrar a Ucrânia ao Ocidente. Washington pode não gostar da posição de Moscou, mas deve entender a lógica por trás dela. Esta é a Geopolítica 101: grandes potências estão sempre sensíveis a ameaças potenciais perto de seu território de origem<sup>75</sup> (MEARSHIMER, 2014, p. 5-6, tradução nossa).

A afirmação de John Mearshimer acerca das razões por trás da crise ucraniana e da anexação da Crimeia trata da influência da península para a segurança da Rússia. Ao abordar o assunto através deste viés, portanto, o realista lança mão da geopolítica como fator determinante da tomada de decisão de Putin. Fazendo coro a esta interpretação, Zbigniew Brzezinski (1994), cientista político da década de 1990 que já à época advogava acerca dos perigos por trás da expansão da OTAN, declarou que se Moscou recupera-se o controle sobre a Ucrânia, a qual lhe concederia também acesso ao Mar Negro, a Rússia voltaria a se tornar um poderoso Estado imperial, abrangendo a Europa e a Ásia. Segundo o estrategista, a posse da Ucrânia é fundamental para a política de grande potência do Kremlin por conta dos recursos e posição geográfica do país. Demais autores e políticos, como Daniel Treisman (2016), Elias Götz (2015) e Richard E. Ericson and Lester A. Zeager (2015), concordam com abordagens semelhantes àquelas defendidas por Mearshimer e Brzezinski. Ainda que haja pequenas discordâncias e variações entre aquilo que é argumentado por cada um deles, todos convergem em um ponto em especial: a invasão russa sobre a Crimeia em 2014 é fruto de interesses de ordem geopolítica e econômica do Kremlin. Já Andrei Tsygankov (2010), apesar de não afirmar que economia e segurança são sobredeterminantes na configuração da agenda política russa, reconhece a importância de ambos para a definição dos interesses nacionais de Putin. Segundo o autor, em

---

<sup>75</sup>Do original: “A huge expanse of flat land that Napoleonic France, imperial Germany, and Nazi Germany all crossed to strike at Russia itself, Ukraine serves as a buffer state of enormous strategic importance to Russia. No Russian leader would tolerate a military alliance that was Moscow’s mortal enemy until recently moving into Ukraine. Nor would any Russian leader stand idly by while the West helped install a government there that was determined to integrate Ukraine into the West. Washington may not like Moscow’s position, but it should understand the logic behind it. This is Geopolitics 101: great powers are always sensitive to potential threats near their home territory.”.

todas as três correntes de pensamento político do país – ocidentalista, civilizacionista e estatista – preocupações acerca de fatores econômicos e securitários têm um papel importante na conduta estatal.

Como demonstrado no capítulo anterior, o grau de russianidade, ou seja, os fatores de caráter identitário que se relacionam com o discurso político russo, não são a única razão que informa o comportamento da Rússia no seio de seu projeto de grande potência representado, entre outras, pelo seu orientalismo. Parece haver, dessa maneira, outros elementos que, somados a estes, justificam a modelação da agenda política russa e influenciam a tomada de decisão do país para além de seu território. O caso da Moldávia, nesse sentido, explicita muito bem que existem outras características por trás do comportamento dos russos. Convém, portanto, para que possamos devidamente responder à pergunta central deste trabalho, identificar quais são esses outros motivadores e qual o lugar deles na construção da agenda do Kremlin. Assim, poderemos desvelar as diferentes camadas que determinaram as posturas de Putin em relação a Crimeia e Transnístria em 2014. Portanto, à luz das contribuições dos trabalhos aqui citados, iremos, neste capítulo, debruçar-nos sobre as relações econômicas e geopolíticas/securitárias entre Rússia e cada uma das quatro regiões analisadas ao longo deste estudo. Esperamos, com isso, observar se e como fatores de natureza diferente daqueles abordados no capítulo anterior podem influenciar a construção da agenda política da Rússia e orientar a tomada de decisão do país.

Para tanto, analisaremos três indicadores principais. O primeiro deles, tem a ver com o nível de interdependência econômica entre a Rússia e cada uma das quatro regiões aqui delimitadas. Como foi demonstrado ao longo de trechos deste trabalho, e como afirma Adam (2008), a Rússia é o principal provedor de hidrocarbonetos para todo o espaço pós-soviético, produtos cruciais para toda a economia regional devido à planta industrial e à estrutura residencial altamente dependentes de gás e petróleo. Se a produção de Moscou é indispensável do ponto de vista daqueles que a importam, ela é também imprescindível para a Rússia já que corresponde à principal atividade econômica do país. Além disso, é comum que o Kremlin use de seus recursos energéticos como instrumento político, ameaçando cortar a distribuição ou aumentar os preços dos mesmos como forma de pressionar países a acatarem propostas vindas da Praça Vermelha. Esta inter-relação entre dependência energética e pressões políticas é vista pela UE como uma questão de segurança, o que justifica o Conselho Europeu ter iniciado, em 2014, um amplo projeto que visa a redução do grau de dependência de Moldávia e Ucrânia em

relação ao gás russo. O plano conta com diversas estratégias que visam diversificar os fornecedores e as fontes de energia usadas pelos países.

Há, dessa maneira, uma interdependência econômica essencialmente assimétrica entre Rússia e os países de seu entorno definida sobremaneira pelo mercado de hidrocarbonetos. Por isso, acreditamos que a *presença dos gasodutos* russos em território estrangeiro influencia de forma positiva o interesse de Putin sobre estas regiões uma vez que elas apresentam maior porosidade aos mecanismos coercitivos de Moscou. Ademais, a presença de infraestrutura distributiva russa explicita também uma codependência entre as economias local e russa, além de prever um interesse claro de Moscou ligado ao controle e à manutenção sobre suas instalações. Dessa maneira, a *presença dos gasodutos* será nosso primeiro indicador.

Outro elemento que será analisado se relaciona à localização geográfica, com a qual esperamos avaliar a relevância geopolítica/securitária de uma região aos olhos russos. Dessa maneira, iremos nos atentar à presença de *recursos importantes*, como bases militares, acesso a terreno estratégico ou qualquer outra vantagem econômica e/ou militar advinda das características geográficas locais. Por fim, à luz das palavras de Mearshimer (2014), também é preciso avaliar o grau de ameaça representado pela expansão ocidental em termos securitários. Nesse sentido, nosso último indicador, a existência de *fronteira com países membro da UE e/ou da OTAN*, espera mensurar em que medida uma região se mostra mais ou menos vulnerável a investidas do Ocidente. Com estes indicadores, poderemos analisar não somente a presença de elementos estratégicos que possam ser mobilizados por Moscou do ponto de vista de sua defesa, mas também quão próximo está o (possível) inimigo, o que pode aumentar ou reduzir o nível de ameaça externa interpretado pelo Kremlin. Nesse contexto, optou-se por restringir a análise à UE e à OTAN pois são estes os dois grandes polos de poder ocidental que preocupam a Rússia no concerto regional do ponto de vista securitário.

Assim como no capítulo anterior, serão somados o número de indicadores que são observados em cada local. Quando maior o número de “sim”, maior a relevância do local para a Rússia. Com esse recurso esperamos, novamente, promover uma melhor visualização dos dados aqui expostos a fim de tornar mais claro o grau de relevância de cada território para a Rússia do ponto de vista estratégico em 2014. Por fim, seguindo o que foi feito anteriormente, e conforme já adiantado acima, apesar do *status* de alguns dos nossos objetos de estudo, iremos considerar quatro as regiões de análise: Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria. Também à luz daquilo que foi feito no capítulo anterior, salientamos novamente que não é nosso objetivo

identificar se há pesos diferentes para cada indicador. Ao final deste capítulo, destacaremos as principais conclusões iniciais que serão mais aprofundadas no capítulo 6, no qual nos debruçaremos sobre uma análise qualitativa mais extensa dos efeitos dos indicadores aqui analisados sobre a elaboração da agenda política de Moscou.

## 6.1 Ucrânia e Crimeia

Há dois aspectos centrais da Ucrânia que devem ser considerados quando pensamos no interesse russo sobre o país. O primeiro diz respeito à sua economia e à sua importância para a principal atividade econômica da Rússia: a exportação de hidrocarbonetos. É pelo território ucraniano que passam quatro grandes gasodutos que ligam a produção russa ao seu maior comprador: a UE, da qual se destaca a Alemanha. Nesse contexto, aproximadamente 60% do gás e 30% do petróleo russos que chegam ao mercado europeu passam pela malha de dutos que cruza a Ucrânia. Para a Rússia, as exportações para a Europa corresponderam a 80% do volume total de gás exportado pelo país. Desta infraestrutura, destacam-se: (i) o *Soyuz-Brotherhood*, que conecta a Rússia à Ásia e à Europa centrais; (ii) o *Bratstvo*, maior oleoduto a ligar a produção russa à UE; (iii) o *Trans-Balkan*, responsável por escoar gás até Turquia e Balcãs; e (iv) um braço do *Druzhba*, canal que permite que os russos levem óleo até locais como Bósnia, Eslováquia e Hungria. Além de importante trânsito de gás e petróleo brutos via dutos, a Ucrânia conta ainda com ferrovias que também são usadas para o transporte de hidrocarbonetos, apesar da quantidade levada por trens ser marginal. Assim, por contar com ampla presença de dutos russos, a Ucrânia é crucial para a manutenção da principal atividade econômica russa, cuja relevância fica explícita com os dados apresentados nas figuras abaixo (TRENIN, 2011).

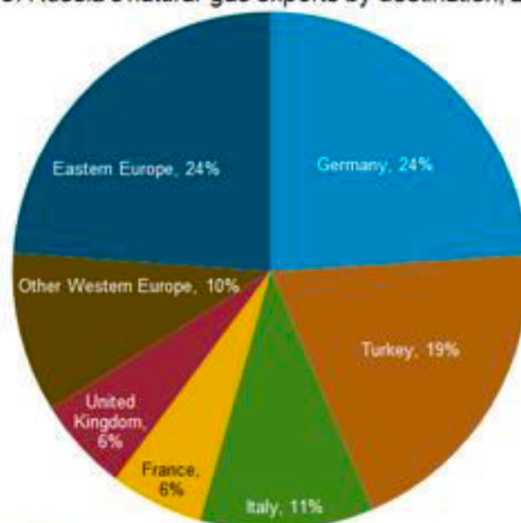
**Ilustração 18 – Mapa dos gasodutos russos que transitam pela Ucrânia**



Fonte: NOVO GOVERNO ALEMÃO..., 2021

**Ilustração 19 – Destinos de exportação do gás russo em 2012**

Share of Russia's natural gas exports by destination, 2012



eia Source: Eastern Block Energy, U.S. Energy Information Administration

Fonte: INTERNATIONAL, 2022

A presença de extensas linhas de dutos russos na Ucrânia, ademais, gera ainda uma importante vantagem para esta: o pagamento pelo direito de uso. Apesar da infraestrutura pertencer à Rússia, ela se localiza em território estrangeiro, o que implica a necessidade de que sejam pagos tributos que concedam o direito do possuidor de operar suas instalações. Nesse contexto, estima-se que os pagamentos feitos por Moscou cheguem, em média, a cerca de 8% do PIB ucraniano. Este valor, contudo, é usualmente renegociado pela Rússia, que usa de sua posição privilegiada de exportadora de gás para pressionar Kiev a fim de obter vantagens nos preços do direito de transporte e do metro cúbico da *commodity*. Segundo Adam (2008) esta capacidade de negociação russa seria comprometida por uma possível adesão ucraniana à UE, já que as conversas acerca dos valores praticados não mais envolveriam apenas Moscou e Kiev. Assim, temos outro elemento que influencia a oposição russa a uma aproximação Ocidente-Ucrânia. Ademais, estima-se que, em 2012, aproximadamente 40% da energia consumida pelos ucranianos, tanto na indústria quanto no âmbito doméstico, veio do gás, sendo que a produção nacional apenas foi capaz de fornecer aproximadamente 36% do total consumido. Em 2013, estima-se que do volume resultante da subtração da necessidade total de gás e da produção interna, aproximadamente 95%<sup>76</sup> da quantidade de gás necessária provém da Rússia. Configura-se, portanto, uma dependência recíproca e em termos energéticos: de um lado, Moscou depende da infraestrutura que passa por terreno ucraniano, do outro, a Ucrânia depende das exportações russas. Apesar da codependência observada, não podemos deixar de ressaltar a assimetria das relações econômicas estabelecidas entre ambos os países uma vez que, sem a Rússia, a Kiev colapsaria<sup>77</sup> (TRENIN, 2011).

Outra característica que influencia a importância da Ucrânia para o Kremlin é sua localização e seu papel como “Estado tampão”, uma região que separa e protege a Rússia de inimigos externos, dos quais se destaca o Ocidente. A Ucrânia, assim como a Moldávia, fica às margens do território da UE e está cercada de países que fazem parte da OTAN. Há inclusive o compartilhamento de fronteiras com Polônia, Hungria e Romênia, todos membros de ambos os blocos. O território ucraniano representa, dessa maneira, uma espécie de porta de entrada para a zona de influência russa, daí sua importância do ponto de vista estratégico. Segundo Dmitri

---

<sup>76</sup>O restante provém sobretudo do Cazaquistão e é direcionado por dutos que se localizam na Rússia, fato que reforça a dependência energética da Ucrânia em relação à vizinha (ADAM, 2008).

<sup>77</sup>Há esforços por partes de ambas Rússia e Ucrânia voltados à redução desta dependência. Do lado russo, destacam-se os projetos do Nord Stream e do Nord Stream 2, que buscam atingir o mercado europeu através de dutos que conectam Rússia e UE diretamente através do Mar Báltico.

Trenin (2011), o senso de segurança proveniente dos Estados e zonas tampão tem importância especialmente psicológica, a qual se faz ainda mais relevante em um cenário de plena expansão ocidental a leste e de maior aproximação da UE e da OTAN por parte de Kiev. Não devemos, contudo, ignorar o fato de que uma possível adesão da Ucrânia aos organismos ocidentais, ou sua ocupação por estes, está atrelada a uma maior facilidade na mobilização de ofensivas militares à Rússia por parte de seu grande inimigo e antagonista: o Ocidente. Este temor é reforçado ainda pela localização da Ucrânia às margens sul do Estado russo.

### Ilustração 20 – Mapa da fronteira de expansão da OTAN



Fonte: BRAUN, 2022

### Ilustração 21 – Mapa da expansão da UE



Fonte: EUROPEAN UNION MAPS, 2014

### Ilustração 22 – Mapa da Ucrânia



Fonte: REFUGIADOS UCRANIANOS..., 2022

A localização geográfica da Ucrânia, no entanto, tem ainda outro elemento que merece atenção: a divisa com o Mar Negro ao sul do Estado. O Mar Negro liga Moscou a mares quentes, navegáveis o ano todo, dando acesso ao Mediterrâneo através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. A Rússia, no entanto, também tem terras banhadas pelo Negro, o que poderia reduzir, em certa medida, esta vantagem do território da Ucrânia. Por outro lado, porém, Romênia e Turquia, membros da OTAN, têm vasto domínio destas águas, o que torna interessante a localização da fronteira sul ucraniana à medida em que esta concederia à Rússia maior presença militar em uma região majoritariamente dominada pelo bloco ocidental. Ademais, estima-se que há uma grande reserva de hidrocarbonetos localizada no Mar Negro, da qual poderia ser produzido cerca de 8 a 10 metros cúbicos de gás, 20% do consumo total do recurso pela economia ucraniana. Dessa maneira, uma maior presença no local significaria maior capacidade de extração.

Dessa maneira, temos a seguinte imagem da importância estratégica da Ucrânia para a Rússia:

**Tabela 11 – Importância estratégica da Ucrânia para a Rússia**

<b>INDICADOR</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Presença de gasodutos russos</b>	Sim
<b>Recursos estratégicos</b>	Sim
<b>Fronteira com UE/OTAN</b>	Sim
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 3; Não: 0</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

Diferentemente da Ucrânia, a Crimeia não conta com dutos russos atravessando seu território, o que reduz sua importância do ponto de vista do escoamento da produção da Rússia, uma das grandes características do território ucraniano. Como se tratava de território ucraniano até o momento da anexação pela Rússia também não contava com economia própria, sendo,

evidentemente, dependente de Kiev do ponto de vista econômico. Apesar desta limitação, porém, há algumas peculiaridades do mercado crimeio que nos permitem identificar características importantes para nossa análise. Nesse sentido, destacamos o peso do turismo para a economia da península, atividade que, às vésperas da anexação representava aproximadamente 50% do PIB local. Dos quase dez milhões de turistas que iam para a Crimeia à época, popular destino de férias de verão desde o período soviético, aproximadamente um terço dos visitantes vinham da Rússia. Além disso, dada a localização geográfica da região aqui analisada, esta também tem uma importante atividade portuária. Pelos portos da Crimeia passavam, até 2014, 25% das exportações russas transportadas por vias marítimas. Ainda que houvesse certa interação econômica entre Rússia e Crimeia nesse ínterim, ela não é o suficiente para nos permitir afirmar que há uma interdependência entre ambas (CRIMEA: 2014 TOURIST SEASON..., 2014; DAVYDOV, 2014).

A importância da península em termos estratégicos se dá, sobremaneira, em termos geopolíticos/securitários. Nesse contexto, o porto de Sevastopol é fundamental para compreendermos os interesses de Moscou sobre a península. Como afirma Klaus Mommsen:

Trata-se do único porto capaz realmente de acolher e proporcionar a respectiva logística à completa frota russa do Mar Negro. Para os russos, não há alternativa. Embora outra base esteja sendo construída em Novorossiysk, ao norte de Sochi, ela poderá receber só parte da frota. Além disso, Novorossiysk é uma base pequena e sem baías de proteção. Dependendo do vento, os navios que ali aportam podem ser avariados pelas ondas. Com as suas muitas baías, Sebastopol é bem diferente (MOMMSEN *apud* HÖPPNER, 2014).

Considerando, mais uma vez, o contexto de expansão ocidental e o amplo litoral turco e romeno banhados pelas águas do Mar Negro, a presença do porto em questão, onde reside a famosa Frota do Mar Negro, maior destacamento da Marinha russa, as colocações de Mommsen se tornam ainda mais relevantes. Para além da localização da península adentro do Mar Negro, podemos ainda destacar mais uma vantagem de Sevastopol para a Rússia. Como afirma Igor Davydov (2014), Moscou fez, ao longo dos anos, investimentos bilionários para a construção e a modernização de sua base militar. Uma possível realocação de toda essa estrutura, portanto, não seria apenas financeiramente onerosa, mas também geograficamente desvantajosa. Ademais, a Crimeia apresenta território próximo à Rússia. Os países são separados pelo Estreito de Kerch, que liga os mares Negro e de Azov. Tal proximidade pode ser explorada pelo Kremlin

para conectar fisicamente a península à Federação Russa<sup>78</sup>. A posse sobre a Crimeia confere, ainda, direito à reivindicação de posse russa sobre águas em ambos os mares Negro e de Azov, contenda ativa desde 2014 que, se concluída a favor de Moscou, dará à Rússia ampla presença na região.

A partir da análise dos indicadores aqui analisados, podemos condensar os interesses russos sobre a Crimeia da seguinte maneira:

**Tabela 12 – Importância estratégica da Crimeia para a Rússia**

<b>INDICADOR</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Presença de gasodutos russos</b>	Não
<b>Recursos estratégicos</b>	Sim
<b>Fronteira com UE/OTAN<sup>79</sup></b>	Sim
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 2; Não: 1</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

## 6.2 Moldávia e Transnístria

Quatro gasodutos russos passam pelo território moldavo, região de trânsito fundamental para o escoamento da produção da Rússia para os Bálcãs, a Turquia, a Grécia, a Bulgária e a Romênia. Destes dutos, contudo, três têm sua estação de bombeamento localizada em Tiraspol, fazendo com que a Transnístria tenha controle sobre a operação dos dutos. São eles: (i)

<sup>78</sup>Em 2018 os territórios foram conectados pela Ponte da Crimeia, que permite trânsito rodoviário entre Rússia e península.

<sup>79</sup>Apesar de não haver fronteira física territorial com nenhum país dos blocos citados, há a presença de águas pertencentes à Turquia e à Romênia. Por essa razão, atribuímos peso 1 para este indicador.

*Razdelnoe-Izmail*; (ii) *Şebelevka-Donetsk-Krivoi Rog-Razdelnoe-Izmail*; (iii) *Ananiev-Tiraspol-Izmail*; (iv) *Ananiev-Drochia-Cernăuți- Bogorodcean*. Devido à pouca oferta de recursos naturais, à grande dependência da economia local de fontes fósseis de energia e à ausência de opções de infraestrutura de distribuição de óleo e gás que não a russa, a Moldávia é totalmente dependente do gás de Moscou. 100% da energia consumida pelos moldavos é importada dos russos. No geral, não restrito ao âmbito energético, a Rússia, em 2012, foi o principal parceiro comercial de Chisinau, ocupando o primeiro lugar como principal destino de exportações e como fonte de importações. Entre 2012 e 2014, contudo, esforços combinados de europeus e moldavos reduziram a profundidade da dependência comercial da Moldávia em relação à Rússia. Às vésperas da anexação da Crimeia em 2014 a UE já figurava como o principal destino das exportações moldavas, seguida de perto pelos russos. Assim, à semelhança do que foi constatado na Ucrânia, Moldávia e Rússia também apresentam uma relação econômica assimétrica na qual a economia moldava é sobremaneira dependente da russa sobretudo em termos energéticos ao passo em que esta não demonstra necessitar do mercado moldavo (PARLICOV; SOITU, 2002).

### Ilustração 23 – Mapa dos gasodutos russos na Moldávia



Fonte: GAZPROM *apud* RIBEIRO, 2015

Do ponto de vista geográfico, a Moldávia faz fronteira com a Romênia a oeste e com a Ucrânia a leste. Dessa maneira, o país pode também ser compreendido como um Estado tampão pois representa uma zona limítrofe na qual de um lado estão Rússia e sua zona de influência e, do outro, o Ocidente. As investidas da UE sobre Chisinau caracterizam bem as tentativas ocidentais de expansão a leste. Em 2010, por exemplo, é assinado o *EU's Third Energy Package* entre Moldávia e UE. O acordo tinha como objetivo principal melhorar a segurança energética do país através de uma maior integração deste com o mercado europeu de forma a reduzir a dependência em relação ao gás russo. A Rússia tem, desde então, conduzido esforços para garantir que os termos do tratado não sejam implementados e, assim, manter sua influência sobre o mercado moldavo (CALUS, 2013).

Um outro interesse russo na Moldávia tem a ver com a Romênia. Como descrito anteriormente, esta conta ainda hoje com grupos que advogam por uma integração entre ambos os países. Apesar do movimento pan-romeno não ter mais força entre a maioria dos moldavos, uma possível expansão de Bucareste sobre Chisinau é um ponto de preocupação de Moscou uma vez que o acontecimento viria atrelado a uma redução na distância entre Rússia e a díade UE/OTAN. Os esforços do Kremlin para impedir que isso ocorra reforça a caracterização da Moldávia como um país tampão (CALUS, 2013).

A importância da Moldávia para os objetivos políticos russos parece se concentrar no âmbito energético e na contenção ocidental, o que é resumido a seguir:

**Tabela 13 – Importância estratégica da Moldávia para a Rússia**

<b>INDICADOR</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Presença de gasodutos russos</b>	Sim
<b>Recursos estratégicos</b>	Não
<b>Fronteira com UE/OTAN</b>	Sim
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 2; Não: 1</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

Como dito acima, 75% dos gasodutos que passam pelo território moldavo são controlados pela Transnístria, o que concede ao enclave uma importante vantagem sobre Chisinau. Outra característica da região é sua industrialização. Lá se concentra a principal malha industrial moldava, a qual foi responsável, em 2011, por aproximadamente 35% do PIB nacional. Apesar de boa parte da produção de Tiraspol ser exportado para a Moldávia (49%) e do recente aumento da venda de produtos locais para o mercado europeu<sup>80</sup>, 10% do PIB local veio de assistência financeira direta da Rússia até 2015. Há, portanto, grande dependência da Transnístria em relação à Rússia, apenas (KRAMER, 2016).

O enclave não conta com recursos naturais e/ou geográficos relevantes para a Rússia e faz fronteira apenas com a Moldávia a oeste, da qual ainda é oficialmente integrante, e com a Ucrânia a leste. Assim, do ponto de vista securitário/geopolítico, a relevância do enclave parece não surpreender. No entanto, como sugere Dmitri Trenin (2011), a manutenção do conflito por parte de Moscou objetiva, sobretudo, manter a Moldávia sob a zona de influência russa. Segundo o autor, enquanto este país tiver (i) um conflito territorial ativo; (ii) tropas russas posicionadas em sua porção leste; e (iii) uma grande dependência econômica de Moscou e de Tiraspol (esta última por conta do controle de gasodutos russos), a Moldávia não tem escolha

<sup>80</sup>Fruto da assinatura de um tratado comercial com Chisinau em 2014. O acordo liberava a venda direta de produtos da região separatista para o mercado europeu. Estima-se que desde então a UE é o destino de 35% das exportações do enclave.

que não se manter próxima da Rússia. Podemos, pois, concluir que a própria localização do enclave, dentro do Estado moldavo, torna-se essencialmente estratégica para Moscou. Além disso, por se encontrar na fronteira entre Ucrânia e Moldávia, a Transnístria pode ser interpretada, ainda, como uma área de contenção que impede que possíveis investidas de inimigos ou que processos de integração moldavos ao Ocidente se espalhem pela Ucrânia, aproximando-se assim da Rússia.

### Ilustração 24 – Mapa da Transnístria



Fonte: TRANSNISTRIA: THE NEXT EUROPEAN..., 2022

Sobre a importância da Transnístria para a Rússia, concluímos:

**Tabela 14 – Importância estratégica da Transnístria para a Rússia**

<b>INDICADOR</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>Presença de gasodutos russos</b>	Sim
<b>Recursos estratégicos</b>	Sim
<b>Fronteira com UE/OTAN</b>	Não
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 2; Não: 1</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

### 6.3 Conclusões do capítulo

Agora que analisamos separadamente quais são os interesses russos sobre nossos objetos, convém compará-los a fim de encontrar padrões e relações causais que nos ajudem a criar um quadro mais geral de como a ação política da Rússia é influenciada por fatores de natureza econômica e geopolítica.

**Tabela 15 – Comparativo do nível de importância estratégica de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria para a Rússia**

	<b>Ucrânia</b>	<b>Crimeia</b>	<b>Moldávia</b>	<b>Transnístria</b>
<b>Importância estratégica</b>	<b>Sim: 3</b>	<b>Sim: 2</b>	<b>Sim: 2</b>	<b>Sim: 2</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

A primeira evidência que nos chama a atenção é o fato de que, a partir da perspectiva adotada neste capítulo, a Ucrânia, apesar de compartilhar algumas similaridades com os outros três casos, é a principal região de interesse russo. Considerando todas as características do país, podemos sugerir que a razão de seu lugar privilegiado entre os interesses de Moscou se deve a dois fatores principais. O primeiro deles diz respeito à malha de gasodutos que se espalha pelo território ucraniano. De todos os lugares aqui analisados, a Ucrânia não somente é o que conta com o maior número de dutos sob sua jurisdição como também são estes responsáveis pelo maior volume de trânsito de gás russo. Sendo este o principal item exportado pela Rússia, e sendo a economia desta altamente dependente do comércio de hidrocarbonetos, a importância de Kiev para a manutenção do Estado russo e seu fortalecimento fica evidente. Outro fator determinante da importância ucraniana para o Kremlin é sua localização geográfica. Ao contrário dos outros casos aqui analisados, a Ucrânia é a única que faz fronteira com a Rússia, o que faz do território ucraniano uma região especialmente relevante para a segurança e a defesa russas.

Após a Ucrânia, Moldávia, Transnístria e Crimeia dividem posições razoavelmente equânimes entre os interesses do Kremlin segundo nossa classificação. Apesar da aparente similaridade entre os três, contudo, há diferenças que devem ser ressaltadas. Começamos com o caso moldavo e de sua região separatista, locais que, ao contrário da península ucraniana, contam com a passagem de gasodutos russos. Em ambos observamos a existência de uma interdependência assimétrica em termos energéticos. Enquanto o enclave controla a operação de três dos quatro gasodutos que passam por terreno moldavo, Chisinau tem apenas um sistema

de bombeamento sob sua jurisdição, conferindo-lhe lugar menos central na política econômica russa quando comparada a Tiraspol. Outra questão que demanda atenção são as relações comerciais que cada região estabelece com Moscou. Apesar de ambas serem totalmente dependentes energeticamente da Rússia, quando observamos as demais atividades econômicas, notamos uma menor dependência geral em relação à economia russa uma vez que o mercado europeu figura como importante destino de exportações para as duas regiões. Se considerarmos ainda o efeito da tutela russa sobre a Transnístria, a dependência desta em relação a Moscou se aprofunda ainda mais. Um outro ponto de distinção entre Moldávia e seu enclave é a proximidade geográfica de atores ocidentais. Enquanto a primeira faz fronteira com membro da UE e da OTAN, o segundo se localiza entre a Ucrânia e o território moldavo. Portanto, enquanto a Moldávia parece ter uma importância majoritariamente voltada a questões de segurança, funcionando como um Estado tampão, a Transnístria tem sua relevância mais concentrada em questões econômicas e políticas, fruto de sua maior concentração de gasodutos.

A Crimeia se distingue de todas as outras três regiões pois é a única que não conta com a presença de dutos russos em seu território e cuja economia não apresenta grande dependência da Rússia (ao menos até o momento da anexação em 2014). Dessa maneira, a relevância da península se dá, sobretudo, por conta do porto de Sevastopol e de sua proximidade com atores ocidentais com os quais divide as águas do Mar Negro. Assim, podemos concluir que a região é especialmente relevante para Moscou do (i) ponto de vista geopolítico/securitário, pois oferece localização privilegiada no Mar Negro e é onde reside a principal base da Marinha russa; e (ii) da perspectiva de contenção do bloco ocidental, funcionando como importante limitador do avanço deste sob a região do Mar Negro.

Do ponto de vista estratégico e econômico, ainda que haja diferenças entre o grau e a natureza da relevância estratégica de cada uma das quatro regiões para a Rússia, percebemos que todas elas apresentam características do interesse de Moscou, conectando-se diretamente aos objetivos políticos do país. Do ponto de vista energético, Ucrânia, Moldávia e Transnístria mostram-se importantes pois são parte de uma cadeia distributiva que garante o transporte do principal insumo econômico russo. Assim, essas três regiões importam porque são entrepostos indispensáveis à base econômica do projeto de grande potência do Kremlin. Esta centralidade se evidencia quando percebemos que a Rússia recorrentemente lança mão de ferramentas coercitivas para garantir que os três aceitem a adoção de medidas, acordos e posturas de seu interesse. Há, portanto, uma importante ligação entre política, energia e economia. Por outro lado, Crimeia, Moldávia e Ucrânia são importantes áreas de contenção do avanço ocidental, o

que conta com uma clara dimensão geopolítica e securitária, indispensáveis para que a Rússia atinja seu objetivo de voltar a assumir uma posição de destaque no jogo de potências mundiais. Há também, nesse contexto, uma relação muito próxima com os determinantes da russianidade tratados no capítulo anterior. Voltaremos a esta discussão mais a frente.

Se ao analisarmos a identidade de cada objeto percebemos que este indicador pode não ser suficiente para definir se há ou não interesse e possibilidade de ação por parte da Rússia, a perspectiva adotada neste capítulo parece também não ser o bastante para compreender as atitudes de Putin. Como vimos, com exceção da Ucrânia, os demais casos parecem ter importância razoavelmente parecidas para o Kremlin, o que não justificaria a opção por posturas tão distintas da parte de Moscou.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De que maneira a ideia de nação promovida por Putin explica as diferentes posturas adotadas pelo Kremlin nos casos da Crimeia e da Transnístria no contexto da crise política ucraniana de 2014?*

**Tabela 16 – Comparativo do nível de relevância de Ucrânia, Crimeia, Moldávia e Transnístria para a Rússia**

<b>Indicadores</b>	<b>Ucrânia</b>	<b>Crimeia</b>	<b>Moldávia</b>	<b>Transnístria</b>
<b>Memórias compartilhadas</b>	Sim	Sim	Não	Não
<b>Relações com Ocidente</b>	Não	Sim	Não	Sim
<b>Pertencimento ao mundo russo</b>	Não	Sim	Não	Sim
<b>Presença de gasodutos russos</b>	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Recursos estratégicos</b>	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Fronteira com UE/OTAN</b>	Sim	Sim	Sim	Não
<b>TOTAL</b>	<b>Sim: 4</b>	<b>Sim: 5</b>	<b>Sim: 2</b>	<b>Sim: 4</b>

Fonte: elaboração própria, 2022

Crimeia e Transnístria têm diferenças importantes quanto ao grau de russianidade que apresentam. Enquanto a península apresenta as três características aqui analisadas, o enclave moldavo conta com duas. Esta primeira distinção quantitativa já poderia, por si mesma, indicar uma assimetria no grau de identificação da Rússia em relação a cada local, o que, como vimos, tem relação direta com os mecanismos de ação do orientalismo russo. Porém, se analisarmos os pormenores da identidade de cada lugar, encontraremos ainda mais elementos que corroboram o distanciamento entre os dois. Nesse sentido, a ausência de memórias

compartilhadas entre Rússia e Transnístria ganha destaque. Como demonstra Olga Malinova (2017), a reencenação de momentos históricos como a Grande Guerra Patriótica e a celebração do passado demonstra a centralidade da memória na política russa.

As políticas de memória moldaram e impulsionaram a violência atual na Ucrânia de maneiras importantes e complexas. A justificativa ideológica para a agressão russa contra o incipiente Estado ucraniano baseou-se fortemente em alegações sobre a memória do passado, e a atual guerra na Ucrânia é rotineiramente imaginada, narrada e justificada como uma continuação da Segunda Guerra Mundial (...) No atual conflito russo-ucraniano, estamos testemunhando o surgimento e, em alguns casos, o cultivo do que equivale a uma nova temporalidade na qual elementos do passado e do presente se fundem e o tempo histórico linear entra em colapso<sup>81</sup> (MALINOVA, 2017, p. 5, tradução nossa).

Malinova (2017) demonstra como o uso de instrumentos ligados à memória cresceu desde as vésperas do conflito até os anos que se seguiram após a anexação da Crimeia. Sobre isso, é importante destacar os esforços do Kremlin em relação à produção científica e à reestruturação da educação nacional. Nesse contexto, ganham força versões da história que concedem uma importância exagerada a eventos específicos, como conquistas imperiais, avanços tecnológicos e vitórias militares. É o caso, por exemplo, da Grande Guerra Patriótica, que, segundo a autora, é reforçada como uma fundação cultural do eslavismo uma vez que a vitória é atribuída aos *fronts* da Ucrânia, de Belarus e do oeste russo. Para além do sistema de ensino, estas memórias, e outras mais, são também celebradas e reencenadas de outras maneiras. Feriados nacionais, festas populares e construção de monumentos, são alguns dos instrumentos usados pelo Kremlin para reforçar a atualidade destes episódios e daquilo que todos eles representam: a superioridade russa e a glória do Estado. Há, dessa maneira, uma clara aproximação entre estas memórias selecionadas, bem como a maneira com que são recontadas, e a noção de excepcionalismo russo que é retomada por Putin sobretudo a partir de 2012. O papel desta (re)memorização tem dois grandes objetivos: (i) criar o marco histórico que determina quem é o mundo russo, ou seja, os povos que, mesmo que habitando fora dos limites

---

<sup>81</sup>Do original: “Memory politics have shaped and driven the current violence in Ukraine in important and complex ways. The ideological justification for Russian aggression against the fledgling Ukrainian state has been based heavily on claims about the memory of the past, and the current war in Ukraine is routinely imagined, narrated, and justified as a continuation of World War II (...) In the current Russian–Ukrainian conflict, we are witnessing the emergence and in some cases the cultivation of what amounts to a new temporality in which elements of past and present are fused together, and linear historical time collapses”.

da Federação Russa, são parte dela; e (ii) demonstrar a grandeza do Estado<sup>82</sup>, a qual permite que este assuma seu lugar de direito entre as potências globais.

O excepcionalismo russo que se constrói e se fortalece através desses mecanismos de memória tem relação, ainda, com outro elemento central: a legitimação do direito de intervir em outros Estados. Partindo da ideia de mundo russo, Moscou extrapola o âmbito jurídico-territorial do Estado e clama direito sobre povos que habitam outras jurisdições e afirma seu dever de os defender. O excepcionalismo, portanto, legitima o discurso que é a base moral do orientalismo russo: a salvação dos povos russo/eslavos. Os afetos ligados às memórias, portanto, são elementos centrais para a construção deste sentimento de pertencimento e tutela por parte da Rússia. Se retomarmos o caso da Crimeia, isso fica evidente. Como demonstrado em outros momentos, afetos ligados ao passado são centrais nos discursos de Putin. É deles que surge a legitimação da intervenção, cuja moralidade está fixada na memória. E essa mesma legitimidade é reproduzida também na região anexada. Se de início o Kremlin implementa um projeto de lembrança e esquecimento dentro do seu próprio Estado, esse projeto é posteriormente exportado para o local para o qual o orientalismo russo se direciona.

Dessa maneira, quando tratamos da Crimeia, temos: (i) a forte presença da península no imaginário e historiografia oficial da Rússia; (ii) uma composição etnolinguística na qual a etnia russo/eslava, a ortodoxia, e o idioma russo são altamente disseminados; e (iii) alinhamento externo à Rússia em oposição à ocidentalização. Do outro lado, na Transnístria, há a ausência do primeiro elemento. Considerando a centralidade dos afetos das memórias para a construção do projeto político do Kremlin, concluímos que há uma diferença fundamental do lugar ocupado por cada região na agenda russa. Ainda que Tiraspol tenha sim elementos de russianidade que justifiquem um interesse de Moscou no âmbito discursivo/identitário, falta-lhe um fator primordial: a história. Há, portanto, a definição de diferentes níveis de influência russa sobre Crimeia e Transnístria. No que diz respeito à primeira, dado seu nível de similaridade identitária e sua relevância para o próprio discurso político que embasa o comportamento da Rússia, há interesse na anexação e meios de justificá-la. Já à segunda é concedida uma ação diferenciada, diluída em forma de uma tutela político-econômica, decisão esta que coaduna com o grau de russianidade do enclave e com sua relevância para Moscou.

---

<sup>82</sup>Esta está atrelada à ortodoxia, ao mito da Terceira Roma, à grandiosidade do império e da URSS entre outros elementos já mencionados no capítulo 2.

Do ponto de vista estratégico, temos uma semelhança importante que é o número de indicadores observados em cada região: 2. Em um primeiro momento, isso pode parecer indicar que a razão que levou a Rússia a optar por abordagens distintas em cada local se deve exclusivamente a questões relativas à identidade e ao discurso político, já que o grau de russianidade seria a única distinção entre Crimeia e Transnístria. Porém, há diferenças qualitativas interessantes entre as regiões aqui analisadas no campo geopolítico-econômico. As vantagens oferecidas pela Crimeia são duas: acesso (i) privilegiado ao Mar Negro e (ii) ao porto de Sevastopol. A primeira concede ao Kremlin terreno estratégico para fazer frente às frotas da OTAN no Mar Negro. Além disso, como já mencionado, a península está localizada em uma região que conta com uma formação geográfica muito vantajosa em termos de navegação e construção de estrutura portuária, o que a torna ainda mais interessante quando pensamos no posicionamento de tropas e armamentos. O segundo elemento, a presença da Frota do Mar Negro, é também indispensável a Moscou pois representa o mais importante destacamento da Marinha russa. Além de uma localização privilegiada e da ameaça da proximidade de frotas da OTAN, portanto, a Crimeia garante à Rússia acesso à infraestrutura de Sevastopol e a manutenção da Frota do Mar Negro em terreno estratégico.

Já a Transnístria oferece um terreno interessante pois apresenta gasodutos russos passando por suas terras e se encontra entre Moldávia e Ucrânia, países cujas intenções pró-Occidente preocupam a Rússia. Dessa forma, o enclave moldavo representa uma espécie de zona tampão. A geografia, contudo, representa, nesse caso, uma vantagem limitada já que a Moldávia não tem território contíguo à Rússia e tem fronteira com a Ucrânia em demais lugares ao longo de sua extensão, o que faz com que a Transnístria não seja indispensável em uma possível ofensiva em direção à Ucrânia ou à Rússia. Assim, a possível atuação do enclave como um empecilho a um avanço ocidental tem sua importância relativamente reduzida.

A Crimeia, nesse sentido, concede à Rússia vantagens que nos parecem mais importantes, o que justifica um maior interesse estratégico do Kremlin na península. Ademais, se considerarmos o volume de gás transportado pelos dutos que passam pela Transnístria, parece-nos que a centralidade desta para os interesses de Moscou pode ser novamente relativizada por duas razões principais: (i) a infraestrutura localizada no enclave não é parte da rota de transporte principal da *commodity* russa; e (ii) os gasodutos estão atualmente localizados em um território que é aliado a Moscou. Não questionamos aqui a importância da presença destes dutos, eles corroboram sim uma importante razão pela qual o Kremlin tem interesses na região. Contudo, é importante manter em mente a descrição qualitativa desta malha de

transporte para que não a equiparemos com aquela que está presente em solo ucraniano. Contudo, apesar da assimetria entre as regiões sob análise, os interesses de Moscou sobre Tiraspol não são injustificados. Para além dos dutos, há um outro elemento que nos permite compreender demais facetas da decisão do Kremlin: a Transnístria, apesar de ser um Estado *de facto*, é oficialmente parte da Moldávia, país dependente economicamente da Rússia e que vem se aproximando da UE e da OTAN.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que uma possível anexação da região separatista deixaria Chisinau em alerta máximo, o que aumentaria a probabilidade de ocorrência de algum dos seguintes eventos: (i) a Moldávia buscaria agilizar o processo de integração aos blocos ocidentais; e/ou (ii) os movimentos que pedem pela anexação à Romênia ganhariam força. Ambos os desdobramentos de uma hipotética anexação decorreriam da necessidade moldava de busca por segurança e implicariam na redução da influência de Moscou sobre o país, o que contraria os objetivos do Kremlin. Ademais, a manutenção da disputa dificulta a entrada da Moldávia na UE, uma vez que a existência de conflitos territoriais ativos é um fator impeditivo da plena aceitação de um novo membro no bloco. Assim, a manutenção de tropas russas em Tiraspol e as constantes ajudas enviadas por Moscou aos separatistas é uma maneira de dificultar uma nova expansão ocidental em direção à Rússia. Os riscos envolvidos em uma possível anexação da Transnístria são altos e, considerando a capacidade de legitimação da ação por parte de Moscou e os benefícios oferecidos pelo enclave, podemos compreender o cálculo por trás da decisão de Putin e seu grupo. É melhor garantir a sustentação do regime de Tiraspol e, assim, perpetuar a influência russa sobre a Moldávia do que se desgastar politicamente por uma região que não é central para a economia e para o projeto político da Rússia.

Por outro lado, Ucrânia e Crimeia estão inseridas em um contexto completamente distinto. Ambas têm posição central no discurso político da Rússia. Desde a Rus Kievana até o fim da URSS, a Ucrânia foi parte do Estado russo, narrativa sustentada pelo Kremlin a despeito do fato de que se trata de uma interpretação válida apenas para uma parte do território ucraniano. O nascimento da Rússia, a adoção do eslavismo, as expansões imperiais, a vitória em grandes batalhas, muitos dos grandes marcos históricos da Rússia têm algum tipo de ligação com a Ucrânia. Para além das memórias compartilhadas, há o compartilhamento de características etnolinguísticas e culturais. Do ponto de vista estratégico, a Ucrânia é o principal foco de interesse do Kremlin: o país representa uma porta para o Ocidente, é por ela que passam os

principais dutos russos, há fronteira física entre os Estados. Há, portanto, elementos o suficiente que justifiquem o interesse de Moscou sobre a Ucrânia.

Ao contrário do que ocorre na Moldávia, portanto, a Ucrânia é indispensável na formação da identidade da Rússia e na definição de sua agenda, o que faz do país imprescindível para a política de grande potência de Putin. Quando se deu a anexação da Crimeia, havia um risco razoavelmente grande de que os movimentos pró-Occidente e anti-Rússia que tomaram Kiev em 2014 se alastrassem para outras regiões do país. Quando Putin declara a anexação, esse sentimento nacionalista ainda tinha sua força contida em áreas a oeste e centro da Ucrânia, mas com a deposição de Yanukovich o risco aparente de perder terreno no restante do Estado cresceu. Armou-se um tabuleiro no qual, de um lado, havia o perigo de não contenção do nacionalismo ucraniano, fato que, se considerarmos a revolução de 2004 e os eventos de 2014, parecia não ter baixa probabilidade; e, do outro, havia os custos políticos envolvidos na anexação (sanções, crescimento de russofobia, aumento da rivalização com Kiev), os quais, apesar de altos, viriam com a certeza de que a Crimeia permaneceria parte do mundo russo. Um reduto da Rússia em meio à importante Ucrânia. Ao contrário daquilo que vimos na Moldávia, o governo russo manteve a via da anexação, mostrando que havia mais valor na manutenção dos interesses russos (identitários e materiais) do que na prevenção de possíveis perdas materiais vindas da decisão do Kremlin.

Desde que assumiu a presidência da Rússia, Vladimir Putin tem como objetivo central retomar a grandeza do país e seu lugar na política internacional. Ao retornar ao cargo em 2012, porém, a busca por esta meta ganha novos contornos. Para além de uma maior rivalização com o Ocidente, o Kremlin concede às memórias e aos afetos por elas gerados centralidade ainda maior e cria uma forte aliança com a Igreja Ortodoxa, passando a politizar assuntos diversos, como sexualidade e família. Essa mudança no comportamento do Estado gera algumas consequências importantes. A primeira delas diz respeito à agudização da noção de excepcionalismo russo do qual emana o direito à alcunha de grande potência e o dever de salvar seus compatriotas, os quais passam a ser entendidos sobretudo a partir de um léxico étnico. Assim, ao fazer referência ao mundo russo, Putin fala de povos dentro e fora do território da Federação, revestindo a nação com um manto afetivo/memorativo e, assim, extrapolando as fronteiras do Estado russo. Esse povo dividido deve, pois, ser cuidado pela Mãe Rússia e, quando preciso, deve ser por ela salvo. Daí o orientalismo russo, o resultado de uma (i)

essencialização desses povos somada ao (ii) excepcionalismo que concede ao Kremlin o direito e o dever de salvá-los.

É no seio desse projeto político que se dá a anexação da Crimeia. A península, além de conferir vantagens geopolíticas que também compõe o interesse da Rússia em sua busca por tornar-se uma grande potência, ocupa lugar central nesse discurso de nação e Estado. Enquanto parte da Ucrânia, a Crimeia compõe a grande irmã de Moscou, com quem os russos compartilham histórias, memórias, etnia, fé, cultura. Trata-se de uma região que faz parte de um Estado indispensável para a Rússia sonhada por Putin e seus apoiadores. Nesse contexto, a Crimeia tem também suas próprias singularidades que em muito interessam ao Kremlin não só por seus recursos, mas também por sua identidade. A russianidade crimeia a aproxima da Rússia. Já Moldávia e Transnístria não possuem posição semelhante na agenda de Moscou pois, quando comparadas às outras duas regiões, não apresentam vantagens geopolíticas tão elementares e são, do ponto de vista identitário, muito mais dispensáveis. Na realidade, Chisinau e Tiraspol apresentam maior relevância estratégica que discursiva, o que afeta não somente o interesse russo sobre ambos, mas que também compromete a legitimação de qualquer aventura mais assertiva do Kremlin sobre qualquer um dos locais. O *modus operandi* do orientalismo russo, portanto, é compatível apenas com Ucrânia e Crimeia. Moldávia e Transnístria continuam a ser locais de interesse da Rússia, contudo, a ação de Moscou sobre ambas dar-se-á de formas distintas. Como sugere Gerard Toal (2017) acerca da anexação de 2014: “Isso sugere que sua decisão não foi inerentemente sobre a segurança da base naval, mas sobre o resgate da Crimeia, e que enredos afetivos, mais do que interesses geoestratégicos estreitos, impulsionaram a anexação<sup>83</sup>” (TOAL, 2017, p. 216, tradução nossa).

O medo gerado pela expansão agressiva do Ocidente sobre sua zona de interesse, e sobre seu próprio Estado, portanto, foi o estopim necessário para que Putin calculasse sua ação tendo como base a arquitetura política local que foi aqui demonstrada. A anexação, portanto, dá-se como uma reação a uma ameaça clara e significativa e se configura a partir do entrelaçamento dos interesses do Kremlin, do grau de russianidade de cada território e da relevância estratégica de cada região. O âmbito externo, assim, é sobredeterminante na tomada de decisão russa. A

---

<sup>83</sup>Do original: “These suggest his decision was not inherently about securing the naval base but about rescuing Crimea, and that affective storylines, more than narrow geostrategic interest, drove the annexation”.

forma escolhida para esta é, por outro lado, fruto de questões que se confundem entre o passado, o presente e o futuro da Rússia.

Ainda que não tenha sido o objetivo deste trabalho detectar se há pesos diferentes para cada um dos indicadores aqui analisados, alguns dos fatores considerados parecem ser sobredeterminantes na formulação do interesse e da forma de ação da Rússia. Para nos atermos brevemente a esta reflexão como forma de pensar possíveis futuros para este estudo, extrapolaremos brevemente os limites temporais desta pesquisa. Assim, pensemos nos eventos que tomaram a Ucrânia em 2022. Se considerarmos equânimes a capacidade de influência dos nossos indicadores na formulação da agenda russa teremos ambas Ucrânia e Transnístria compartilhando um mesmo nível de interesse russo. Ora, se todos os indicadores tivessem a mesma influência sobre o resultado, a região separatista também deveria ser anexada aos moldes da Crimeia ou ao menos ser incluída nos esforços de guerra. A ausência de ambas as alternativas parece sugerir uma assimetria na relevância dos indicadores, diferença que já fora de certa maneira antecipada ao longo de nossas discussões. Ao comparar Transnístria e Crimeia à luz do papel econômico e geopolítico de ambas, por exemplo, vimos que a península, a despeito de compartilhar o mesmo número de indicadores geopolítico/econômicos, dá à Rússia vantagens mais diversas e qualitativamente superiores do que aquelas encontradas no enclave moldavo. Ademais, considerando as características identitárias, apesar da Crimeia apresentar maior nível de russianidade, sua centralidade na leitura de Moscou parece ser muito superior à da Transnístria, que apresenta dois de três indicadores<sup>84</sup>.

Vantagens econômicas e geopolíticas são clássicos componentes dos interesses de qualquer Estado. No caso da Rússia, fazem-se particularmente importantes por conta da política de grande potência desempenhada por Putin e pela insegurança causada pela sistemática e crescente expansão ocidental em direção a Moscou. Crimeia e Transnístria, nesse contexto, apesar de suas diferenças, oferecem importantes recursos ao Kremlin. A primeira, contudo, parece ser foco de maior interesse sobretudo por conta de sua localização, que a um só tempo concede à Rússia (i) acesso privilegiado ao Mar Negro e à sua frota e (ii) presença física na Ucrânia. A materialidade das razões da anexação, porém, parecem não bastar para que respondamos à nossa pergunta, daí a mudança para uma análise que se debruça sobre o Estado a partir de uma perspectiva diferente, que considera o papel de memórias e afetos na formação

---

<sup>84</sup>Estudos mais detalhados acerca do protagonismo de cada variável na determinação da possibilidade de interferência russa ainda devem ser realizados para que possamos validar ou descartar as suposições aqui indicadas.

não só do Estado, mas de seu comportamento. A contemporaneidade do passado leva à construção de uma Rússia que, em última instância, atrela sua própria existência no sistema internacional ao atingimento dos seus desejos de grandiosidade. Estes, por fim, traduzem-se em conceitualizações de Estado, nação e ação que se amalgamam em uma espécie de comportamento afetivo que questiona os limites estatais, um tipo de orientalismo particular que se direciona ao incerto mundo russo. (Des)afeto e dominação.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Gabriel P. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- AGADJANIA, Alexander. Tradition, morality and community: elaborating Orthodox identity in Putin's Russia. **Religion, State and Society**: 2017.
- ALVES, Fernanda Barreto. **Memory Matter(s): Assembling Memorials in Post-genocide Rwanda**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. 249 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, 2018.
- ANDERSEN, Andre. An outline of Moldovan history. **Conflicts**: 2005. Disponível em: <[http://www.conflicts.rem33.com/images/moldova/mold\\_his\\_2.htm](http://www.conflicts.rem33.com/images/moldova/mold_his_2.htm)>. Último acesso: 10 jul. 2022.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- ARAUJO, Edson José. Acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia. **Ceiri News**: 2019. Disponível em: <<https://ceiri.news/acirramento-das-tensoes-entre-russia-e-ucrania/>>. Último acesso: 9 jul. 2022.
- ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- ASHLEY, Richard. 'Living on Border Lines: Man, Poststructuralism, and War'. In DER DERRIAN, James; SHAPIRO, Michael (eds). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Lexington: Lexington Books, 1989.
- BAITELLO JÚNIOR, Norval. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 1997.
- BEBLER, Anton. Crimea and the Russian-Ukrainian conflict. **Romanian Journal of European Affairs**: vol.15, n.1, 2015, p. 35-54.
- BRIK, Tymofii. Wages of male and female domestic workers in the Cossack Hetmanate: Poltava, 1765 to 1769. **Economic History of Developing Regions**: vol.33, n.2, 2018.
- BLAKKISRUD, Helge; KOLSTO, Pål. From Secessionist Conflict Toward a Functioning State: Processes of State- and Nation-Building in Transnistria. **Post-Soviet Affairs**: vol.27, 2011.
- BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Problematizing the Ultimate Other of Modernity: The Crystallisation of Coloniality in International Politics. **Contexto Internacional**: vol. 41, n.3, 2019.

BOLGOVA, Irina; ISTOMIN, Igor. Transnistrian strategy in the context of Russian-Ukrainian relations: the rise and failure of 'dual alignment'. **Southeast European and Black Sea Studies**: vol.16, n.1, p. 169-194, 2016.

BONÁS, Daniel. **República Das Duas Nações (1619)**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/República\\_das\\_Duas\\_Nações#/media/Ficheiro:Rzeczpospolita\\_2nar.pt.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/República_das_Duas_Nações#/media/Ficheiro:Rzeczpospolita_2nar.pt.png)>. Último acesso: 01 ago. 2022.

BORDIEU, Pierre. **In Other Words**: essays towards a reflective sociology. Tradução por M. Adamson. Cambridge: Polity, 1990.

BRAUN, Julian. Qual o papel da Otan no confronto entre Rússia e Ucrânia? **BBC**: 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>>. Último acesso: 05 ago. 2022.

BRUBAKER, Rogers. Nationhood and the National Question in the Soviet Union and Post-Soviet Eurasia: An Institutional Account. **Theory and Society**: vol.23, n.1, 1994.

BRZEZINSKI, Zbigniew. The premature partnership. **Foreign Policy**: 1994. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/49687/zbigniew-brzezinski/the-premature-partnership>>. Último acesso: 12 jul. 2022.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. São Paulo: Edipro, 2014.

CALUS, Kamil. An aided economy: The characteristics of the Transnistrian economic model. **Centre of European Studies**: n.108, 2013. Disponível em: <[http://www.osw.waw.pl/sites/default/files/commentary\\_108.pdf](http://www.osw.waw.pl/sites/default/files/commentary_108.pdf)>. Último acesso: 16 ago. 2022.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1992.

CARUTH, Cathy. Parting words: Trauma, silence and survival. **Cultural Values**: vol.5, n.1, 2001.

CHERNIAVSKY, Michael. "Holy Russia": a study in the history of an idea. **American History Review**: vol.63, n.3, 1958.

CHEVTCHEENKO, Nikolai. Por que era tão perigoso viver na Rússia na década de 1990? **Russia Beyond**: 2018. Disponível em: <<http://www.google.com/amp/s/br.rbth.cpm/historia/80607-por-que-era-cao-periogosa-russia-anos-90/amp>>. Último acesso: 20 ago. 2022.

COJOCARU, Natalia. Nationalism and identity in Transnistria. **Innovation**: vol.19, nos.3/4, 2006.

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In. COX, Robert; SINCLAIR, Timothy. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge, 1996.

CRIMEA: 2014 TOURIST SEASON HEADING FOR THE ROCKS. **Eurasianet**: 2014. Disponível em: <<https://eurasianet.org/crimea-2014-tourist-season-heading-for-the-rocks>>. Último acesso: 17 ago. 2022.

ÇAPAN, Zeynep Gülşah. Enacting the International/ Reproducing Eurocentrism. **Contexto Internacional**: vol.39, n.3, 2017.

DAVYDOV, Igor. **The Crimean Tartars and their influence on the “Triangle of conflict”**: Russia- Crimea-Ukraine. Smashwords edition: 2014. Disponível em: <<https://calhoun.nps.edu/handle/10945/4255>>. Último acesso: 07 jun. 2022.

DER DERRIAN, James; SHAPIRO, Michael (eds). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Lexington: Lexington Books, 1989.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Tradução por Maria Beatriz da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DEREVECKI, Raquel. A Rússia já quis entrar na OTAN? Conheça a história do Tratado do Atlântico Norte. **Gazeta do Povo**: 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/a-russia-ja-quis-entrar-na-otan-conheca-a-historia-do-tratado-do-atlantico-norte/>>. Último acesso: 26 out. 2022.

DEVYATKOV, Andrey. Russian Policy Toward Transnistria: between multilateralism and marginalization. **Problems of Post-Comunism**: vol.59, n.03, 2012.

DIAS, Vanda Amaro. The EU's post-liberal approach to peace: framing EUBAM's contribution to the Moldova-Transnistria conflict transformation. **European Security**, vol. 22, n.3, p. 338- 354, 2013.

DISCURSO VLADIMIR PUTIN 21 FEVEREIRO 2022. **DefesaNet**: 2022. Disponível em: <[https://www.defesanet.com.br/us\\_ru\\_otan/noticia/43694/IMPORTANTE---Discurso-Vladimir-Putin-21-Fevereiro-2022/](https://www.defesanet.com.br/us_ru_otan/noticia/43694/IMPORTANTE---Discurso-Vladimir-Putin-21-Fevereiro-2022/)>. Último acesso: 05 mai. 2022.

EDKINS, Jenny. “Remembering Relationality: Trauma Time and Politics”. In: BELL, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. United Kingdom: Palgrave, 2006.

EGGERT, Konstantin. Opinião: Putin e sua história fictícia da Ucrânia. **Deutsche Welle**: 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/opinião-putin-e-sua-história-fict%C3%ADcia-da-ucr%C3%A2nia/a-58307613>>. Último acesso: 24 out. 2021.

EMTSEVA, Julia; EMTSEV, Paul. Why 2+4 Does Not Always Add Up: In Search of NATO’s Non-Enlargement Promises. **OpinioJuris**: 2022. Disponível em: <<http://opiniojuris.org/2022/03/11/why-24-does-not-always-add-up-in-search-of-natos-non-enlargement-promises/>>. Último acesso: 17 out. 2022.

KIEVAN RUS. **Encyclopedia Britannica**: 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Kyivan-Rus>>. Último acesso: 19 out. 2021.

EXPANSION OF RUSSIA, 1300–1796. **Encyclopaedia Britannica**: 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Catherine-the-Great>>. Último acesso em: 25 ago. 2022.

ERICSON, Richard E; ZEAGER, Lester A. Ukraine Crisis 2014: A Study of Russian-Western Strategic Interaction. **Peace Economics, Peace Science and Public Policy**: vol.21, n.2, 2015.

EUROPEAN UNION MAPS. **BBC**: 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-24367705>>. Último acesso: 10 set. 2021.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: Reflexões introdutórias. [S.l.]: Editora Claraluz, 2007.

FIERKE, K.M. “Bewitched by the Past: Social Memory, Trauma and International Relations”. In: BELL, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. UK: Palgrave, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Layola, 2000.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin**: Vectores estruturantes de política externa. Coimbra: 191 Almedina, 2011.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. Traduzido por Jayme Salomão. In: **História do Movimento Psicanalítico**: Artigos Sobre a Metapsicologia e Outros Trabalhos. Rio de Janeiro: Imago (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud), 1996.

PUTIN ELOGIA O ISLÃ AO INAUGURAR GRANDE MESQUITA DE MOSCOU. **G1**: 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/putin-elogia-o-islã-ao-inaugurar-grande-mesquita-de-moscou.html>>. Último acesso: 22 out. 2021.

GHINEA, Cristian. Integrating Ukraine and Moldova in EU's energy security plans. **European Policy Center Commentary**: 2014.

GLEASON, Abbott. **A Companion to Russian History**. London: Blackwell Publishing, 2009.

GLEN, Stephanie. Large Enough Sample Condition. **Statistics How To**: 2022. Disponível em: <<https://www.statisticshowto.com/large-enough-sample-condition/>>. Último acesso: 28 jun. 2022.

GÖTZ, Elias. It's Geopolitics, Stupid: Explaining Russia's Ukraine Policy. **Global Affairs**: vol.1, n.1, 2015.

GREENFELD, Liah. **Nationalism**: Five Roads to Modernity. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

HANSEN, Lene. **Security as practice**: discourse analysis and the Bosnian war. New York: Routledge, 2006.

HAUSWEDELL, Charlotte. Moldova: Returning to Bessarabia. **DW**: 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/moldova-returning-to-bessarabia/a-17824680>>. Último acesso: 29 jul. 2022.

HITCHINS, Keith Arnold; LATHAM, Ernest; SUKHOPARA, Fyodor Nikolayevich; BUCKMASTER, Barbara. Moldova. **Encyclopedia Britannica**: 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Moldova>>. Último acesso: 12 ago. 2022.

HÖPPNER, Stephanie. "Porto de Sebastopol é imprescindível para a Rússia", diz analista. **DW**: 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/porto-de-sebastopol-é-imprescind%C3%ADvel-para-a-r%C3%BAssia-diz-analista/a-17500256>>. Último acesso: 10 ago. 2022.

HUTCHESON, Derek S; PETERSSON, Bo. Shortcut to Legitimacy: Popularity in Putin's Russia. **Europe-Asia Studies**: vol.68, n.7, 2016.

IGLESIAS, Julien Danero. Eurovision song contest and identity crisis in Moldova. **Nationalities Papers**: vol. 43, n. 2, p. 233-247, 2015.

INTERNATIONAL. **US Energy Information Administration**. Disponível em: <<https://www.eia.gov/international/overview/world?fips=RS>>. Último acesso: 07 ago. 2022.

INTERRELIGIOUS COUNCIL. Заявление Межрелигиозного Совета России О Свободе Слова И Оскорблении Чувств Верующих [Declaração do Conselho Inter-religioso da Rússia sobre a Liberdade de Expressão e sobre Ofender os Sentimentos dos Crentes]. **Patriarchia**: 2015. Disponível em: <[www.patriarchia.ru/db/text/3966511.html](http://www.patriarchia.ru/db/text/3966511.html)>. Último acesso: 15 set. 2021.

JACKSON, Patrick Thaddeus. Forum Introduction Is the state a person? Why should we care? **Review of International Studies**: vol.30, p. 255–258, 2004.

KALJURAND, Riina. Russian influence on Moldovan politics during the Putin Era (2000-2008). **International Centre for Defense Studies**: 2008. Disponível em: <<http://www.icds.ee/fileadmin/failid/Riina%20Kaljurand%20-%20%20Russian%20influence%20on%20Moldovan%20politics%20during%20the%20Putin%20era%20%282000-2008%29.pdf>>. Último acesso: 02 jul. 2022.

KASHI, David. Could Moldova be the next Crimea? Ethnic Russians in Transnistria call on Moscow for accession. **International Business Times**: 2014. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/could-moldova-be-next-crimea-ethnic-russians-transnistria-call-moscow-accession-1562140>>. Último acesso: 21 out. 2021.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**: vol.32, n.4, p. 379-396, 1988.

KING, Charles. **The Moldovans**: Romania, Russia, and the politics of culture. Stanford: Hoover Press, 2000.

KNIGHT, Nathaniel. Grigor'ev in Orenburg, 1851-1862: Russian Orientalism in the Service of Empire? **Slavic Review**: vol.59, issue 1, 2000.

KNOTT, Eleanor. Do Crimeans see themselves as Russian or Ukrainian? It's complicated. **Washington Post**: 2015. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/12/03/do-crimeans-see-themselves-as-russian-or-ukrainian-its-complicated/>>. Último acesso: 30 ago. 2022.

KOSIENKOWSKI, Marcin Kosienkowski. The 2006 Sovereignty Referendum in Transnistria: A Device for Electoral Advantage. **Ethnopolitics**: 2021, DOI: 10.1080/17449057.2021.1953317.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KUBICEK, Paul. **The History of Ukraine**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2008.

KUZIO, Taras. Post-Soviet Ukrainian Historiography in Ukraine. **Internationale Schulbuchforschung**: vol.23, n.1, 2001.

KUZIO, Taras. **Ukraine – Crimea – Russia: Triangle of Conflict**. Stuttgart: Verlag, 2014.

LACLAU, Ernest. & MOUFFE, Chantall. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Londres: Verso, 1985.

LAURELLE, Marlene. “Russia as an anti-liberal European civilisation”. In: GOODE, J. Paul. **The new Russian nationalism: imperialism, ethnicity and authoritarianism 2000–2015**. 2017.

ATTITUDES TOWARDS MIGRANTS. **Levada Center**, 2017. Disponível em: <<https://www.levada.ru/en/2017/05/29/attitudes-toward-migrants/>>. Último acesso: 15 jun. 2022.

MALINOVA, Olga. Political Uses of the Great Patriotic War in Post-Soviet Russia from Yeltsin to Putin. In: FEDOR, Julie; KANGASPURO, Markku; LASSILA, Jussi; ZHURZHENKO, Tatiana (eds). **War and Memory in Russia, Ukraine and Belarus**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

MAPA DA UCRÂNIA ETNOLINGUÍSTICO. **R7**. Disponível em: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140303-Crimea/assets/mapa02x680.jpg>. Último acesso em: 05 jul. 2022.

MÁRMORA, Leopoldo. **El Concepto Socialista de Nación**. México: 96 Cuadernos de Pasado y Presente, 1986.

MAXIMOVA, Olga Aleksandrovna; BELYAEV, Vladimir Aleksandrovich. Generational Indigenation in a Multi-Ethnic and Multi-Religious Society (Tatarstan, Russia). **Opción: Revista de Ciencias Humanas y Sociales**: n.84, 2017.

MIROVALEV, Mansur. The devastating human, economic costs of Crimea’s annexation. **Al Jazeera**, 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/5/21/the-devastating-human-economic-costs-of-crimeas-annexation>>. Último acesso: 15 ago. 2021.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOTTA, José Flávio; LOPES, Luciana Suarez. “Nenhum Milímetro”!1 A Paz de Brest-Litovsk Segundo Victor Serge. **Economia & História: crônicas de história econômica**: 2016. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1888657/mod\\_resource/content/1/Nenhum%20mil%20C3%ADmetro%21.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1888657/mod_resource/content/1/Nenhum%20mil%20C3%ADmetro%21.pdf)>. Último acesso: 22 ago. 2022.

MATSUZATO, Kimitaka. Domestic Politics in Crimea, 2009-2015. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization**: vol.24 n.2, 2016.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**: vol.93, n.5, 2014.

MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. Détente e Détentes na Época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). **Revista Esboços**: vol.21, n.32, p. 138-158, 2015.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. O sujeito nas Relações Internacionais: um problema epistemológico. **Universitas Relações Internacionais**: vol.13, n.1, 2015.

NEUMANN, Iver. **Russia and the Idea of Europe**: a study in identity and international relations. New York: Routledge, 2003.

NEUMANN, Iver. Beware of Organicism: the Narrative Self of the State. **Review of International Studies**, 30, 259–267, 2004.

NOVO GOVERNO ALEMÃO AMEAÇA NÃO APROVAR GASODUTO NORD STREAM 2. **Frontliner**: 2021. Disponível em: <<https://www.frontliner.com.br/novo-governo-alemao-ameaca-nao-aprovar-gasoduto-nord-stream-2/>>. Último acesso: 19 ago. 2022.

NUNES, João Horta. Questões metodológicas em Guerra e paz: Causação, agência e refiguração. **Tempo Social**: vol.28, n.1, 2016.

NYE, Joseph. Soft Power. **Foreign Policy**: vol. 80, 1990.

NYGREN, Bertil. **The Rebuilding of Greater Russia**: Putin's Foreign Policy towards the CIS Countries. New York: Routledge, 2007.

O'LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard; KOLOSOV, Vladimir. Who identifies with the "Russian World"? Geopolitical attitudes in southeastern Ukraine, Crimea, Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria. **Eurasian Geography and Economics**: 2017.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do Sujeito Negro e a Negação de Raça na Produção Acadêmica em Relações Internacionais no Brasil. **Monções**: Dourados, vol.8. n.15, 2019.

OLIVEIRA, Jéssica da Silva C. de. Repensando a Fronteira entre Oriente e Ocidente: Encontros Culturais, Narrativa e Transgressão nos Escritos de Fatema Mernissi. **Monções**: Dourados, vol.8, n.5, 2019.

PAIN, Emil. "The imperial syndrome and its influence on Russian nationalism". In: GOODE, J. Paul. **The new Russian nationalism: imperialism, ethnicity and authoritarianism 2000–2015**. 2017.

PARLICOV, Victor; SOITU, Tudor. The Gaze Industry in RM: the burden of ignorance and the cost of errors. Institute for Development and Social Initiatives (IDIS). **Politice Publice**: 2002.

PLOKHY, Serhii. The City of Glory: Sevastopol in Russian Historical Mythology. **Journal of Contemporary History**: vol.35, n.3, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**: vol.2, n.3, 1989.

PROTSYK, Oleh. Secession and hybrid regime politics in Transnistria. **Communist and Post - Communist Studies**: vol.45, 2012.

PUTIN, Vladimir. Annual address to the Federal Assembly of the Russian Federation. 2005. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>>. Último acesso: 22 jun. 2021.

PUTIN, Vladimir. Vystuplenie Na Zasedanii Kluba Valdai. [Talk at a Session at Valdai Club]. **Rossiiskaia gazeta**: 2013. Disponível em: <<http://www.rg.ru/2013/09/19/stenogramma-site.html>>. Último acesso: 05 jul. 2021.

RAHMAN, Smita. **Time, Memory, and the Politics of Contingency**. UK: Routledge, 2015.

REFUGIADOS UCRANIANOS FOGEM DO PAÍS EM MEIO À GUERRA. **Folha de São Paulo**: 2014. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1725743202783116-ucranianos-buscam-refugio-em-meio-a-guerra>>. Último acesso: 19 ago. 2022.

RELIGIOUS MAP OF CRIMEA – INFOGRAPHIC. Religious map of Crimea – Infographic. **Euromaidan Press**: 2014. Disponível em: <<https://euromaidanpress.com/2014/04/08/religious-map-of-crimea-infographic/>>. Último acesso: 02 ago. 2022.

IN TATARSTAN ALLOWED TO MARK 469TH ANNIVERSARY OF KAZAN'S FALL, BUT NO MARCH. **RFE/RL'S Tatar-Bashkir Service**, 2021. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/tatarstan-commemoration-1552-siege/31491729.html>>. Último acesso: 29 out. 2021.

RIBEIRO, Renata Corrêa. **As relações da Rússia com Ucrânia e a Moldávia**: uma perspectiva comparada da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. 201f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos.

RIGI, Jakob. The War in Chechnya: the chaotic mode of domination, violence and bare life in the post-soviet context. **Critique of Anthropology**: vol.27, n.1, 2007.

RINGMAR, Erik. On the Ontological Status of the State. **European Journal of International Relations**: vol.2, n.4, p. 439-466, 1996.

ROGSTAD, Adrian Rogstad. The Next Crimea? **Problems of Post-Communism**: vol.65, n.1, 2018.

ROMANIA PLANS TO ADD NEW NATIONAL CELEBRATION. **Romania Insider**. 2017. Disponível em: <<https://www.romania-insider.com/romania-adds-new-national-celebration>>. Último acesso em: jul. 2022.

RT. Cancel culture results in reverse discrimination – Putin. **Twitter**, 2021. Disponível em: <[https://twitter.com/RT\\_com/status/1451213191657271296?s=20](https://twitter.com/RT_com/status/1451213191657271296?s=20)>. Último acesso: 22 out. 2021.

SABARATNAM, Meera. IR in Dialogue ... but Can We Change the Subjects? A Typology of Decolonising Strategies for the Study of World Politics. **Millennium: Journal of International Studies**: vol.39, n.3, 2011.

SAID, Said. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SECRIERU, Stanislav. Russia's foreign policy under Putin: CIS Project renewed. **Revista Unisci**: n.10, 2006. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/unisci/revistas/UNISCI10Secrieru.pdf>>. Último acesso em: 18 jan. 2022.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin**: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SLEZKINE, Yuri. The USSR as a Communal Apartment, or How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism. **Slavic Review**: vol. 53, n. 2, 1994.

SMITH, Graham (ed). **The Nationalities Quest in the Post-Soviet States**. Essex: Longman, 1996.

SMITH, Graham. **The Post-Soviet States**: Mapping the politics of Transition. Londres: Arnold Publishers, 2002.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies**: Research and Indigenous Peoples. Cumbria: Long House, 2008.

STREMOOUKHOFF, Dimitri. Moscow the Third Rome: sources of the doctrine. **Speculum**: vol.28, n.1, 1953.

SVETLANA, Aleksievich. **Secondhand Time**: The Last of the Soviets. London: Fitzcarraldo, 2016.

TAYLOR, Adam. A map of Transnistria, Crimea, and other geographical “gray areas” to be worried about. **Washington Post**: 2014. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/03/24/a-map-of-transnistria-crimea-and-other-geographical-gray-areas-to-be-worried-about/?utm\\_term=.f661c58cea36](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/03/24/a-map-of-transnistria-crimea-and-other-geographical-gray-areas-to-be-worried-about/?utm_term=.f661c58cea36)>. Último acesso em: jun. 2022.

THAROOR, Ishaan; THORP, Gene. Maps: How Ukraine became Ukraine. **The Washington Post**: 2015. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2015/03/09/maps-how-ukraine-became-ukraine/>> Acesso em: mar. 2021.

THE KREMLIN. Address by the President of the Russian Federation. **Official Internet Resources of the President of Russia**: 2014. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/20603>>. Último acesso: 10 ago. 2022.

THE KREMLIN. Address to the Federal Assembly. **Official Internet Resources of the President of Russia**: 2012. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/17118>>. Último acesso: 02 ago. 2022.

TOAL, Gerard. **Near Abroad**: Putin, the West, and the contest over Ukraine and the Caucasus. New York: Oxford University Press, 2017.

TOLZ, Vera. Forging the Nation: National Identity and Nation Building in Post-Communist Russia. **Europe-Asia Studies**: vol. 50, n. 6, 1998.

TOLZ, Vera. Orientalism, Nationalism, and Ethnic Diversity in Late Imperial Russia. **The Historical Journal**: vol.48, n.1, 2005, p. 127–150.

TORA, Alex. Map of the Ukrainian State (1918.V-XI). 2011. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Ukrainian\\_People%27s\\_Republic#/media/File:Ukrainian\\_State\\_1918.5-11.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Ukrainian_People%27s_Republic#/media/File:Ukrainian_State_1918.5-11.png)>. Último acesso: 12 ago. 2022.

TRANSNISTRIA: THE NEXT EUROPEAN REPUBLIC TO REJOIN RUSSIA? **Russia Briefing**: 2022. Disponível em: < <https://www.russia-briefing.com/news/transnistria-the-next-european-republic-to-rejoin-russia.html/>>. Último acesso: 22 ago. 2022.

TREISMAN, Daniel Treisman. Why Putin Took Crimea: The Gambler in the Kremlin. **Foreign Affairs**: vol.95, n.3, 2016.

TROEBST, Stefan. The Transdnestrian Moldovan Republic: From Conflict-Driven State-Building to State-Driven Nation-Building. **European Yearbook of Minority Issues**: vol.2, 2003.

TSYGANKOV, Andrei P. **Pathways After Empire**: National Identity and Foreign Economic Policy in the Post-Soviet World. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy**: Change and Continuity in National Identity. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

UKRAINIAN TRIDENT. Ukrainian Trident (tryzub). **Ukraine Now**. Disponível em: <<https://ukraine.ua/stories/trident-tryzub/>>. Último acesso: 01 ago. 2022.

UKRAINE'S SHARP DIVISIONS. Ukraine's sharp divisions. **BBC**: 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-26387353>>. Último acesso: 12 ago. 2022.

VAN MEURS, Wim. Carving a Moldavian identity out of history. **Nationalities Papers**: vol. 26, n. 1, p. 39-56, 1998.

VEROVSEK, Peter J. Integration after totalitarianism: Arendt and Habermas on the postwar imperatives of memory. **Journal of International Political Theory**: vol.16, n.1, 2020

WALKER, Rob. **Inside/Outside**: International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WARD, Christopher J; THOMPSON, John M. **Russia**: A Historical Introduction from Kievan Rus' to the Present. New York: Routledge, 2021.

WEBER, Cythia. Performative States. **Millennium**: vol.27, n.1, 1998.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**: vol. 46, n. 02, 1992.